

*Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho
Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizadores)*

Atena
Editora
Ano 2020

***Educação
Profissional e
Tecnológica:
Empreendedorismo
e Desenvolvimento Científico***

*Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho
Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizadores)*

Atena
Editora
Ano 2020

***Educação
Profissional e
Tecnológica:
Empreendedorismo
e Desenvolvimento Científico***

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Tais Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação profissional e tecnológica: empreendedorismo e desenvolvimento científico

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Karine de Lima Wisniewski
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho
Clayton Robson Moreira da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação profissional e tecnológica [recurso eletrônico] : empreendedorismo e desenvolvimento científico / Organizadores Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho, Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-294-4

DOI 10.22533/at.ed.944202708

1. Administração. 2. Empreendedorismo. 3. Inovações tecnológicas. I. Carvalho, Thatianny Jasmine Castro Martins de Il.Silva, Clayton Robson Moreira da.

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Educação Profissional e Tecnológica: Empreendedorismo e Desenvolvimento Científico”, publicado pela Editora Atena, reúne e articula, de forma interdisciplinar, dezesseis capítulos que contribuem para a divulgação científica na área de Educação Profissional e Tecnológica, por diversas matizes teórico-metodológicas.

A primeira metade do livro traz contribuições em torno da grande área da Educação, com os quatro capítulos iniciais articulados pelas experiências formativas de Educação Profissional em diferentes IES. Essa discussão carrega significativa relevância científica e social, uma vez que permite ao leitor a imersão nas práticas de Educação Profissional e Tecnológica, sob múltiplas referências e em diferentes espacialidades, possibilitando a ampliação e a reconstrução desse campo científico.

Os capítulos que seguem refletem acerca de Modalidades de Ensino, Currículo, sociabilidades e experiências de Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, que, não obstante, formulam, na diversidade das possibilidades investigativas, a ampliação dos olhares, leituras e compreensões. Os textos dialogam entre si ou se complementam, quando, por exemplo, na revelação das práticas docentes pode-se traçar pontos convergentes e/ou divergentes entre as realidades em estudo e, até mesmo, construir percepções mais densas e abrangentes.

Os textos finais desta produção trazem abordagens que ensejam reflexões sobre o trabalho, seus desafios e as consequências psicossociais no tocante ao desenvolvimento científico. Historicamente, a Educação Profissional e Tecnológica vem emergindo como um meio para a profissionalização do trabalho e um instrumento transformador de inclusão e empoderamento.

Portanto, a grandeza desta obra está nas confluências interdisciplinares que os textos veiculam, de modo que este livro agrega à grande área da Educação um material rico e diversificado, possibilitando a ampliação do debate acadêmico e conduzindo docentes, pesquisadores, estudantes, gestores educacionais e demais profissionais à reflexão sobre os diferentes temas que se desenvolvem no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica. Finalmente, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação, que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa ser útil àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos sobre os temas abordados.

Boa leitura!

Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho
Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA EM SERVIÇO DE DOCENTES BACHARÉIS E TECNÓLOGOS NO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ: ENTRE O DITO E O VIVIDO

Hobson Almeida Cruz

Ana Cláudia Uchôa Araújo

Armênia Chaves Fernandes Vieira

Erica de Lima Gallindo

Jarbiani Sucupira Alves de Castro

DOI 10.22533/at.ed.9442027081

CAPÍTULO 2..... 14

A TRAJETÓRIA DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE EMPREENDIMENTOS POPULARES E SOLIDÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI: UMA AVALIAÇÃO EM PROCESSO

Victoria Régia Arrais de Paiva

Gil Célio de Castro Cardoso

DOI 10.22533/at.ed.9442027082

CAPÍTULO 3..... 27

O PERFIL DOS ALUNOS DO PROEJA: SENTIDOS E SIGNIFICADOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Carolina Coimbra de Carvalho

Andréia Carolina Severo Lima

Natannael Castro Vilhena

DOI 10.22533/at.ed.9442027083

CAPÍTULO 4..... 41

NARRATIVAS SOBRE A INTERNET DE LÁBREA-AM: FUNDAMENTOS E DESAFIOS ACERCA DOS SERVIÇOS (IN)DISPONIBILIZADOS

Antonio Paulino dos Santos

Antônia Leuda Campos de Farias

Laís de Souza Silva

Maria Eduarda Souza de Lima

DOI 10.22533/at.ed.9442027084

CAPÍTULO 5..... 59

UM OLHAR SOBRE A SOCIALIZAÇÃO TARDIA NA GRADUAÇÃO

Jennifer Juliana Barreto Bezerra Costa

Adir Luiz Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.9442027085

CAPÍTULO 6..... 72

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – ANÁLISE DOS DESAFIOS FUTUROS

Adelcio Machado dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.9442027086

CAPÍTULO 7.....	86
A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO RELACIONADA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Gabriela Brutti Lehnhart	
Sabrina Fernandes de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.9442027087	
CAPÍTULO 8.....	95
EDUCAÇÃO PELO TRABALHO EM SAÚDE: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E CURRÍCULO ORIENTADO PELAS DCNS EM SAÚDE E PNEPS	
Liliádia da Silva Oliveira Barreto	
Mario Roberto Dal Poz	
DOI 10.22533/at.ed.9442027088	
CAPÍTULO 9.....	106
O USO DAS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS COMO APOIO AO ENSINO: ESTUDO DE CASO	
Anna Cristina Barbosa Dias de Carvalho	
Elaine Cristina de Sousa Luiz	
DOI 10.22533/at.ed.9442027089	
CAPÍTULO 10.....	114
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL – ABORDAGEM HISTÓRICA	
Adelcio Machado dos Santos	
Alisson André Escher	
DOI 10.22533/at.ed.94420270810	
CAPÍTULO 11.....	124
O USO DE SÉRIES COMO APOIO AO ENSINO: ESTUDO DE CASO	
Anna Cristina Barbosa Dias de Carvalho	
Elaine Cristina de Sousa Luiz	
DOI 10.22533/at.ed.94420270811	
CAPÍTULO 12.....	136
A EXPERIÊNCIA DO NÚCLEO DE ESTUDOS FILOSÓFICOS DO IFPA CAMPUS ÓBIDOS - NEFIL DISCUTINDO A IMPORTÂNCIA DA FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Erika Viana de Sena	
DOI 10.22533/at.ed.94420270812	
CAPÍTULO 13.....	139
VAREJO COMO IMPULSIONADOR DO CRESCIMENTO DAS VENDAS: UM MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	
Cleide Ane Barbosa da Cruz	
Évelin Santos da Palma	
Joselaine Santos Lima	
Lívia de Jesus Santos	

Cleide Mara Barbosa da Cruz
Cleo Clayton Santos Silva
Nadja Rosele Alves Batista
Anderson Rosa da Silva

DOI 10.22533/at.ed.94420270813

CAPÍTULO 14..... 155

A IMPORTÂNCIA DA CONSULTORIA CONTÁBIL COMO FORMA DE REDUÇÃO DA ASSIMETRIA DA INFORMAÇÃO NAS MICROEMPRESAS

Flaviano Ferreira de Araújo
Francisco José Viana de Souza
Jean Carlos Santos Araújo
José Antônio De Carvalho Sobrinho
Lidiane da Costa Reis Lima
Tamires Almeida Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.94420270814

CAPÍTULO 15..... 164

GOVERNO ULTRALIBERAL: DOMINÂNCIA EXTERNA, DESMONTE DO ESTADO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO - IMPOSIÇÃO DO CONSENSO DE WASHINGTON

André de Souza Gomes
Paulo Elson Fernandes Gadelha
Thisciane Ferreira Pinto Gomes
Samilla Ferreira Dantas

DOI 10.22533/at.ed.94420270815

CAPÍTULO 16..... 173

SÍNDROME DE BURNOUT, QUALIDADE DO SONO E DE VIDA DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE INTENSIVISTAS: REVISÃO INTEGRATIVA

José Wennas Alves Bezerra
Celina Araújo Veras
Maylla Salete Rocha Santos Chaves
Gleison Vitor Ferreira de Castro da Silva
Paulo Gabriel Leal Gonçalves
Gustavo Ribeiro Palmeira
André Rodrigues Carvalho
Talyta da Silva Guimarães
Jederson Valentim Silva
Antonia Mariane de Sousa Pereira
Maria Santa Oliveira Sousa
Haynara Hayara Mágulas Penha

DOI 10.22533/at.ed.94420270816

SOBRE OS ORGANIZADORES 180

ÍNDICE REMISSIVO 181

CAPÍTULO 1

A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA EM SERVIÇO DE DOCENTES BACHARÉIS E TECNÓLOGOS NO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ: ENTRE O DITO E O VIVIDO

Data de aceite: 19/08/2020

Hobson Almeida Cruz

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Ceará – IFCE
Fortaleza-CE
<http://lattes.cnpq.br/5944180840603118>

Ana Cláudia Uchôa Araújo

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Ceará – IFCE
Fortaleza-CE
<http://lattes.cnpq.br/2238185129695360>

Armênia Chaves Fernandes Vieira

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Ceará – IFCE
Fortaleza-CE
<http://lattes.cnpq.br/0349787189162557>

Erica de Lima Gallindo

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Ceará – IFCE
Fortaleza-CE
<http://lattes.cnpq.br/2337151222500313>

Jarbiani Sucupira Alves de Castro

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Ceará – IFCE
Fortaleza-CE
<http://lattes.cnpq.br/9297240318160714>

RESUMO: No âmbito da educação profissional do sistema federal de ensino, observam-se alguns desacordos da legislação no tocante à formação do docente que atua simultaneamente na educação básica e superior. Enquanto a LDB exige a formação mínima de licenciado para atuar no ensino

médio e no mínimo pós-graduação lato sensu para os docentes que atuam em cursos de graduação, a Lei nº 12.772/2012, que trata dos perfis dos docentes que podem ser contratados para atuar nos institutos federais, exige destes somente uma graduação, gerando a necessidade permanente de formação pedagógica para os docentes recém contratados. Neste contexto, o IFCE ofertou, entre 2016 e 2018, uma formação pedagógica em serviço para os docentes bacharéis e tecnólogos da instituição, a qual se constitui objeto de análise deste trabalho, que tem por objetivo avaliá-la tanto do ponto de vista das questões que dificultaram sua execução quanto dos resultados obtidos nas práticas dos docentes após realização do curso, sem desconsiderar as suas potencialidades. Por meio de consulta realizada aos docentes egressos do curso, mesmo que de forma preliminar, foi possível verificar que o curso atendeu às expectativas do aluno docente no que dizia respeito: (i) à contribuição para o desenvolvimento e aprofundamento de conteúdos didáticos-pedagógicos voltados para EPT; (ii) à sua reflexão quanto à prática adotada; e (iii) à melhoria da sua atuação nessa modalidade de ensino e de seu desenvolvimento profissional. Os dados apresentados sugerem maior aprofundamento da temática, através da continuidade das pesquisas empreendidas.

PALAVRAS-CHAVE: Formação docente, especialização, educação a distância.

PEDAGOGICAL TRAINING IN SERVICE OF BACHELOR TEACHERS AND TECHNOLOGISTS AT THE FEDERAL INSTITUTE OF CEARÁ: BETWEEN THE SAID AND THE LIVED

ABSTRACT: Within the scope of professional education in the federal education system, there are some disagreements in the legislation regarding the training of teachers who work simultaneously in basic and higher education. While LDB requires minimum training of graduates to work in high school, and at least post-graduate *lato sensu* for teachers working in undergraduate courses, Law nº 12.772 / 2012 – which deals with the profiles of teachers who can be hired to work in federal institutes – requires only a degree from them, generating the permanent need of pedagogical training for newly hired teachers. In this context, IFCE offered, between 2016 and 2018, an in-service pedagogical training for the institution's bachelor teachers and technologists, which is the object of analysis of this work, that aims to evaluate it both from the point of view of the issues which hindered its execution, as well as the results obtained in the teachers' practices after completing the course, without disregarding its potential. Through a consultation with the professors who graduated from the course, even if on a preliminary basis, it was possible to verify that the course met the expectations of the teaching students regarding to: (i) the contribution to the development and deepening of didactic-pedagogical contents aimed at EPT; (ii) its reflection on the adopted practice; and (iii) its improvement on performance in this teaching modality and professional development. The data presented suggests further deepening of the theme, through the continuity of the research undertaken.

KEYWORDS: Teacher training, specialization, distance education.

1 | INTRODUÇÃO

De acordo com a Sinopse Estatística da Educação Básica de 2018, dos 513.403 de docentes que atuam no ensino médio, apenas 27.420 mil não possuem curso de licenciatura e nem fizeram alguma complementação pedagógica. Provavelmente, este baixo número de não licenciados é resultado das exigências presentes na legislação brasileira e, no caso da Educação Profissional, do “limbo” legal a que os docentes que atuam na modalidade foram expostos desde a sua criação. Conforme o art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), a graduação na forma de licenciatura é condição formativa inicial para que o docente atue na educação básica, admitindo-se que profissionais com diploma de nível médio, na modalidade normal, possam exercer o magistério tanto na educação infantil quanto nos cinco primeiros anos do ensino fundamental. A LDB também estabelece, em seu art. 66, que para atuar no ensino superior, a formação do docente deverá se dar em nível de pós-graduação, prioritariamente em pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

Os institutos federais, criados pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, são instituições de educação básica e superior, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Desta forma, à luz da

LDB, para atuar nos diversos níveis de ensino, os docentes dos institutos federais precisam ser graduados em cursos de licenciatura (para atuar nas componentes da base nacional comum relativas ao ensino médio), e ter no mínimo um curso de pós-graduação *lato sensu* (para atuar em cursos de graduação).

Por meio de concurso público, os docentes dos institutos federais ingressam **na carreira do magistério de ensino básico, técnico e tecnológico (EBTT)**, para atuar em cursos de educação básica e de educação superior. No art. 10 da Lei nº 11.772, de 28 de dezembro de 2012, que regulamenta essa carreira, é estabelecido que um diploma de graduação é a formação exigida para o docente, não especificando a formação em licenciatura. Desta forma, o corpo docente destas instituições, que atua também na formação técnica de nível médio, pode ser composto ainda por profissionais com formação exclusiva em bacharelado ou tecnologia, contrariando a exigência prevista na LDB para a formação de docente da educação básica. Além disso, se não tiverem pelo menos um curso de pós-graduação, estes docentes não poderão atuar no ensino superior, já que o cumprimento das exigências legais é condição *sine qua non* para as avaliações da educação superior.

No âmbito da educação profissional, para lidar com a inadequação da formação docente ao nível de ensino em que atua, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE) publicou uma resolução - Resolução CNE/CEB nº 06, de 20 de setembro de 2012 - assegurando o direito dos docente graduados, não licenciados, em efetivo exercício na profissão docente, de participar de formações pedagógicas ou ter reconhecidos seus saberes profissionais, estabelecendo que tais ações podem ser consideradas equivalentes à licenciatura, entre outras possibilidades, um curso de pós-graduação *lato sensu* de caráter pedagógico. Ainda no art. 40 da resolução supracitada, o CNE/CEB estabelece os sistemas de ensino como os responsáveis por viabilizar a formação pedagógica dos docentes.

Nesse contexto, desde 2006, o Instituto Federal do Ceará (IFCE) vem ofertando cursos de pós-graduação *lato sensu* destinados à docência na educação profissional, para propiciar aos docentes discussões e reflexões acerca dos conhecimentos pedagógicos em alinhamento com a prática cotidiana de sala de aula. Mais recentemente, evidenciando uma preocupação com a formação docente para educação profissional em vários níveis, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) disponibilizou recursos financeiros adicionais para que os institutos federais disponibilizassem mais vagas neste tipo de formação. O IFCE foi uma das instituições de educação profissional contempladas e ofertou um curso de pós-graduação *lato sensu* intitulado Especialização em Formação Pedagógica para Docência de Educação Profissional e Tecnológica. Este curso, ofertado na modalidade a distância, contou com 140 docentes bacharéis e tecnólogos do IFCE que não possuíam formação complementar pedagógica.

Neste trabalho, apresentam-se os detalhes da adesão à proposta da Setec, da concepção e da execução do curso, fazendo-se a análise da formação ofertada, tanto do olhar dos profissionais envolvidos no desenvolvimento do projeto quando sob a ótica dos docentes que participaram do processo como estudantes. Pretende-se avaliar o curso tanto do ponto de vista das questões que dificultaram sua execução quanto dos resultados obtidos nas práticas dos docentes após realização do curso, sem desconsiderar as suas potencialidades.

As partes seguintes deste trabalho estão assim organizadas. Na próxima seção é apresentada a metodologia utilizada para a realização do trabalho de formação apresentado, desde a candidatura para o fomento proposto pela Setec/MEC até a concepção pedagógica do curso oferecido. Na Seção 3, apresenta-se um panorama da formação pedagógica no Brasil e em seguida, na Seção 4, detalha-se a formação docente realizada no IFCE. Por fim, apresenta-se uma análise dos resultados obtidos, seguidos das considerações finais dos autores a respeito do trabalho realizado.

2 | METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida é de natureza exploratória, conforme Zikmund (2000), tendo por objetivo diagnosticar uma dada situação, desenvolver a exploração de alternativas ou a descoberta de novas ideias, na tentativa de adquirir uma maior aproximação da realidade investigada.

Para adquirir maior familiaridade com o fenômeno pesquisado, tomou-se como base de estudo legal e bibliográfica: (i) as legislações como a LDB e a Resolução CNE/CEB nº 06/2012; (ii) as respostas dos egressos do curso, provenientes de documentos institucionais do IFCE, como o projeto pedagógico do curso objeto deste trabalho; e (iii) os estudos de Moura (2008) e de Machado (2008), dentre outros autores.

Além dos documentos supracitados, por meio de questionário eletrônico estruturado, disponível no *Google Docs*, foi realizada uma pesquisa junto a todos os docentes que concluíram o curso proposto, com o objetivo de analisar os impactos decorrentes da formação em suas práticas pedagógicas cotidianas.

Procurou-se, à luz das respostas obtidas, conhecer a efetividade da formação vivenciada, sob a perspectiva do egresso, ao mesmo tempo confrontando-as com o prescrito nos documentos e na bibliografia consultada. Tal ação visou estabelecer as proximidades e os distanciamentos entre o que a legislação e os estudos empreendidos apresentam e o que os documentos institucionais e curriculares do curso analisado trazem, a fim de detectar os limites e potencialidades de sua consecução, a partir dos sujeitos diretamente implicados.

3 I A FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL

Conforme mencionado anteriormente, dados de 2018 do INEP apontam que cerca de 94% do total de 513.403 docentes, que atuam no ensino médio, têm formação de graduação e destes, cerca de 94% são graduados em licenciatura, incluindo neste grupo aqueles não licenciados com complementação pedagógica. A Tabela 1 apresenta estes números em detalhes.

Ensino Fundamental	Total de Docentes	Docentes com E.F.	Docentes com E.M.	Docentes com Graduação	
				Licenciado	Não licenciado
Anos Iniciais do E.F.	762.884	1.576	162.531	589.585	9.192
Anos Finais do E.F.	763.831	1.369	100.462	643.589	18.411
Ensino Médio	513.403	243	30.891	454.849	27.429

Tabela 1: Docentes por formação acadêmica,

Fonte: INEP/2018.

Este cenário parece representar uma adequação perfeita entre o que preconiza a legislação em vigor e a prática educacional cotidiana. Entretanto, é preciso desvelar um pouco mais os que os números parecem apresentar. Ao se considerar a área específica da licenciatura de formação do docente e as disciplinas em que ele atua, surgem algumas questões que merecem destaque.

A partir dos microdados do Censo da Educação Superior, foi construída a Figura 1, a partir da qual pode-se avaliar o grau de adequação do perfil docente às disciplinas que ele ministra.



Figura 1: Formação docente versus disciplinas de atuação no ensino médio

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir dos microdados do Censo da Educação Básica 2018.

A partir dessa figura é possível visualizar que o maior número de docentes do ensino médio está concentrado na disciplina de língua portuguesa (102.744), seguida de matemática (94.972) e história (71.285). Outro destaque que pode ser citado é a disciplina de física, na qual apenas 30% dos docentes que nela atuam são licenciados na área. Assim, embora quase todos os docentes que atuam no ensino médio sejam graduados em licenciatura, há ainda grandes distorções entre a formação do docente no tocante à sua área específica de atuação, sobretudo, em áreas como Física, Biologia, Química e Matemática, cujos cursos possuem um baixo número de egressos.

Ao se analisar a oferta de cursos de licenciatura no Brasil nos últimos anos, percebe-se que somente em 2017, 649 mil novas vagas foram abertas, resultando em 1.5 milhão de matriculados em cursos de licenciatura naquele ano, sendo 60,4% das vagas na modalidade a distância. O Quadro 1 apresenta uma sistematização das matrículas em cursos de licenciatura nos últimos 8 anos, contemplando as modalidades de ensino presencial e a distância.

Ano	Instituições	Cursos	Ingresso Total	Matriculados	Formados
2013	1.265	7.920	469.237	1.374.174	201.353
2014	1.259	7.856	568.425	1.466.548	217.040
2015	1.261	7.629	528.507	1.471.930	237.818
2016	1.296	7.356	595.895	1.520.494	238.919
2017	1.325	7.272	649.137	1.589.440	253.056

Quadro 1: Ingressantes, matrículas e formados em licenciatura no Brasil 2010-2017.

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir dos microdados do Censo da Educação Superior 2010-2017.

O número de estudantes que concluem os cursos de licenciatura é muito inferior aos que ingressam a cada ano. Com um olhar no ano de 2017, verifica-se que enquanto estão ingressando 528.507 novos estudantes, apenas 237.818 estão se formando. Considerando que o ingresso nos últimos anos vem ocorrendo de forma regular, conclui-se que estes cursos possuem um elevado número de desistentes. A esse respeito, Ruiz et al. (2007), num extenso relatório elaborado para o MEC, apontaram que as causas para tal desistência estão relacionadas às repetências sucessivas ao longo da formação, à falta de condições financeiras para se manter no curso de graduação, à expectativa de baixos salários no magistério, à violência nas escolas, às condições inadequadas para o exercício da docência, dentre outras, o que sugere, a partir do apresentado, uma remodelação do percurso formativo associada à remodelação do sistema educacional para o qual esse sujeito é formado para atuar.

Tomando como exemplo novamente a disciplina de física, dos 67.013 docentes que atuam nesta disciplina no ensino médio, somente 20.152 são licenciados na área, evidenciando uma necessidade de formação em física de outros 46.821, para citar apenas aqueles que já estão no exercício do magistério. Entretanto, percebe-se um desalinhamento entre a necessidade posta e a oferta existente, já que em 2017 apenas 9.284 novos estudantes ingressaram em cursos de física no Brasil. Aliado a esta questão, nos últimos anos, o curso de física vem formando pouco menos de 2.000 estudantes por ano, número bem inferior ao necessário somente em se tratando de atuação no ensino médio. O caso de física foi utilizado como ilustração, mas não está isolado, sendo esta uma realidade presente em várias outras disciplinas do ensino médio. Reforça-se, ainda, a dissociação entre os currículos de pós-graduação, sobretudo a acadêmica, que formam essencialmente o pesquisador, muitas vezes, desvinculados da atuação na/para a educação básica, evidenciando o abismo que separa ambas.

No campo da formação de professores para a educação profissional, objeto de estudo deste artigo, a situação se torna mais aguda, uma vez que a modalidade herda os problemas acima pontuados, no que dizem respeito à formação do docente para o ensino médio, somando-se a isso a ausência de formação e discussão para a docência em cursos

de bacharelado, engenharias e graduações tecnológicas, cujos egressos vão justamente atuar como docentes nesta modalidade. Esta lacuna formativa vem sendo preenchida no Brasil pelas esporádicas formações pedagógicas, a exemplo da experiência do IFCE descrita na seção a seguir.

4 | A ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DO IFCE

É fato que muitos estudiosos têm apontado o vazio formativo do docente da educação profissional, reflexo do campo legal, quando se fala, especificamente, da pulverização de leis e de programas desencontrados e sobrepostos, quando destinados a estes sujeitos, ao longo da história da modalidade: “dada esta diversidade de situações e dispersão das soluções que vêm sendo praticadas, os professores da educação profissional são levados a atuar com um mínimo de orientações pedagógicas e técnicas”. (MACHADO, 2008, p. 17).

Neste cenário de percursos formativos reduzidos, esporádicos e isolados, muitas vezes, sem conexão entre si, chegou-se ao século XXI, período que inaugura a maior expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e a consequente absorção de um grande contingente de mão de obra docente, nem toda ela com a formação pedagógica prevista na legislação educacional. Assim, esta subseção busca discorrer sobre mais uma experiência no campo formativo dos docentes da EP, agora datada deste período expansionista.

Por meio do Ofício Circular nº 170/2014/CGDP/DDR/SETEC-MEC, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) convidou as instituições da RFEPCT a se candidatarem à oferta de curso de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização, na modalidade a distância, com o objetivo de promover e fomentar ações de capacitação dos docentes destas instituições. O IFCE atendeu àquela chamada e foi selecionado para ofertar 140 vagas do referido curso para os docentes bacharéis e tecnólogos em exercício na instituição, iniciando as aulas no ano de 2016 e encerrando as atividades com as defesas de trabalhos de conclusão de curso em 2018.

O projeto pedagógico do curso proposto, curso de pós-graduação *lato sensu* intitulado Especialização em Formação Pedagógica para Docência de Educação Profissional e Tecnológica, foi construído com base nos referenciais legais existentes e justificado pela falta de oferta estruturada de cursos de formação de professores para educação profissional e tecnológica, resultando na ausência de saberes e competências pedagógicos específicos para atuar nos diversos níveis e modalidades ofertados pelo IFCE.

O público-alvo do curso foi composto por docentes da carreira EBTT, portadores de diploma de graduação (bacharelado ou tecnologia), de modo a propiciar-lhes uma formação que atendesse à excepcionalidade prevista no art. 40 da Resolução CNE/CEB nº 06/2012, transcrito a seguir, no que diz respeito à formação docente em nível de especialização como equivalência à licenciatura exigida pela LDB para atuação no ensino médio:

Artigo 40. A formação inicial para a docência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio realiza-se em cursos de graduação e programas de licenciatura ou outras formas, em consonância com a legislação e com normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

(...)

§ 2º Aos professores graduados, não licenciados, em efetivo exercício na profissão docente ou aprovados em concurso público, é assegurado o direito de participar ou ter reconhecidos seus saberes profissionais em processos destinados à formação pedagógica ou à certificação da experiência docente, podendo ser considerado equivalente às licenciaturas:

I - excepcionalmente, na forma de pós-graduação lato sensu, de caráter pedagógico, sendo o trabalho de conclusão de curso, preferencialmente, projeto de intervenção relativo à prática docente;

Em conformidade com a Resolução CNE/CEB nº 02/1997, a matriz curricular do curso ofertado tinha a carga horária de 680h/a, dentre as quais, 342 h/a foram à distância via ambiente virtual de aprendizagem, 88 h/a se deram nos encontros presenciais e 250 h/a se deram em articulação com a prática. O curso foi organizado, ainda, com disciplinas relacionadas a três eixos distintos, a saber: (i) núcleo contextual, com bases filosóficas e políticas educacionais; (ii) núcleo estrutural, com a base didático-pedagógica; e (iii) núcleo integrador, com as bases integradoras de ensino.

As aulas presenciais ocorreram no IFCE - *campus* de Fortaleza, sob o regime de um a dois encontros, por mês, geralmente ocorrendo às sextas-feiras. Com exceção da disciplina de trabalho de conclusão, que era ministrada por um professor orientador para cada grupo de estudantes, nas demais disciplinas do curso, os discentes eram acompanhados por um professor tutor, responsável por fazer a condução didática do conteúdo no ambiente. O professor tutor, por sua vez, era coordenado por um professor formador, que acompanhava seu trabalho e ministrava as aulas presenciais.

Aos alunos que não completaram o total das exigências necessárias à aprovação nas disciplinas, foi oportunizado um percurso para cada disciplina pendente, totalmente on-line, com duração de até quinze dias corridos. Estes percursos ocorreram ao final dos módulos 1 e 2. Somente para o módulo 3 não foi oferecido percurso, por este ser o módulo da terminalidade da formação.

Para a conclusão do curso, foi prevista no projeto pedagógico a obrigatoriedade da realização de um trabalho de pesquisa resultante de intervenção pedagógica realizada pelo docente em instituição de educação profissional e tecnológica. Este trabalho final do curso individual deveria ser escrito na forma de trabalho monográfico no formato de artigo, e apresentado oralmente pelo docente perante uma banca de três avaliadores. Os trabalhos poderiam versar sobre os eixos do ensino, da pesquisa, da gestão, da extensão e da

inovação, desde que com enfoque na educação profissional. O pressuposto associado era que, a partir da sua reflexão sobre a prática, os docentes pudessem nela intervir, tomando como ponto de ação inicial um problema por eles percebido em seu cotidiano educativo.

Na seção seguinte, se discutirá, pelo prisma dos egressos, de que forma esse desenho curricular lhes favoreceu quanto ao seu exercício docente.

5 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

No contexto da legislação educacional, a oferta do curso de formação pedagógica aos docentes bacharéis e tecnólogos do IFCE cumpriu sua função na medida em que assegurou o direito dos docentes, aprovados em concurso público, de participar de formação pedagógica, conforme prevê o art. 40 da Resolução CNE/CEB nº 06/2012. Entretanto, como o objetivo da formação transcende o mero cumprimento formal de regras estabelecidas na legislação, procurou-se avaliar os resultados obtidos sob a ótica do elemento focal deste processo: os docentes que concluíram o curso.

Para o percurso da investigação ora traçado, os docentes foram convidados a responder um questionário estruturado, composto de 8 (oito) questões, buscando identificar, entre outros aspectos, as impressões quanto à motivação para o ingresso, quanto ao alcance dos objetivos do curso e quanto à melhoria da prática docente. Foram utilizadas perguntas de escala onde o docente precisava dar uma nota de 1 a 5, com o valor 1 representando “discordo totalmente” e o valor 5 “concordo plenamente”, de forma a medir o grau de conformidade do docente com cada afirmação. Dos 49 docentes egressos consultados, 60% preencheram os questionários cujas respostas estão consolidadas e apresentadas na Figura 3 a seguir.

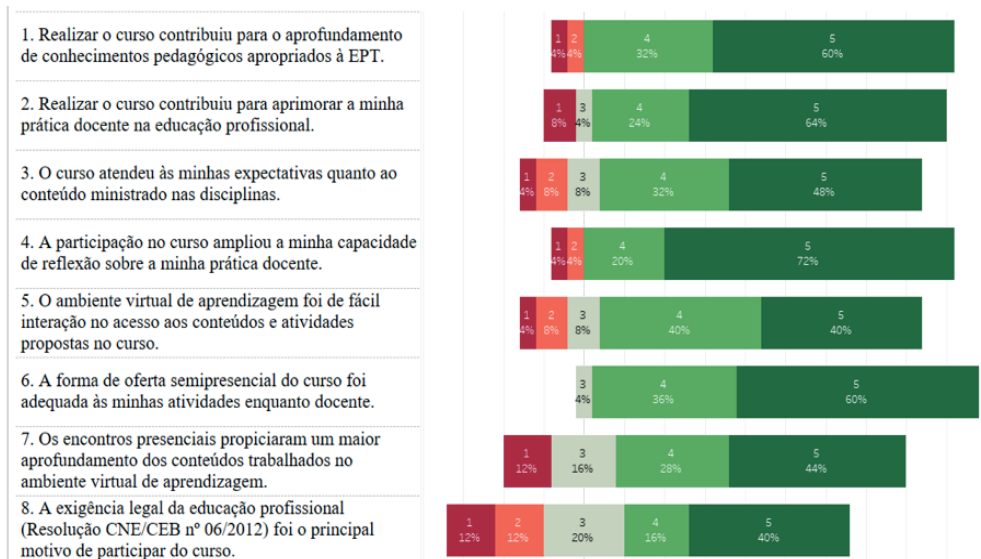


Figura 3: Consolidação das respostas à avaliação realizada com os egressos do curso analisado.

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir das respostas ao questionário aplicado junto aos egressos.

Analisando os resultados da Figura 3, percebe-se que, de maneira geral, os docentes apresentaram uma percepção positiva acerca do curso realizado, visto que para todas as afirmações positivas estabelecidas, a maior parte das respostas ficou concentrada entre 4 (concordo) e 5 (concordo plenamente).

O maior nível de concordância se deu em relação à forma de execução “semipresencial” do curso, provavelmente por permitir a conciliação com as demais atividades desempenhadas pelos cursistas, que continuaram em serviço enquanto realizavam a formação pedagógica. Além disso, cerca de 80% concordaram com a afirmação de que os encontros presenciais propiciaram maior aprofundamento dos conteúdos ministrados, contribuindo com a ideia de que “A formação e a capacitação devem, portanto, ir além da aquisição de técnicas didáticas de transmissão de conteúdos para os professores [...]” (MOURA, 2008, p. 30).

Por outro lado, grosso modo, pode-se afirmar que o menor nível de concordância se deu com a afirmação de que somente a exigência legal foi motivadora para a realização do curso, o que demonstra a existência de interesse dos docentes por capacitações que auxiliem em suas práticas pedagógicas cotidianas. Esta conclusão pode ser referendada pelas afirmações 1 e 2, para as quais a maioria dos respondentes concordou com a contribuição do curso para o conhecimento e o aprimoramento do exercício da prática na educação profissional, sendo reiterada ainda pelas afirmações 3 e 4, quando se avalia

positivamente o atendimento à expectativa com o curso e o estímulo à reflexão sobre a prática docente, corroborando com a perspectiva de que “[...] essa modalidade educacional [a educação profissional] contempla processos educativos e investigativos de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas de fundamental importância para o desenvolvimento nacional e o atendimento de demandas sociais e regionais, o que requer o provimento de quadros de formadores com padrões de qualificação adequados à atual complexidade do mundo do trabalho.”(MACHADO, 2008, p. 14).

Na execução do curso, utilizou-se o Moodle como ambiente virtual de aprendizagem. Sobre este ambiente, na análise da avaliação dos docentes, evidencia-se um grande número de concordâncias parciais com a afirmação 7. Isso requer um aprofundamento futuro quanto a quais melhorias poderiam ser realizadas neste ponto, observando-se aspectos como *layout*, organização dos conteúdos das aulas, arquitetura da informação, tempo de resposta da ferramenta, entre outros. Estes resultados permitem, inclusive, que se avalie outras opções de ambientes virtuais que possam facilitar ainda mais o desenvolvimento do curso pelos estudantes e pelos profissionais envolvidos na aprendizagem.

Por fim, percebeu-se que dos docentes que reconheceram o curso como algo que contribuiu em alguma medida para seu desenvolvimento didático-pedagógico, nem todos sentiram suas expectativas atendidas em relação ao conteúdo ministrado. Isso sinaliza uma necessidade de revisão do curso, principalmente no tocante à elaboração do material didático, do programa de unidade didática, do plano de aula, da capacitação do professor formador e da metodologia de trabalho adotada.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como mencionado anteriormente, há um notório desencontro de legislações educacionais que tratam da formação de professores para atuar na educação profissional, principalmente no sistema federal de ensino. Enquanto a LDB exige a formação mínima de licenciado para atuar no ensino médio e no mínimo pós-graduação lato sensu para os docentes que atuam em cursos de graduação, a Lei nº 12.772/2012, que trata dos perfis dos docentes que podem ser contratados para atuar nos institutos federais, exige destes somente uma graduação, gerando a necessidade permanente de formação pedagógica para os docentes recém contratados.

Neste contexto se insere a formação pedagógica que foi ofertada aos docentes bacharéis e tecnólogos do IFCE entre 2016 e 2018, para a qual se verificou, mesmo que de forma preliminar, alguns resultados no que tange à apropriação dos conteúdos trabalhados no discurso docente, bem como à ocorrência de possíveis mudanças nas atividades desenvolvidas em sala de aula. A partir de consulta realizada aos egressos, foi possível concluir que o curso atendeu às expectativas do aluno docente no que diziam respeito: (i) à contribuição para o desenvolvimento e o aprofundamento de conteúdos didáticos-

pedagógicos voltados para EPT; (ii) à sua reflexão quanto à prática adotada (planejamento, avaliação, relação com seus alunos); e (iii) à melhoria da sua atuação nessa modalidade de ensino e de seu desenvolvimento profissional.

A partir das experiências consolidadas no IFCE por mais de uma década, reforça-se a necessidade do estabelecimento de uma política institucional de formação inicial e continuada de seus docentes, que não dependa exclusivamente de programas especiais propostos pelo governo federal. Além disso, entende-se que o raio de ação dessas formações precisa ser ampliado para englobar os servidores técnicos-administrativos, vez que estes também são atores de relevância fundamental no universo da educação profissional.

Por fim, no horizonte formativo da instituição, essa oferta de formação pedagógica ao seu quadro funcional, ao mesmo tempo em que contribui para a importância da visibilidade formativa de e para quem atua efetivamente na educação profissional, evidencia que a atuação do educador nesta modalidade perpassa obrigatoriamente também pela discussão e formação de cunho didático-pedagógico que trabalhe para além da instrumentalização de educadores e educandos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, 1996.

_____. Lei nº. 11.892/2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 1, 30/12/2008.

_____. Lei nº. 13.005/2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras atribuições**.

_____. Resolução CNE/CEB nº 06, de 20 de setembro de 2012. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Brasília, DF, 2012.

MACHADO, Lucília R. S. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. In: **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, Brasília, v. 1, n. 1, p. 8-22, jun. 2008a.

MOURA, D. H. A formação de docentes para a Educação Profissional e Tecnológica. In: **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, Brasília, v. 1, n. 1, p. 23-38, jun. 2008a.

RUIZ, Antonio Ibañez *et. al.* **Escassez de profesores no Ensino Médio: propostas estruturais e emergenciais**. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2007.

ZIKMUND, W. G. **Business research methods**. 5.ed. Fort Worth, TX: Dryden, 2000.

CAPÍTULO 2

A TRAJETÓRIA DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE EMPREENDEIMENTOS POPULARES E SOLIDÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI: UMA AVALIAÇÃO EM PROCESSO

Data de aceite: 19/08/2020

Victoria Régia Arrais de Paiva

Universidade Federal do Ceará (UFC)
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Gil Célio de Castro Cardoso

Universidade Federal do Ceará (UFC)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Universidade de Brasília

Este texto é parte integrante do estágio pós-doutoral em andamento no Programa de Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (PPGAP/ UFC).

RESUMO: Este texto tem como objetivo recompor a trajetória institucional da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários da Universidade Federal do Cariri, destacando as particularidades das práticas de incubação em Economia Solidária, bem como os principais resultados das ações de incubação realizadas desde a sua fundação. A incubação em economia solidária atua no assessoramento aos empreendimentos solidários com vistas à geração de renda a partir do trabalho autogestionário, adotando os princípios da educação popular, sedimentada no pensamento freireano. Com base nesses pressupostos, inscrevem-se as seguintes questões: Quais as características dos processos de incubação realizados pela Iteps/UFCA?

Em que medida a incubação em economia solidária colabora com o desenvolvimento dos grupos/empreendimentos incubados? Que tipo de resultados são gerados? Para refletir sobre tais questionamentos, foi constituída uma pesquisa participante, consubstanciada num estudo de caso, de cunho qualitativo e descritivo, empregando as técnicas de análise de documentos, revisão bibliográfica e sistematização de relatos orais ocorridos durante os processos de incubação acompanhados. Tais dados foram sistematizados mediante análise de conteúdo. Os achados da pesquisa indicam que os processos de incubação sedimentam relações entre diversos atores e instituições sociais, gerando resultados econômicos, educacionais, ambientais, sociais e políticos, fruto dos encontros entre os saberes acadêmico e popular. Desse modo, é possível inferir que a incubação assim realizada, em que pesem os limites verificados, impulsiona a sustentabilidade dos empreendimentos, sendo esta entendida em sua multidimensionalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Incubação, Economia Solidária, Trajetória Institucional, Educação Popular, Sustentabilidade.

THE TRAJECTORY OF THE TECHNOLOGICAL INCUBATOR OF POPULAR AND SOLIDARY ENTERPRISES OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF CARIRI: AN EVALUATION IN PROCESS

ABSTRACT: This text aims to recompose the institutional trajectory of the Technological

Incubator of Popular and Solidary Enterprises of the Federal University of Cariri, highlighting the particularities of incubation practices in Solidarity Economy, as well as the main results of the incubation actions carried out since its foundation. Incubation in solidarity economy acts in advising solidarity enterprises with a view to generating income from self-management work, adopting the principles of popular education, based on Freire's thought. Based on these assumptions, the following questions are inscribed: What are the characteristics of the incubation processes carried out by Iteps / UFCA? To what extent does incubation in a solidarity economy contribute to the development of incubated groups / enterprises? What kind of results are generated? In order to reflect on these questions, a participative research was constituted, based on a qualitative and descriptive case study, using the techniques of document analysis, bibliographic review and systematization of oral reports that occurred during the accompanied incubation processes. Such data were systematized through content analysis. The research findings indicate that the incubation processes consolidate relationships between different actors and social institutions, generating economic, educational, environmental, social and political results, as a result of the meetings between academic and popular knowledge. Thus, it is possible to infer that the incubation thus carried out, in spite of the verified limits, drives the sustainability of the undertakings, which is understood in its multidimensionality.

KEYWORDS: Incubation, Solidarity Economy, Institutional Trajectory, Popular Education, Sustainability.

1 | INTRODUÇÃO

Considerando os desafios no mundo do trabalho contemporâneo, no que concerne a necessidade de refletir e produzir conhecimento sobre as características, possibilidades e limites de ações educativas que se reivindicam como alternativas ao modelo de desenvolvimento vigente, o presente texto compartilha uma sistematização inicial de uma pesquisa mais ampla, em andamento, cujo foco é refletir sobre a incubação de empreendimentos econômicos solidários, buscando identificar as particularidades teórico-metodológicas concernentes aos processos de incubação realizados pelas Incubadoras de empreendimentos solidários no estado do Ceará, avaliando os impactos destas ações à luz da recomposição de suas respectivas trajetórias.

Este percurso investigativo iniciou pela Iteps/UFCA, tendo sido elaboradas as seguintes perguntas de partida: quais as características dos processos de incubação realizados pela Iteps/UFCA? Em que medida a incubação em economia solidária colabora com o desenvolvimento dos grupos/empreendimentos incubados? Quais impactos são gerados?

A Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários (Iteps) é um núcleo de conhecimento vinculado ao Curso de Administração Pública e Gestão Social, na Universidade Federal do Cariri (UFCA), cujo processo de criação iniciou em 2008. Institucionalmente, a Iteps se configura como um programa de extensão e também como Grupo de Pesquisa vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que agrega docentes e discentes de graduação e pós-graduação,

bem como técnicos, de acordo com as demandas dos processos de incubação.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa foi constituída como um estudo de caso (YIN, 2005), de caráter descritivo e qualitativo, com o emprego das técnicas de análise de documentos (atas de reuniões, relatórios etc.), de registros orais e escritos das diversas rodas de conversa realizadas no acompanhamento dos grupos/EES incubados entre 2016 e 2018 e revisão de bibliografia. Portanto, assume também os riscos da pesquisa participante, conforme Brandão (1999). Tais dados foram sistematizados mediante análise de conteúdo, seguindo orientações de Minayo (2003). Os achados da pesquisa indicam que os processos de incubação sedimentam relações entre diversos atores e instituições sociais, gerando resultados econômicos, educacionais, ambientais e políticos, fruto dos encontros entre os saberes acadêmico e popular.

Para fins de exposição, o texto está organizado em quatro partes, além desta introdução: a primeira apresenta o contexto de emergência das incubadoras de economia solidária no Brasil e no Ceará; na sequência, as características da incubação em economia solidária; e a trajetória da Iteps/UFCA, destacando a metodologia de incubação aplicada, e como esta foi sendo sistematizada no decorrer de uma década, a partir das práticas e reflexões iniciadas na área da extensão, e depois envolvendo a pesquisa e o ensino. E, por fim, nas considerações finais, serão apresentados os seus principais resultados e limites identificados.

21 O CONTEXTO DE EMERGÊNCIA DAS INCUBADORAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Para argumentar sobre a especificidade da incubação em Economia Solidária nada melhor do que começar destacando as bases conceituais dessa práxis educativa, que nasce dentro das universidades públicas brasileiras, num contexto de profundas transformações.

Tais processos de mudanças atingem diretamente o mundo do trabalho, desestruturando-o, e são resultantes das constantes crises inerentes à economia capitalista, que repercutem em vários sentidos da vida social, no meio ambiente, na política e também impactam as relações de trabalho. Se, por um lado verifica-se as várias possibilidades alcançadas pelo conhecimento científico e pelos avanços tecnológicos, por outro, tem-se uma enorme desigualdade social, que marginaliza uma parte significativa da população.

Dados recentes sobre o aumento das desigualdades publicado pela Oxfam, na Pesquisa Desigualdade Mundial 2018, constatou que 1% da população brasileira detém quase 30% da renda do país e que os 5% mais ricos da população recebem por mês o mesmo que os demais 95% juntos. Ademais, em 2019, a estagnação econômica fez o Brasil cair para 9º posição no ranking global de desigualdade de renda.

Olhando um pouco mais atrás, no final dos anos 1980, observa-se um cenário bastante semelhante, de expansão dos ideais do neoliberalismo, que encontrou terreno

fértil no Brasil nos anos 1990, principalmente nos governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Acrescente-se a esse cenário o desmonte de empresas e órgãos estatais, bem como das universidades públicas.

Conforme Singer (2002), é nesse contexto que emergem as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS), no final da década de 1990, vinculadas às universidades brasileiras, visando o apoio e a disseminação de experiências em Economia Solidária. Em geral, as incubadoras têm se caracterizado como programas de extensão interdisciplinares, que atuam envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão.

Ainda compondo as particularidades das ITCPS, é relevante salientar que embora a sigla mencione a incubação de “cooperativas populares”, tais processos podem ocorrer com diversos tipos de grupos, denominados de empreendimentos econômicos solidários, conforme tipologia definida por Gaiger (2002). Ou seja, fazem parte desse rol associações de produção e comercialização, grupos informais, bancos comunitários, entre outros.

3 I CARACTERÍSTICAS DA INCUBAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

Conforme argumentação aqui exposta, a incubação em economia solidária possui características que as distinguem das incubadoras de empresas. De acordo com França Filho e Cunha (2009), estas cumprem relevantes papéis:

[...] primeiramente, elas capacitam os empreendimentos, tirando muitos deles da informalidade e da precariedade e propiciando uma renda digna a seus participantes. Um segundo papel é o de articular novas políticas públicas no campo da geração de trabalho e renda. Já um terceiro relaciona-se ao processo de organização das próprias ITCPS, que vêm se congregando em torno de redes nacionais, dando consistência à proposta e suporte à própria dinâmica de organização política das práticas de economia solidária (FRANÇA FILHO E CUNHA, 2009, p. 224).

Segundo Santos e Cruz (2008) a primeira ITCP surgiu na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), num dos centros de pesquisa da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE), em 1996, coordenada pelo professor Gonçalo Guimarães. Desde então, a proposta seguiu inspirando outras incubadoras noutras universidades do país.

Seguindo essa trilha, as incubadoras de Economia Solidária passaram a integrar duas redes nacionais, como estratégia de fortalecimento e intercâmbio de experiências. São elas: a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Rede Unitrabalho), criada em 1996; e a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPS), criada em 1998. No total, as duas redes aglutinam mais de cem incubadoras no Brasil.

No tocante à avaliação das ações desenvolvidas pelas Incubadoras, pesquisas realizadas junto ao Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Cooperativas (Proninc¹) avaliaram tais ações em diferentes momentos, sendo a primeira delas ocorrida entre 2005 e 2007 (coordenada pela Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE); outra entre 2010 e 2011, pelo Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano – IADH) e a mais recente, realizada entre 2016-2017, pelo Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Soltec/UFRJ). Nesse sentido, é importante destacar que todas elas estão disponíveis na internet e são importantes subsídios para a presente pesquisa.

Em concordância com os organizadores da última pesquisa avaliativa do Proninc (ADDOR; MENAFRA, 2018), este programa pode ser considerado como uma das políticas públicas mais relevantes do campo da formação e assessoramento técnico em economia solidária no contexto atual, pois é uma das poucas que teve continuidade após 2015, quando a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) deixa de existir como Secretaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social (que foi extinto pelo atual governo, iniciado em 2019). O Proninc possui uma particularidade digna de nota: ele fomenta diretamente não apenas os empreendimentos de economia solidária, mas também os grupos de pesquisa, técnicos e estudantes universitários, gerando conhecimento a partir de demandas dos setores populares.

A seguir, as incubadoras cearenses serão retratadas, com informações gerais sobre o seu perfil, público e área de atuação.

4 | AS INCUBADORAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DO CEARÁ

No Ceará, foram criadas quatro Incubadoras. A mais antiga delas, a Incubadora de Cooperativas Populares de Autogestão (IPCA), nasce no final dos anos 1990, sob a coordenação do Prof. Osmar de Sá Ponte. Jr, do Departamento de Ciências Sociais da UFC. Quase uma década depois, em 2007, surge a Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários (IEES), na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA), situada em Sobral, pelo Prof. Francisco Guedes, da área de Administração. Na sequência, nasce a ITEPS, no então Campus Avançado da Universidade Federal do Ceará no Cariri, hoje Universidade Federal Cariri (UFCA), em Juazeiro do Norte, em 2008, sendo atualmente coordenada pelo Prof. Eduardo Vivian da Cunha e por mim, ambos integrados ao Curso de Administração Pública; e, a mais recente, a Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (Intesol), criada em 2013, vinculada à Universidade da Integração Internacional

¹ O PRONINC foi criado em 1998, porém, a partir de 2003, com a criação da Senaes/Ministério do Trabalho e Emprego, passou a ser executado com regularidade. Seu principal objetivo é apoiar e fomentar as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) para que estas realizem a incubação de empreendimentos de economia solidária (EES), fornecendo também assessoria, qualificação, assistência técnica. Mais informações estão disponíveis pelo: < http://base.socioeco.org/docs/proninc_relatorio2017.pdf> Acesso em 15.jul.2019

da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab), em Redenção, sob coordenação da Prof^a Clébia Freitas, do Instituto de Desenvolvimento Rural.

As primeiras aproximações com o campo empírico da pesquisa (por meio de contatos informais com integrantes das incubadoras, pesquisas em redes sociais e nos sites das universidades), permite depreender alguns pontos: primeiro, há distintas denominações ou “nomações” quando se trata de incubadoras de empreendimentos solidários. A experiência pioneira (com mais de 20 anos de existência), realça as “cooperativas populares” (ICPA/UFC), enfatizando a perspectiva autogestionária, enquanto as demais mencionam os termos “empreendimentos econômicos solidários” (no caso da IEES/UEVA) – conforme Gaiger (2002); “empreendimentos populares e solidários” (na Iteps/UFCA) – termo comumente empregado pela Rede de ITCPs; ou, de forma mais abrangente, “economia solidária” (empregado pela Intesol/Unilab). As duas mais recentes (Iteps/UFCA e Intesol/Unilab) acionam a dimensão da tecnologia ao se autodenominarem como “incubadoras tecnológicas”, sendo estas afiliadas às tecnologias sociais. No tocante à institucionalização, apenas uma delas, a IEES/UEVA, possui portaria que a vincula à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, enquanto as demais são caracterizadas como “núcleos de conhecimento”, agregando programas e/ou projetos com ações de extensão, ensino e pesquisa. Os pontos convergentes são: todas estão diretamente ligadas a instituições públicas de ensino superior, tendo contado com políticas de apoio e fomento públicos em seus respectivos processos de constituição, com destaque para os editais do CNPq, via Proninc. E, no caso específico da Iteps/UFCA, houve apoio do Etene/BNB, sendo este item abordado com mais vagar na próxima sessão, que tratará da trajetória desta última incubadora.

5 | A TRAJETÓRIA DA ITEPS/UFCA

5.1 O processo de criação e suas primeiras ações

Conforme já dito anteriormente, a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários (Iteps) foi criada na Universidade Federal do Cariri (UFCA) em 2008, porém inicia suas atividades em 2009, quando esta era Campus Avançado da Universidade Federal do Ceará (UFC Cariri).

A noção de trajetória é aqui empregada segundo Gussi (2008), com o intuito de realçar a dimensão cultural na avaliação de políticas públicas, buscando ampliar e aprofundar o horizonte metodológico da avaliação, para além de uma visão meramente tecnicista.

Conforme relembra Cunha (2013, p.15), atual coordenador da Iteps, ainda no segundo semestre de 2008 foram dados os primeiros passos no sentido da criação da Iteps, mediante parceria firmada entre a então UFC Cariri e o Escritório Técnico de Estudos e Pesquisas do Banco do Nordeste do Brasil (Etene/BNB), sob a coordenação do Prof. Jeová Torres Silva Jr.

Desde então, a Iteps se configurou institucionalmente como um programa vinculado à Pró-reitoria de Extensão, com atuação na Região Metropolitana do Cariri cearense, com forte vinculação aos Cursos de Administração Pública e Administração, embora tenha contado com a participação de docentes dos cursos de Design de Produto e Jornalismo.

Assim, o início das ações de incubação da Iteps ocorreu efetivamente no segundo semestre de 2009, quando esta desenvolveu a incubação de três projetos, a saber: a Associação de Catadores do município de Barbalha, com apoio da prefeitura; a Cooperativa de Crédito do Crato, que envolvia agricultores familiares; e a Associação de Micro e Pequenos Empreendedores do Bairro Salesianos (Asmipesal), em Juazeiro do Norte, que depois assumiu outra personalidade jurídica: o Centro de Desenvolvimento Comunitário das Timbaúbas (CDCT), que abrigou o projeto de um banco comunitário.

De acordo com a análise dos relatórios e publicações, a Iteps atua em diversos segmentos sócio-produtivos, entre os quais se destacam: a agricultura de base agroecológica, o artesanato, as finanças solidárias, entre outros. Suas principais ações estão voltadas ao incentivo do associativismo e do cooperativismo, atuando no apoio à realização de feiras, atividades formativas e também junto aos fóruns e redes que agregam empreendimentos econômicos solidários e suas entidades de apoio e fomento.

Mas, afinal, como acontece a incubação desenvolvida pela Iteps?

5.2 A concepção teórico-metodológica da incubação em economia solidária

Nos registros das ações da Iteps divulgados em duas publicações², seus coordenadores afirmam que suas intervenções buscam viabilizar a geração de trabalho e renda de modo alternativo ao modelo hegemônico do mercado econômico, através do fomento e fortalecimento de empreendimentos solidários e/ou a redes locais de empreendimentos, com foco na autogestão e no desenvolvimento sustentável. Assim, conforme argumentam, a metodologia de incubação seria exercida como uma ação dialógica que adota práticas de educação popular, em que os integrantes dos empreendimentos participam de processos de formação voltados ao desenvolvimento das suas próprias capacidades, combinadas com conhecimentos técnicos e acadêmicos, de acordo com as demandas identificadas.

A incubação é planejada para durar em média dois a três anos e trata-se de um processo dialógico que envolve conteúdos basilares, envolvendo aspectos comportamentais, relações interpessoais e também aspectos técnicos, de gestão, precificação etc. Considerando que os sujeitos devem ser inseridos no processo de construção dos conhecimentos gerados, aproximando e horizontalizando a relação entre saberes acadêmicos e populares, adota-se uma pedagogia em que todos os integrantes são sujeitos ativos do processo e não meros receptores, tal como preconiza a educação popular,

2 As publicações estão disponíveis para consulta, na sede da Iteps e o último livro, lançado em 2015, encontra-se disponível também em formato e-book, no seguinte endereço: <http://ebooks.ufca.edu.br/catalogo/incubacao-em-economia-solidaria-contextos-desafios-e-perspectivas/> acesso em 29.set.2019

de inspiração freireana (FREIRE, 1996). Independentemente do nível de escolaridade (incluindo os não letrados), cada sujeito tem sua leitura de mundo própria, construída ao longo de suas experiências, que são fundamentais no processo de incubação.

Desse modo, o roteiro metodológico para o processo de incubação segue três etapas: a pré-incubação, a incubação propriamente dita e a desincubação, as quais, se desdobram em seis eixos: Diagnóstico, Planejamento, Formação, Acompanhamento, Sistematização e Divulgação dos resultados, conforme Quadro 1, a seguir:

FASES DA INCUBAÇÃO	CARACTERÍSTICAS	INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS
PRÉ-INCUBAÇÃO	Compreende os primeiros contatos entre a equipe da ITEPS e o empreendimento ou grupo a ser incubado. Nesse momento, são delineadas ações de aproximação e reconhecimento do território através de visitas, diagnóstico participativo, dinâmicas de integração etc. O objetivo é reconhecer o grupo e também ser reconhecido por ele; identificar suas particularidades e analisar coletivamente se o empreendimento possibilita o trabalho de incubação, ou não.	Elaboração de um Diagnóstico participativo e um plano de incubação, mediante rodas de conversa entre os participantes. Geralmente, utiliza-se a matriz FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças).
INCUBAÇÃO	Inicia com a implementação das ações definidas no planejamento participativo. Geralmente, iniciam as formações, sendo a definição dos conteúdos específicos, bem como seu formato e duração dependem das demandas identificadas, das características de cada grupo/empreendimento e dos objetivos que se pretende alcançar no decorrer de 1 a 3 anos.	Encontros semanais com os grupos/empreendimentos, sendo estes registrados com elaboração de relatórios de acompanhamento das ações do plano de trabalho, que, via de regra, contempla uma etapa inicial de formações, juntamente com o assessoramento técnico (aqui denominado de acompanhamento sistemático), que é avaliado em cada fase, permitindo correção dos rumos ao longo do processo.
DESINCUBAÇÃO OU PÓS-INCUBAÇÃO	Última etapa, em que o acompanhamento passa a ser feito de forma mais pontual, com o intuito de que os integrantes dos grupos/empreendimentos adquiram maior autonomia. Depende do grau de desenvolvimento do grupo e se dá de forma processual.	Trata-se da culminância da incubação, quando podem ser construídas outras formas de relacionamento entre os grupos/empreendimentos e a Incubadora. Por exemplo, atuando na captação de parceiros e outros projetos, visando a sustentabilidade do grupo/EES. A sistematização do processo é divulgada mediante relatórios, artigos, livros, comunicações etc.

Quadro 1 – Sistematização das características e instrumentos da incubação

Fonte: Elaboração própria

A sistematização da metodologia apresentada é fruto do amadurecimento da incubadora, e resulta do trabalho coletivo de docentes, discentes, integrantes dos grupos/EES e parceiros. Destaque-se também a participação da Iteps na Rede de ITCPs, nas atividades do Centro de Formação em Economia Solidária do Nordeste (CFES/NE), além de

eventos, tais como: Encontro Nordeste das Incubadoras de Economia Solidária (ENIES), as plenárias e conferências de Economia Solidária nas diversas esferas.

No que se refere a sua estrutura de funcionamento, a Iteps está atualmente organizada em seis eixos: Coordenação; Articulação institucional; Comunicação; Pesquisa e Formação; Produção e Finanças Solidárias. Cada um desses eixos é coordenado por um docente, com a participação de técnicos, e agrega estudantes de graduação e pós-graduação (bolsistas e/ou voluntários), de acordo com os perfis requeridos para atuar nos grupos/empreendimentos específicos e na incubadora de forma geral. Os eixos de coordenação, articulação institucional, pesquisa e formação são transversais e dão suporte ao funcionamento geral da incubadora.

5.3 Mapeamento dos grupos/empreendimentos incubados

Com o intuito de elaborar uma síntese dos processos de incubação realizados pela Iteps e dimensionar alguns resultados em termos de segmentos de atuação, trabalhadores, organizações parceiras, entre outros, veja-se a seguir o Quadro 2:

EES	SETOR	MUNICÍPIO	PARCEIROS	SITUAÇÃO ATUAL
Associação de Catadores de Recicláveis de Barbalha	Catadores	Barbalha	Proninc (recursos do CNPq), Prefeitura e Cáritas Regional	Encerrado
Associação Engenho do Lixo	Catadores	Juazeiro do Norte	Proninc (recursos do CNPq) e da Cáritas Regional	Encerrado
Associação de Catadores/as de Juazeiro do Norte	Catadores	Juazeiro do Norte	Proninc (recursos do CNPq) e da Cáritas Regional	Encerrado
Cooperativa de Crédito do Crato	Agricultores Familiares	Crato	Proninc (recursos do CNPq) e Proex	Encerrado
Rede de catadores da Região do Cariri	Catadores	Barbalha e Juazeiro do Norte	Proninc (recursos do CNPq) e Cáritas Regional	Encerrado
Banco Comunitário no Centro de Desenvolvimento Comunitário das Timbaúbas	Trabalhadores urbanos autônomos	Juazeiro do Norte	Proninc (recursos do CNPq), junto com Projeto desenvolvido pela ITES UFBA (parceria Senaes)	Encerrado
Fórum Caririense de Economia Solidária (FOCAES)	Representantes de EES, entidades de apoio e gestores públicos	Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha	Proninc (recursos do CNPq). Há um Projeto em curso com a Prefeitura do Crato e a Cáritas Regional	Em andamento
Rede de Empreendedores Criativos do Cariri	Artesãos	Crato	Proninc (recursos do CNPq)	Parceria pontual
Rede de Feiras Agroecológicas e Solidárias do Cariri	Agricultores familiares	Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha	Proninc (recursos do CNPq) e Proex	Parceria pontual

Núcleo de Assessoria de Comunicação em Economia Solidária	Diversos, nos meios rural e urbano	Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha	Proninc (recursos do CNPq)	Encerrado
Quintais Produtivos	Agricultores familiares	Crato e Barbalha	Proninc (recursos do CNPq) e Proex	Em andamento
Café Cariri Encantado	Agricultores familiares	Barbalha	Proninc (recursos do CNPq)	Parceria pontual
Grupo de Economia Solidária e Turismo Rural da Agricultura Familiar	Agricultores familiares	Barbalha	Proninc (recursos do CNPq)	Em andamento
Projeto Acontece no Terreiro	Trabalhadores urbanos autônomos	Alto da Penha (Crato)	Proninc (recursos do CNPq) e Proex	Parceria pontual
Trocaria do Gesso (Trocas solidárias)	Trabalhadores urbanos autônomos	Comunidade do Gesso (Crato)	Proninc (recursos do CNPq) e Proex	Parceria pontual
Loja colaborativa	Diversos	UFCA Juazeiro do Norte	Proninc (recursos do CNPq) e Proex	Em andamento
Projeto Mulheres do Baixio das Palmeiras	Agricultoras familiares	Baixio das Palmeiras, Crato	Proninc (recursos do CNPq) e Proex	Parceria pontual
Rede de Permacultores do Cariri	Diversos	Crato, Juazeiro e Barbalha	Proninc (recursos do CNPq) e Proex	Em andamento

Quadro 2 – Mapeamento dos grupos/EES incubados pela Iteps (2008-2018)

Fonte: Elaboração própria (adaptado de dados contidos em relatórios Proninc/CNPq e Proex/UFCA).

Conforme se observa, há diversos grupos/empreendimentos que passaram pelo processo de incubação (15, no total), e outros que permanecem sendo incubados (aqui considerados aqueles com situação “em andamento” ou “parceria pontual”. Destaca-se a atuação territorial nos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, com uma diversidade de segmentos produtivos nos meios rural e urbano, entre os quais, podem ser ressaltados os catadores de recicláveis, agricultores familiares e artesãos. Em termos de número de trabalhadores envolvidos, há uma variação considerável, a depender do tipo de grupo/EES, desde oito a cinquenta pessoas. Os maiores quantitativos se referem à organização de redes de EES – caso dos catadores, artesãos e agricultores familiares.

A presente categorização em que se vê a palavra “encerrado” merece uma reflexão - caso dos EES ligados ao segmento de catadores, por exemplo. Geralmente, isso ocorre quando o docente responsável pelo eixo produtivo não está ativo na Iteps. Neste caso específico, desde 2016 há docentes afastados para cursar pós-graduação, o que tem acarretado a desarticulação ou distanciamento de alguns grupos/EES, dentre os quais, além dos catadores, aqueles ligados à comunicação. Nesse sentido, para que os grupos/EES sejam efetivamente acompanhados, o comprometimento dos docentes é fundamental,

principalmente na motivação da equipe técnica, dos estudantes, nos trabalhos em campo, diretamente com os grupos/EES e demais atividades próprias do processo de incubação. Eis aqui um dos desafios a serem superados, pois a equipe de trabalho permanente é bastante reduzida, recebendo reforço mediante acesso a recursos dos editais de fomento, quando ocorre seleção de bolsistas (estudantes e técnicos). Assim, em 2017 e 2018, contou-se com uma equipe composta por dez bolsistas, com recursos captados externa e internamente, respectivamente oriundos do Proninc/CNPq e da Pró-reitoria de Extensão.

Embora a incubação em economia solidária esteja fortemente vinculada à prática da extensão universitária, não se desprende das ações de pesquisa e de ensino. Nessa perspectiva, como forma de fomentar a pesquisa a partir da extensão, a Iteps se constitui como grupo de pesquisa (certificado pelo CNPq desde 2014). E, na área do ensino, os docentes vinculados à Incubadora ofertam a disciplina “Gestão e Incubação em Empreendimentos Econômicos Solidários”, incluída na matriz curricular do Curso de Administração Pública, como optativa, e também a disciplina de Socioeconomia e Economia Solidária (obrigatória), além de receber estudantes para estágio em várias modalidades, de diferentes cursos, interessados em compreender melhor sobre concepções e práticas em economia solidária, educação popular etc.

No tocante à sistematização e publicização dos resultados, as ações desenvolvidas pela Iteps costumam ser registradas em diferentes meios (relatórios, fotografia, vídeos etc.) e divulgadas em artigos acadêmicos, relatos de experiências ou capítulos de livros. Algumas ações de incubação foram a base para trabalhos de conclusão de curso na graduação, especialização e dissertações de mestrado.

No que se refere à sistematização, importa salientar que esta é adotada como um processo fundamental na construção coletiva de conhecimento, indo além do registro e da preservação da memória das atividades, que são igualmente fundamentais. Nas palavras de Holliday (2016) sistematizar é, sobretudo, construir conhecimento partindo das experiências das pessoas, visando a transformação de realidades. E, por ser este um ato pedagógico por excelência, está na base das práticas de incubação.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um primeiro ponto a sublinhar é a complexidade inerente à incubação em economia solidária, constituindo-se, portanto, num processo educativo que aglutina diferentes atores e instituições sociais, entre as quais destacam-se as universidades, os empreendimentos econômicos solidários, os movimentos sociais e os gestores de políticas públicas.

A recomposição da trajetória da Iteps/UFCA permite inferir que a incubação realizada nesses moldes, primando por relações igualitárias entre participantes do processo e pela dialogicidade entre os saberes acadêmico e popular impulsiona a sustentabilidade dos Grupos/EES, sendo esta entendida em suas dimensões econômica, no sentido da geração

de trabalho e renda; educacional, pelo acesso à formações, capacitações e participação em eventos voltados ao intercâmbio de conhecimentos; ambiental, pela atuação nas áreas de agroecologia e reciclagem; social, inclusão de trabalhadores tradicionalmente excluídos do acesso a políticas públicas, tais como catadores de materiais recicláveis, agricultores familiares, entre outros) e política, pela cooperação no processo de gestão coletiva dos meios de produção e aperfeiçoamento da democracia interna.

No tocante aos limites, destaca-se que a Iteps ainda não possui personalidade jurídica própria, reduzindo sua autonomia na captação de recursos e gerando a intermitência dos projetos – não há custeio permanente de uma equipe técnica, provocando interrupção e/ou intermitência nos processos de incubação.

Conclui-se que a ITEPS tem cumprido um relevante papel na região do Cariri Cearense, tanto como entidade de apoio e fomento à Economia Solidária, quanto como programa universitário que desempenha ações articuladas com Ensino, Pesquisa e Extensão, favorecendo o despertar para uma cultura do trabalho associado de base autogestionária.

REFERÊNCIAS

ADDOR, F. e MENAFRA, RP (Orgs). Relatório Final de Avaliação do PRONINC 2017. Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC/UFRJ) – Rio de Janeiro, 2017. Disponível pelo: http://base.socioeco.org/docs/proninc_relatorio2017.pdf> Acesso em 20.jul.2019.

BRANDÃO, C. Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CUNHA, EV. Apresentando as discussões: a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários e seus aprendizados em diálogo com outras experiências. In: CUNHA, EV; MEDEIROS, AC; TAVARES, AO (Orgs). Incubação em Economia Solidária – Reflexões sobre suas práticas e metodologias. Fortaleza: Impreco, 2013.

_____ e FRANÇA FILHO, G.C.; Incubação de redes de economia solidária. In: CATTANI, AD et al (Orgs.). Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almedina, 2009.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAIGER, L. I. Empreendimento Econômico Solidário. In: CATTANI, AD et al. (Orgs.), Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra, Almedina, 2009.

GUSSI, AF. Apontamentos teórico-metodológicos para avaliação de programas de microcrédito. Aval – Revista de Avaliação de Políticas Públicas. UFC, N°1, 2008, p. 29-37.

HOLLIDAY, O J. La sistematización de experiencias, práctica y teoría para otros mundos posibles. San José. Centro de Estudios y Publicaciones Alforja, CEAAL Itermon Oxfam, 2014.

MINAYO, C. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

SANTOS, AM e CRUZ, CM. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: interdisciplinariedade articulando ensino, pesquisa e extensão universitária. E-cadernos CES [Online], 02 | 2008.

SINGER, P. Introdução à economia solidária. São Paulo: Ed. Fundação Per seu Abramo, 2002.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

O PERFIL DOS ALUNOS DO PROEJA: SENTIDOS E SIGNIFICADOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Data de aceite: 19/08/2020

Data da submissão: 08/05/2020

Carolina Coimbra de Carvalho

Universidade Federal do Maranhão - UFMA
Instituto Federal do Maranhão - IFMA

Andréia Carolina Severo Lima

Universidade Federal do Maranhão - UFMA
Instituto Federal do Maranhão - IFMA

Natannael Castro Vilhena

Instituto Federal do Maranhão - IFMA

O estudo é resultado do Projeto de Pesquisa realizado no Instituto Federal de Educação do Maranhão – IFMA, tendo o autor como bolsista financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA, selecionado por meio de Edital PIBIC Superior, PRPGI nº 04, de 12 de janeiro de 2018.

RESUMO: Este estudo objetivou estabelecer uma apreciação crítica a partir do perfil socioeconômico e educacional dos alunos ingressos no Instituto Federal de Educação do Maranhão - IFMA - Campus São Luís-Maracanã, de dois cursos técnicos do Programa Nacional de Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), considerando os sentidos e significados do processo de escolarização desses educandos, identificando suas aspirações e dificuldades frente à dinâmica da formação profissional. A pesquisa baseou-se em uma

abordagem quanti-qualitativa, incluindo um estudo bibliográfico e análise documental. O instrumento para a coleta de dados foi o questionário, e sua aplicação envolveu os/as alunos/as dos cursos técnicos de Agropecuária e Cozinha. A interpretação e análise dos dados oportunizou conhecer o público-alvo desta política pública, compreendendo suas opiniões, expectativas e motivações acerca da sua escolarização e profissionalização. Os resultados indicam com veemência um perfil de alunos/as que buscam na escolarização a possibilidade de retomar os estudos e ressignificar sua autoestima, associando este processo à colocação no mercado de trabalho para que tenham melhoria da qualidade de vida e possam proporcionar dignidade à sua família e a si mesmos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de jovens e adultos, PROEJA, Formação Profissional, Ensino médio integrado.

ABSTRACT: This study aimed to establish a critical appraisal based on the socioeconomic and educational profile of students enrolled at the Federal Institute of Education of Maranhão - IFMA - Campus São Luís-Maracanã, of two technical courses of the National Program of Professional Education Integrated to Basic Education in the Youth and Adult Education (PROEJA), considering the senses and meanings of the schooling process of these students, identifying their aspirations and difficulties in view of the dynamics of professional training. The research was based on a quantitative-qualitative approach,

including a bibliographic study and documentary analysis. The instrument for data collection was the questionnaire, and its application involved students from technical courses in Agriculture and Kitchen. The interpretation and analysis of the data made it possible to meet the target audience of this public policy, understanding their opinions, expectations and motivations about their schooling and professionalization. The results strongly indicate a profile of students looking for schooling the possibility of resuming their studies and re-signifying their self-esteem, associating this process with placing them in the job market so that they have improved quality of life and can provide dignity to their family. and themselves. **KEYWORDS:** Youth and adult education, PROEJA, Professional Training, Integrated high school.

INTRODUÇÃO

O estudo intitulado “O PERFIL DOS ALUNOS DO PROEJA: sentidos e significados da formação profissional” teve como intencionalidade estabelecer uma apreciação crítica a partir do perfil socioeconômico e educacional dos alunos ingressos no IFMA Campus São Luís-Maracanã, de dois cursos técnicos do Programa Nacional de Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), o Curso Técnico em Cozinha e o Curso Técnico em Agropecuária, considerando os sentidos e significados do processo de escolarização dos educandos, identificando suas aspirações e dificuldades frente à dinâmica da formação profissional.

Pretendeu-se com esta pesquisa, analisar os aspectos socioeconômicos e educacionais vinculados à formação dos alunos, de modo que os resultados apresentados e discutidos possam servir como mapeamento dos principais desafios para o êxito do PROEJA na Instituição.

A dimensão social do Programa de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA – visa oferecer oportunidades educacionais a jovens e adultos em nível de ensino médio, habilitando-os em uma profissão técnica de nível médio. Suas bases legais estão firmadas no Decreto n° 5154 de 23 de julho de 2004, que regulamentou a Educação Profissional a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996), e pelo Decreto n° 5840/2006, oficializando assim o referido Programa, incitando a superação da histórica dicotomia entre formação profissional e educação geral.

Muito embora a Educação de Jovens e Adultos seja uma demanda social notoriamente crescente, pode-se afirmar que ainda predominam iniciativas marcadas pela descontinuidade, contradições e descaso dos órgãos públicos responsáveis com essa modalidade de ensino, que se destina aos sujeitos que não tiveram oportunidades de escolarização na idade própria. Dessa maneira, esse viés de políticas públicas deve pautar o desenvolvimento de ações baseadas em princípios epistemológicos que resultem em um corpo teórico bem estabelecido e que respeite as dimensões sociais, econômicas, culturais, cognitivas e afetivas do jovem e do adulto em situação de aprendizagem escolar (CABELLO, 1998)

No que se refere ao PROEJA, sua implementação projeta um horizonte que visa avançar para além de um Programa, uma vez que seu objetivo é mais ambicioso e aponta para a perspectiva da construção de uma política pública do Estado brasileiro nessa esfera educacional.

Diante pois, da dinâmica que trata da relação entre educação profissional, ensino médio e educação de jovens e adultos, surgiu a inquietação para a realização desta pesquisa, cujo desdobramento foi identificar o perfil do público desses cursos, as dinâmicas estabelecidas nesse conflito de políticas públicas e os impactos dessa formação nas histórias de vida e projetos de futuro para estes educandos.

Para fins metodológicos, a pesquisa inseriu-se em uma abordagem quanti-qualitativa, incluindo um estudo bibliográfico e análise documental. A coleta de dados deu-se por meio de pesquisa de campo, com aplicação de questionário envolvendo 92 alunos/as do PROEJA do IFMA - Campus São Luís/Maracanã, em seguida, os dados foram interpretados e analisados, possibilitando conhecer o público-alvo desta política pública, por meio de suas opiniões, expectativas e motivações acerca da sua escolarização e profissionalização. Os resultados indicam com veemência um perfil de alunos/as que buscam na escolarização a possibilidade de retomar os estudos e ressignificar sua autoestima, associando este processo à colocação no mercado de trabalho para que tenham melhoria da qualidade de vida e possam proporcionar dignidade à sua família e a si mesmos.

METODOLOGIA

O caminho metodológico para o desvelamento dos dados e da apropriação do objeto estudado, baseou-se em uma pesquisa quanti-qualitativa que, de acordo com Creswell e Clark (2007), apresenta uma tipologia voltada para as ciências sociais. Conforme os autores mencionados, a combinação de duas abordagens pode possibilitar dois olhares diferentes, propiciando uma visualização ampla do problema investigado.

Na construção do percurso metodológico, a primeira etapa da pesquisa consistiu em estudo bibliográfico acerca da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, a Educação Profissional e regulamentações sobre as políticas de integração da Educação Básica com a educação profissional na modalidade EJA.

Paralelo ao estudo bibliográfico foi realizada pesquisa do tipo documental no sentido de conhecer e analisar o plano de desenvolvimento institucional (PDI), os planos de curso, bem como as legislações referentes ao PROEJA. Isso se justifica na afirmação de Almeida (2008, p. 36) quando diz que os documentos constituem elementos reveladores das estruturas e práticas específicas de dadas instituições. Através deles são colhidas informações e dados significativos numa visão complementar entre dados quantitativos e qualitativos.

Em seguida foi realizada a coleta de dados baseada na aplicação de um questionário, que foi construído por uma série ordenada de 15 (quinze) perguntas, sendo 12 (objetivas) para seleção de uma opção de resposta, e 03 (três) subjetivas, onde os participantes tiveram a liberdade para discorrer sobre o que lhes foi perguntado.

Esse processo de coleta de dados, em virtude da sua dimensão quantitativa foi realizada com a utilização do Formulário do *Google Forms*, ora por meio do preenchimento do formulário no Laboratório de Informática, ora com auxílio de aparelho celular do tipo *Smartphone*. Atualmente, a realização de pesquisas através de formulários eletrônicos tem se constituído como uma opção amplamente utilizada, devido a facilidade no que diz respeito à distribuição da pesquisa aos participantes e também, posteriormente, à organização e análise dos dados coletados. Existem várias vantagens associadas à utilização do formulário eletrônico quando comparado ao formulário convencional (com utilização de papel), entre elas, a facilidade na busca de dados, a utilização de armazenamento físico diminuto e distribuição fácil e rápida (ZANINI, 2007).

Assim, a pesquisa envolveu 92 sujeitos com vistas a traçar o perfil sócio econômico e educacional dos/as alunos/as que participam do PROEJA, com amostra representativa de dois cursos: Técnico em Agropecuária e Técnico em Cozinha. Para fins de validação dos dados, a amostra idealizada representou 50% do total de matrículas em ambos os cursos, representando assim o potencial da pesquisa.

Após a coleta dos dados por meio do questionário, realizou-se a tabulação e análise quanti-qualitativa dos mesmos. Para facilitar a leitura, esses resultados foram devidamente organizados e são aqui apresentados a partir gráficos e tabelas.

DESENVOLVIMENTO

Ao longo da história observa-se que a educação sempre esteve relacionada com o trabalho útil, contudo, com o avanço do setor industrial a partir dos anos 1930, o Brasil passou a exigir mão de obra qualificada para atuarem nas grandes indústrias, dando início à escolarização de jovens e adultos para serem preparados para suprir a necessidade desse setor.

A intenção emergencial era compensar o alto índice de analfabetismo, o que centralizou discussões a respeito da Educação de Jovens e Adultos (EJA), tomando maior proporção na década de 1960 com relação às metodologias utilizadas para o ensino deste público.

Na trama de um processo histórico, apesar da Constituição de 1988 garantir “o direito à educação a todos”, a prioridade orçamentária envolveu apenas o ensino fundamental (crianças e adolescentes), marginalizando assim, os outros níveis e modalidades de ensino que atendem à faixas etárias diferentes. Após quase uma década, com a aprovação da

LDB nº 9394/96, avanços significativos foram redesenhando a escolarização de jovens e adultos. Já nos anos 2000, os ideais da LDB são projetados no Plano Nacional de Educação – PNE, que após ser instituído pela Lei nº 10.172, trouxe como objetivos a elevação global do nível de escolaridade da população, a melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Diante desse breve contexto histórico, visando reparar a baixa expectativa da inclusão profissional de jovens e adultos, foi criado pelo Governo Federal por meio do Decreto de nº 5.478/2005, o Programa de Integração da Educação Técnica de Nível Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). No ano seguinte, o referido dispositivo legal foi substituído pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, que instituiu, em âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Diante da substituição, o Programa manteve seus princípios, mas ampliou a sua abrangência, atendendo também a formação inicial e continuada de trabalhadores do Ensino Fundamental, além de cursos e programas de Educação Profissional Técnica de nível Médio.

Não obstante, um dos grandes desafios do PROEJA é integrar três campos da educação que historicamente não estão muito próximos: o ensino médio, a formação profissional técnica de nível médio e a educação de jovens e adultos. Igualmente desafiante é conseguir fazer com que as ofertas resultantes do Programa contribuam de fato para a melhoria das condições de participação social, política, cultural e no mundo do trabalho desses coletivos, em vez de produzir mais uma ação de contenção social.

Deste modo, um dos princípios definidos com vistas a consolidar os fundamentos do PROEJA é o trabalho como princípio educativo. Assim, entende-se que

A vinculação da escola média com a perspectiva do trabalho não se pauta pela relação com a ocupação profissional diretamente, mas pelo entendimento de que homens e mulheres produzem sua condição humana pelo trabalho, ação transformadora no mundo, de si, para si e para outrem (BRASIL, 2007, p. 42).

Ao pensarmos em “Educação pelo trabalho” ou em “Trabalho como princípio educativo”, a primeira questão com a qual nos deparamos está relacionada à condição e percepção do que é trabalho. Nas sociedades primitivas o trabalho tinha como característica principal ser solidário e coletivo, sendo a produção apropriada por todos. Com o advento da economia de mercado, o trabalho deixou de ser o espaço social de construção do sentimento de tribo, de comunidade, passando a ser tão somente uma mercadoria que, a partir do momento em que é comprada por quem detém o capital, aliena o trabalhador da complexidade do processo de trabalho e também dos seus resultados. Dessa forma, embora o trabalho seja responsável pela construção da nossa própria humanização, não se constitui, necessariamente, no nosso tempo em um valor humano positivo, podendo ser emancipador, mas também ser um instrumento que submete e até mesmo escraviza o

indivíduo.

Ainda sobre a categoria trabalho, Marx advoga que ela “*é a condição indispensável da existência do homem, uma necessidade eterna, o mediador da circulação material entre o homem e a natureza*” (Marx, 1987). E sendo uma “necessidade eterna”, uma condição de sobrevivência, estará sempre presente nas comunidades humanas, entendidas aqui nas suas várias formas. Logo, o trabalho é o caminho de construção da identidade humana.

Nesse sentido, o desenvolvimento histórico do modelo educacional brasileiro, desenrolou-se na tensão que as classes em luta lhe foram imprimindo. Pois, historicamente, assim como as elites almejavam colocar a educação a serviço de seus interesses, do mesmo modo, as classes populares buscam na escola a satisfação de seus interesses. Eis a expressão da contradição que a luta de classes impõe à exigência educacional.

De acordo com TONET (2016, p. 38)

A nosso ver, é perda de tempo querer pensar uma educação emancipadora (conteúdos, métodos, técnicas, currículos, programas, formas de avaliação, etc.) como um conjunto sistematizado que possa se transformar em uma política educacional. Certamente, podem-se estabelecer políticas educacionais mais ou menos progressistas e, por isso, a luta nessa esfera não deve ser menosprezada. Porém, o conjunto da educação só poderá adquirir um caráter predominantemente emancipador na medida em que a matriz da sociabilidade emancipada – o trabalho associado – fizer pender a balança para o lado da efetiva superação da sociabilidade do capital.

A partir da contribuição do autor é possível compreender que a educação é determinada pelas bases materiais da sociedade, que no modo de produção capitalista são impostas decisivamente pela instância ideológica. E, se essas bases permanecem, é inofensiva qualquer pretensão de revolução via educação, qualquer que seja seu princípio educativo.

Para Mészáros (2008), o caminho de aproximar a educação do seu real sentido é a superação do capital, sob pena de mudanças superficiais sem efeitos relevantes. Em sua obra “A educação para além do capital”, o pensador desenvolve de forma objetiva como a educação pode ser um instrumento transformador (em que o ser humano é o centro de suas atenções) e não meramente tecnicista e justificador da atual realidade.

Portanto, o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a auto mudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. (MÉSZÁROS, 2008).

Direcionando esses pressupostos à ênfase do nosso objeto, que trata da articulação da formação profissional aliada à EJA, recorreremos à compreensão de Ciavatta (2005) que enfatiza que essa integração entre formação geral e formação profissional deve se tornar um quesito inseparável dentro do contexto da educação profissional, sobretudo no que concerne à EJA, em que a maioria dos sujeitos estão inseridos em formas diversas de

trabalho. A referida autora também destaca que, nesse contexto de educação profissional, em que o princípio educativo é o trabalho, tal proposta de integração permite ultrapassar a dicotomia existente entre trabalho manual e trabalho intelectual: um não faz parte do outro, o que deverá modificar tal situação, fazendo com que a dimensão intelectual seja incorporada ao trabalho produtivo, e dessa maneira forme-se um trabalhador capaz de atuar como dirigente e como cidadão. Assim,

[...] a educação geral se torna inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico e superior. (CIAVATTA, 2005, p. 84).

Diante disso, o documento base do PROEJA (2007, p. 41) orienta que:

É necessário, também, estabelecer a relação entre educação profissional, ensino médio e EJA, trançando os fios que entrelaçam a perspectiva de pensar, de forma integrada, um projeto educativo, para além de segmentações e superposições que tão pouco revelam das possibilidades de ver mais complexamente a realidade e, por esse ponto de vista, pensar também a intervenção pedagógica.

Com isso vemos que não adianta planejar sem antes haver uma relação bem estruturada entre a formação científica de base geral com a tecnológica voltada para a profissionalização e sem um projeto educativo pautado nessa harmonização dos saberes, pois só partir dessa configuração, cada área de conhecimento irá se articular.

Portanto, entender e avaliar os impactos do PROEJA pelo viés dos discursos dos discentes, em uma instituição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica é também, compreender e reconhecer sua importância histórica na reorientação das políticas relacionadas tanto à EJA, quanto à Educação Profissional e à Educação Básica no país e isso se faz primordial para alcançarmos melhoria da qualidade da oferta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando a proposta inicial deste estudo, que consistiu em analisar os aspectos socioeconômicos e educacionais vinculados à formação dos alunos ingressos no IFMA Campus São Luís-Maracanã, de dois cursos técnicos do Programa Nacional de Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), sendo eles: o Curso Técnico em Cozinha e o Curso Técnico em Agropecuária, desvelamos aqui os achados da pesquisa.

Inicialmente, para compreensão da dimensão da amostra analisada destacamos que o IFMA – Campus São Luís/Maracanã possui atualmente 82 (oitenta e dois) alunos

matriculados no curso Técnico em Agropecuária e 89 (oitenta e nove) no curso Técnico em Cozinha, ambos na modalidade PROEJA, destes, a pesquisa abrangeu um universo de 92 alunos, correspondendo a 53,8% do total de alunos matriculados, representando uma amostra significativa para composição do perfil de alunos/as desses cursos.

A amostra contou com 51,1% de alunos pertencentes ao Curso Técnico em Cozinha e 48,9% do Curso Técnico em Agropecuária. Chama-nos atenção o número de mulheres matriculadas e participantes da pesquisa no Curso de Cozinha que é bem superior comparado ao outro curso analisado.

Faixa etária	Percentual	Quantidade de alunos
18 a 20 anos	19,56 %	18
21 a 30 anos	43,48 %	40
31 a 40 anos	16,31 %	15
41 a 49 anos	13,04 %	12
Acima de 50 anos	7,61 %	07
Total	100 %	92

Quadro 01 - Perfil etário dos alunos do PROEJA - IFMA Campus São Luís/Maracanã

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Por meio do Quadro 1 pôde-se constatar que apesar do maior índice (43,48%) dos estudantes que frequentam os cursos PROEJA no IFMA Campus São Luís/Maracanã terem entre 21 e 30 anos, o perfil de alunos é bastante heterogêneo com relação à idade, como demonstra os percentuais nas demais faixas. Esses dados corroboram o que diz o Documento Base do PROEJA sobre os sujeitos a serem atendidos: “Formam grupos heterogêneos quanto à faixa etária” (BRASIL, 2007, p. 47).

Ainda analisando o Quadro 01, as mulheres constituíram maioria entre os participantes da pesquisa, sendo 64 mulheres e 28 homens. Esta proporção foi diferente entre os cursos analisado. No curso Técnico em Agropecuária, 48,88% dos participantes pertenciam ao sexo feminino e 89,36% no curso de Cozinha, evidenciando uma maior proporção de mulheres no segundo curso.

A situação de trabalho também foi investigada na pesquisa demonstrando que 71% dos entrevistados não trabalham, apenas estudam e 29% conciliam estudo e trabalho. A oferta dos cursos se dá no diurno, evidenciando a oportunidade de estudos aliada à qualificação profissional para pessoas jovens e adultas que se encontram desempregadas. Dentre aqueles que trabalham, com relação ao vínculo, obteve-se os seguintes dados:

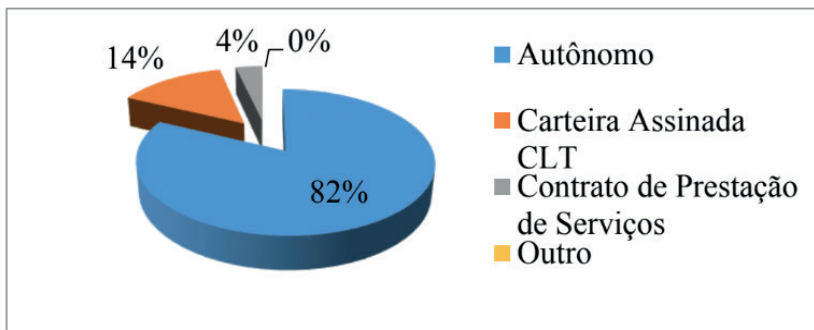


Figura 1 - Vínculo de Trabalho dos alunos

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Sobre o vínculo empregatício, evidenciou-se que a maioria dos alunos se declararam na categoria autônomo, nos levando a inferir acerca da sua atuação na perspectiva informal ou esporádica na prestação de algum serviço.

Com relação a renda familiar mensal, mais de 90% dos alunos¹ possuem uma renda familiar de até 1 (um) salário mínimo. Esses dados também revelam que a grande maioria dos alunos são oriundos de famílias carentes e, ao retornarem aos bancos escolares, buscam a melhoria de vida para toda sua família.

Os dados da trajetória escolar apontaram que quase a totalidade dos alunos participantes da pesquisa são oriundos da escola pública, o que reflete as condições socioeconômicas dos mesmos.

Sobre o ano de conclusão do ensino fundamental os dados evidenciaram que os participantes o concluíram principalmente entre os anos de 2011 e 2018, representando 41,30% seguido do período entre 2001 e 2010 com o percentual de 28,26%. Diante disso, este dado revela que as trajetórias escolares interrompidas são recentes e também se relacionam ao perfil etário mais jovem entre os estudantes.

Com relação à reprovação, por meio da análise foi possível perceber que essa é uma característica marcante dos alunos que buscam, posteriormente a EJA como forma de “recuperar o tempo perdido”. Assim identificou-se que 50% dos alunos total da amostra já ficaram reprovados e dentre eles, 47,8% ficaram reprovados ao menos uma vez.

Em seguida, os alunos foram perguntados sobre os motivos pelos quais os fizeram ingressar no ensino integrado à educação profissional, considerando esse processo de retomada de estudos. As respostas variaram entre:

¹ Destaca-se que nessa questão 10 (dez) alunos da amostra pesquisada deixaram de responder por motivos que não podemos qualificar. Contudo, diante do perfil demonstrado, podemos inferir que as respostas silenciadas possivelmente aumentariam o percentual entre os que detêm renda familiar igual a 1 (um) salário mínimo.

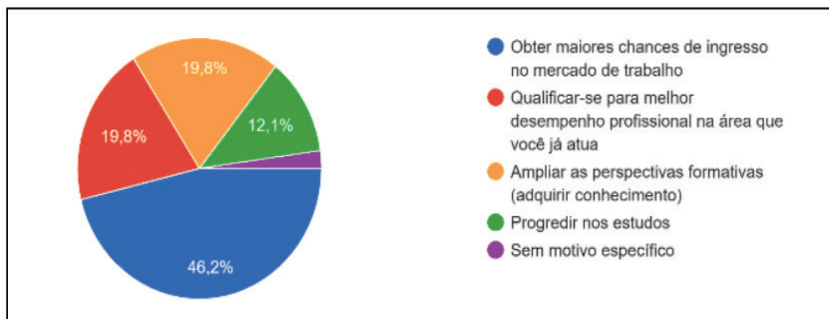


Figura 2 - Quais foram os motivos que o fizeram ingressar no ensino integrado à educação profissional?

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Os dados indicam que 46,2% dos participantes da pesquisa buscaram o ensino médio integrado à educação profissional para obter maiores chances no mercado de trabalho, seguido de 19,8% que buscam qualificar-se para melhor desempenho na área em que já atuam e esse mesmo percentual indica que os alunos desejam ampliar as perspectivas formativas, isto é, adquirir novos conhecimentos.

É muito comum entre alunos do PROEJA, associarem o processo formativo à obtenção de um emprego ou renda. Eles veem na escolarização uma grande oportunidade para estabelecer essa “passagem” para o mercado de trabalho.

Sobre a escolha dos cursos, foi perguntado aos alunos qual a melhor opção que define sua escolha pelo curso.

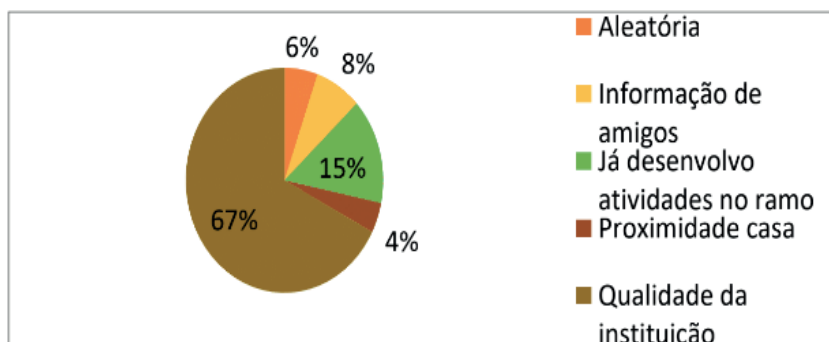


Figura 3 - Qual a melhor opção define sua escolha pelo curso?

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Foi possível perceber que 67% dos estudantes buscam o IFMA pela qualidade da instituição, deste modo, esperam dela um espaço que atenda às suas necessidades como pessoas e não apenas como alunos, e acreditam que o fato de estudarem no IFMA representa uma marca importante para que possam realmente sair qualificados e ingressarem no mercado, por isso apostam nela de forma quase que unânime.

Sobre a continuação dos estudos, 92,2% dos alunos revelaram que pretendem dar seguimento aos estudos, desvelando a relevância do processo educacional na formação e no desenvolvimento humano. Esse dado também demonstra que os alunos estão motivados, que desejam continuar aprendendo, sentindo-se mais valorizados por si mesmos e pelos outros devido sua qualificação, evidenciando a elevação da sua autoestima.

Ainda sobre a continuidade de estudos, os alunos foram perguntados sobre qual curso pretendem cursar no ensino superior, sendo obtidas as seguintes respostas:

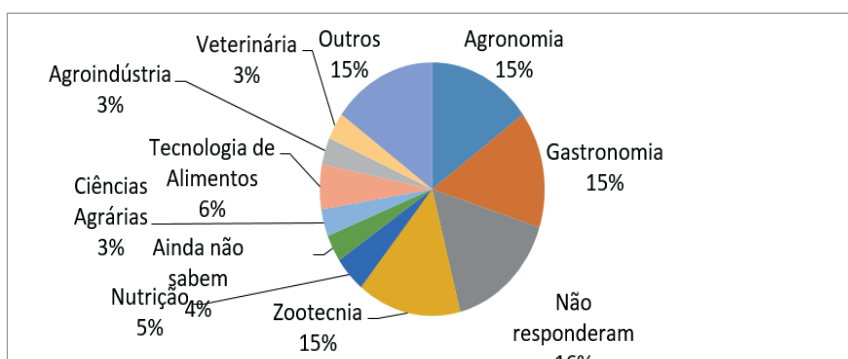


Figura 04 - Curso que pretende cursar no Ensino Superior

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

É possível perceber que suas escolhas estão diretamente relacionadas a área do curso técnico que frequentam, demonstrando afinidade com a mesma. Na figura 04, vê-se um percentual de 39% de escolhas de cursos na mesma área da Agropecuária (Zootecnia, Agronomia, Veterinária, Ciências Agrárias, Agroindústria) e 26% em área aproximada ao curso de Cozinha (Gastronomia, Tecnologia de Alimentos, Nutrição). Assim, a verticalização do ensino deve ser um ponto de reflexão permanente pela instituição para receber estes alunos, de modo a garantir seu percurso formativo no ensino superior.

Também buscou-se captar, como os alunos descrevem a relação com os professores da instituição, visto que, esse aspecto é fundamental para compreensão do fenômeno da formação. Assim, os dados desvelaram que 98% da amostra descrevem a relação como: ótima ou boa, acompanhada do destaque à formação do corpo docente da instituição e a paciência, como fatores facilitadores da aprendizagem.

Para compreensão da objetividade da política do PROEJA declarada nos seus dispositivos legais, questionou-se aos alunos sobre como eles, enquanto sujeitos em foco dessa política, compreendem o ensino médio integrado à educação profissional na modalidade EJA. Nesse aspecto, as respostas, em sua totalidade, destacaram com veemência sobre “a oportunidade de voltar a estudar para quem precisou interromper e agora pode recuperar o tempo perdido”.

A última categoria de dados buscou trazer à tona a trajetória de vida desses sujeitos, refletindo a intencionalidade inicialmente proposta pela pesquisa. Assim, os dados revelaram um perfil socioeconômico generalizado na amostra, com destaque para o trabalho no campo, falta de oportunidades, insegurança alimentar, migração do campo para a cidade, ausência de emprego formal etc.

Diante, pois, de todos os dados coletados, observações realizadas e estudos efetivados sobre o PROEJA, afirma-se que conhecer o público-alvo desta política pública foi fundamental para o êxito deste estudo, não apenas quantitativamente, mas também qualitativamente, através de uma aproximação com a realidade vivenciada pelo aluno, investigando suas opiniões, expectativas e motivações, pois ninguém melhor do que o próprio aluno para apontar quais caminhos devem ser trilhados e quais estratégias podem ser desenvolvidas para que se obtenha sucesso no intuito de uma formação humana integral e condizente com os novos arranjos da nossa sociedade, trazendo no bojo das propostas a dimensão do trabalho como princípio educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a literatura e analisando a pesquisa, considera-se que a garantia de acesso, participação e aprendizagem de todos os Jovens e Adultos nas instituições de ensino tem contribuído para a construção de uma nova cultura de valorização das diferenças. Desse modo, sendo a educação de jovens e adultos, destinada a todos aqueles que por algum motivo não tiveram a oportunidade de estudar, ou mesmo concluir seus estudos na idade considerada própria, essa modalidade de ensino precisa ser uma educação transformadora e libertadora, trazendo a esse público uma nova oportunidade de vida, autoestima e ressignificação da identidade desses sujeitos que até então sentiam-se marginalizados e excluídos da sociedade.

Pesquisadores, militantes, educadores, movimentos sociais dentre outros, têm lutado para consolidar uma educação de jovens e adultos como política pública efetiva, contínua, não fragmentada e em um país profundamente desigual como o Brasil é importante refletir sobre uma possível transformação social e compreender as dificuldades de implantação de políticas permanentes, que respeitem dimensões sociais, econômicas, culturais, cognitivas e afetivas para o jovem e o adulto em situação de aprendizagem escolar. Pois, na maioria das vezes, estes indivíduos retornam para a escola sabendo que a escolaridade em suas

vidas faz muita falta, acreditando que não conseguem postos de trabalho por falta de escolarização, desobrigando o sistema capitalista da responsabilidade que lhe cabe pelo emprego.

Levando em conta os dados obtidos através dessa pesquisa, pode-se considerar que a possibilidade de inventar o cotidiano tem sido a saída adotada pelos que colocam sua capacidade criadora para inovar, romper velhos acordos, resistências e lugares eternizados na educação. No exercício desta análise, os resultados indicam que a oferta de vagas tem sido suficiente para suprir parcialmente a demanda de alunos que buscam os cursos no campus, enfatizando a necessidade de se manter os cursos existentes.

Diante do exposto, ressalta-se ainda o compromisso e a responsabilidade que tem o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão com os jovens e adultos para a conclusão do Ensino Básico integrado à Educação Profissional, na tentativa de inseri-los no mercado de trabalho e resgatar a sua identidade social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 jun. 2005. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm. Acesso em: 11 fev. 2019.

_____. Congresso Nacional. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jul. 2006. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm. Acesso em: 25 fev. 2019.

_____. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 27 fev. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA**. Documento Base, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf. Acesso em: 20 maio 2019.

CABELLO, M. J. **Aprender para conviver**: concepciones y estrategias en educación de personas adultas. In: Revista diálogos, vol 14. Madri, 1998.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada**: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). Ensino Médio Integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. **Pesquisa de métodos mistos**. Porto Alegre: Penso, 2007.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

MÉSZÁROS, ISTVÁN. **A educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

TONET, I. **Educação contra o capital**. Maceió, Edufal, 2016.

ZANINI, Michel. **Formulário eletrônicos**. 2007. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Disponível em https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos_projetos/projeto_698/tcc-final-michelZanini.pdf. Acesso em: 17 Jul. 2019.

CAPÍTULO 4

NARRATIVAS SOBRE A INTERNET DE LÁBREA-AM: FUNDAMENTOS E DESAFIOS ACERCA DOS SERVIÇOS (IN)DISPONIBILIZADOS

Data de aceite: 19/08/2020

Antonio Paulino dos Santos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM campus Lábrea
Lábrea – AM

Antônia Leuda Campos de Farias

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM campus Lábrea
Lábrea – AM

Laís de Souza Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM campus Lábrea
Lábrea – AM

Maria Eduarda Souza de Lima

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM campus Lábrea
Lábrea – AM

RESUMO: O presente artigo é objeto da conclusão do Curso Técnico de Nível em Médio em Informática para Internet, realizado no âmbito do IFAM campus Lábrea, no qual se pesquisou a problemática constante da utilização da Internet na cidade de Lábrea, Estado do Amazonas. Foi implementada uma revisão bibliográfica sobre a Internet e seus principais recursos e para verificar as dificuldades de acesso à Internet na cidade, foi executada uma Roda de Conversa com alguns

profissionais e entrevistas com autoridades públicas e privadas do setor a fim de realizar pontos e contrapontos da situação, bem como elaborar como sugestão propostas para a melhoria dos serviços disponibilizados na cidade, haja vista a relevância da Tecnologia da Informação na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE: Desafios, Internet. serviços.

ABSTRACT: This article is the subject of the conclusion of the Technical Level Course in High School in Computer Science for the Internet, held within the scope of the IFAM campus Lábrea, in which the constant problem of Internet use in the city of Lábrea, State of Amazonas, was researched. A bibliographic review on the Internet and its main resources was implemented and to check the difficulties of accessing the Internet in the city, a Conversation Wheel was carried out with some professionals and interviews with public and private sector authorities in order to carry out points and counterpoints of the situation, as well as making suggestions for improving the services available in the city as a suggestion, given the relevance of Information Technology today.

KEYWORDS: Challenges. Internet. services.

1 | PARA INÍCIO DE CONVERSA

O Plano de Curso do Curso Técnico em Informática para Internet do IFAM *campus* Lábrea abrange características profissionais relacionadas ao desenvolvimento de

softwares destinados à Rede Mundial de Computadores, com estudos relacionados à Lógica de Programação, Desenvolvimento Web, dentre outros, porém não faz qualquer referência a estudos acerca da situação do acesso à Internet na localidade em que a instituição está inserida, o que acarreta agregar conhecimento para aplicar num contexto (des)conhecido ou no êxodo destes profissionais para outras cidades do Estado do Amazonas e até para outras regiões do país.

Sabemos da problemática existente no acesso à Internet em Lábrea através de reclamações de usuários ao serviço disponibilizado pela empresa x; de jovens que utilizam serviços de empresas de telefonia e de alunos e servidores do IFAM campus Lábrea quando a Internet está lenta, porém, oficialmente não há estudos que evidenciam os reais problemas existentes quanto à Internet de Lábrea.

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) através de parcerias com a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) oferece os cursos Graduação em Educação Física, Graduação em Ciências Agrárias, Especialização em Gestão Pública e em Gestão Pública Municipal e com o IFAM campus Lábrea, os cursos de Graduação em Pedagogia, Especialização em Educação do Campo e em Educação Profissional e Tecnológica, todos na modalidade à Distância (EaD), o que demanda uma estrutura de Internet para suprir a necessidade de acesso a todos esses alunos para a realização de suas tarefas, haja vista que tais atividades são implementadas através de Ambientes Virtuais de Aprendizagem. E como fazê-lo sem um serviço de Internet de qualidade?

Diante de tal contextualização é imprescindível a realização de estudos que versem sobre os fundamentos da Internet de Lábrea, elencando a real situação deste acesso e fundamentalmente abordando os desafios que precisam ser superados para que tenhamos um acesso à Internet que venha a satisfazer os anseios da nossa população, o que só pode ser viabilizado se nos propusermos a escutar alunos, profissionais da área, empresários, gestores e outros atores envolvidos no processo como forma de compreendermos os fundamentos e encontrarmos soluções para os desafios identificados.

Que episódios são possíveis de serem narrados sobre os fundamentos e desafios da Internet de Lábrea na percepção das pesquisadoras e de outros atores quando contam sobre essas histórias quanto à execução dos serviços de Internet prestados na cidade?

Para resolução/estudo do problema apresentado foi definido como objetivo geral: Apresentar episódios sobre os fundamentos e desafios da Internet de Lábrea na visão das pesquisadoras e de outros atores, decorrentes do que contam quanto à execução dos serviços disponibilizados e como Objetivos Específicos: (i) Sistematizar informações sobre a situação da Internet de Lábrea, a partir das próprias experiências enquanto usuários; (ii) Descrever os episódios explicitados por outros atores (Professores, Empresários e Técnicos em Tecnologia da Informação) quando falam de suas experiências de usuários do serviço de Internet em Lábrea e (iii) Elencar fundamentos e desafios para a melhoria do serviço de Internet em Lábrea.

O presente trabalho é composto ainda por justificativa/motivação, metodologia, resultados e discussões, considerações finais e as referências que nortearam o estudo, apresentados nas seções seguintes, inclusive com título peculiar apropriado a cada seção.

2 | A INTERNET E SEUS PRINCIPAIS SERVIÇOS

A designação de Internet aplica-se a uma gigantesca rede de computadores, interligadas por linhas comuns de telefone, linhas de comunicação privada, cabos submarinos, canais de satélite e diversos outros meios de comunicação. [...] Surgiu na década de 1970, durante a Guerra Fria, a partir do projeto militar ARPAnet, desenvolvido pelo Departamento de Defesa Norte-Americano, porém após entrar em funcionamento, a criação foi estendida às universidades norte-americanas e não demorou muito para que os países da Europa Ocidental e o Canadá aderissem a essa rede, que passou a funcionar em âmbito mundial e a partir de então tornou-se a Internet. (NOGUEIRA et al, 2007, p. 140).

A Internet usa, atualmente, na sua maioria os protocolos TCP/IP (Transmission Control Protocol/ Internet Protocol) e os principais benefícios são:

[...] Troca de informações de forma rápida e conveniente. Acesso a especialista em milhares de especialidades. Acesso a atualizações constantes sobre tópicos de interesse. Disponibilização de dados pessoais ou institucionais para uma enorme audiência. Formação de equipes para trabalhar em conjunto independente de distâncias geográficas. Acesso a várias formas de arquivos e repositórios de informações. Tradução e transferência de dados entre máquinas localizadas em locais quaisquer. [Idem, 2007, p. 141]

Ademais, além dos essenciais serviços de Correio eletrônico, em que é possível enviar mensagens para outros usuários; da WWW (World Wide Web), em que temos serviços disponíveis inclusive com a exibição de textos, imagens, sons, vídeos, gráficos e outros que possibilita inclusive o comércio eletrônico e o acesso às diversas Redes Sociais (Facebook, Instagram, Twitter, por exemplo); da comunicação instantânea entre usuários ou grupo de usuários (Whatsapp, por exemplo); dos algoritmos de buscas implementados pela Google que encontra o que o usuário desejar e do serviço FTP (File Transfer Protocol) que permite transferir arquivos entre máquinas, a Educação, dentre outras áreas, tem na Internet uma possibilidade para o desenvolvimento pessoal e profissional de seus adeptos.

Senão vejamos: as Redes Sociais podem compartilhar informações importantes; o YouTube disponibiliza canais para estudos de diferentes temáticas; universidades disponibilizam cursos on-line; a formação de grupos de discussão e compartilhamento de informações; facilidades para contato com profissionais de diversas áreas e partilha de experiências; Educação à Distância, dentre outras infinitas possibilidades.

Mas para isso o serviço precisa funcionar demasiado para que o usuário desfrute dos recursos disponíveis, haja vista que só a existência dos recursos tecnológicos (como a Internet, por exemplo) não pressupõe sua utilização. É essencial que o serviço de Internet disponibilizado na cidade seja de qualidade e atenda os anseios de seus usuários.

2.1 Antecedentes da internet em Lábrea-AM

Conforme mencionado na seção anterior, a concepção da Internet data da década de 1970, nos Estados Unidos. No Brasil, o começo da Internet se iniciou em setembro de 1988, quando o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), localizado no Rio de Janeiro conseguiu acesso à Bitnet, através de uma conexão de 9.600 bits por segundo estabelecida com a Universidade de Maryland. Dois meses depois foi a vez da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo que também ligou à Bitnet, por meio de uma conexão com o Fermi National Accelerator Laboratory (Fermilab), em Chicago. [...] No final de 1994, a Embratel iniciou seu serviço de acesso à Internet em caráter experimental. [...] Alguns meses depois, em Maio de 1995, o acesso à Internet via Embratel começou a funcionar de modo definitivo. (GUIZZO, 1999).

Em Lábrea, cidade da Região do Rio Purus, no interior do Estado do Amazonas, até computadores existiam poucos quiçá Internet. Eram tempos em que os cursos de Datilografia ainda dominavam o mercado e ditavam o ritmo da profissionalização local. Apenas instituições como Banco do Brasil e Prefeitura tinham acesso à essa nova tecnologia (computadores), conforme enfatizado por Santos (2017, p. 63).

[...] À época, a Informática era novidade para a cidade [Lábrea-AM]. Para título de conhecimento, apenas instituições como Banco do Brasil e Prefeitura tinham computadores. A Escola de Informática Lima Info, por exemplo, contava com apenas quatro e nas residências de Lábrea praticamente não havia computadores, salvo raríssimas exceções (SANTOS, 2017, p. 63).

Os primeiros serviços de Internet em Lábrea foram implantados pela Prefeitura Municipal, na gestão de José Olímpio Filho, em 2003, oportunidade em que eram disponibilizados acessos à rede apenas às instituições públicas: secretarias municipais, escolas, centros de saúde e a própria sede do Poder Executivo Municipal. Em ato contínuo, empresas de pequeno porte, iniciaram no ano seguinte (2004) a oferta de serviços de Internet ao público em geral, o que se estende até os dias atuais.

Ademais, mesmo sendo a Prefeitura Municipal de Lábrea pioneira no acesso à Internet em Lábrea e depois precedida por algumas empresas de pequeno porte, instituições públicas hoje já dispõem de acesso ilimitado à Internet, em sua maioria adotando o modelo via satélite: a Universidade do Estado do Amazonas para as transmissões de cursos no Sistema IPTV; o Polo presencial da Universidade Aberta do Brasil para realização de cursos

de Graduação e Pós-graduação à Distância; o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM campus Lábrea por meio da Rede Nacional de Pesquisa (RNP); Escolas Estaduais, Instituições públicas e privadas, além do acesso disponibilizado por empresa que gerencia o acesso através de pacotes de serviços.

3 | O NAVEGAR REALIZADO NA PESQUISA

A metodologia da pesquisa talvez seja o passo mais complicado de quem está começando no mundo da pesquisa, porém, com dedicação e planejamento foi possível realizar o nosso Projeto de Conclusão de Curso Técnico observando atentamente todas as dicas/direcionamentos do nosso orientador nos permitiu compreender essa sistemática, o que nos permitiu apresentar a seguir o passo a passo do nosso estudo.

A primeira tarefa foi a de apreender sobre o que é um Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT) e a necessidade de escrever um Pré-projeto que seria avaliado e aprovado por uma banca examinadora.

Após os estudos iniciais, escrita, apresentação e aprovação do Pré-projeto, era momento de iniciar os trabalhos para colocar em ação todos os elementos apresentados neste, a partir do cronograma do mesmo.

Assim, reiniciamos os estudos e decidimos que, para cumprir os objetivos do nosso estudo, deveríamos aprofundar estudos sobre duas técnicas de coleta de dados: a Roda de Conversa e a Entrevista semi-estruturada, haja vista que a intenção era realização de debates e narrativas acerca do que os sujeitos da pesquisa contam sobre os fundamentos e desafios da Internet de Lábrea-AM, através de:

- a) Roda de Conversa com profissionais de Informática e TI do IFAM campus Lábrea, egressos de cursos de Informática da instituição e estudantes de cursos à Distância;
- b) Entrevistas com profissionais que já atuaram com serviços de Internet em Lábrea; com o proprietário de uma empresa que disponibiliza esses serviços e com o gestor público (Prefeito Municipal).

Diante do exposto nos debruçamos sobre o conceito de Roda de Conversa e apreendemos que ela é algo que sempre esteve presente na convivência em sociedade mesmo que muitas vezes de forma desapercibida como por exemplo em uma conversa entre pais e filhos, um encontro entre amigos e até mesmo no ambiente escolar, contribuindo assim para o saber e formação de opinião e valores de cada indivíduo. Trata-se de um método no qual são compartilhadas experiências, saberes e opiniões, levando os que dela participarem a ter uma maior percepção sobre determinado assunto.

A conversa é um espaço de formação, de troca de experiências, de confraternização, de desabafo, muda caminhos, forja opiniões, razão por que a Roda de Conversa surge como uma forma de reviver o prazer da troca e de produzir dados ricos em conteúdo e significado para a pesquisa na área de educação. No contexto da Roda de Conversa, o diálogo é um momento singular de partilha, uma vez que pressupõe um exercício de escuta e fala. (MOURA; LIMA, 2014, p. 98).

A troca de informações é algo imprescindível para a construção do conhecimento, a roda de conversa por ser realizada em um local propício para a conversa, deixa os seus participantes mais livres e os encoraja a dizer o que realmente pensam, o que proporciona ao pesquisador a oportunidade de reunir uma grande quantidade de informações de uma só vez.

Continuamente foram realizados estudos sobre o conceito de Entrevistas e percebemos que não se trata apenas de um simples conversar com os sujeitos da pesquisa, mas, “[...] é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional” (MARCONI; LAKATOS, 2008, p. 197) e pode ser, dentre outros, do tipo Estruturada, em que “[...] o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são pré-determinadas” (Idem, p. 199)

Ademais, a entrevista possui as seguintes vantagens:

[...] c) Há maior flexibilidade, podendo o entrevistador repetir ou esclarecer perguntas, formular de maneira diferente; especificar algum significado, como garantia de estar sendo compreendido. d) Oferece maior oportunidade para avaliar atitudes, condutas, podendo o entrevistado ser observado naquilo que diz e como diz: registro de reações, gestos etc. e) Dá oportunidade para obtenção de dados que não se encontram em fontes documentais e que sejam relevantes e significados. [...] (Ibidem, p. 200).

A dedicação ao estudo do referencial teórico nos garantiu um leque de oportunidades para melhor realizar a coleta de dados necessário ao desenvolvimento da pesquisa. A seguir descrevemos como foram planejadas e executadas a Roda de Conversa e as Entrevistas.

3.1 O navegar realizado na pesquisa planejamento e execução da roda de conversa

Optamos por realizar a roda de conversa como metodologia de estudo do assunto em questão, para ouvir, aprender, e socializar dúvidas a respeito da Internet. Para a realização deste evento foi necessário um período de estudo para que pudéssemos compreender sobre o que é e como executar uma roda conversa e também sobre Internet, temática do

trabalho em questão, através da leitura de artigos e livros. Após o aprofundamento teórico definimos a composição da equipe interna formada pelas próprias alunas pesquisadoras, sendo Leuda Campos a apresentadora, Laís de Souza a fotógrafa e Maria Eduarda como cinegrafista.

Devido a falta de equipamentos profissionais, decidimos utilizar nossos celulares para os registros em áudio, vídeo e fotos, sendo que um celular ficara próximo à apresentadora Leuda Campos para a gravação de voz, outro com Maria Eduarda para registros de vídeo e um último com Laís de Souza para fotografar todo o evento. Definida a composição da equipe e o equipamento a ser utilizado, solicitamos ao Departamento de Ensino a liberação da sala para realização do evento.

Definimos por convidar profissionais de TI do IFAM campus Lábrea, ex-alunos dos cursos de Informática e profissionais externos também da área de informática, entre eles Adriano de Souza Malagueta, profissional externo de TI e também ex-aluno do campus Francisco Leandro Gomes da Silva e Feliciano Mendes da Silva, ex-alunos do IFAM em cursos de Informática, Paulo Alberto Gonçalves Lins e Walber de Souza Melo, profissionais de TI da instituição e por fim o professor e coordenador dos Cursos de Informática Paulo Sérgio Carlos Arruda, com quem tivemos, de início, uma conversa informal com os possíveis participantes e os mesmos se prontificaram a participar do evento.

Recebemos a autorização oficial do Departamento de Ensino e ciência da Direção Geral do campus Lábrea, com data, horário e local de realização da RC, na qual se realizaria no dia 07 de junho de 2018 na instituição do campus Lábrea na sala 1, no horário de 9:00 as 11:30 horas da manhã. Com horário, data e local definidos, fizemos o convite oficial aos participantes, com assinatura do termo de compromisso, do qual deveriam comparecer por livre vontade, e também um termo de cessão de uso de imagens para que pudéssemos fotografar e filmar todo o evento para utilização em nosso projeto. Por fim definimos que ao final da roda de conversa, serviríamos um lanche aos participantes.

Faltando dois dias para a realização do evento, um dos convidados, por motivos pessoais nos informou que não poderia participar. Com isso fomos a procura de um substituto, porém não encontramos pessoas disponíveis para participar na data prevista, o que nos levou a prosseguirmos somente com os demais participantes.

Após todos requisitos necessários e dias de preparação para o evento, no dia 07 de junho de 2018, uma quinta-feira, foi realizada a roda de conversa. Chegamos à Instituição por volta das 8h. Preparamos o local da Roda com as cadeiras em forma de meia lua e arrumamos uma mesa com salgadinhos e sucos.

Uma das alunas pesquisadoras ficou responsável por recepcionar os convidados na portaria do campus. Por volta das 8h30 chegou o primeiro convidado e os demais foram chegando paulatinamente. Foram convidadas seis pessoas, mas apenas quatro compareceram, conforme dados da Tabela 1.

Nome do Participante	Função/cargo	Instituição
Paulo Alberto Gonçalves Lins	Analista de Tecnologia da Informação (TI)	IFAM <i>campus</i> Lábrea
Walber de Souza Melo	Técnico em Tecnologia da Informação (TI)	IFAM <i>campus</i> Lábrea
Paulo Sérgio Carlos Arruda	Professor de Informática e Coordenador dos Cursos de Informática	IFAM <i>campus</i> Lábrea
Adriano de Souza Malagueta	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, egresso do IFAM <i>campus</i> Lábrea	Departamento Sanitário Especial Indígena – DSEI/Médio Purus

Tabela 1 – Participantes da Roda de Conversa

Fonte: Elaborada pelas autoras

Iniciamos nossa roda de conversa às 9h30 com uma introdução feita por nosso orientador Antonio Paulino dos Santos, apresentando as boas-vindas e agradecimento aos convidados pela disponibilidade e comprometimento para com o evento. Ressaltou alguns pontos sobre o Curso Técnico de Informática para Internet e também sobre a temática que seria abordada na Roda: sua importância, desafios e objetivos, mencionando ainda as regras existentes dentre as quais: falar e agir naturalmente além de procurar não “fugir” da temática abordada.

Roteirização da Roda de Conversa		
<p>Atividade: Roda de Conversa para estabelecer diálogo com profissionais da área de Tecnologia da Informação/Informática e profissionais externos da área</p> <p>Coordenação: Antonia Leuda Campos de Farias, Laís de Souza Silva, Maria Eduarda Souza de Lima e Antonio Paulino dos Santos</p> <p>Carga Horária: 2h</p> <p>Data/hora: 07 de junho de 2018, às 9h</p> <p>Local: Sala 1 do IFAM <i>campus</i> Lábrea</p> <p>Público Alvo: 4 profissionais de TI/Informática do IFAM <i>campus</i> Lábrea e 1 profissional externo (egresso da instituição)</p> <p>Temática: A Internet de Lábrea</p> <p>Objetivo: Debater acerca de episódios sobre os fundamentos e desafios da Internet de Lábrea na visão desses profissionais, decorrentes do que contam quanto à execução dos serviços disponibilizados na cidade.</p>		
Fase	Tarefa	Reflexão do Tema
Planejamento	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo de referencial teórico sugerido pelo orientador - Definição dos convidados - Organização dos questionamentos - Convites e assinatura dos Termos de Livre Esclarecido - Distribuição das atividades (âncora, fotógrafa e cinegrafista) - Ambientação do espaço, lanche 	

Execução	<ul style="list-style-type: none"> - Recepção - Boas vindas e apresentação - Debates: <ol style="list-style-type: none"> 1. Breve apresentação do participante 2. Visão dos profissionais acerca da Internet de Lábrea 3. Dificuldades encontradas para o acesso à Internet 4. Soluções apresentadas para resolução de eventuais problemas 	<p>Gostaríamos que o senhor falasse um pouco sobre sua via profissional e sua relação com a Informática/Internet?</p> <p>Qual é a sua visão acerca da Internet disponibilizada em Lábrea?</p> <p>Quais são as principais dificuldades encontradas para o acesso à Internet em Lábrea?</p> <p>Que soluções você apresenta, enquanto profissional de Informática para os problemas mencionados?</p>
Avaliação	- Breve relato sobre o encontro	O que você achou deste encontro? Elogios, críticas, sugestões.

Na tabela 2, são descritos os tópicos principais abordados na Roda de Conversa

Fonte: Elaborada pelas autoras (adaptado de SANTOS, 2017, p. 116–118)

Conforme o roteiro da Roda de Conversa, a primeira temática a ser abordada foi uma breve apresentação dos participantes para que pudéssemos os conhecer melhor e saber sua história com a Internet. Após a apresentação de todos, demos início aos questionamentos a respeito da Internet, tema da nossa roda de conversa, no qual se referia à visão dos profissionais a respeito da Internet do município, do ponto de vista profissional e de usuários da mesma.

Após dois deles darem sua opinião, prosseguimos para a terceira pergunta no qual eles deveriam relatar suas principais dificuldades no acesso, mencionando possíveis eventualidades que sofreram ao fazer uso da mesma. Enquanto os participantes respondiam ao questionamento, tivemos o primeiro problema técnico devido à pouca memória do aparelho utilizado para as gravações em vídeo. Para seguir as filmagens tivemos que utilizar o aparelho que estava reservado para fotografar o evento, enquanto uma das pesquisadoras transferia os arquivos de gravações anteriores para um notebook, oportunidade na qual os registros ficaram somente em gravação de voz.

Com os problemas técnicos solucionados seguimos as gravações normalmente enquanto os participantes concluía suas respostas ao terceiro questionamento. Para finalizar as questões no âmbito da Internet, perguntamos aos participantes o que eles defendiam como solução para os problemas existentes na Internet em Lábrea, e os mesmos fizeram suas considerações.

E, finalmente, pedimos aos participantes que fizessem um breve relato de como foi o encontro, suas impressões, críticas, sugestões e considerações sobre o debate, para que assim contribuíssem para o aprimoramento do projeto a ser realizado. Ato contínuo, a pesquisadora e apresentadora fez suas considerações finais, agradecendo a participação de todos e sua colaboração com o projeto e encerramos o debate servindo um lanche aos participantes.

3.2 Complementando a pesquisa com entrevistas

Mediante a Roda de Conversa, sentimos a necessidade de realizar algumas entrevistas, para que pudéssemos compreender melhor sobre a questão da Internet em Lábrea, seu surgimento, fatores que contribuíram desde o início até o seu estado atual e os pontos que influenciam em seu funcionamento nos dias de hoje. Em busca de respostas para tais questionamentos, decidimos procurar por um antigo funcionário que trabalhou no início da Internet em Lábrea; pelo dono da empresa Lan Vegas, única provedora de Internet no município e pelo gestor municipal da cidade, o Prefeito.

Através de algumas informações, localizamos um funcionário que trabalhou no início da prestação dos serviços no município, o senhor Arnaldo do Nascimento Costa, que nos concedeu uma entrevista no dia 19 de junho de 2018, na qual relatou em que ano iniciou esse trabalho, como o serviço era fornecido, suas dificuldades e desafios enfrentados e todo o processo para que a população tivesse acesso à Internet na época.

Diante das percepções expostos pelos usuários na Roda, acreditamos que seria importante ouvir a versão de quem a fornece, com isso marcamos uma entrevista com o provedor de Internet do município, para que fossem esclarecidas algumas questões sobre os serviços prestados. A entrevista foi marcada para o dia 20 de junho de 2018, às 9h.

Chegado o dia da entrevista ocorreu um imprevisto. O proprietário da empresa por motivos de não conciliação de horário em sua agenda, não pode estar presente para nos atender. Fomos atendidas por um funcionário que se disponibilizou para representar o chefe em nossa entrevista.

A entrevista foi realizada no mesmo dia e horário previstos. Fomos atendidas pelo senhor Willian Christie Ferreira Leite, funcionário da empresa há 5 anos e atual Gerente Administrativo da Claro TV na mesma. Ele nos relatou sobre o histórico da empresa, todo o seu funcionamento e dificuldades enfrentadas para fornecimento da Internet em Lábrea e também os projetos futuros da empresa para melhoria do serviço.

Após ouvir os relatos dos usuários e fornecedores da Internet de Lábrea, decidimos conversar com o gestor da cidade, para saber seu posicionamento sobre as questões relacionadas a tais serviços, como por exemplo: sua percepção em relação à Internet fornecida ao município e possíveis projetos futuros para melhorias.

Procuramos por diversas vezes obter contato com o prefeito da cidade, porém não conseguimos agendamento de entrevista, haja vista que saíra de viagem juntamente com o vice-prefeito. Fomos, dessa forma, atendidas pelo presidente da Câmara Municipal de Lábrea, que despachava como prefeito em exercício no momento.

Fomos atendidas pelo senhor Regifran de Amorim Amâncio, presidente da Câmara Municipal de Lábrea no dia 3 de julho de 2018 às 10h30 na Prefeitura Municipal de Lábrea para uma entrevista, em que fomos bem recebidas e com sua permissão registramos através de gravação em áudio toda a entrevista.

Durante a conversa ele nos relatou questões como: sua visão sobre a Internet de Lábrea, as dificuldades enfrentadas pela Prefeitura e sobre possíveis projetos futuros que o poder público municipal pretende implementar. Após suas considerações finais, agradecemos a sua participação e colaboração para com o nosso projeto. A seguir, a Tabela 3 resume as entrevistas realizadas e nas seções seguintes os resultados e discussões acerca dos procedimentos metodológicos adotados.

Nome do Participante	Função/cargo	Instituição
Arnoldo do Nascimento Costa	Instalador de Cabos	Provedor Marcão
Willian Christie Ferreira Leite	Gerente Administrativo – Claro TV	Lan Vegas Internet
Regifran de Amorim Amâncio	Vereador Presidente (na oportunidade da entrevista despachava como Prefeito em Exercício)	Câmara Municipal de Lábrea

Tabela 3 – Participantes entrevistados.

Fonte: Elaborada pelas autoras

4 | NARRATIVAS DOS SUJEITOS DA PESQUISA: PONTOS E CONTRAPONTO

O Para preservar a identidade dos profissionais partícipes da Roda de Conversa foi implementada a identificação (Profissional 1, Profissional 2, Profissional 3 e Profissional 4) e dos entrevistados na pesquisa (Entrevistado 1, Entrevistado 2 e Entrevistado 3), mantendo o anonimato a que somos sujeitos, de acordo com o exposto nos respectivos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) devidamente assinado pelos participantes.

Diante das análises realizadas a partir dos diálogos oriundos da Roda de Conversa quanto do exposto nas Entrevistados, foi possível obter as narrativas constantes nessa seção, asseverando que narrar é [...] uma tentativa de representarmos o que guardamos em nossos imaginários; vão de simples ações que vivenciamos no nosso cotidiano, até os fatos mais complexos que nos levam a mudanças de posturas e formas de encarar o mundo, as coisas e as pessoas”. (GONZAGA, 2015, p. 15).

Acerca do início da Internet em Lábrea, após a Prefeitura disponibilizar no serviço público a partir de 2003, empresários locais começaram a oferecer à população e à empresas privadas pacotes de serviços de Internet via satélite, em 2004, como é possível observar na narrativa do Entrevistado 2, que inclusive apresentando uma retrospectiva dos serviços por ele prestado além de fazer uma abordagem de como era o sistema utilizado:

Em 2004 [Chegou a Internet privada em Lábrea]. Eu trabalhei 10 anos [com Internet]. 2 anos com a pessoa que iniciou os serviços. Essa pessoa vendeu o sistema para outra, com quem eu trabalhei por 3 anos. E depois trabalhei mais 5 anos com o Iran. [O sistema] Era via satélite, [porém] compartilhado, o que era um satélite compartilhado? É porque uma janelinha do satélite era compartilhada para vinte empresas, geralmente era compartilhado com empresas como o Banco do Brasil, BRADESCO e esse um Mega [1 MB de Internet] também era compartilhado com essas vinte empresas. Hoje deu uma melhoria [significativa], mas pra quem trabalha com upload x download é mais dificultoso. (Entrevistado 2).

O entrevistado vai mais além e exemplifica categoricamente como funcionava os serviços no período em que atuava diretamente com Internet (2004 – 2014), o que é enfatizado posteriormente por outro entrevistado,

[Nós tínhamos] Cerca de trezentos clientes. [O sinal] era distribuído. Na verdade, no contrato se dizia 56kbps, e tinha um programa que dividia a quantidade para cada cliente, desses 1 mega como é que dividia pra trezentas pessoas? As contas não vai dar. A gente olhava na tela do computador [e] o que acontecia era que nem todos os clientes estavam conectados ao mesmo tempo - sempre era 50%. Quando chegava o horário de pico entre 5 horas da tarde, que o pessoal começava a chegar em casa, até sete da noite a internet não andava de jeito nenhum. Só ia funcionar a partir das 9 horas da noite. Tanto que os meus clientes, (eu tinha uma lan house na época), vinham a partir das 10 horas [da noite] até 1 hora da manhã para enviar trabalhos e usar Internet. (Entrevistado 2).

[...] Anteriormente a gente recebia esse sinal via satélite através de banda C, com modem, sinal via satélite, aquelas antenas bem antigas. Hoje o sistema já mudou: a gente tem um recebimento de Internet através de transmissão via rádio. Recebemos esse link em fibra ótica na cidade de Humaitá [Amazonas] diretamente da Embratel e trazemos esse link ate Lábrea via rádio [através de antenas]. (Entrevistado 3).

Quando a temática é relacionada às dificuldades para a oferta dos serviços, as narrativas são ainda mais contundentes, a partir da forma com que ela é transmitida,

[...] Pra Internet chegar aqui em Lábrea, por exemplo, tinha um local em que levantava a torre. Tinha a antena que apontava para o satélite. Do satélite ia pra mesa receptora e assim então ia para local de onde era distribuída a Internet. [...] Ela recebia o sinal e enviava tudo de volta pelo mesmo canal, por isso que se chama download e upload: o download é o que nos recebemos e o upload o que envia. Você não sabe o sacrifício que é para chegar até aqui. [...] Na verdade, é muito complicado trazer Internet de qualidade pra cá. As dificuldades são muitas porque a nossa região é muito extensa. Não tem pontos em que você possa fazer o ponto-a-ponto de uma cidade pra outra.

Já é feito aqui, mais é muito distante de uma torre para outra e assim vai perdendo dados [e o sinal chega muito deficitário]. (Entrevistado 2).

[...] as dificuldades que a gente tem são inúmeras. [...] Não é fácil a questão de manutenção, deslocamento nosso que é bem complicado em virtude da nossa estrada ser de difícil acesso; e a questão da nossa região também influencia muito para está trazendo esse sinal até Lábrea. (Entrevistado 3).

[...] a Prefeitura apesar de pagar do provedor privado, que fornece Internet aqui no município, mas é que nem eu tava dizendo no começo, como até ele tem dificuldade (provedor local) de chegar com essa Internet aqui em Lábrea: hora tá boa, hora tá ruim, oscila depende do horário. Se der um tempo de chuva vai complicar, então tem horas aqui que trava. Você não consegue mandar um dado, você não consegue fazer uma transferência de folha de pagamento, então já houve problemas aqui na prefeitura com relação à Internet que nós temos aqui em Lábrea, então é trabalhar para tentar melhorar. (Entrevistado 1).

[...] Eu vou classificar [a Internet da cidade] de boa para ruim. Não vou considerar de boa pra melhor, pois não é o que está acontecendo. Não é a realidade. Quando eu digo que ela é boa é quando ela está estável e você consegue abrir uma página, assistir um vídeo, nesses momentos a Internet é boa. Existe um teste bem básico que a maioria conhece - Teste de Ping. Embora existam outras ferramentas pra testar, em que a Internet tem uma latência bem baixa até abaixo da Internet de capitais com 70ms e 60ms, já chegou até 50 ms. Isso e até considerado bom, porém, muita gente pode dizer mais não e só isso, a Internet não tem estabilidade. Pelo que a gente conhece de link, o link aqui e muito baixo pelo que é a realidade. Hoje tem horas que não se consegue abrir uma página no Youtube mesmo com a menor resolução possível, páginas bem básicas que são constantemente acessadas, não conseguimos abrir.[...] (Profissional 1).

[...] Pelo que a gente sabe a Internet da cidade é fornecida por uma única pessoa e vem de Humaitá, através de torres. A gente sabe que a rede sem fios tem perdas grandes de dados. Se o clima tá nublado, a Internet não funciona, mudou o clima já fica indisponível, além disso, a Internet que vem sendo fornecida pra cidade vai grande parte pra Prefeitura durante o dia por isso q a dificuldade e maior, então além da perca, tem uma demanda maior pra prefeitura e vocês podem ver que no final de semana melhora. Então pra você pagar pra usar basicamente só à noite, o WhatsApp e no final de semana não consegue abrir nem uma página está caro. Se a gente analisar está caríssimo. (Profissional 3).

[...] Hoje eu não utilizo mais a internet do provedor local. Encontrei outra alternativa, mas a questão maior que eu tenho observado é a instabilidade da Internet do provedor local. Tem horas que está funcionando uma beleza, tem horas que você não consegue abrir uma página e esse um dos problemas maiores. Antes a gente tinha o problema do satélite. Era uma Internet péssima, mas, pelo menos, a todo o momento você utilizava fazendo downloads a 5kbps por segundo, não caia. Agora a gente sofre com essa questão da

instabilidade. Geralmente a Internet não funciona bem e quando funciona cai posteriormente. Sobre essa questão do direcionamento, a gente sabe que vem de Humaitá pra cá, a gente sabe que o link de Internet vindo via fibra óptica não seria tão caro. A gente vê aí o GBT oferecendo links de 120 MB por quarenta a sessenta reais. [...] (Profissional 4).

[...] A gente sabe que quando você tem um provedor muito lotado de clientes mesmo que ele divida o link igualmente a gente tem o chamado de conexão simultânea. Se ele não suportar um tanto de conexão simultânea mesmo que ele divida o link igualmente não fica estável. Ainda que ele pegue mais link vai melhorar, porém, quando todos estiverem navegando vai travar. Quer um exemplo: pega uma rede de 1mega [1MB] e nessa rede suporte cinco pessoas. Coloca duas pessoas assistindo vídeo ao mesmo tempo. Daqui há meia hora, quando todos os vídeos estiverem carregando ao mesmo tempo, vai travar, vai cair. (Profissional 1).

Conforme asseverado nas narrativas, muitas são as dificuldades encontradas no acesso à Internet em Lábrea: apenas um provedor local, dificuldades logísticas para a transmissão a partir das torres da vizinha cidade de Humaitá, o que no inverno ainda conta as chuvas como fator complicador pela dificuldade de acesso às torres, via BR-230; pacotes de serviços caros, quando considerados os serviços contratados e a realidade dos serviços disponibilizados; insatisfação geral de clientes; taxas de latência baixa; instabilidade no sinal; operadoras de telefonia móvel, que divulgam planos, recebem pelos serviços, mas não oferecem o prometido dentre outras.

Nesse contexto, este estudo tratou também de ouvir profissionais e entrevistados quanto às possíveis propostas para a melhoria dos serviços, atuando para minimizar e/ou solucionar os desafios relatados,

[...] Se do jeito que está nós já temos todo esse problema, você imagine se for pegar o que tem e distribuir uma Internet grátis como, por exemplo, para a população numa praça, num local. [...] Esse projeto do Governo Federal [Internet para Todos] contempla uma parte do serviço para a população, para ser distribuído para a população. Daqui do município mesmo não tem como porque não adianta colocar um ponto de acesso numa praça que quando conectar vinte pessoas, ninguém usa mais, né. Acabou-se aquela internet que o cara podia jogar lá então... A demanda é muito grande para pouca internet. (Entrevista 1)

O rapaz que fornece internet particular aqui em Lábrea ele já tá em contato com a Embratel que é a dona da fibra óptica, que faz o transporte da fibra óptica de Porto Velho - Manaus certo, aí informação que eu tenho dele e que saindo esse projeto terminado esse projeto luz para todos na estrada emendando Lábrea - Humaitá, o luz para todos para ele melhora, melhora porque ele tem um porteamento de Humaitá pra cá para trazer a fibra óptica, então o contato que ele tá tendo com a Embratel e esse, na hora que sair esse

porteamento, ele vai trazer a fibra optica, ele esteve aqui já na prefeitura e ele disse que vai trazer a fibra optica até onde tem o porteamento de lá pra cá ele vai jogar de rádio, vai diminuir cem quilômetros ne que ele vai vir com a fibra optica cem quilômetros de Humaitá ai de lá joga de rádio para cá, quer dizer já vai diminuir cem quilômetros de rádio, pode ser que dê uma melhorada. (Entrevista 1)

A primeira alternativa era aumentar o link e estabiliza-lo e depois que colocaria os clientes, querendo ou não é empresa eles não vão aumentar o link e fornecer de graça, deveriam fazer uma análise na rede, mapear e organizar para assim fornecer aos clientes. [...] Uma outra alternativa seria diminuir o preço, tá bem acima da realidade. [...] A outra alternativa seria, como eu falei: a DSL. [...] A DSL, gente, é um link que ele é assimétrico. [...] Você tem uma taxa de download maior e uma taxa de upload menor, então se você contrata cinco megas da operadora de download, você vai ter de um a dois de upload, [...] Pra gente aqui seria uma solução viável. [...] Me informaram que em Humaitá ta funcionando a fibra. Eu não sei, mas eu sei que em algumas instituições já, a fibra funciona lá e muito bem. [...] Que funciona fibra em casa: planos de 5 megas, dois, três megas já funciona. Então é aquela questão. Tá precisando ela sair de Humaitá pra cá, acho que seria uma solução viável, seria uma conexão da fibra de Humaitá pra cá [Lábrea]. (Profissional 1).

[...] Quando a gente fala de fibra, até mesmo rádio, o rádio de tecnologia EFB que suporta uma quantidade de link bem maior, bem mais potente. Se a questão for rádio e a fibra a gente tem essa tecnologia. Inclusive teve uma operadora que veio fazer uma instalação no meu trabalho falou pra mim: Adriano a gente usa EFB, você sabe o que é EFB? Sei, então ele mostrou pra mim. Ela converte o sinal da fibra em rádio só que é muito mais potente, tem muito menos perda. Ele recebe a fibra direto no rádio, direto no radio mesmo e ele converte e joga o sinal EFB. [...] A EFB segundo o que eu pesquisei, tem um alcance bem maior, tipo o rádio além dele ter mais potência, ele joga bem mais longe o sinal. O sinal chegaria aqui bem mais forte, diminuiria a perda. Agora eu não sei quanto a durabilidade desse equipamento. Ele é caro né, porque na capital é bem mais fácil. Se queimar tem bem mais opções, mas já que não é fibra em si. (Profissional 1).

Diante do exposto, propostas viáveis:

(i) A curto prazo:

a. Requisição, através de ações coletivas na justiça, para melhoria imediata e investimentos suficientes aos serviços de telefonia móvel em Lábrea-AM, exercendo nossa cidadania, manifestada na Constituição Federal de 1988;

b. Contratação de um provedor local próprio para disponibilização de serviços à Prefeitura Municipal de Lábrea e órgãos da Administração Pública Municipal;

c. Projeto de iniciativa popular, via poder legislativo, para a implementação de um espaço digital, com disponibilização de Internet gratuita;

(ii) A médio prazo:

a. Implantação do programa Internet para Todos (Governo Federal);

b. Implantação do Programa Amazônia Conectada (Exército Brasileiro);

(iii) A longo prazo:

a. Parceria-público-privada para custear a implementação de duzentos quilômetros de fibra óptica de Humaitá a Lábrea;

5 | CONSIDERAÇÕES PARA ALÉM DOS DEBATES

A sistemática deste trabalho teve como eixo principal a Internet de Lábrea-AM: seus fundamentos e desafios na perspectiva da necessidade de realização de debates acerca dos serviços disponibilizados na cidade, pois à medida que a Tecnologia avança e possibilita novos rumos à Comunicação, à Educação e diversas outras áreas necessitamos enquanto cidadãos e consumidores apreender sobre esses recursos: seus fundamentos e desafios.

Nessa perspectiva, este estudo apresentou um referencial teórico robusto acerca do curso Técnico em Informática para Internet, do qual somos alunas, inclusive com o aporte das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Plano de Curso do mesmo a nível de IFAM, abordando ainda gotas da nossa história no percurso do Curso.

Premissas essenciais foram também objetos desse estudo quando decidimos por apresentar os principais serviços e a história da internet, inclusive com seus antecedentes em nossa cidade, demarcando os fundamentos da Internet. Ademais, os debates apresentados entre profissionais de TI e entrevistas com funcionários de provedores locais e com o gestor municipal nortearam os principais desafios que precisam ser urgentemente enfrentados para a melhoria nos serviços ora realizados.

A apresentação de propostas viáveis a curto, médio e longo prazo, envolvendo ações individuais dos cidadãos quanto à busca por melhorias nos serviços; desenvolvimentos de projetos em parceria com os poderes Legislativo e Executivo e a pressão política pela implementação de projetos já lançados tais como o Internet para Todos e Amazônia Conectada, foram o ápice deste estudo.

Sabemos, pois, de sua incompletude, haja vista que faz-se mister o envolvimento de vários atores para a minimização dos desafios identificados, o que não é tão trivial,

mormente quando depende de vontade política, mas enquanto estudantes, cumprimos a nossa parte no que diz respeito à construção do conhecimento, através dos debates implementados e das diversas possibilidades que podem ser implementadas a partir deste.

Lembramos ainda da necessidade de um estudo de viabilidade econômica para a implantação de um sistema de Internet via fibra óptica a partir da cidade de Humaitá e das concessões necessárias para que o Projeto Internet para Todos, nos moldes do Projeto Luz para Todos, do Governo Federal e do projeto Amazônia Conectada, do Exército Brasileiro, a partir de cabos submarinos, advindos de Manaus.

E finalmente, é importante frisar que tais pontos apresentados são extremamente viáveis de realização e norteadores para estudos posteriores e geração de novos conhecimentos. Contumaz, nossa contribuição foi realizada a contento, expondo os fundamentos e desafios da Internet de Lábrea e suas nuances.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F. M.; GALIAZZI, M. do C. A formação do professor em Rodas de Formação. **R. bras. Est. pedag. (Estudos – RBEP)**, Brasília, v. 92, n. 231, p.386- 398, maio/ago, 2011.

BAZZO, W. A.; BAZZO, J. L. S.; PEREIRA, L. T. V. **Conversando sobre a Educação Tecnológica**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. Cap. 4 – A Tecnologia e o *Homo Symbolicus*. p. 82-136

BRASIL. Resolução n 6, de 20 de setembro de 2012. Define diretrizes curriculares para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (CNE/CEB). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 set. 2012. Seção 1, p. 22.

CUNHA, R. B.; PRADO, G. do V. T. Sobre Pesquisa: um exercício e alguns ensaios. In: PRADO, G. do V. T.; CUNHA, R. B; **Percursos de autoria: exercícios de pesquisa**. Campinas – SP: Editora Alínea, 2007.

DURÃES, Marina N. Educação Técnica e Educação Tecnológica: Múltiplos Significados no Contexto da Educação Profissional. **Educação e Realidade (E&R)**, v.34, n.3, p. 159-175, set/dez 2009.

GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. S. **Refletindo sobre pressupostos da Pesquisa em Educação**. s/d;

GIL, Antonio Carlos. O projeto na Pesquisa Fenomenológica. Anais IV SIPEQ – ISBN 978-85-98623-04-7. s/d

GONZAGA, Amarildo Menezes. O processo avaliativo no Ensino Tecnológico: proposições a partir de um contexto amazonense. In: GONZAGA, Amarildo Menezes (org.). **Formação de professores no Ensino Tecnológico: fundamentos e desafios**. Curitiba: Editora CRV, 2015. p. 15-30.

GUIZZO, Érico. **Internet: O que é, o que oferece, como conectar-se**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1999.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM *CAMPUS LÁBREA*. **Plano de Curso do Curso Técnico de Nível Médio Em Informática Para Internet na Forma Subsequente**. Lábrea, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MELO, F. **Quem me roubou de mim?**. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2013

MEC/SETEC. **Catálogo dos Cursos Técnicos**. Disponível em Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. (Acesso em 26/03/2018). Brasília/DF: 2008.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MOURA, A. F.; LIMA, M. G. A reinvenção da roda: roda de conversa: um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 23, n. 1, p. 98-106, jan./jun. 2014.

NOGUEIRA, Amarília da Silva; et al. **Introdução à Informática**. Manaus-AM: UEA Edições, 20077. Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Sistema Presencial Mediado por Tecnologia)

PEÑA, M. D. J.; ALVES, M. R.; PEPPE, M. A. Educação, tecnologia e humanização. **Caderno de pós-graduação em Educação, Artes e História da Cultura**. São Paulo, v.3, n.1, p. 9-19, 2003.

SANTOS, A. P.; GONZAGA, A. M. A tendência professor-pesquisador em um percurso de autoria: algumas considerações In: OLIVEIRA, R. M. A.; CABRAL NETO, J. S. (org.). **Formação de professores e Estratégias de ensino: perspectivas teórico-práticas**. Curitiba, PR: Editora Appris, 2017.

SANTOS, A. P. **Percursos de Autoria de professores no Ensino Tecnológico**. 2017. 172 f. dissertação (mestrado em Ensino Tecnológico) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – *campus* Manaus Centro, Manaus AM, 2017.

SILVA, Caetana Juracy Rezende. **Institutos Federais: Lei 11.892, de 29/12/2008 _Comentários e Reflexões**. Brasília: Editora do IFRN, 2009.

SOLIGO, R.; PRADO, G. do V. T. Leitura e escrita: Dois capítulos dessa história de ser Educador. In: PRADO, G. do V. T.; SOLIGO, R (org.). **Porque escrever é fazer história: revelações, subversões, superações**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

VALENTE, Danielle Gordiano; SIMÕES, Patrícia Moreno; CARMO, Ricardo Rios Monteiro. **Redes de Computadores**. Manaus-AM: UEA Edições, 2009. Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Sistema Presencial Mediado por Tecnologia)

UM OLHAR SOBRE A SOCIALIZAÇÃO TARDIA NA GRADUAÇÃO

Data de aceite: 19/08/2020

Jennifer Juliana Barreto Bezerra Costa

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Centro de Educação (CE)
Natal - RN
<http://lattes.cnpq.br/0325994573760828>

Adir Luiz Ferreira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Centro de Educação (CE)
Natal - RN
<http://lattes.cnpq.br/0341824719316863>

RESUMO: A partir de uma experiência de socialização no curso de Pedagogia, o presente artigo tem como objetivo fazer uma análise sobre os meus próprios momentos de interação, principalmente nas relações com a minha turma, além de estratégias e razões que foram fundamentais para a minha permanência no curso. A fim de atingir esse objetivo, foi realizada com uma abordagem da sociobiografia, definida como a escrita sobre a experiência de si mesmo junto com outros significantes, pela sociologia interacionista de Mead (1934), relacionando-a com as referências sociais de ancoragem histórica. A partir dessa sociobiografia, e a partir da leitura de autores como Ferreira (2014), e da visão da etnometodologia de Coulon (2008) e Paivandi (2014), foi possível refletir sobre a minha formação e sobre o *meu Eu*. Nesse contexto, foi perceptível que a socialização é de fato importante para um bom desenvolvimento no ambiente universitário, porém, não determinante. Sendo assim, essa experiência de socialização abre portas para a discussão sobre a socialização no ambiente universitários, seus impactos e as formas de estratégias para lidar com esse novo ambiente estranho.

PALAVRAS-CHAVE: Socialização universitária. Sociobiografia. Ensino Superior.

A VIEW AT LATE SOCIALIZATION IN GRADUATION

ABSTRACT: Based on a socialization experience during the pedagogy course, this article aims to realize an analysis over my own interactions, mostly with my classmates. And share strategies and motivations which were also crucial to the conclusion of my graduation. To achieve the objective, a sociobiography approach was made, defined as the write about the itself experience with significant others, from the Mead (1934) interactionism sociology, and reported with social references as historical anchorage. From this sociobiography and readings, such as *Ferreira* (2014), and the ethnomethodoly view of *Coulon* (2008) and *Paivandi* (2014), it was possible to realize a self-reflection and a reflection about my development during graduation. In this context, it was noticeable that the socialization is, in fact, particularly important to a proper development in a college environment, although, it is not determinant. Thus, this social experience open doors to a discussion about the socialization in the university environment, the impacts, and the strategies to handle with this new strange atmosphere.

KEYWORDS: University socialization. Sociobiography. Ethnomethodoly. University education.

1 | INTRODUÇÃO

Durante o meu percurso no Ensino Superior, entre os anos de 2014 e 2018, tive a oportunidade, a partir de diversas leituras, de elaborar um significado para socialização, que seria inicialmente a capacidade do indivíduo em se integrar ao grupo em que nasceu, absorvendo o conjunto de hábitos característicos daquele grupo. Como acontece na sociedade contemporânea, essa integração ao meio social inclui, desde os seus primeiros anos, a experiência escolar que as pessoas vão adquirindo. Esse é um campo igualmente fundamental para orientar e desenvolver o processo de socialização.

Para Ferreira (2004, p. 14), um dos aspectos da socialização ligados à escolaridade é: “a possibilidade de obtermos reconhecimento público a partir de nossa educação pessoal, isto é, o conjunto de saberes e conhecimentos que aprendemos e que nos foram ensinados”. Corroborando com Ferreira (2014), para Paivandi (2014, p. 50), especialmente na perspectiva da vida acadêmica, a socialização é:

[...] um processo que permite ao estudante se apropriar do papel dos outros e de construir assim seu “Eu” enquanto estudante. Levar em consideração o papel do outro remete ao processo de adaptação mútua, de apropriação recíproca dos papéis que se realizam nas interações visíveis e invisíveis do ambiente universitário. Esse processo de adaptação permite a interiorização de atitudes, de dispositivos, de valores, de crenças e de expectativas

Partindo disso, o presente trabalho teve com uma das principais motivações a participação como bolsista de Iniciação Científica na UFRN. Além da base de pesquisa, outro ponto que me motivou na escolha do tema foi a minha própria vivência dentro do Curso de Pedagogia e, como eu percebi, ao longo das leituras, o quanto eu me identificava com a temática da Socialização Acadêmica, bem como a sensação de não me encaixar por completo nas discussões sobre a socialização no Ensino Superior.

Além da justificativa pessoal para a escolha da temática, acredito que, socialmente, em tempos de expansão do Ensino Superior, a necessidade em se estudar esse campo em uma crescente expansão se faz necessário, visto que entender o espaço íntimo dos indivíduos em ambientes mais coletivos, como a Universidade, é de extrema importância para que assim, possamos entender de outra ótica o que é o Ensino Superior.

Em correlação com esse aspecto social, no âmbito acadêmico, estudar sobre o Ensino Superior se faz necessário, visto que são poucas as pesquisas que consideram sociologicamente as perspectivas subjetivas, isto é, visões e relatos próprios de cada sujeito sobre as suas experiências cotidianas na vida coletiva, grupal e comunitária. E quando essas pesquisas são realizadas, não são tão valorizadas. Além disso, o resgate dessas perspectivas pessoais contribui diretamente para uma área ainda pouco estudada: os significados e sentidos atribuídos pelos próprios estudantes à vida acadêmica no ambiente universitário.

Nessa ótica, o presente artigo tem como objetivo descrever e realizar uma autoanálise acerca do meu percurso de socialização durante a graduação no curso presencial de Pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Para a realização deste artigo, utilizarei como um dos suportes conceituais a noção da sociobiografia, que, para Ferreira (2006), seria a escrita sobre a experiência de si mesmo, juntamente com as experiências com os “outros significantes” e as referências sociais de ancoragem. Essas experiências com “outros significantes” expressa a ideia de pessoas que têm importância crítica e emocional em nossas vidas, como familiares e amigos íntimos.

Ao longo deste relato sociobiográfico, trarei a análise sobre os meus próprios momentos de socialização, principalmente nas relações, ou a falta delas, com a minha turma, além de estratégias e razões que me motivaram a permanecer e a concluir o curso. Além disso, trarei autores para fundamentar a minha história acadêmica, que tratam sobre a temática da socialização no Ensino Superior, como Ferreira (2014), e, com a visão da etnometodologia, significando as estratégias adotadas pelos sujeitos no desenvolvimento da vida social cotidiana, Coulon (2008) e Paivandi (2014).

2 | UMA EXPERIÊNCIA AO LONGO DA VIDA ESTUDANTIL

2.1 Educação Básica - uma trajetória memorável

Realizando a revisão bibliográfica para a produção desta sociobiografia, descobri que o início da socialização de uma pessoa ocorre quando ainda somos crianças, com a nossa família, em nossa casa. Dessa forma, há dois tipos de socialização, segundo a clássica proposição de Berger e Luckmann (1985), a socialização primária e a secundária. A primária é considerada a primeira socialização que o indivíduo conhece na infância, tornando-se membro da sociedade. Já a socialização secundária é qualquer processo que ocorre depois que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade.

Dessa forma, na socialização primária, os “outros significativos” são impostos pelo contexto, uma vez que que nascemos em uma estrutura social objetiva, na qual há outros significativos que são responsáveis por nossa socialização. Esses “outros significativos” são normalmente os membros da família e as pessoas ao nosso redor. Porém, mesmo que nessa fase primária nós tenhamos que aprender os elementos culturais da sociedade em que vivemos, nós também começamos a formar a nossa identidade própria. De acordo com Turner (1999), a partir do momento em que nascemos, já nos encontramos em uma estrutura social que vai nos impor uma configuração cultural, na qual é necessário interagir e se relacionar com outros.

Além disso, é a socialização primária a responsável pelo primeiro processo educacional do indivíduo. Pensando nisso, a primeira educação que recebi foi vinda dos meus pais. A questão das primeiras palavras, de como agir em certas situações, como

por exemplo, não chorar quando me negarem algo. E vendo pela perspectiva de Berger e Luckmann, eu realmente aprendi os elementos culturais da sociedade em que vivo, mas também criei a minha própria identidade, o que me preparou para o início da minha vida escolar.

Após o início da minha socialização primária, fui para a minha primeira escola, o Núcleo de Educação da Infância (NEI), na qual estudei toda a Educação Infantil. Acredito que seria bastante enriquecedor para o trabalho se eu relatasse sobre essa escola, por ser considerada uma “escola modelo”, mas tenho que ser sincera, eu não lembro de quase nada. Lembro-me de gostar bastante do espaço físico, como a biblioteca, que eu achava enorme e que na minha cabeça havia inúmeros livros da Bruxa Onilda; e a brinquedoteca, que eu achava o local mais incrível da escola, pois nela, eu poderia ser quem eu quisesse com os mais diversos espaços para aprender e socializar com meus colegas.

Depois da Educação Infantil, quando eu posso imaginar que já devia estar um pouco mais madura, com seis ou sete anos, troquei de escola e fui para uma, que hoje sei, tinha uma pedagogia semelhante à minha anterior, a Escola Freinet. Essa pedagogia, considerada uma pedagogia ativa¹, tem a intenção de possibilitar que o aluno seja ator de sua história e com isso consiga agir de forma responsável e coletiva. Nela, o aluno está sempre aprendendo dentro de um processo de construção do conhecimento que nunca se acaba, enriquecendo-se com as experiências cotidianas.

Nela, fiz amizades que permanecem até hoje. A escola tinha como principal objetivo promover a liberdade de expressão e cooperação. Com esses dois pilares, eu me sentia muito à vontade para me expressar e fazer amigos. Para Matos (2012), nessa idade, visto como o estágio de operações concretas, segundo as teorias de Piaget, há um progresso na questão da socialização da criança, o que faz com que aumente os seus vínculos afetivos, além das relações de amizade e confiança. Então eu era aquela aluna que adorava conversar com toda a comunidade escolar, tanto aluno, professor e até mesmo o porteiro da escola.

Permaneci na escola por aproximadamente dez anos, e posso dizer que a pessoa que sou hoje deve muito a essa experiência e lugar. Em 2011 tive que ir para uma escola na qual a pedagogia não era em nada semelhante com a anterior, e onde eu não conhecia ninguém. Diante disso, essas mudanças de escola podem ser classificadas em três ritos de passagens, de acordo com Corsaro e Molinari (2005), sendo o primeiro intitulado de *separação*, entre o último ano da escola e o início do Ensino Superior; o segundo, intitulado de *incorporação*, que seria incorporar a cultura da nova escola; e o terceiro, que seria um processo de passagem entre os dois primeiros ritos.

Diante disso, eu passei tanto pelo rito de passagem de separação, por ter que trocar de escola por ser o último ano oferecido pela instituição e pelo rito de passagem de ter que

¹ Pedagogia que tem como principal característica a inserção do aluno, sendo ele o principal agente responsável pela aprendizagem

incorporar a cultura da nova escola. Eu me esforcei para incorporar a nova cultura, mas ela ia contra tudo que eu havia aprendido ao longo dos meus últimos dez anos.

Como dito anteriormente, no Ensino Fundamental estudei em uma escola que pôde me proporcionar momentos que foram fundamentais em minha vida, tanto pessoal quanto acadêmica. Pude desenvolver de fato os valores da cooperação, solidariedade, livre expressão, cidadania, valores esses que pude levar comigo, mas que, infelizmente, nem sempre eram “bem vistos” nas instituições de ensino seguintes.

A minha transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio foi bastante conturbada, sendo essa uma passagem crítica na carreira escolar, muitas vezes deixando marcas traumáticas nos estudantes, pois, para Ferreira (2014), os estudantes chegam socializados de acordo com a educação escolar anterior, e foi exatamente o que aconteceu comigo. Eu estava familiarizada a uma escola onde o seu principal pilar era a cooperação e cai de paraquedas em uma escola onde o seu principal pilar era estudar e tirar boas notas, para que assim pudéssemos nos destacar no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM).

Normalmente, de acordo com a própria disposição da sociabilidade do ser humano e com o desenvolvimento psíquico das pessoas, é considerado um movimento estruturante a busca de iniciar e manter relações de amizade, ou seja, ter um grupo estável de amigos, configurando-se esse processo como parte de fundamental importância na socialização. Contrariando essa tendência na socialização, na minha situação particular passei três anos em uma escola onde não tive muitos amigos. Mas foram essas poucas amizades que me fizeram ter forças para sobreviver a esses três anos que me pareceram massacrantes, devido às semanas de provas, advertências, intolerância etc. No ano de 2014, entrei enfim na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

2.2 Ensino Superior: uma questão de sobrevivência

Sobrevivência. SO-BRE-VI-VÊN-CI-A. Substantivo feminino. Ato ou efeito de sobreviver, de continuar a viver ou a existir (Michaelis, 2015). Sobrevivência parece uma palavra forte para ser utilizada, certo? Mas não é. Sobreviver no Ensino Superior depende de vários fatores, como o seu engajamento cognitivo e social no ambiente universitário. Para Ferreira (2014, p. 118):

A sobrevivência acadêmica dos estudantes, de fato, depende do seu engajamento cognitivo e social no meio ambiente universitário, com a construção de estratégias de aprendizagem e com investimento em processos de socialização, efetivamente orientados mais por relações sociais, pessoais e coletivas, do que institucionais.

Partindo disso, no ano de 2014 eu ingressei na UFRN e não pude conter a emoção. Eu estava finalmente saindo do Ensino Médio e ingressando no Ensino Superior! Com a aprovação, na minha cabeça, acabariam as pressões (por parte dos meus pais e até mesmo da sociedade). Porém, no momento que algumas preocupações pareciam acabar, outras novas começavam.

O ingresso no Ensino Superior, de uma forma inevitável, faz com que haja uma transformação nas redes de amizades. Nesse momentos, percebemos que os colegas não são mais os mesmos da etapa de ensino anterior, o que nos leva à tentativa de se estabelecer novos vínculos de amizades e, enquanto esses vínculos não são estabelecidos, “o jovem conta apenas com seus próprios recursos psicológicos e o apoio das redes formadas anteriormente (TEIXEIRA et al., 2008, p.2)”. Porém, mesmo os colegas não sendo mais os mesmos, os poucos amigos que fiz fora do ambiente universitário foram muito importantes, pois, com o apoio deles, eu consegui enfrentar situações que sem os seus conselhos, eu não conseguiria ir adiante.

Com a participação como bolsista de Iniciação Científica, estudar sobre socialização acadêmica me fez entender o meu próprio processo de socialização, bem como a transição de um nível para o outro, como do Ensino Médio para o Ensino Superior. De acordo com Coulon (2008), para muitos estudantes, a transição do Ensino Médio para o Ensino Superior é marcada por diversas rupturas simultâneas, como: nas condições de existências, que pode gerar ansiedade e comportamentos que podem favorecer o fracasso; uma ruptura psicopedagógica, no qual a relação com o professor no Ensino Superior é reduzida, levando em consideração a intensidade do acompanhamento dos professores no Ensino Médio.

Pensando nisso, confesso que em meu período de transição sofri impactos, mas conscientemente só consegui identificá-los posteriormente. Lembro-me que essa transição resultou em grandes crises de ansiedade, crises com as quais, no sentido de um contínuo controle emocional, eu continuo tendo que administrar até hoje. Prazos, cobranças, provas, trabalhos em grupo. Tudo isso continua gera um estresse e acaba interferindo nas minhas emoções cotidianas como estudante.

Além disso, outra ruptura notável foi na dimensão psicopedagógica. No Ensino Médio, os professores parecem, de certa forma, se preocuparem mais com os alunos. Já no Ensino Superior, geralmente, há uma distância entre o professor e o estudante. Muitos professores não sabem nem que já fomos seus alunos, quem dirá saber nosso nome. Porém, mesmo havendo rupturas significativas nesse meu processo de transição, acredito que elas, de certa forma, não favoreceram o meu fracasso, mas sim, me motivaram a continuar.

Após ingressar na UFRN, como todo estudante, de acordo com Alain Coulon (2008), passei nos primeiros meses pelas três fases de adaptação à Universidade. Na primeira fase, a de *estranhamento*, há uma separação com o passado familiar e percebemos que estar na faculdade não é semelhante a se estar no Ensino Médio. Os amigos não são os mesmos, as formas de avaliação também não. Tudo muda.

Já na segunda fase, a de *tempo de aprendizagem*, acredito que tenha sido a minha fase mais longa. Nela, senti inseguranças, dúvidas se eu realmente queria estar ali, com essas pessoas, com essa turma. Não obstante, para mim, a construção de amizades dentro da universidade passou a não ter um peso maior do que o desejo de obtenção de um diploma. E foi nesse momento que me senti preparada para a terceira fase, a fase do *tempo de afiliação*. Nessa fase, eu já não era mais uma caloura. Minhas inseguranças sobre a permanência no curso haviam passado e eu poderia agora me considerar uma veterana.

Após me conformar, havia momentos em que eu não tinha como escapar de uma socialização com os meus colegas da turma, e um desses momentos era no trabalho em grupo. Por várias vezes tentei me encaixar em um grupo para fazer os trabalhos acadêmicos. Alguns davam certo, na medida do possível, já outros, não se saíam tão bem quanto o esperado. Porém, me conformei, visto que no curso de Pedagogia em si, os trabalhos em grupo são bastante valorizados. Era como aquele ditado “engole o choro que dói menos”.

Um dia, em um momento de estudo com uma amiga da base de pesquisa, Mariah (um pseudônimo), discutimos e chegamos à conclusão haveriam duas formas de socialização: a socialização convivial-curricular (SCC) e a socialização interpessoal-amigável (SIA). Para Medeiros e Costa (2016)², a SCC tem seu peso maior na vivência acadêmica, nas atividades curriculares. Já a SIA é considerada como uma relação estudante-estudante, levando em consideração as experiências pessoal-grupal entre os amigos e colegas do curso, além da vivência social cotidiana extraclasse.

Nesse sentido, aplicando essa ideia à minha própria experiência de socialização, pude perceber que a minha SIA era praticamente inexistente. O meu grupo atual para a realização de trabalhos sempre saía juntos, nem que fosse para tomar um sorvete. Tinham um grupo em um aplicativo de conversas no qual passavam o dia inteiro conversando, combinando alguma saída ou até mesmo de irem para as casas uns dos outros. Foi então que eu percebi que a minha socialização era restrita apenas à SCC, sendo ela restrita ao ambiente da sala de aula e às atividades curriculares do curso, ou seja, as relações com os pares, na prática, estariam relacionadas apenas aos assuntos acadêmicos, como a produção de trabalhos e a apresentação de seminários.

Diante de tantos motivos que podem afetar o emocional de um estudante, como trabalhos, provas, redes de amizades etc., eu me via em um nível de estresse que estava afetando também a minha vida fora da universidade. De acordo com Rios (2006), para sujeitos mais vulneráveis ao *stress*, as situações afetam o indivíduo segundo o momento e seu estado emocional, tendo um “filtro” que permite excluir, minimizar ou maximizar o efeito estressante. De acordo com essa mesma autora, um dos medidores de *stress* é o ambiente familiar e social.

Como dito anteriormente, o indivíduo tem um “filtro” que permite excluir, minimizar ou maximizar o efeito estressante, porém, eu não conseguia colocar esse filtro em prática.

A pressão do ambiente universitário me fazia, de uma maneira cotidiana e inconsciente, maximizar as situações, me causando muito estresse. Eu colocava provavelmente, para esses momentos acadêmicos, uma expectativa exacerbada e irrealista, pois a ideia que me dominava era a de que não precisava ser boa em apenas uma disciplina, tinha que ser boa em todas. De acordo com Rios (2006, p. 53):

A preocupação com a vida acadêmica leva a episódios que podem gerar o stress - conforme afirmam Baptista et al. (1998) - quando ocorrem variáveis como a mudança e perda de controle de um novo ambiente [...] e a sobrecarga de atividades escolares entre outros. Até o momento em que o indivíduo se sentir capaz de perceber e enfrentar a situação, ele provavelmente sofrerá as ansiedades, medos, incertezas e toda a sintomatologia que leva ao *stress*.

Ao mesmo tempo que eu tinha que lidar com diversas pressões externas, eu ainda tinha que lidar com a minha cobrança interior. E uma forma de amenizar toda essa pressão seriam as relações sociais. Ainda de acordo com Rios (2006), as relações sociais formam um sistema de apoio, proporcionando ao indivíduo controle e domínio em situações difíceis. Mas eu não tinha esse sistema de apoio, e tive que procurar outras formas para poder lidar com meu estresse e ansiedade, e uma delas, foi a terapia. Demorei cinco semestres para iniciar o cuidado do meu emocional, para que assim, aprendesse a lidar melhor com certas situações na universidade.

Como dito em outras falas, a construção de amizades dentro da universidade passou a não ter um peso maior do que o meu desejo de obter um diploma. E, para Paivandi (2014), isso é uma perspectiva de aprendizagem, classificada como *perspectiva de desempenho*. Nessa perspectiva, os estudantes pensam em ter sucesso, aprender coisas em relação à profissão e obter o diploma com uma boa menção. Os estudantes dentro dessa perspectiva concedem uma importância real para os seus estudos e para o sucesso escolar.

Dessa forma, os estudantes tentam obter sobretudo boas notas, buscando compreender melhor as exigências do professor e adequando-se a elas, além de utilizar de todos os meios para melhorar o seu desempenho. Ainda segundo Paivandi (2015, p. 47), os estudantes dessa perspectiva desenvolvem a ideia do sucesso estratégico, que é:

[...] uma figura de desempenho universitário que dá conta da situação de estudantes que desenvolvem uma perspectiva de desempenho e que atingiram seus objetivos (sucesso total com boas notas). Esses estudantes [...] realiza seus percursos de forma eficiente e proclamam as virtudes do sucesso que resultam de suas práticas de estudo.

Para me manter na universidade, tive que traçar estratégias de aprendizagem e não só isso, tive que aprender o ofício de ser estudante, que seria “[...] aprender a se tornar um deles para não ser eliminado ou auto eliminar-se porque se continuou como um estrangeiro nesse mundo novo” (COULON, 2008, p. 31). Mesmo eu não me identificando com meus colegas de turma, eu tive que aprender a lidar com eles, para que assim, eu não abandonasse o curso. Dessa forma, “os estudantes devem tornar-se nativos desta nova cultura universitária, tornarem-se membros dela, pois, para eles, isso é uma questão de sobrevivência (COULON, 2008, p. 43)”.

Ainda sobre as estratégias de aprendizagem, de acordo com os pensamentos desenvolvidos por Entwistle e Peterson (2004), podemos distinguir entre os estudantes três tipos de estratégias de aprendizagem. Na primeira abordagem, a *profunda*, o estudante busca o sentido em padrões e princípios subjacentes, verificando evidências e relacionando-as com conclusões, examinando lógica e criticamente os argumentos, além de procurar relacionar ideias com conhecimentos e experiências anteriores

Já a segunda abordagem, a *superficial*, refere-se ao estudante que reproduz os conteúdos e acaba por memorizar a maior parte do que é estudado em sala de aula, focalizando em resultados mínimos e, conseqüentemente, atribui pouco valor ou sentido às atividades. E a última abordagem, a *estratégica*, refere-se ao estudante que se dedica à autorregulação da aprendizagem, administra-se efetivamente o tempo e os esforços, sempre estando atento à aprendizagem e seu contexto, monitorando assim, suas formas de estudos e sendo responsável por ele mesmo e pelos outros de maneira consistente.

Fazendo uma reflexão acerca da abordagem de aprendizagem que utilizo, acredito que eu posso me classificar em duas: a abordagem profunda e a abordagem estratégica. Acredito que depende bastante do momento acadêmico em que me encontro. Em relação à abordagem profunda, eu sempre procurava me dedicar criticamente ao conteúdo, objetivando compreender o que está sendo trabalhado em sala de aula, mas também, como na abordagem estratégica, eu me dedicava, autorregular e gerenciava o meu tempo e esforço de acordo com as prioridades.

Durante a leitura do referencial teórico para a realização dessa sociobiografia, percebi que muitos autores trazem a socialização como um dos fatores fundamentais para um bom sucesso acadêmico na vida universitária. De acordo com Ferreira (2014, p. 131):

[...] a socialização universitária serve, simultaneamente, como meio de alívio afetivo, pela satisfação emocional e social [...] e como recurso comum e auto gerido para a realização bem-sucedida das tarefas acadêmicas e a compreensão dos conteúdos [...].

Além disso, de acordo com Teixeira et al. (2008), as experiências durante o primeiro ano no ambiente universitário têm uma importância para a permanência no Ensino Superior e para o sucesso acadêmico do estudante. Para os mesmos autores, os estudantes que se integram academicamente e socialmente desde o início do curso têm mais chances do crescimento intelectual e pessoal do que aquelas que passam por dificuldades nessa transição.

Após discutir, nessa abordagem da sociobiografia, sobre como a minha socialização durante o curso poderia ser considerada como um “fracasso”, pelas dificuldades de integração social com meus pares, tive a oportunidade, no meio desse processo, de conhecer Mariah. Por muito tempo, eu vi o grupo de pesquisa como se houvesse uma distinção dos papéis de professor e de estudantes de pós-graduação, por exemplo, apesar de que nenhum membro do grupo se sentia superior. Mas confesso que era mais fácil criar um vínculo maior com alguém que estivesse passando também pela experiência da graduação, como Mariah.

Acredito que, mesmo tendo uma vontade inabalável de conseguir meu diploma, quem me ajudou a querer ainda mais essa conquista foi ela. Nela, encontrei praticamente tudo que eu esperava encontrar na minha turma. O seu jeito acolhedor, atencioso e prestativo me fez ter forças para passar por grandes momentos (bons e ruins) na universidade. No momento em que criamos laços, eu passei a ter mais um motivo para ir à universidade, pois eu sabia que quando chegasse na sala da base de pesquisa, ela estaria lá. Para Silva (2017, p. 87), isso é uma *cordialidade acadêmica*, com a qual:

[...] o estudante experiencia, por meio das trocas com seus pares, a esfera socializadora de caráter afetivo [...] como uma das estratégias de permanência. [...] através da relação com o Outro, uma maneira positiva para sua aprendizagem e afetivamente calorosa de prolongar a sua vivência na universidade.

Além de Mariah, já no final do curso, eu tive a sorte de encontrar pessoas maravilhosas de outros períodos que me fizeram pensar que eu não estava ali à toa. Para Abrantes (2011, p. 125) “[...] a socialização é um processo permanente e nunca concluído, implicando esforços contínuos de atualização”. E foi com esse esforço contínuo que eu consegui fazer amizades, que eu poderia contar sempre que fosse preciso.

Outrossim, trago uma citação de Paivandi (2014, p. 50) que me faz refletir sobre as vantagens, por assim dizer, de se ter uma boa socialização, “toda socialização constitui um fenômeno interacional e um processo de aquisição de saberes que se impõem ao desenvolvimento de trocas e nos laços sociais”. E me faz refletir: por eu ter sido, de certa forma, “privada “de uma boa socialização, será que eu deixei de ter alguns aprendizados, visto que a socialização faz com que haja uma troca de saberes entre os indivíduos? Qual

a diferença entre a minha formação e à formação daquelas pessoas que conseguiram desenvolver mais laços de amizade? Será que essas pessoas puderam questionar mais sobre conteúdo, pôr em xeque suas ideias?

Diante desse relato de experiência vivido no curso de Pedagogia, sobre o meu processo de socialização, fica impossível não pensar: será que o sucesso no processo de socialização é um fator *determinante* e imprescindível para a permanência do jovem no ambiente universitário? Acredito que, determinante seja uma palavra muito forte, uma vez que ela signifique que algo seja decisivo sobre alguém ou alguma coisa. De fato, a socialização é um fator muito importante para a permanência de alguém em qualquer canto, seja na universidade, trabalho e que de fato se, eu tivesse tido um sucesso desde o início do curso, talvez eu tivesse uma trajetória mais tranquila.

Por conseguinte, nesse quadro de quase desistência e de uma socialização tardia, talvez propensa ao abandono e baixo desempenho; mas, ao contrário tendo tido perseverança, produtiva na formação profissional e decisiva na minha autoconfiança pessoal e autoestima acadêmica, com a finalização consistente do curso de pedagogia, há uma pergunta que eu ainda não sei responder: *por que eu fui representante de uma minoria no meio universitário?* Será que o apoio familiar e de amigos externos à universidade teve algo com isso, ou será que minha vontade de conquistar um diploma era maior do que qualquer outra coisa? Ou será uma junção dos dois fatores?

Assim, poderia ensaiar uma interpretação para o meu percurso acadêmico bem-sucedido, apesar das dificuldades com a socialização com os colegas, como fruto da minha própria representação pessoal e simbólica inabalável da importância do diploma do curso de pedagogia; associado a essa valorização do curso, também acabei descobrindo e desenvolvendo um processo de socialização mais individualizado, isto é, menos grupal, porém intenso e extremamente significativo, através da figura de uma pessoa que se configurou como um “outro significativo” crucial para a minha evolução pessoal e acadêmica.

Ao longo da elaboração desse relato sociobiográfico pude refletir sobre a minha formação, além de refletir sobre o *meu Eu*. Mesmo que eu não tenha tido muitas oportunidades de trocas com meus pares, eu sinto que a minha formação foi completa, apesar disso, com um grande crescimento pessoal e profissional.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, após uma análise sobre os meus próprios momentos de socialização no curso de Pedagogia e a exposição sobre as estratégias e razões que me motivaram a continuar, acredito que com essa sociobiografia eu pude me conhecer melhor, tanto de uma forma emocional quanto de uma forma acadêmica. Além disso, acredito que o presente trabalho pode contribuir significativamente para os estudos da vida cotidiana estudantil no Ensino Superior. Procurar entender a vida cotidiana dos estudantes faz-se necessário, visto

que, muitas vezes, a falta de entendimento sobre o assunto atinge outras esferas, de modo geral, na Universidade. Por exemplo, quando planejamos uma aula e não levamos em consideração a subjetividade dos estudantes, muitas vezes cometemos equívocos, o que acaba atingindo não só um aluno, mas a sala toda.

A partir das leituras, pude perceber e refletir sobre o meu processo de socialização por uma visão mais crítica. Acontecimentos que passei que, para mim, na época não faziam sentido, hoje vejo que foram de fundamental importância, como as rupturas simultâneas do Ensino Médio para o Ensino Superior que, de uma forma inevitável, acontecem; as formas de estratégia de aprendizagem que, hoje sei são estratégias, pois na época eram apenas ações sem um cunho reflexivo; ou até mesmo as formas de socialização SCC e SIA que me fizeram perceber que, mesmo eu não tendo uma socialização para além dos muros da Universidade, eu tive uma socialização, porém, não determinante para a minha permanência no Ensino Superior.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Pedro. **Para uma teoria da socialização**. Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXI, 2011, pág. 121-139.

BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. A sociedade como realidade. In: **A construção social da realidade tratado de sociologia do conhecimento**. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Editora Vozes, 1985.

CORSARO, William.; MOLINARI, Luisa. **Compagni**: understanding children's transition from preschool to elementary school. New York: Teacher College Press, 2005.

COULON, Alain. **A condição de estudante**: a entrada na vida universitária. Tradução de: Georgina Gonçalves dos Santos, Sônia Maria Rocha Sampaio. Salvador: EDUFBA, 2008.

ENTWISTLE, Noel; PETERSON, Elizabeth. **Conceptions of learning and knowledge in higher education**: relationships with study behavior and influences of learning environments. International Journal of Educational Research, Contemporary Research Center, Adelaide (Austrália), n. 41, p. 407-428, (mensal) Mars, 2004.

FERREIRA, Adir Luiz. **Entre flores e muros**: narrativas e vivências escolares. Porto Alegre: Sulina., 2006.

FERREIRA, Adir Luiz. **Havia uma sociologia no meio da escola**. Natal [RN]: EDUFRN - Editora da UFRN, 2004.

FERREIRA, Adir Luiz. Socialização na universidade: quando apenas estudar não é o suficiente. **Educação em Questão**, Natal, v. 48, n. 34, jan./abr., 2014

MATOS, Elizete Lúcia Moreira. **Escolarização hospitalar**: educação e saúde de mãos dadas para humanizar. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MEAD, George Herbert. **Mind, Self and Society**, from the standpoint of a social behaviorist. Chicago: University of Chicago Press, 1992. (1st Ed. 1934)

MEDEIROS, Marília do Vale Góis Pacheco; FERREIRA, Adir Luiz; COSTA, Jennifer Juliana Barreto Bezerra. **A socialização universitária e suas faces**: um olhar mais próximo de uma estudante e suas (dés)motivações. XXVII Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica – CIC UFRN. Natal, 2016. Disponível em: <<http://cic.propesq.ufrn.br/trabalhos.php##resultado>> Acesso em: 03/05/2018.

PAIVANDI, Saeed. A relação com o aprender na universidade e o ambiente de estudos. **Educação em Questão**, Natal, v. 48, n. 34, p. 39-64, jan./abr., 2014.

PAIVANDI, Saeed. Que significa o desempenho acadêmico dos estudantes? In: **Observatório da vida estudantil**: avaliação e qualidade no ensino superior: formar como e para que mundo? - Salvador: EDUFBA, 2015. 23-59p.

RIOS, Olga de Fátima Leite. **Níveis de stress e depressão em estudantes universitários**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. São Paulo, 2006.

SILVA, Edilene Dayse Araújo da. **Quando desistir não é uma opção**: socialização e estratégias de permanência de estudantes populares da UFRN. Natal: UFRN, 2017.

SOBREVIVÊNCIA, In: PORTUGUESA, **Michaelis Moderno Dicionário da Língua**. Disponível em <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/sobreviv%C3%A2ncia/>>

TEIXEIRA, Marcos Antônio Pereira et al. Adaptação à universidade em jovens calouros. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRABEE)**, Uberlândia, v. 12, n. 1, Janeiro/Junho, 2008

TURNER, Jonathan H. **Sociologia, conceitos e aplicações**. São Paulo: Makron Books, 1999.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – ANÁLISE DOS DESAFIOS FUTUROS

Data de aceite: 19/08/2020

Adelcio Machado dos Santos

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis (SC) Brasil.

RESUMO: A educação a distância compreende uma modalidade de ensino e aprendizagem, possibilitada pela mediação dos suportes tecnológicos digitais e de rede, seja inserida em sistemas de ensino presenciais, mistos ou completamente realizada por intermédio da distância física. As novas tecnologias de comunicação e informação têm modificado consideravelmente as possibilidades de interação à distância, disponibilizando a estes modelos educativos técnicas rápidas, seguras e eficientes. Levando-se em consideração os limites e possibilidades da educação a distância, evidencia-se que prevalecem as novas possibilidades, uma vez que esta modalidade de ensino vem sendo cada vez mais impulsionada, ampliando seu campo de atuação. Como a disponibilidade de tempo é sempre relativa, em qualquer circunstância, criam-se expectativas extremamente favoráveis à utilização de tal metodologia. As políticas nacionais têm procurado formular um paradigma que oriente as da educação a distância, através da elaboração de normas e leis que regulamentem este ensino. No entanto, muitas questões ainda devem ser respondidas e, somente com base na normatividade, na infra-estrutura adequada e em critérios de qualidade, pode-se esperar a implantação de

um projeto coerente de educação a distância. O desafio permanente dessa metodologia educacional consiste em não perder de vista o sentido político original da oferta, em verificar se os suportes tecnológicos utilizados são os mais adequados para o desenvolvimento dos conteúdos, possibilitando a maior interatividade possível e a socialização do indivíduo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação a distância. Tecnologias. Legislação.

DISTANCE EDUCATION - ANALYSIS OF FUTURE CHALLENGES

ABSTRACT: Distance education comprises a modality of teaching and learning, made possible by the mediation of digital and network technological supports, whether inserted in classroom teaching systems, mixed or completely carried out through physical distance. The new communication and information technologies have considerably modified the possibilities of distance interaction, providing these educational models with fast, safe and efficient techniques. Taking into account the limits and possibilities of distance education, it is evident that the new possibilities prevail, since this type of teaching has been increasingly driven, expanding its field of action. As the availability of time is always relative, in any circumstance, extremely favorable expectations are created for the use of such methodology. National policies have sought to formulate a paradigm to guide those of distance education, through the development of rules and laws that regulate this teaching.

However, many questions still need to be answered and, only based on normativity, adequate infrastructure and quality criteria, can we expect the implementation of a coherent distance education project. The permanent challenge of this educational methodology consists in not losing sight of the original political meaning of the offer, in verifying whether the technological supports used are the most suitable for the development of the contents, allowing the greatest possible interactivity and the socialization of the individual.

KEYWORDS: Distance education. Technologies. Legislation.

1 | INTRODUÇÃO

A educação a distância vem sendo cada vez mais impulsionada, constituindo-se como uma nova concepção de aprendizado e interatividade traduzida em uma tendência atual em termos de processo educativo. Muitos profissionais da área têm defendido que ela é a solução para os problemas de educação no país.

Contudo, embora se reconheça que a educação a distância enriquecerá muito os processos de construção do conhecimento, essa nova metodologia vem acompanhada também de novas contradições e desafios.

Por si só, o fato de implantar uma mudança na rede educacional já constitui um desafio, visto que implantar mudança constitui repto extremamente complexo porque o sujeito do fenômeno depara-se com uma realidade que vai de encontro a seus valores.

O ensino oferecido a distância difere por completo do ensino presencial ou tradicional. No ensino presencial, realizado na sala de aula tradicional, verifica-se uma interação quase sempre passiva entre o professor, os alunos e o conteúdo.

Determinado em tempo e limitado em espaço, o ensino presencial caracteriza-se pela freqüente verificação aleatória da aprendizagem e participação por amostragens de alunos.

Em muitas ocasiões, grande parte dos alunos não consegue ser ouvida (comentar dúvidas, expressar suas idéias, apresentar suas críticas e posicionamentos) pelo professor em sala de aula. Para Kenski (2003), o grande número de alunos atendidos no tempo escasso da aula orienta a metodologia de ensino para o desenvolvimento de atividades em massa, ainda que se tenha por objetivo atingir cada aluno.

A educação a distância compreende uma metodologia, é uma forma diferente de aprender que normalmente utiliza, além da mediação do professor, outros recursos que possam enriquecer a relação de aprendizagem.

Diferentemente da modalidade presencial, educação a distância não pressupõe um horário rígido nem a obrigatoriedade de freqüência diária, respeitando o ritmo de cada aluno e seu modo próprio de estudar e, conseqüentemente, de aprender. Na educação a distância, a tecnologia está sempre presente e exige maior atenção, tanto de professores como de alunos.

Ela precisa de manejo contínuo, bem como ser incorporada crítica e criativamente.

No entanto, a estruturação da educação a distância exige uma quantidade representativa de recursos para organizar a tecnologia necessária.

Reis (1996) destaca que pairam muitos problemas, críticos e convencionais, a serem equacionados, na educação a distância.

A educação a distância representa uma nova forma de promover a escolarização e, por conseguinte, faz jus a incentivo, faz-se mister fiel observância da normatividade que regulamenta para efetivação do princípio da qualidade.

2 I CONCEITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Walter Perry e Greville Rumble (1987 apud NUNES, 2001) afirmam que a característica basilar da educação a distância reside no estabelecimento de uma comunicação de dupla via, na medida em que docente e educando não se encontram juntos na mesma sala requisitando, desta forma, meios que possibilitem a comunicação entre ambos.

Sustentam, também, que há muitas denominações utilizadas correntemente para descrever a educação a distância, entre as quais pode-se citar: estudo aberto, educação não-tradicional, estudo externo, extensão, estudo por contrato, estudo experimental.

Entretanto, nenhuma dessas denominações descreve com exatidão a educação a distância; são termos genéricos que, em determinadas ocasiões, incluem-na, mas não representam somente a modalidade a distância.

Neste sentido, Oliveira (2002) escreve que conceituar de modo adequado a “educação à distância” não constitui tarefa singela, uma vez que essa metodologia de educação é ainda um processo recente, pairando sobre ela uma diversidade de visões, que não lhe permitem, a esta altura, uma concepção homogênea.

Verifica-se grande diversidade de formas metodológicas, estruturas e projetos de aplicação dessa modalidade de ensino, posto que em razão de diferentes fatores: de concepção educacional, de necessidades educativas da população, do grau de desenvolvimento dos meios de comunicação, além de outros de natureza social e política.

As diferentes terminologias como “ensino aberto”, “ensino à distância”, “educação à distância”, “formação à distância”, dentre outras, permitem uma ampla e aberta compreensão do assunto, evitando que um conceito cristalizado e único tente dignificar uma realidade que, por natureza, é multifacetada e dinâmica.

Já para Nova e Alves (2003), o conceito de Educação a Distância, literalmente, remeteria a qualquer modalidade de transmissão e/ou construção do conhecimento sem a presença simultânea dos agentes envolvidos, asseguram. Entretanto, com a evolução das tecnologias de comunicação em rede que possibilitaram novas formas de interação entre os sujeitos educacionais, este conceito deve ser ampliado.

Desta forma, compreende-se a educação a distância como uma das modalidades de ensino-aprendizagem possibilitada pela mediação dos suportes tecnológicos digitais e de rede, seja inserida em sistemas de ensino presenciais, mistos ou completamente realizada por intermédio da distância física.

Em outras palavras, a educação a distância pressupõe a combinação de tecnologias convencionais e modernas que possibilitem o estudo individual ou em grupo, nos locais de trabalho ou fora, através de métodos de orientação e tutoria a distância, contando com atividades presenciais específicas, como reuniões do grupo para estudo e avaliação.

Oliveira (2001) ainda acrescenta que a educação a distância compreende uma alternativa pedagógica de grande alcance que deve utilizar e incorporar as novas tecnologias como meio para alcançar os objetivos das práticas educativas implementadas, tendo sempre em vista as concepções assumidas, de homem e sociedade e considerando as necessidades das populações a que se pretende servir.

Deste modo, coloca-se então um conjunto de técnicas e recurso à disposição de populações estudantis, dotadas de maturidade e motivação suficientes para que, em regime de auto-aprendizagem, possam obter o conhecimento ou qualificação em qualquer nível.

Assim, a educação a distância cobre distintos modos de ensino e aprendizagem em diferentes níveis. Todavia, para sua plena realização é indispensável a subordinação dos cursos ao planejamento, guia, acompanhamento e avaliação de uma organização educacional (OLIVEIRA, 2002).

A tecnologia constitui instrumento indispensável na promoção do ensino a distância. Antes de tudo, para que um ensino seja realizado a distância, mediado pelas novas tecnologias, é preciso contar com uma infra-estrutura organizacional (técnica, pedagógica e administrativa) complexa, na qual o ensino será desenvolvido.

Quanto à tecnologia ou seleção dos meios operacionais mais adequados, Belloni (1999) sustenta tendência que emerge com força e diz respeito à eliminação do uso de materiais divulgados por intermédio dos meios de comunicação de massa e a crescente utilização de materiais de uso pessoal, como disquetes e *CD ROM*. Isso possibilita uma crescente interação entre professores e alunos que participam da educação à distância.

As novas tecnologias de comunicação e informação têm modificado consideravelmente as possibilidades de interação à distância, disponibilizando a estes modelos educativos, técnicas rápidas e seguras, eficientes e, em alguns casos, mesmo baratas, como o correio eletrônico ou *e-mail*, por exemplo. A característica fundamental destas tecnologias é a interatividade, a qual significa a possibilidade de o usuário interagir com uma máquina.

Belloni (1999) expõe que as tecnologias de comunicação e informação oferecem possibilidades inéditas de interação mediatizada (professor/aluno; estudante/estudante) e de interatividade com materiais de boa qualidade e grande variedade. As técnicas de interação mediatizada pelas redes telemáticas (*e-mail*, listas e grupos de discussão,

sites, etc.) apresentam uma série de vantagens, pois permitem combinar a flexibilidade da interação humana com a independência no tempo e no espaço, sem por isso perder velocidade.

Na maior parte dos casos estas técnicas não estão suficientemente difundidas, sendo ainda demasiado caras e por isso pouco acessíveis aos estudantes. Porém, à medida em que os recursos técnicos que possibilitam o uso das tecnologias de comunicação e informação vão se tornando mais baratos, seu uso acaba sendo intensificado.

Neste sentido, Ballalai (1991) assegura que dependendo de como são incorporadas, as novas tecnologias podem auxiliar a estender o ensino à distância, atingindo uma quantidade de indivíduos muito maior, de modo mais completo e dinâmico, além de facilitar a interação e a participação. Não obstante, as novas tecnologias aumentarão sensivelmente a eficiência administrativa e logística dos sistemas de educação a distância.

Conforme a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (1997) é a necessidade de educação de toda população que gera interesse significativo na aplicação de programas educacionais com base no uso de tecnologias. A aprendizagem a distância vincula-se diretamente ao desenvolvimento de tecnologias de informação e de comunicação, à emergência de novas necessidades de aprendizagem e a novos padrões de acesso e utilização da informação numa sociedade da informação.

Muitas vezes, o desenvolvimento da aprendizagem a distância, propicia condições favoráveis para a introdução e experimentação com novas tecnologias na educação, influenciando, conseqüentemente, a educação geral.

Com isso, pode-se gerar novas descobertas e conhecimento acerca das condições e dos processos de aprendizagem, podendo exercer uma influência que se estende para ademais da educação em si, o que afeta as pessoas individualmente e a sociedade como um todo, tanto em termos econômicos e culturais.

3 I POSSIBILIDADES E LIMITES DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

À medida que evolui a educação a distância, no cenário mundial, demonstra ser um recurso alternativo para a educação. São inúmeros os cursos a distância criados e difundidos diariamente, no mundo inteiro, utilizando a internet ou sistemas de rede similares como suporte da comunicação pedagógica. Entretanto, esse desenvolvimento por si só da educação a distância não garante qualidade satisfatória e a formação adequada.

A educação a distância compreende um processo de transformação no cenário educacional, de amplitudes ainda desconhecidas, que necessita ser analisado e discutido, sob a ótica de Nova e Alves (2003).

Assim, é necessário que as políticas públicas educacionais definam posicionamentos mais claros e detalhados acerca deste assunto, incentivando o surgimento de programas de educação a distância de porte nacional, mas ao mesmo tempo, introduzindo limites e

regras para os mesmos.

A educação a distância apresenta uma série de aberturas e novas possibilidades para o processo educativo, como a eliminação ou redução das barreiras de acesso aos cursos ou nível de estudos, além da diversificação e ampliação da oferta de cursos. Outra possibilidade da educação a distância é a oportunidade de formação adaptada às exigências atuais, às pessoas que não puderem freqüentar a escola tradicional.

Por meio da educação a distância é possível uma maior flexibilidade, com base na ausência de rigidez quanto aos requisitos de espaço (onde estudar?), assistência às aulas e tempo (quando estudar?) e ritmo (em que velocidade aprender?). Assim, possibilita-se uma eficaz combinação de estudo e trabalho, conforme as necessidades de cada um.

O aluno poderá permanecer em seu ambiente profissional, cultural e familiar, obtendo a formação fora do contexto da sala de aula.

A eficácia é outra vantagem da educação a distância, uma vez que o aluno constitui o centro do processo de aprendizagem e é o sujeito ativo de sua formação, permitindo o respeito ao seu ritmo de aprendizagem. A formação proporcionada pelo ensino a distância é teórico-prática, relacionada à experiência do aluno, em contato imediato com a atividade profissional que se deseja melhorar.

Os conteúdos instrucionais são elaborados com o auxílio de especialistas e a utilização de recursos multimídia. Além disso, a comunicação é freqüentemente bidirecional, garantindo, com isso, uma aprendizagem dinâmica inovadora.

Na educação a distância, a formação pode ser permanente e pessoal, atendendo às demandas e às aspirações dos diversos grupos, por meio de atividades formativas ou não. O aluno permanece sempre ativo, uma vez que necessita desenvolver características como iniciativa, atitude e hábitos educativos próprios. Com isso é possível alcançar a capacitação para o trabalho e a superação do nível cultural de cada aluno.

Outra vantagem da educação a distância é a economia, pois há uma considerável redução de custos em relação aos dos sistemas presenciais de ensino. Isso se deve ao fato de se eliminar pequenos grupos, evitar gastos de locomoção de alunos, evitar o abandono do local de trabalho para o tempo extra de formação, permitindo a economia em escala, a qual supera os altos custos iniciais.

Seguindo-se esta acepção, Rumble (2003) afirma que as economias de escala permitem que os custos da educação a distância possam ser repartidos por um grande número de alunos, sendo os custos variáveis mais baixos por estudante, de modo que o custo médio por estudante não seja superior ao do ensino regular. Para o autor, pode-se conseguir economias de escala por meio do aumento do número de alunos, o que faz decrescer rapidamente a curva de custos.

Ademais disso, os sistemas da educação a distância permitem a diminuição dos custos de oportunidade. Os custos de oportunidade são despesas efetuadas por alunos que freqüentem determinado curso, correspondentes a transporte, alojamento e, ainda, ao

salário que deixam de receber durante o tempo de duração do curso.

Tais dispêndios são estimados de acordo com a duração dos estudos e com os encargos de deslocamento e alojamento, no caso de alunos que residem distante do centro de ensino. As organizações podem poupar porque alguns custos de formação – como o tempo do funcionário – são transferidos da empresa para o colaborador, argumenta Rumble (2003).

Entretanto, esse novo modelo de educação também vem acompanhado de desvantagens ou limitações. Uma das limitações, freqüentemente questionadas por perquiridores da área de educação, reside na limitação que se refere ao alcance do objetivo da socialização, em decorrência das escassas ocasiões em que ocorre interação pessoal dos alunos entre si e com o docente.

Isso redundará também na limitação em alcançar os objetivos da área afetiva/atitudinal, bem como os objetivos da área psicomotora, a não ser através de momentos presenciais, previamente estabelecidos para o desenvolvimento supervisionado de habilidades manipulativas. A educação a distância também ocasiona o empobrecimento da troca direta de experiências proporcionada pela relação educativa direta e pessoal entre professor e aluno.

Belloni (1999) destaca que no modelo da educação a distância, observa-se claramente a assimetria quanto à flexibilidade entre as dimensões de espaço e tempo, bem como quanto à autonomia do estudante, ou seja, um alto grau de autonomia do aluno quanto ao lugar de seus estudos e a conseqüente separação quase absoluta do professor, e, por outro lado, uma ausência quase total de autonomia no que toca às questões de prazos e escolha de currículos ou meios.

Outrossim, a retroalimentação, o *feedback* e a retificação de possíveis erros podem ser mais demorados, conquanto os novos meios tecnológicos reduzirem consideravelmente estes inconvenientes. Por conseguinte, é necessário que se desenvolva um rigoroso planejamento a longo prazo, contendo as desvantagens que possam ocorrer.

Não obstante as dúvidas quanto à possibilidade de a educação a distância proporcionar algo mais que transferência ou instrução de conteúdos, tem-se a prova de que materiais didáticos bem elaborados podem levar os alunos a “aprender a aprender”.

Destarte, o perigo da homogeneidade dos materiais instrucionais, ou seja, todos aprendem o mesmo, por uma só gama de recursos instrucionais, conjugado a poucas ocasiões de diálogo aluno/docente, pode ser superado através da elaboração de materiais que proporcionem a espontaneidade, a criatividade e a expressão das idéias do aluno.

Ademais disso, outra limitação da educação a distância é o fato de que para determinados cursos, existe a necessidade de o aluno possuir elevado nível de compreensão de textos e saber utilizar os recursos de tecnologia e multimídia.

Os resultados da avaliação a distância são menos confiáveis do que os da educação presencial, excetuando-se aquelas atividades presenciais de avaliação. As oportunidades de plágio ou fraude são maiores, embora estes fatos também possam ocorrer na modalidade presencial.

A ambição de pretender alcançar muitos alunos é outra limitação da educação a distância, pois com ela emerge o risco de ocorrerem numerosos abandonos, deserções ou fracassos, em decorrência da falta de um bom acompanhamento do processo, embora deva ser feita a devida distinção entre “abandono real” e “abandono sem começar”, daqueles alunos que não fazem sequer uma primeira avaliação.

Comumente, os serviços administrativos na modalidade de educação a distância são mais complexos que no ensino presencial. Outro aspecto que dificulta a implementação do ensino a distância é o elevado custo inicial que se dilui ao longo de sua aplicação. Contudo, também é indiscutível o fato de que essa modalidade de ensino gera uma economia substancial a longo prazo.

Levando-se em consideração os limites e possibilidades do ensino a distância, evidencia-se que prevalecem as novas possibilidades, pois esta modalidade de ensino vem ampliando cada vez mais seu campo de atuação. De acordo com Niskier (1999), como a disponibilidade de tempo é sempre relativa, em qualquer circunstância criam-se expectativas extremamente favoráveis à utilização dessa modalidade, sobretudo considerando-se a extensão territorial do Brasil.

Contudo, uma preocupação básica e permanente, consiste em evitar que o projeto se transforme num desvario pedagógico de facilidades, assegura Niskier (1999). Destarte, a certificação do ensino a distância deverá ser rigorosa, a partir de autorização oficial para os experimentos em que o Conselho Nacional de Educação deverá participar. Ao apoiar qualquer projeto não se pode abdicar do acompanhamento de perto, a fim de garantir que não haverá um ensino desvirtuado.

4 | PARÂMETROS NORMATIVOS

Faz-se mister que a educação a distância, metodologia de ensino, implemente-se com fulcro em parâmetros normativos. Deve-se estimular essa nova modalidade de ensino ao mesmo tempo em que se desenvolvam critérios que permeiem essa prática educativa no intento de lhe exigir a qualidade necessária.

De acordo com Fragale Filho (2003), a partir da segunda metade da década de 1990, a educação a distância, na esteira da pequena regulamentação existente, passou a expandir-se de modo impressionante. Tratada como uma forma supletiva ou complementar do ensino presencial e vista com desconfiança, ela foi quase sempre ignorada nas preocupações legislativas relativas à regulamentação da educação no Brasil.

Entretanto, com o desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação, rompem-se barreiras, tornando sua ampliação possível, o que proporcionou um aumento da oferta sem precedentes. Com isso, introduziu-se sua regulamentação na agenda legislativa.

Assim, questões como o que regulamentar, como distinguir a educação a distância do ensino presencial, transformam-se em verdadeiros desafios para o formulador da política educacional, quando este se vê obrigado a elaborar, aprovar e implementar propostas legislativas para o setor.

O Decreto nº 2.494 de 10 de fevereiro de 1998 entende a modalidade de ensino a distância como uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, por meio da mediação de recursos didáticos, sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação.

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001, expõe que a existência de uma regulamentação própria, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, seria o reconhecimento da construção de um novo paradigma para a educação a distância.

Para Fragale Filho (2003), embora a afirmação seja razoavelmente exagerada, até porque os dispositivos inseridos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) são fontes para grandes confusões, é importante reconhecer que sua inclusão no texto legislativo, ainda que sem lhe dedicar um capítulo ou uma seção específica, é portadora de um forte simbolismo.

Essa inclusão retira o ensino a distância do mundo das sombras, e expressa um imediato reconhecimento de sua importância para o processo educacional.

Nesse sentido, Niskier (1999) sustenta que a nova LDB, a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, incentiva o Poder Público a veicular programas de educação a distância em todos os níveis e modalidades de ensino. Valoriza a educação continuada. Assim, se prevê, de modo saudável, uma colaboração estreita com os sistemas de ensino, com base na cooperação e integração. A LDB estima ainda a concessão de canais com finalidade exclusivamente educativas e uma boa ajuda em tempo e produção dos concessionários de canais comerciais.

Acrescenta Spanhol (1999, p. 120):

Educação flexível e a distância se apresenta como uma das formas de resolver a dicotomia existente, entre as populações situadas no centro e na periferia. O desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação possibilitam o barateamento dos processos de transmissão e acesso aos equipamentos, os satélites, fibra ótica e linhas de alta capacidade na transmissão, possibilitam a interligação de alunos e professores, através de computadores, antenas parabólicas e videocassetes, ficando cada vez mais fácil a democratização do conhecimento antes centralizado e fechado dentro do espaço físico de quatro paredes.

Ao apontar para as inúmeras possibilidades de contribuição da educação à distância para a universalização e democratização do ensino, bem como para o surgimento de mudanças significativas na instituição escolar, em virtude de seu impacto nas tradicionais concepções educacionais de tempo e espaço, o PNE indica que o ensino a distância não pode mais ser tratado como uma modalidade supletiva ou complementar ao ensino presencial (FRAGALE FILHO, 2003).

Os possíveis impactos descritos pelo PNE indicam o surgimento de um modelo cooperativo de enriquecimento mútuo entre os sistemas presenciais e não-presenciais, com base em duas diretrizes. A primeira delas diz respeito à ampliação do conceito de educação a distância, no intento de proporcionar a incorporação de todas as possibilidades que as novas tecnologias de informação e comunicação proporcionam a todos os níveis e modalidades de ensino.

Já a segunda destas diretrizes está relacionada com o incentivo à multiplicação de iniciativas, apesar de estarem sujeitas a padrões de qualidade elaborados por meio de um sistema de auto-regulamentação e, quando se tratar de cursos regulares, que concedam direito a certificados ou diplomas pelo poder público.

A Portaria nº 301, de 07 de abril de 1998 é responsável pela normatização dos procedimentos de credenciamento de instituições para oferta dos cursos de graduação e educação profissional tecnológica a distância.

Já a Resolução CNE/CES nº 1, de 03 de abril de 2001, estabelece normas para funcionamento de cursos de pós-graduação a distância, compreendendo programas de especialização, mestrado e doutorado.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC), com o objetivo de orientar alunos, docentes e gestores de instituições de educação superior que podem usufruir da metodologia da distância, estabeleceu indicadores de qualidade para a autorização de cursos de graduação a distância, no intento de assegurar maior qualidade em seus procedimentos e exsumos.

Ademais disso, também se estabeleceu que para os cursos de nível fundamental e médio, inclusive técnico, esses indicadores serão definidos pelos Conselhos Estaduais de Educação, órgãos responsáveis pela normatização, autorização e supervisão desses níveis de ensino, de acordo com o Decreto 2.561 de 27 de abril de 1998.

Considera-se que os indicadores de qualidade, embora não possuam força legal, devem merecer a atenção das instituições que pretendem implementar os cursos da modalidade de educação a distância e dos especialistas que pretendam analisar projetos de cursos nessa modalidade.

De acordo com a análise de Scremin (2002), os dez itens considerados essenciais pelo MEC e que devem merecer a atenção das instituições que preparam seus programas de graduação a distância, são os seguintes:

- 1) integração com políticas, diretrizes e padrões de qualidade definidos para o ensino superior como um todo e para o curso específico;
- 2) desenho do projeto: a identidade da educação a distância;
- 3) equipe profissional multidisciplinar;
- 4) comunicação/interatividade entre professor e aluno;
- 5) qualidade dos recursos educacionais;
- 6) infra-estrutura de apoio;
- 7) avaliação de qualidade continuada e abrangente;
- 8) convênios e parcerias;
- 9) edital de informação sobre o curso de graduação a distância; e
- 10) custos de implementação e manutenção da graduação a distância.

No entendimento de Fragale Filho (2003), o mapeamento legislativo indica que a política pública foi construída a partir de três momentos distintos: um primeiro, dedicado ao credenciamento da instituição que, necessariamente, deverá ocorrer junto à União; um segundo momento consagrado à elaboração de uma definição de educação à distância; e um terceiro e último, vinculado à análise do conteúdo ofertado na modalidade a distância com as suas áreas específicas.

Nessas três dimensões da política pública do ensino à distância, permanecem ainda alguns questionamentos que urgem ser respondidos, sustenta Fragale Filho (2003). No eixo do credenciamento, ficam as seguintes questões: qual o conteúdo e o alcance da prática do credenciamento? Qual é o conceito de sede no âmbito da educação a distância? Como compatibilizar a autonomia universitária com esse procedimento?

No eixo do conteúdo, por sua vez, evidenciam-se os questionamentos a seguir: os conceitos de disciplina e currículo, adotados de forma quase natural e, ao mesmo tempo, tão pouco críticos, são adequados? Por que e como quantificar a possibilidade de uma oferta parcial na modalidade: percentual de disciplinas, de carga horária? Como contar a carga horária e a produtividade de docentes e discentes, ou seja, como quantificá-las e qualificá-las?

Estas questões levantadas ainda permanecem sem resposta e necessitam ser enfrentadas na formulação de uma política pública adequada que contribua para a criação de um paradigma legal no trato das questões relativas à educação a distância.

Portanto, por meio de infra-estrutura e determinados cuidados, juntamente com recomendações normativas, pode-se esperar a implementação de um adequado projeto de Educação a Distância. É indispensável que todos aqueles que pretendam trabalhar com educação a distância, na produção de cursos ou como usuários, tenham conhecimento dos

critérios de qualidade e da legislação que regulamenta a educação nessa modalidade de ensino que apresenta inúmeras possibilidades positivas.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Releva observar que a educação a distância não constitui metodologia que se implemente facilmente, de modo solitário, por um único professor. Ao contrário, é imprescindível que haja toda uma infra-estrutura organizacional (tecnológica, pedagógica e administrativa) complexa, na qual o ensino possa ser coerentemente desenvolvido.

É necessário formar uma equipe, definir e escolher as pessoas (técnicos, mediadores e professores) que irão trabalhar para desenvolver cada curso, e definir a natureza do ambiente *on-line*. O professor que deseja iniciar um curso a distância precisa conhecer a fundamentação pedagógica da área em que deseja atuar, conhecer aspectos tecnológicos, desenvolver múltiplos espaços de trabalho, interação e socialização, reconhecer a ausência da presença física, definir suas regras para as aulas *on-line* entre outras características fundamentais.

Assim sendo, à medida que cresce a aceitação da educação a distância dentro de organizações de ensino convencional e entre planejadores educacionais, essa nova modalidade de aprendizagem demonstra seu potencial, quando bem organizada, de gerar novos modelos de ensino e aprendizagem que poderão influenciar o modo como a educação em geral é provida.

Contudo, é fundamental que a implementação da educação a distância, como uma nova prática de ensino e aprendizagem, esteja pautada em parâmetros normativos.

Deve-se estimular essa modalidade de ensino que apresenta novas possibilidades de aprendizagem, ao mesmo tempo em que se deve exigir o respeito aos critérios que delimitam essa prática educativa com o objetivo de lhe garantir a qualidade.

Destarte, como afirma Litwin (2001 apud SCREMIN, 2002), o desafio permanente da educação a distância consiste em não perder de vista o sentido político original da oferta, em verificar se os suportes tecnológicos, dos quais se está fazendo uso são os mais adequados para o desenvolvimento dos conteúdos, possibilitando a maior interatividade possível e a socialização do indivíduo.

Ademais disso, a educação a distância deve identificar a proposta de ensino e a concepção de aprendizagem subjacente, analisando de que modo os desafios da “distância” estão sendo encarados pelos alunos e docentes.

REFERÊNCIAS

BALLALAI, Roberto (Org.) *Educação à distância*. Niterói: Centro Educacional de Niterói, 1991.

BELLONI, Maria Luiza. *Educação à distância*. Campinas: Autores Associados, 1999.

BRASIL. Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o art. 80 da LDB (Lei n.º 9.394/96). Disponível em: <http://www.mec.gov.br/sesu/ftp/decreto/d_2.494.doc>. Acesso em: 13 jun. 2018.

BRASIL. Decreto nº 2.561 de 27 de abril de 1998. Altera a redação dos arts. 11 e 12 do Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o disposto no art. 80 da Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=324&Itemid=455>>. Acesso em: 10 maio 2018.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10172.htm>. Acesso em: 13 jun. 2012.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 13 jun. 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 1 de 3 de abril de 2001. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós graduação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=330&Itemid=461>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

BRASIL. Portaria nº 301 de 7 de abril de 1998. *Diário Oficial da União*, DF, 9 abr.1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=324&Itemid=455>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

FRAGALE FILHO, Roberto (Org.) *Educação à distância: análise dos parâmetros legais e normativos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

KENSKI, Vani Moreira. *Tecnologia e ensino presencial e a distância*. Campinas: Papirus, 2003.

NISKIER, Arnaldo. *Educação à distância: a tecnologia da esperança*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

NOVA, Cristiane; ALVES, Lynn (Orgs.). *Educação à distância: limites e possibilidades* In: _____. *Educação à distância: uma nova concepção de aprendizado e interatividade*. São Paulo: Futura, 2003. p. 5-27.

_____. (Orgs.). *Educação à distância: uma nova concepção de aprendizado e interatividade*. São Paulo: Futura, 2003.

NUNES, Ivônio Barro. *Noções de educação à distância*. Disponível em: <http://www.intelecto.net/ead_textos/ivonio1.html>. Acesso em: 20 maio 2001.

OLIVEIRA, Maria Eline Barbosa. *Educação à distância: perspectiva educacional emergente na UEMA*. Florianópolis: Insular, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Aprendizagem aberta e a distância: perspectivas e considerações sobre políticas educacionais*. Florianópolis, 1997.

REIS, Ana Maria Viegas. *Ensino a distância: megatendência atual*. São Paulo: Imobiliária, 1996.

RUMBLE, Greville. *A gestão dos sistemas de ensino a distância*. Brasília: UNB; UNESCO, 2003.

SCREMIN, Sandra Bastanello. *Educação à distância: uma possibilidade na educação profissional básica*. Florianópolis: Visual Books, 2002.

SPANHOL, Fernando José. *Estruturas tecnológicas e ambiental de sistemas de videoconferência na educação a distância: estudo de caso do laboratório de ensino a distância da UFSC*. 1999 121 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

CAPÍTULO 7

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO RELACIONADA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Data de aceite: 19/08/2020

Gabriela Brutti Lehnhart

Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria - Rio Grande do Sul
Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5714472372491006>

Sabrina Fernandes de Castro

Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria – Rio Grande do Sul
Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5892665490499253>

RESUMO: Este estudo teve como objetivo averiguar as possibilidades de interlocução entre essas duas modalidades de ensino, Educação Profissional e Tecnológica e Educação Especial. O método de investigação utilizado neste artigo foi de revisão bibliográfica, que abordou as temáticas Educação Profissional e Tecnológica e Educação Especial, com foco nos processos de inclusão de estudantes com deficiência intelectual. A busca foi realizada no site do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram utilizados os seguintes descritores: Educação Profissional em combinação com: Educação Inclusiva; Educação Especial, Deficiência Intelectual. Os critérios de seleção foram: data de publicação, artigos, idioma e revisão por pares. Após a seleção dos textos, foram apresentados os dados resultantes da pesquisa, estabelecendo algumas discussões com base nos artigos selecionados em cada descritor. Por fim, o

presente estudo verificou que ainda existe uma lacuna na produção científica quando se aborda a Educação Especial na modalidade de ensino da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Educação profissional e tecnológica. Educação Especial. Deficiência Intelectual.

KNOWLEDGE PRODUCTION RELATING TO SPECIAL EDUCATION IN THE CONTEXT OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION

ABSTRACT: This study aimed to investigate the possibilities of dialogue between these two modalities of teaching, Professional and Technological Education and Special Education. The investigation method used in this article was a bibliographic review, which addressed the themes of Professional and Technological Education and Special Education, focusing on the inclusion processes of students with intellectual disabilities. The search was carried out on the website of the Journal Portal of the Personnel Improvement Coordination of Higher Education (CAPES). The following descriptors were used: Professional Education in combination with: Inclusive Education; Special Education, Intellectual Disability. The selection criteria were: date of publication, articles, language and peer review. After selecting the texts, the data resulting from the research were presented, establishing some discussions based on the articles selected in each descriptor. Finally, the present study found that there is still a gap in

scientific production when addressing Special Education in the teaching of Professional and Technological Education in Brazil.

KEYWORDS: Professional and technological education. Special education. Intellectual Disability.

INTRODUÇÃO

O presente artigo buscou apresentar uma análise que permita a identificação e sistematização dos estudos que contemplem a relação entre Educação Profissional e Tecnológica e Educação Especial, com ênfase na inclusão dos estudantes com Deficiência Intelectual.

É notório, no meio acadêmico, a carência de pesquisa referentes a relação entre Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e Educação Especial (EE), assim, busca-se sistematizar o que vem sendo produzido na área a fim de auxiliar na compreensão da realidade, destacando a presença de estudantes com deficiência nessa modalidade de ensino.

Percebe-se, também, a necessidade de buscar conhecimento, definição teórica, e legal, para as atribuições do professor da Educação Especial ao atuar no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Esse artigo, compõem a pesquisa de mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, cujo um dos objetivos é averiguar as possibilidades de interlocução entre essas duas modalidades de ensino, EPT e EE. Considera-se de suma importância o apoio da EE no processo de inclusão de estudantes com deficiência, também, na EPT, visto que esses profissionais podem mediar processos metodológicos específicos para a necessidade de diferentes estudantes. Esses profissionais podem, ainda, mediar processos de inclusão no mundo do trabalho, intermediando ações que viabilizem a permanência nesse profissional no ambiente de trabalho.

No Brasil, o acesso da pessoa com deficiência é garantido através do Art. 93 da Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Essa lei define: “*A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência*”.

O decreto Nº 3.298¹, de 20 de setembro de 1999, define que cabe ao Poder Público assegurar a pessoa com deficiência os direitos básicos, inclusive ao trabalho, a fim de promover seu bem-estar pessoal, social e econômico. Estabelece, também, a garantia a formação profissional e qualificação para o trabalho. Ainda, no art. 28. Dispõe: O aluno com “*deficiência matriculado ou egresso do ensino fundamental ou médio, de instituições públicas ou privadas, terá acesso à educação profissional, a fim de obter habilitação profissional que lhe proporcione oportunidades de acesso ao mercado de trabalho*”.

Considerando as questões abordadas, surge presença de alunos público-alvo da

¹ Que regulamenta a Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência,

Educação Especial² (BRASIL,2008) matriculados na Educação Profissional e Tecnológica. Deste modo, é preciso que se desenvolva condições para que esses alunos possam ter a garantia de acesso e permanência nas instituições de ensino, assim como, a possibilidade de que estes alunos tenham uma participação mais ativa no espaço acadêmico e posteriormente realizações profissionais.

As discussões sobre Educação Especial numa perspectiva de Educação Inclusiva foram evidenciadas a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, nº 9394/96), quando em suas disposições gerais, destacam que o estudante com necessidades especiais deverá estar, preferencialmente, incluído nas classes regulares oferecidas pelos diferentes sistemas de ensino.

Frente a esse desafio de trabalhar a Educação Inclusiva, busca-se fundamentações teóricas que possam contribuir no processo de ensino e na compreensão da necessidade de se estabelecer Políticas de Educação Inclusiva de qualidade para atuar no âmbito da inclusão na Educação Profissional e Tecnológica, sendo esse um fator facilitador as ações em prol de uma educação com qualidade.

De acordo com o BRASIL (2018) a Educação Profissional e Tecnológica é uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) com a finalidade precípua de preparar “para o exercício de profissões”, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade.

Para tanto, abrange cursos de qualificação, habilitação técnica e tecnológica, e de pós-graduação, organizados de forma a propiciar o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), na modalidade de educação de jovens e adultos e educação profissional, as ações da educação especial possibilitam a ampliação de oportunidades de escolarização, formação para ingresso no mundo do trabalho e efetiva participação social.

Assim, um dos desafios da EPT é a formação de estudantes com deficiência, visto que, segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com relação à distribuição das matrículas por etapa de ensino em 2013 apenas 2.357 estudantes público-alvo da EE estão matriculados na educação profissional e tecnológica.

O grande desafio é tornar esses estudantes participativos das atividades no processo de ensino, superando barreiras das questões da vida adulta, como autonomia e independência, visando a sua inserção no mercado trabalho.

Optamos, no presente artigo, delimitar a temática a deficiência intelectual (DI). A nossa escolha foi direcionada em virtude da existência de uma demanda crescente de inclusão de estudantes com deficiência intelectual na Educação Profissional e Tecnológica.

2 Alunos público-alvo da Educação Especial: com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação (Brasil, 2008).

Segundo a Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AAIDD, 2012) deficiência intelectual é uma incapacidade caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo expresso em habilidades conceituais, sociais e práticas do dia a dia, originada antes da idade dos 18 anos.

Considerando isso, essa revisão sistemática teve por objetivo buscar elementos para compreender e discutir a contribuição de pesquisas com temática relacionadas a Educação Profissional no contexto inclusivo, tendo como base os artigos científicos encontrados através de uma busca no Portal de periódicos CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

DESENVOLVIMENTO

O método utilizado neste artigo de revisão bibliográfica, que abordou as temáticas EPT e EE, com foco nos processos de inclusão de estudantes com deficiência intelectual.

Para o delineamento desta revisão, no primeiro momento, realizou-se uma busca com critérios de inclusão e exclusão, no Portal da CAPES (Periódicos).

O levantamento realizado utilizou o período entre 2014 e 2019, onde compreende os últimos cinco anos de estudos realizados na área da temática escolhida. Este período, leva em consideração os possíveis impactos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) nas pesquisas da área.

Foram escolhidos somente os artigos publicados nos últimos cinco anos, delimitando nos tópicos na área da EDUCAÇÃO, tendo com única fonte o Portal de Periódicos da CAPES.

Para uma organização na busca foi utilizada os seguintes descritores: Educação Profissional em combinação com: Educação Inclusiva; Educação Especial, Deficiência Intelectual. Os critérios de seleção foram: data de publicação, artigos, idioma e revisão por pares.

Portanto, utiliza uma abordagem quantitativa, tendo como critério inicial selecionar o número de publicações do tema escolhido. Assim como, uma análise dos dados encontrados, nos direcionando a uma abordagem qualitativa.

De acordo com Moreira (2002), a pesquisa mista, é a aquela abordagem que o pesquisador obterá na coleta de dados informações na forma numérica e descritiva, contemplando os seus resultados nas duas formas. Após a localização e uma análise dos dados obtidos, sistematizamos as categorias, conforme os descritores citados anteriormente.

APRESENTAÇÃO E DISCUSÃO DOS DADOS

Os dados serão apresentados em categorias conforme os descritores relacionados com o tema escolhido. Como mencionado os descritores utilizados foram: Educação Profissional e Educação Inclusiva, Educação Profissional e Educação Especial, Educação Profissional e Deficiência Intelectual.

Após essa busca, foram utilizados os critérios de inclusão e exclusão, como por exemplo, o período de publicação e idioma.

Na Tabela 1 apresentamos os resultados obtidos na etapa de seleção, destacando os critérios utilizados para inclusão e exclusão.

Descritores	Artigos	Artigos revisados por pares	Período 2014-2019	Idioma (português)	Tópico (Assunto Educacional)	Análise qualitativa
EPT e Educação Inclusiva	360	268	185	127	33	04
EPT e Educação Especial	3.270	2.797	1.816	1.313	158	08
EPT e Deficiência Intelectual	317	276	180	105	30	05
TOTAL	3.947	3.341	2.181	1.545	221	12

Tabela 1 – Distribuição dos artigos pesquisados a partir de cada descritor considerado.

Na sequência, serão apresentados os dados resultantes da pesquisa, estabelecendo algumas discussões com base nos artigos selecionados em cada descritor.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Por ser um descritor amplo, com inúmeras variações, principalmente, relacionando ao significado da expressão *educação inclusiva*, foram encontrados inicialmente: 360 artigos, sendo 268 artigos revisados por pares, no período de 2001 a 2019. Uma nova busca com o período desejado, de 2014 a 2019, obtivemos um resultado de 185 artigos. Novo critério utilizado foi o idioma, sendo selecionado o idioma português. Desta forma, a busca resultou em 127 artigos.

Na sequência, foi realizada novo filtro utilizando recurso dos tópicos, selecionando-se tópicos da área educacional. Foram selecionados da: Educação, Políticas Públicas e Inclusão o que totalizou 33 artigos.

Visando refinar ainda mais a pesquisa, foi utilizado o recurso das palavras chaves. Foram selecionadas as seguintes palavras-chaves para o descritor Educação Profissional e Educação Inclusiva: educação profissional, inclusão, políticas. Esta busca resultou em quatro artigos.

Dentre esses artigos destaca-se o estudo de Almeida (2017), que teve por objetivo analisar a política de inclusão educacional para jovens e adultos por meio da educação

profissional, bem como problematizar a apropriação de significados da palavra inclusão. A investigação ocorreu por meio de duas pesquisas sobre o Programa de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, realizada de 2008 a 2015 no Estado do Paraná. Os resultados deste estudo mostram a fragilidade da política educacional instituída para jovens e adultos e os limites de significados atribuídos às palavras inclusão, diferença e classe social.

Como mencionado, pode-se observar que os descritores educação profissional e educação inclusiva, apresentam um vasto campo de abordagem em pesquisas. No entanto, as abordagens apresentavam os descritores com sentidos diferentes do buscado pela presente pesquisa. Essa ocorrência foi observada com frequência em diversas pesquisas para o descritor educação profissional, por exemplo. Nestas pesquisas o descritor aparecia com sentido amplo e não como referente a modalidade de ensino, conforme estabelecidos pelos critérios de inclusão e exclusão da presente pesquisa. Também, ao optar-se pelo descritor educação inclusiva tínhamos a clareza que não focariamos exclusivamente nas questões inerentes a educação de pessoas com deficiência, mas a opção (consciente) deu-se pela possibilidade de uma amplitude de estudos.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL

Inicialmente, com esse descritor foram encontrados: 3.270 artigos, sendo 2.797 artigos revisados por pares, no período de 1979 a 2019. Uma nova busca com o período desejado, de 2014 a 2019, obtivemos um resultado de 1.816 artigos. Novo critério utilizado foi o idioma, sendo selecionado o idioma português. Desta forma, a busca resultou em 1.313 artigos.

Na sequência, foi realizada uma nova refinação dos resultados descritos acima. Utilizou-se o recurso dos tópicos, selecionando-se tópicos da área educacional. Os tópicos selecionados da área educacional foram: Educação, Políticas Públicas, Inclusão, totalizando 158 artigos. Em uma análise mais qualitativa, observa-se, também, a utilização da expressão educação profissional não como modalidade de ensino, o que diminui a totalidade de artigos, resultando em oito artigos.

Dentre esses artigos destaca-se o estudo de Lima e Cappelle (2013), cujo objetivo foi conhecer as adaptações curriculares realizadas no âmbito da Educação Profissional para atender pessoas com deficiência. Para o estudo, foram selecionadas sete instituições educacionais que ofertam esta modalidade de ensino, sendo elas: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Organizações não governamentais (ONGs) de atendimento à pessoa com deficiência. Os resultados obtidos pelos autores no estudo, demonstram que as ONGs se destacam em relação ao sistema S pela diversidade de medidas adaptativas empregadas no atendimento das necessidades educacionais especiais destas pessoas, porém as escolas

de aprendizagem profissional têm se preparado para ofertar serviços educacionais na perspectiva da educação inclusiva visam atender às demandas de qualificação de cada setor.

Destacamos, também, o estudo de Pinheiro e Mascaro (2016) que apresenta as ações realizadas pelo Núcleo de Inclusão de uma rede pública de Formação Profissional do Rio de Janeiro, denominado NEAPI, que oferece o suporte pedagógico especializado aos alunos público alvo da Educação Especial atuando junto à comunidade escolar por meio de atendimentos, assessoria e consultoria. Esse Núcleo desenvolve técnicas e métodos difundindo estratégias pedagógicas voltadas à inclusão escolar. As autoras afirmam que o NEAPI tem colaborado para a reflexão dos profissionais docentes em suas práticas, buscando a criação de novas estratégias educacionais voltadas para este alunado.

Os artigos trazem a abordagem da área da educação especial presente nos contextos da EPT, com a ideia de adaptações curriculares para as pessoas com deficiência, sabe-se que essas adaptações devem ser pensadas para cada sujeito a fim de que as habilidades técnicas e qualificação sejam efetivas para as ocupações efetivamente produtivas.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Sobre esse descritor foram encontrados: 317 artigos, sendo 276 artigos revisados por pares, no período de 1996 a 2019. Uma nova busca com o período desejado, de 2014 a 2019, obtivemos um resultado de 180 artigos. Novo critério utilizado foi o idioma, sendo selecionado o idioma português. A busca resultou em 105 artigos.

Na sequência, utilizou-se o recurso dos tópicos, selecionando-se a área educacional. Os tópicos foram: Educação, deficiência intelectual, inclusão, totalizando 30 artigos.

Na análise qualitativa, com o foco já mencionado, o resultando foi cinco artigos.

Dos artigos resultantes destacamos o estudo de Mascaro (2016), que teve como objetivo analisar um curso de formação profissional para este alunado numa escola especial e compartilhar o conhecimento produzido na escola especial e na universidade sobre alternativas pedagógicas no ensino de alunos com deficiência intelectual. O estudo envolveu o trabalho colaborativo entre a pesquisadora e a professora. Na análise dos dados a autora destaca a importância de propostas diferenciadas na formação profissional, o investimento da professora em uma capacitação diferenciada e a iniciativa da escola na busca por parcerias para implementação de mudanças no cotidiano.

Sabe-se que as pessoas com deficiência intelectual enfrentam inúmeras barreiras para o acesso ao ensino regular, na modalidade de educação profissional não é diferente. A baixa escolaridade, com predominância do ensino fundamental ou médio, é uma hipótese para o número reduzidos de sujeitos matriculados na EPT, o que reflete no número reduzido de pesquisas na área (cinco artigos encontrados).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propusemos, neste artigo, buscar elementos para compreender e discutir a contribuição da EE no contexto da EPT, com foco nos processos inclusivo, tendo como base os artigos científicos encontrados no Portal de Periódicos CAPES.

Um ponto importante nos artigos encontrados refere-se ao número reduzido de pesquisas com referência a deficiência intelectual, que fazem parte do público-alvo da Educação Especial. Isso mostra-se necessário, cada vez mais para o aprimoramento da qualificação para o desempenho de cargos, habilidades técnicas suficientes para as ocupações produtivas que promovam o bem-estar, a autonomia e a independência financeira, tão almejadas na vida adulta.

Com os resultados obtidos foi possível concluir que existem pesquisas recentes (2014 - 2019), realizadas sobre os descritores selecionados. No entanto, pode ser verificada que ainda existe uma lacuna na produção científica quando se aborda a educação especial na modalidade de ensino da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

Por fim, podemos concluir que mais estudos são necessários acerca da inclusão desses estudantes em instituições de Educação Profissional e Tecnológica. Assim como, são necessárias pesquisas visando constatar a inserção e permanência de pessoas com deficiência no mundo do trabalho, visando não só o cumprimento da Lei Nº 8.213 e do decreto Nº 3.298 (já citados), mas a promoção da efetiva participação no mundo do trabalho com seus benefícios e dificuldades.

REFERÊNCIAS

AMERICAN ASSOCIATION ON INTELLECTUAL AND DEVELOPMENTAL DISABILITIES – AAIDD. **User’s guide to accompany the 11th edition of Intellectual disability: definition, classification, and systems of supports.** Washington, DC, 2012.

ALMEIDA, A. **A política de inclusão educacional e a proposta inclusiva do Programa de Integração da Educação profissional para jovens e adultos.** Revista Educação e Cultura Contemporânea, v. 14, n. 35. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Políticas Nacionais de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

BRASIL. **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.** Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Brasília, 1991.

BRASIL. **Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.** Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Brasília, 1999.

LIMA, M. P; CAPPELLE, M.C. A. **Educação Profissional de Pessoas com Deficiência: adaptações para a acessibilidade.** Perspectiva, Florianópolis, v. 31, n. 3, 1065-1098, set./dez. 2013.

MASCARO, C.A.A.C. **Deficiência Intelectual e Educação Profissional**. Journal of Research in Special Educational Needs. Volume 16. Number s1. p.355–359. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept>>. Acesso em 30 de outubro de 2019.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thompson, 2002.

PINHEIRO, V.C.S; MASCARO, C.A.A.C. **Assessoria para inclusão na formação profissional**. Journal of Research in Special Educational Needs. Volume 16. Number s1. p. 197–200. 2016.

EDUCAÇÃO PELO TRABALHO EM SAÚDE: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E CURRÍCULO ORIENTADO PELAS DCNS EM SAÚDE E PNEPS

Data de aceite: 19/08/2020

Liliádia da Silva Oliveira Barreto

Universidade Estadual do Rio de Janeiro
IMS/UERJ
Universidade Federal de Sergipe
DSS/UFS

Mario Roberto Dal Poz

Universidade Estadual do Rio de Janeiro –
IMS/UERJ

O artigo é parte da pesquisa de tese de doutoramento da autora, realizada no Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro/RJ(IMS/UERJ) – 2019.

RESUMO: Introdução: Estudo discute formação profissional em saúde no Brasil reorientada pelo modelo de integração ensino-serviço para substituir currículos mais tradicionais nas escolas de saúde do ensino superior por meio de programas elaborados pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde do Ministério da Saúde (SGTES/MS) entre os anos de 2003 a 2016. **Método:** Pesquisa qualitativa de abordagem descritivo-exploratório para analisar a formação do profissional da saúde em seus componentes e elementos comuns, que caracterizam e fundamentam os eixos centrais de mudança: orientação teórica, abordagem pedagógica e cenários de prática, utiliza Revisão Bibliográfica Sistemática Integrativa e Mapeamento de Programas. Principais fontes de dados foram o Portal da Biblioteca Virtual

em Saúde (BVS) e o Repertório Regional de Recursos Humanos em Saúde, auxiliados por fontes secundárias consultadas em outras bases de dados. Categorias de análise foram: a) os eixos centrais da mudança que orientaram ações e programas para a substituição dos currículos, e b) os conteúdos trabalhados por cada programa implantado pela SGTES / MS para a execução da mudança curricular. **Resultados:** Avanços teóricos e dificuldades na interpretação do método de abordagem pedagógica; conflitos relacionados ao ensino da prática nos cenários dos serviços de saúde, desafios na aproximação ensino-serviço em espaços inadequados e com sobrecarga de trabalho para os profissionais da saúde, somados à deficiência de uma política de planos de cargos e carreiras atrativas e motivadoras para a permanência dos RHS atender toda a rede de cuidados do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente na Atenção Básica(AB) ou Atenção Primária em Saúde (APS) como é conhecido mundialmente.

PALAVRAS-CHAVE: Capacitação de Recursos Humanos em Saúde. Educação Permanente em Saúde, Políticas Públicas, Profissionais de Saúde, Programas de Formação em Saúde.

ABSTRACT: Introduction: Study discusses professional training in health in Brazil reoriented by the teaching-service integration model to replace more traditional curricula in higher education health schools through programs developed by the Ministry of

Health's Department of Labor Management and Health Education (SGTES / MS) between the years 2003 to 2016. **Method:** Qualitative research with a descriptive-exploratory approach to analyze the training of health professionals in its components and common elements, which characterize and support the central axes of change: theoretical orientation, pedagogical approach and practice scenarios, uses Integrative Systematic Bibliographic Review and Program Mapping. Main data sources were the Virtual Health Library Portal (VHL) and the Regional Human Resources in Health Directory, assisted by secondary sources consulted in other databases. Analysis categories were: a) the central axes of change that guided actions and programs for the replacement of curricula, and b) the contents worked by each program implemented by SGTES / MS for the execution of curricular change. **Results:** Theoretical advances and difficulties in interpreting the method of pedagogical approach; conflicts related to teaching the practice in health service settings, challenges in approaching teaching-service in inadequate spaces and with work overload for health professionals, added to the deficiency of a policy of job plans and attractive and motivating careers for the the permanence of HRHs to attend the entire care network of the Unified Health System (SUS), especially in Primary Care (PC) or Primary Health Care (PHC) as it is known worldwide.

KEYWORDS: Capacity Building in Human Resources for Health. Permanent Health Education. Public Policies. Health Professionals. Health Training Programs

INTRODUÇÃO

A formação profissional em saúde compreende um conjunto de competências que deram significado à aprendizagem do cuidado, analisada, preferencialmente, pela caracterização de um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo conforme é discutido pela literatura especializada sobre o tema e orientada pela Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) – Portaria GMS nº 1996 de 2007.

Os pressupostos teórico-metodológicos orientados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), criadas para todos os cursos de saúde do ensino superior a partir da década de 2000 apresentaram um padrão geral de orientação para a elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos(PPP) destes cursos e para a reorientação dos currículos das graduações e pós-graduações em saúde das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil.

Base desta orientação vem do Conselho Nacional de Educação(CNE) e da Câmara de Educação Superior(CES) descrita na Resolução CNE/CES nº 1.133/2001 que dispôs pela primeira vez sobre as DCNs para os cursos de Medicina, Enfermagem e Nutrição, apresentou elementos sobre perfil, competências e habilidades dos egressos, conteúdos curriculares, estágios e atividades complementares, organização do curso, acompanhamento e avaliação para atendimento às demandas do Sistema Único de Saúde (SUS).

As DCNs tem representação no processo da reforma educacional brasileira se constituindo resultado de um longo processo de lutas, debates, reflexões e propostas advindos de movimentos sociais reivindicadores da mudança na política de saúde e da

educação, fortemente influenciados pelo Movimento de Reforma Sanitária, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei 9394/1996 e das contribuições da Lei Orgânica da Saúde (LOS), nº 8080/1990 e 8142/1990.

O modelo de formação profissional orientado pelas DCNs para os PPP dos cursos de saúde caracterizam um currículo inovador que tende substituir a orientação dos currículos mais tradicionais de fragmentações entre teoria e prática, desarticulação entre disciplinas, descontextualização de saberes, o predomínio do uso de metodologias passivas de ensino-aprendizagem, o privilégio da memorização em detrimento do raciocínio e a abordagem mecânica da competência voltada para o saber técnico-assistencial.

Os PPP dos cursos de saúde orientados pelo currículo inovador tem aproximação com um modelo de competência que dialoga, necessariamente, a articulação entre a formação e o mundo do trabalho.

Segundo Aguiar e Ribeiro (2010) esta competência expressa articulação “de atributos (cognitivos, psicomotores e afetivos) que, combinados, ensejam distintas maneiras de realizar, com sucesso, tarefas essenciais e características de determinada prática profissional” (p.374). Esta prática deve considerar “[...] a história das pessoas e das sociedades nos seus processos de reprodução ou de transformação dos saberes e valores que legitimam os atributos e os resultados esperados numa determinada área profissional” (p. 371).

Neste sentido, o modelo de formação profissional orientado para substituir currículos mais tradicionais da formação profissional em saúde tem características da ação pedagógica interdisciplinar no processo ensino-aprendizagem; valorização das dimensões éticas e humanísticas; inserção de professores e estudantes nos serviços de saúde, fortalecimento da parceria ensino-serviço; diversificação de cenários; gestão participativa desenvolvida junto com a comunidade e pelo controle social de co-responsabilização.

Evidências cientificamente válidas explicam a mudança no modelo da formação profissional em saúde fundamentada por bases teórico-metodológicas mais sólidas, contextualizada com o cenário contemporâneo das grandes mudanças, observadas em todo mundo pelos traços, historicamente apresentados de interesses sócio-políticos e econômicos divergentes, lutas dos trabalhadores e da população por melhores condições de vida, saúde e trabalho.

As orientações dadas pelo Ministério da Saúde (MS) para o cumprimento da reorientação do modelo da formação profissional de seus trabalhadores, tanto da academia como dos serviços são desafiadoras para pensar a mudança dos currículos dentro das escolas de saúde em seus cursos de graduação e pós-graduação porque, primeiramente, desafiam posicionamento profissional de enfrentamento aos problemas que se evidenciam no processo da mudança relacionados às condições do próprio trabalho, oferta de empregos e permanente qualificação para responder às demandas dos problemas de saúde que se

apresentam no cotidiano dos serviços e da formação de seus trabalhadores.

O modelo de educação pelo trabalho em saúde fundamentado pela centralidade da Educação Permanente em Saúde (EPS), as inovações metodológicas orientadas por uma demanda de ofertas com modelos educacionais diversos de aproximação interprofissional e o cenário do ensino contextualizado com as demandas dos problemas de saúde da população somaram o conjunto de elementos complexos no qual estavam submergidos os elementos que deveriam ser analisados para compreender a formação profissional dos trabalhadores da saúde.

Ações pedagógicas de grandes dimensões operacionais e coletivas orientadas pela ação interministerial, e executada pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde (SGTES/MS), por meio dos programas de formação profissional exigiram dos trabalhadores ampliar conhecimento sobre conceitos que definiam a própria mudança do trabalho em saúde de substituição da ação linear do binômio saúde-doença para ações sistêmicas operadas por equipes de saúde direcionadas à compreensão do cuidado da saúde ao invés do tratamento de doenças.

Modelos mais tradicionais da formação profissional em saúde tiveram o reconhecimento de que não respondiam de forma eficiente às condições de trabalho e às demandas dos problemas de saúde apresentados na contemporaneidade, redirecionando práticas de ensino e dos serviços para uma construção coletiva de novas práticas que passaram, gradativamente a fazer parte da formação dos alunos de graduação e pós-graduação em saúde, mesmo que não oficializada pela mudança curricular efetiva das escolas.

Os programas de formação profissional elaborados pela SGTES/MS permitiam que os problemas de saúde da população fossem discutidos e trabalhados pedagogicamente com representação de avanço para o processo de mudança. Por outro lado, não apresentaram orientações para o exercício das atividades pedagógicas facilitadoras da reorientação do modelo de formação profissional em saúde dentro das escolas.

Estes programas ocasionaram uma ampla carga de atributos que passaram a fazer parte da competência dos profissionais da saúde, colocadas como realidades locais a serem incorporadas ao próprio serviço de seus trabalhadores. Eles evidenciaram pouco investimento na valorização da Força de Trabalho em Saúde (FTS) adequada para os novos modelos como para fixação e permanência de trabalhadores no campo de serviço, redirecionado para a dinâmica da integralidade — razão que fundamentou a escolha para compreender formação profissional em saúde e sua estratégia de reorientação.

A necessidade de avançar com pesquisas científicas que discutam os eixos centrais da mudança e apresentem caminhos metodológicos mais claros para a reorientação do modelo curricular das escolas de saúde do ensino superior justificam as razões do estudo que analisa o modelo da integralidade ensino-serviço e o convencimento institucional para substituição de currículos dentro das escolas de graduação e pós-graduação em saúde no Brasil.

Os currículos integrados ensino-serviço devem ser apresentados por sua capacidade de promover a substituição de currículos, de forma fundamentada em princípios doutrinários que resguardem a orientação teórica e metodológica para a mudança. Concomitante, devem trazer elementos normatizadores em seus PPP para responderem à formação profissional e as efetivas condições da prática do serviço para que seus profissionais se aproximem da mudança de forma motivada e assegurada suas condições de trabalho.

Elementos divergentes da reorientação do modelo de formação profissional em saúde se constituíram lacunas observadas e discutidas entre as evidências que demonstraram a mudança na formação dos alunos de saúde do ensino superior, identificados entre os fatores de colaboração e de obstaculização para a efetiva mudança de currículos das escolas de graduação e pós-graduação em saúde como as representações que afetaram os eixos centrais da mudança: orientação teórica, abordagem pedagógica e canários de práticas.

OBJETIVOS E MÉTODOS

O estudo buscou compreender a formação profissional dos Recursos Humanos em Saúde (RHS) orientada pela implantação de programas de formação profissional em saúde elaborados pela SGTES/MS para a substituição de currículos das escolas de saúde do ensino superior no Brasil entre os anos de 2003 a 2016. Tem natureza qualitativa, de abordagem descritiva-exploratória, organizado pelo método de revisão bibliográfica sistemática integrativa e mapeamento de programas para trazer as evidências científicas válidas, que analisaram e discutiram o modelo desta formação para os trabalhadores da saúde.

Os programas de formação profissional em saúde elaborados pela SGTES/MS foram considerados importantes para compreender a formação dos profissionais de RHS pela representação que tiveram dentro das escolas de saúde do ensino superior, convivendo há mais de uma década, de forma paralela com os currículos de formação mais tradicional.

A SGTES/MS teve representação na pesquisa pela importância de sua natureza administrativa formuladora de políticas públicas da gestão, formação e qualificação dos trabalhadores da saúde e por demarcar claramente seu objetivo de substituir currículos mais tradicionais das escolas de saúde de graduação e pós-graduação por currículos integrados de educação pelo trabalho em saúde de aproximação ensino-serviço. Esta Secretaria foi a responsável pela elaboração e implantação da PNEPS e dos programas interministeriais que convivem dentro dessas escolas.

O recorte temporal considerou os primeiros atos de gestão da SGTES/MS para desenhar o modelo que deveria reorientar a formação dos profissionais de saúde, iniciada em 2003 pela ação programática do AprenderSUS e do EnsinaSUS, e pela implantação do programa VerSUS Brasil.

Delimitação para o fechamento da pesquisa considerou a versão do PET – Saúde/ GraduaSUS que completou o ciclo de sua última proposta de intervenção entre os anos de 2016 a 2018, permitindo levantamento de evidências científicas de contribuição para responder aos objetivos desta pesquisa.

A ampliação do conhecimento investigativo conduzido pelo método de revisão bibliográfica sistemática integrativa identificou elementos e componentes comuns entre os discursos da reorientação e regulamentação dos programas orientados por um modelo de formação e perfil de trabalhadores da saúde de competência multidimensional voltado para as interações de mudança do mundo do trabalho e do trabalho em saúde.

Estes programas desenharam o modelo de educação pelo trabalho em saúde, implantaram a Educação Permanente em Saúde (EPS) dentro das escolas e se responsabilizaram pela promoção da mudança, fomento pela substituição de currículos e aproximação das instituições de ensino e do serviço por meio de seus editais de convocação, estreitando as relações para a reorientação do modelo – razão por serem considerados pela pesquisa como melhor proposta de análise para compreender a formação profissional dos RHS.

Tais programas foram identificados na pesquisa conforme o formato dado pela SGTES/MS para implantação e regulamentação, estrutura de organização e funcionamento, detalhamento do conteúdo e das práticas de execução.

Os PPP de cada programa foram obtidos por meio de seus editais de convocação e documentos que os regulamentaram entre outros que auxiliaram com as informações necessárias. Estes projetos pedagógicos foram analisados para a caracterização dos elementos e componentes comuns, observados os eixos centrais da mudança: orientação teórica, abordagem pedagógica e cenários de práticas comparados aos documentos de referência que reorientaram a política de formação profissional dos RHS no Brasil a partir dos anos de 2000: DCNs para os cursos de saúde e PNEPS(2007).

As discussões sobre mudança curricular dos cursos de graduação e pós-graduação em saúde foram analisadas pela perspectiva sócio-histórica contextualizada por precursores da mudança e pelas experiências colaborativas evidenciadas na literatura. Os documentos governamentais que fazem referência aos programas foram selecionados e analisados para complementar informações que puderam trazer evidências científicas válidas para o mapeamento e compreensão do modelo de formação profissional em saúde orientado por programas de formação profissional em saúde.

Estrategicamente, a opção metodológica direcionou compreender a formação profissional em saúde, trazendo a discussão da mudança curricular e do modelo de formação profissional por meio de programas voltados para a graduação e pós-graduação, tentando explicar seu significado para atender necessidades de saúde da população e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

A pesquisa não tratou de investigação envolvendo diretamente pessoas conforme o entendimento das Normas Éticas determinadas pela Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que dispõe sobre diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Nesse sentido, não houve submissão desse material ao Comitê de Ética e Pesquisa, desconsiderado a necessidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O contexto que apresentou a dimensão do trabalho multifacetado, consequência das grandes transformações ocorridas no mundo contemporâneo, foi o caminho inicial traçado para encontrar as evidências científicas da necessidade de mudanças no modelo de formação profissional em saúde no Brasil.

O estudo verificou três elementos básicos que a literatura registrou como fundamentais para reorientar o trabalho do profissional da saúde, e conseqüentemente da formação de seus trabalhadores: as inovações tecnológicas, o complexo quadro epidemiológico da saúde e o acelerado processo de envelhecimento humano.

Agravantes dessa realidade foram apresentados pela OMS (2006) como a forte crise da FTS em todos os países e as demandas da saúde global como desafios a serem enfrentados pelos trabalhadores da saúde.

Decorrente desse cenário foram as orientações dadas por movimentos sociais organizados em todos os países para promoção da saúde e integralidade do cuidado como melhor opção para responder às necessidades de saúde da população mundial e melhorar a qualidade de vida das pessoas conforme observado na figura 1.

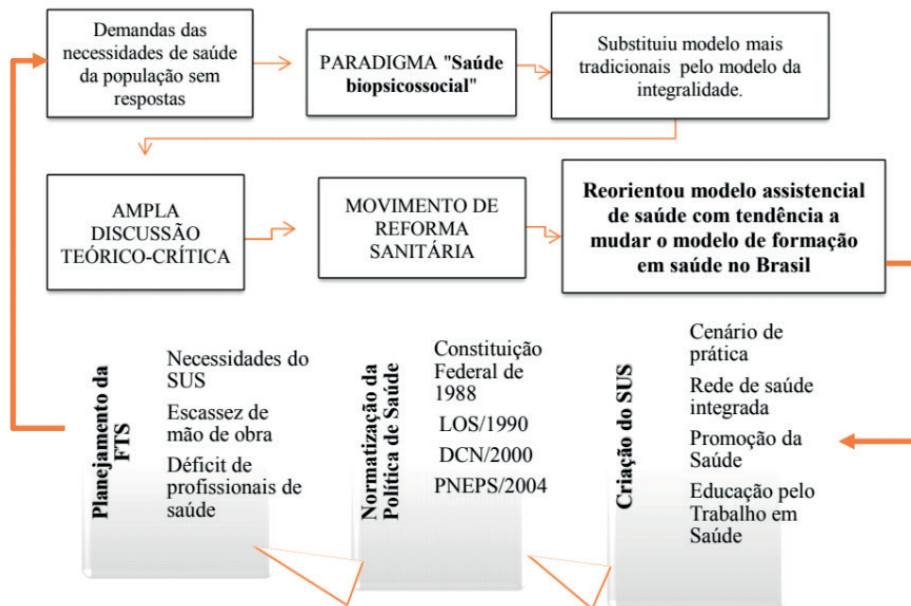


Figura 1 – Elementos da Reorientação do Modelo de Formação Profissional no Brasil

Fonte: Material selecionado para a Pesquisa na base de dados da BVS, 2018.

Os resultados da pesquisa comprovaram haver necessidade urgente de mudanças a serem tomadas por iniciativas governamentais em todo mundo para com seus sistemas de saúde e de formação profissional dos RHS. Os anos de 1970 trouxeram a prevalência de problemas conjunturais e de infraestrutura que afetaram, diretamente, a saúde das pessoas em todos os países com comprometimento de suas vidas e do modo de produção do trabalho.

As evidências científicas apontaram para problemas que não distinguiram pessoas, regiões ou nações. Países ricos e pobres foram atingidos passando a sofrer as consequências do reordenamento do próprio trabalho. Todos foram acometidos por um processo revolucionário imperativo de amplo alcance e sem fronteiras evidenciado pela globalização e pela natureza multidimensional do trabalho contemporâneo.

Resultados que trouxeram evidências científicas para fundamentar a proposta de mudança do modelo de formação profissional de RHS foram retirados dessa primeira análise que identificou na inserção das novas tecnologias do trabalho a busca permanente pelo conhecimento qualificado como resposta para as intervenções dos profissionais de saúde; no quadro epidemiológico complexo, a dificuldade da população mundial conviver com antigas doenças e a proliferação acentuada de novas, com carência de alternativas para enfrentamento, e no processo acelerado de envelhecimento humano em todos os países, com raras exceções, a exigência por redefinição dos papéis profissionais,

promoção de novas profissões no mercado de trabalho em saúde e estrutura adequada para atendimento social qualificado para essa demanda.

Os fatores obstaculizadores para a mudança do modelo de formação profissional em saúde em detrimento dos fatores facilitadores que precisam ser enfrentados por todos os países, se destacaram a severa crise da FTS; a falta de investimento dos países no planejamento da FTS e em sistemas de saúde; a insuficiência de políticas de RHS adequadas para a qualificação e motivação que demonstrem planos de carreira, cargos e salários atrativos; a formação qualificada para as demandas de saúde, abertura de escolas e ampliação de vagas, especialmente para a formação médica orientada para a Atenção Básica.

Entre os fatores facilitadores se evidenciaram a inserção de políticas públicas orientadas por ajudas mútuas entre governos, apoio técnico financeiro para melhoramento dos sistemas de saúde e de planejamento da FTS em todo mundo; a colaboração entre países para o enfrentamento da saúde global, a exemplo de planejamentos dos objetivos do desenvolvimento do milênio e do desenvolvimento sustentável entre países(ODM/ODS); e os acordos de cooperação técnicas, organizações de grupos de trabalho, investimento em pesquisas e outras ações decorrentes com reconhecimento dos países de que a crise severa da FTS e a saúde global são problemas a serem enfrentados por todos.

As desigualdades sociais imperam entre os países e afetaram, diretamente, as condições de seus governos estruturarem planejamento e organização de políticas sociais de saúde adequadas para superação dos problemas. Ao mesmo tempo, elas estimularam países a pensarem, coletivamente, sobre os problemas de saúde que afetam a todos, observando-se que a prevalência dessas desigualdades inserem maior rigor em países pobres com tendência de agravamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contribuição desta pesquisa sugere a necessidade de investimento em RHS que considere melhoramento nas condições de trabalho, nas oportunidades de emprego e renda, na motivação para fixação de trabalhadores da saúde se manterem em locais de difícil acesso, numa política incentivadora de mudanças que se volte para atender as necessidades de saúde da população sem desconsiderar investimentos para planos de carreiras e cargos, garantias constitucionais para o direito ao trabalho em saúde resguardado, melhor contribuições dadas pelo planejamento da FTS.

Ações que pressupõem os avanços a serem evidenciados com as sugestões da pesquisa apontam para o reconhecimento de um trabalho árduo que deverá ser tratado por estratégias inovadoras de boas práticas colaborativas de convencimento, sensibilização, humanização ou outros nomes que se queira dar para se introduzir um modelo de formação profissional com foco na ética e na política, socialmente coerente com as competências e habilidades que se requer para os trabalhadores da saúde.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Adriana Cavalcanti de; **RIBEIRO**, Eliana Claudia de Otero. *Conceito e avaliação de habilidades e competência na educação médica: percepções atuais dos especialistas*. Revista Brasileira de Educação Médica, vol. 34, nº 3, p. 371-378. Rio de Janeiro/RJ, setembro de 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-55022010000300006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 20.05.2018.

OMS. Organização Mundial da Saúde (OMS). *Relatório Mundial da Saúde 2006: Trabalhando juntos pela saúde*, 2006. Disponível em www.who.int/whr/2006/06_chapter7_pr.pdf. Acesso em 20.05.2015.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: Texto Constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 23.05.2017.

_____. *Lei nº 8080/90 – Lei Orgânica da Saúde*. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/>. Acessado em 26.05.2017.

_____. *Lei nº 8.142 de 28/12/ 1990. Lei Orgânica da Saúde*. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/>. Acessado em 26.05.2017.

_____. Ministério da Educação (MEC). *Lei nº 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB*. Texto compilado. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF, 1996. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso 30.08.2017.

_____. *Portaria/MS nº 198 de 13 de fevereiro de 2004. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS)*. Disponível em <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2004/GM/GM-198.htm>. Acesso em 28.05.2017.

_____. Ministério da Saúde (MS). *Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde*. Política de educação e desenvolvimento para o SUS: caminhos para a educação permanente em saúde - polos de educação permanente em saúde. Brasília/DF, 2004. Disponível em www.bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica2_vp.pdf. Acesso em 29.05.2017.

_____. *Portaria/MS nº 196 de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre novas diretrizes e estratégias para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS)*. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt196_20_08_2007.html. Acesso em 28.05.2017

_____. Ministério da Educação (MEC). *Resolução CNE/CES nº 1.133/2001. Dispõe sobre Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem, Medicina e Nutrição*. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/ces1133.pdf>. Acesso 22.09.2018.

_____. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Políticas de Saúde. *Projeto de Promoção da Saúde. As Cartas da Promoção da Saúde*. Brasília/DF, 2002. Primeira Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde. Declaração de Alma Ata. Setembro de 1978. (URSS). Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf. Acesso 12.04.2018.

_____. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Políticas de Saúde. *Projeto de Promoção da Saúde. As Cartas da Promoção da Saúde*. Brasília/DF, 2002. Primeira Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde. Declaração de Alma Ata. Setembro de 1978. (URSS). Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf. Acesso 12.04.2018.

_____. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES). *Departamento de Gestão da Educação na Saúde (DEGES)*. EducarSUS: notas sobre o desempenho do Departamento de Gestão da Educação na Saúde, período de janeiro 2003 a janeiro de 2004. 1.ed. 44 p.: il. – (Série C. Projetos, Programas e Relatórios). Brasília/DF, 2004.

_____. Ministério da Educação (MEC). *Conselho Nacional de Educação*. Resolução nº 3 de junho de 2014. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras Providências. Disponível em <http://www.fmb.unesp.br/Home/Graduacao/resolucao-dcn-2014.pdf>. Acesso em 30.03.2018.

_____. Ministério da Saúde (MS). Conselho Nacional de Saúde (CNS). *Resolução nº 569/2017*. dispõe sobre a Incorporação de Princípios Gerais a serem adotados nas DCN dos Cursos de Saúde e aprova o Parecer Técnico nº 300/2017, destinado ao desenvolvimento dos currículos e das atividades didático-pedagógicas, e que deverão compor o perfil dos egressos desses cursos. Disponível em <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2017/Reso569.pdf>.. Acesso em 10.04.2018.

_____. *Portal do Ministério da Saúde (MS)*. Trabalho, Educação e Qualificação. Dimensionamento da força de Trabalho em Saúde. Versão online, 2018. Disponível em <http://portalms.saude.gov.br/trabalho-educacao-e-qualificacao/gestao-e-regulacao-do-trabalho-em-saude/gestao-do-trabalho-em-saude/dimensionamento-da-forca-de-trabalho-no-sus> .Acesso 29.08.2018

O USO DAS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS COMO APOIO AO ENSINO: ESTUDO DE CASO

Data de aceite: 19/08/2020

Anna Cristina Barbosa Dias de Carvalho

Faculdade de Tecnologia de Itaquera – Prof.
Miguel Reale
Curso de Tecnologia em Automação
Industrial
São Paulo – SP

Elaine Cristina de Sousa Luiz

Escola Técnica Adhemar Batista Heméritas
São Paulo- SP

RESUMO: O trabalho tem por finalidade apresentar um estudo de caso em cursos de tecnologia, utilizando metodologias ativas. As disciplinas são de gestão e auxiliam os alunos a entenderem como atuar em uma empresa. O estudo de caso mostra uma atividade de jogos desenvolvida em um dos tópicos da disciplina e como isso pode ser explorado pelo professor e pelos alunos. O aprendizado significativo foi vivenciado. Os alunos puderam fazer uma atividade que gerou empatia entre o grupo e os fez refletir sobre a aplicação da teoria nas suas diversas atuações.

PALAVRAS-CHAVE: Metodologia Ativa, tecnologia, aprendizagem.

ABSTRACT: The Presente Works is about a study case courses of technology, using active methodologies. The subjects are management and help students understand how to work in a company. The study case is developing with a game activity in one of the topics of the discipline. This activity show how to leaning about the practice and teory. Meaningful

learning was experienced. The students were able to do an activity that generated empathy among the group and made them reflect on the application of the theory in their various activities.

KEYWORDS: Active methodology, Tecnology, learning.

INTRODUÇÃO

A visão de divisão de trabalho vinda de Frederick Taylor influenciou as empresas, sociedade, escolas e universidades. Essa influencia foi muito importante até a década de 70, pois a partir dai foi necessário repensar a forma de trabalho e de ensino, pois a competição passou a ser uma ameaça aos produtos que estavam sendo vendidos. Pensar em qualidade, diversidade e inovação passaram a ser uma forma de diferencial.

A globalização trouxe para o mercado a integração entre as diversas empresas e a interdependência. Isso obrigou o mercado a encontrar formas de controle únicas em todos os países. Mas essa integração também obrigou as empresas a pensarem em formas de trabalho muito mais flexíveis e fora da caixinha.

Se o mercado, que recebe os novos profissionais, mudou o ambiente e suas necessidades, não é possível manter as escolas, universidades e faculdades com o mesmo padrão de ensino. As escolas, universidades e faculdades estão em um

momento de também entender que sua forma de ensinar tradicional não faz mais sentido para o aprendiz e para o mercado de trabalho. As novas exigências exigem uma flexibilidade às necessidades, uma empatia com as atividades a serem desenvolvidas em grupo, capacidade inovadora, visão computacional e habilidades gestoras.

O grande desafio das escolas, universidades e faculdades é introduzir formas de desenvolvimento de competências a partir de ferramentas e projetos que auxiliem os alunos a entrarem no mercado de trabalho com habilidades adequadas e atuais.

Os desafios são muitos. Um desses desafios é: desenvolver os professores que irão mediar esse processo de mudança e trabalhar com os alunos uma nova maneira de ver o aprendiz. Fazer parte da educação 4.0 envolve uma mudança: de postura, de ferramentas e de atuação em sala de aula. A tecnologia é uma aliada nesse novo momento e deve ser uma ajuda significativa para os professores e alunos.

O objetivo desse trabalho é apresentar um estudo de caso desenvolvido em uma escola técnica e uma faculdade de tecnologia do Estado de São Paulo. O curso de Técnico em Administração possui três (3) semestres e capacita jovem para auxiliar profissionais em empresas. O Curso de Tecnologia em Informática para gestão de negócios possui Seis (6) semestres e capacita jovem para atuarem como gestores em empresas e gestores na área de Tecnologia da Informação. A disciplina objeto do estudo de caso no curso Técnico foi gestão e negócios e no curso tecnológico foi Administração Geral. As professoras atuam em um grupo de pesquisa de ensino e inovação, por isso o compartilhamento de informações nos dois cursos.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida através do método de estudo de caso. Que investiga um fenômeno na realidade dentro de um contexto. Esse fenômeno não é manipulado, mas é possível fazer observações diretas e entrevistas sistemáticas (Yin, 2014).

Como metodologia complementar, foi utilizada a pesquisa em pesquisa-ação e estudo exploratório. Uma definição de pesquisa-ação é que ela é desenvolvida com uma base empírica que é obtida a partir de uma investigação de um problema o pesquisador está inserido na situação a ser estudada (Gil, 2002).

A pesquisa exploratória tem por finalidade desenvolver um conhecimento maior sobre um problema a ser estudado e que pode auxiliar na explicação de hipóteses a serem levantadas no planejamento do estudo. Ela auxilia no aprimoramento de ideias, sendo composta pelas seguintes etapas: o levantamento bibliográfico, desenvolvimento de entrevistas com os envolvidos e análise dos resultados (Gil, 2002).

As atividades foram desenvolvidas em duas turmas: Uma num curso técnico de administração e a outra num curso de tecnologia em informática para gestão de negócios.

Na disciplina da turma de tecnologia informática para negócios, foi proposto um jogo

para que eles pudessem estudar a Teoria da Burocracia e a Teoria das Relações Humanas. A proposta foi que a turma fosse dividida em dois grupos de 20 pessoas. Eles iriam estudar sobre as teorias e elaborar 10 questões. Ao final da elaboração das 10 questões eles deveriam fazer perguntas de um grupo para outro.

O período de pesquisa seria de 1h e o jogo em si 1h. As análises 30 minutos. O objetivo da atividade era fazer os alunos conhecerem sobre as Teorias da Burocracia e Relações humanas. Um objetivo complementar era desenvolver a capacidade de desenvolver um projeto e todas as suas etapas, além de envolver todas as pessoas que faziam parte do grupo.

No curso de técnico em Administração a disciplina foi gestão e negócios. Ela tem 21 alunos. Foi apresentado um dos episódios do seriado Billions. O objetivo era identificar as características empreendedoras de um dos personagens utilizando a análise *SWOT* (*força, fraquezas, oportunidades e ameaças*). O objetivo era apresentar a teoria da ferramenta e ajudar os alunos a utilizarem de uma forma simples.

METODOLOGIAS ATIVAS

Os conhecimentos vindos de *Piaget* são complementados por *Ausubel* que diz: que uma aprendizagem é significativa quando uma nova informação é vinculada a uma já existente tornando a experiência de descobrir o novo mais sustentável e importante (Carvalho, 2001).

Para que isso aconteça o aluno precisa passar por um processo de aprendizagem que o ajuda a entender os novos conhecimentos a partir de observações que o levam a entender a ligação com situações já vividas ou informações anteriormente aprendidas. Esse processo é possível quando o aluno participa de uma forma ativa, das atividades em sala de aula.

Segundo Silva (2018), os modelos de pirâmides de retenção dos conhecimentos ou pirâmide de aprendizagem que fala sobre os percentuais que os indivíduos absorvem o conhecimento variam de acordo com os métodos utilizados para ensinar. A figura 1 é apresentada uma das pirâmides utilizadas para expressar a forma como a aprendizagem ocorre.

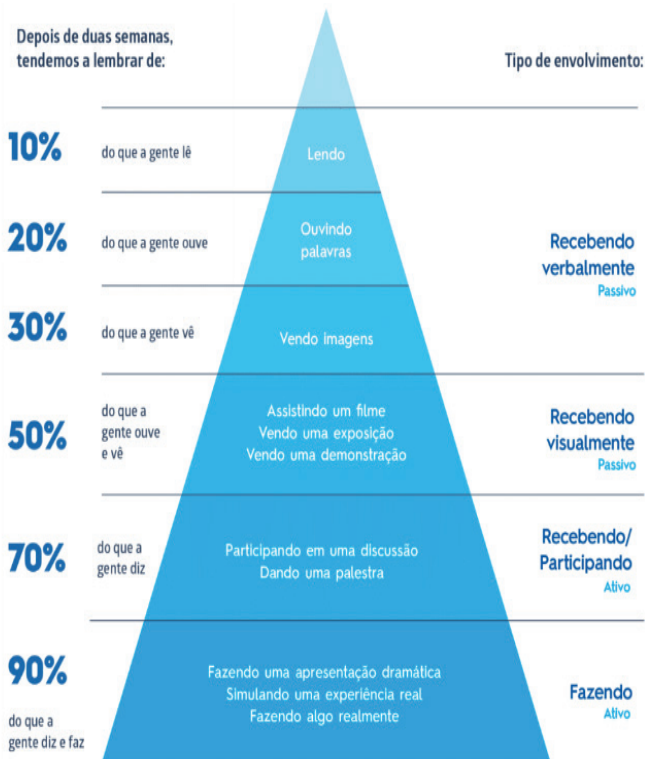


Figura 1 – Cone ou pirâmide da aprendizagem

Fonte: Siqueira, 2017

Essa pirâmide ilustra um pouco do que é visto em sala de aula. Quando as aulas são tradicionais. Onde o professor expõe a matéria e os alunos ouvem sem nenhuma interação com o professor, eles dispersam, dormem, pensam em outras coisas. Quando os alunos veem os slides isso aumenta o nível de retenção da informação que está sendo passada. Quando essa informação vem acompanhada de interação com os alunos, através de discussão, filmes, exercícios ou o desenvolvimento de projetos essa aprendizagem aumenta significativamente (Siqueira, 2017).

Não existe um percentual correto para esse processo, mas é constatado com a utilização de vários métodos de apresentação de um conteúdo os resultados são significativos e mais ainda quando eles são ancorados na vida e nos conhecimentos já existentes.

As metodologias ativas dão forma a esse processo de aprendizagem. Elas são estruturadas para que os alunos participem ativamente do desenvolvimento das atividades. Os professores ocupam a função de mediadores do conhecimento. Eles ajudam os alunos a buscarem o aprendizado, mas não são os únicos detentores do conhecimento.

Segundo Moran (2018), a aprendizagem é significativa desde que os indivíduos nascem porque eles atuam com as situações. Quando eles crescem a aprendizagem continuam ocorrendo da mesma forma. O que mostra a importância das metodologias ativas nas escolas, universidades e faculdades.

O processo de aprendizagem ocorre através situações concretas e isso ocorre desde que inicio da vida. Esse processo vai ser amadurecido ao longo da vida. Esse aprendizado ajuda no crescimento do individuo (Moran, 2018).

As metodologias ativas promovem um ambiente apropriado para que os alunos assumam sua função de aprender a aprender. Ela ajuda a desenvolver as funções mentais de pensar, racionar, observar, refletir, entender, combinar, com a atuação do aluno em todo o processo de desenvolvimento da aprendizagem. São muitas as formas de apresentação das atividades a serem desenvolvida em sala de aula. Elas podem ser discussão em grupo, jogos, estudo de caso, utilização de filmes, discussão de filmes, uso de ensino hibrido (Garcês, 2018).

Para o presente trabalho foi utilizado uma dinâmica de grupo e um filme em duas turmas diferentes. Cada turma teve uma dinâmica diferenciada. Mostrando a aplicação das metodologias ativas são interessantes em qualquer tipo de sala de aula.

DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

As aulas em análise foram desenvolvidas em uma escola técnica e em uma faculdade de tecnologia. A disciplina da faculdade de tecnologia foi Administração geral do curso de Tecnologia em informática para gestão de negócios. E a disciplina da Escola técnica faz parte do currículo de Técnico em Administração e a disciplina é gestão.

Na disciplina de administração geral

USO DE FILME

Iniciamos as atividades com o uso do filme. Os filmes são uma fonte de motivação e uso lúdico de conteúdos. Eles auxiliam os alunos a entenderem situações, desenvolver o pensamento critica, aprendem a fazer observações e se colocar no lugar dos personagens (Mendonça, 2007).

O primeiro filme utilizado foi Tempos Modernos – Charlie Chaplin. Ele foi apresentado nas disciplinas de Administração Geral e Gestão da Produção. A dinâmica da atividade foi passar o filme, com pipocas. Após o filme foi feito um questionário para análise do filme em grupo. Após essa discussão em grupo foi feita uma discussão com todos.

Os alunos ficaram contentes por ter pipoca para assistirem o filme. Isso fez com que eles quebrassem o gelo e o pré-conceito que o filme era antigo e que já haviam visto o filme em outras oportunidades.

Ao final do filme foram apresentadas as questões e houve uma discussão sobre as atividades que foram observadas no filme. Os pontos levantados no filme foram:

- Como as pessoas eram vista naquele contexto?
- Que tipos de empresa foram apresentados no filme?
- Como eram treinados os funcionários?
- Quais o problemas existentes nas empresas?
- Quais os objetivos das pessoas naquele contexto?
- Como era feito o acompanhamento dos funcionários?
- O que as máquinas trouxeram para aquele momento da economia?
- Como a falta de preparação prejudica as empresas?
- Como o pré-conceito pode prejudicar as empresas?
- Qual a função da melhoria da tecnologia no crescimento das empresas?

Nessas disciplinas foram abordadas as questões empresariais e de produção, pois desperta a curiosidade para as teorias clássicas, comportamental, teoria da administração científica do Taylor.

O ambiente da sala de aula foi muito envolvente e participativo. Nas 3(três) sala houve uma boa participação. As discussões houve uma participação muito boa de todos os alunos. Na sala do curso de tecnologia em processo de soldagem essa atividade foi mais movimentada. Os alunos não estavam acostumados com essas atividades. Inicialmente eles acharam que iam só assistir o filme. Tiveram dificuldades para se expressar. Mas foi muito interessante verificar a mudança que houve do início e do final da aula. Eles entenderam a importância da atividade e conseguiram desenvolver a atividade com muitos questionamentos e aplicações com a realidade em que as empresas de hoje estão vivendo e precisam melhorar.

Nas turmas de Organização Industrial e Gestão da Produção, foi utilizado outro filme para discussão sobre os processos de automação e otimização de processos. O Filme chama-se Recém Chegada. Ele conta a história de uma executiva que precisa ir a uma unidade que está com a produtividade baixa e implantar processos de melhoria. Nessa atividade o objetivo era apresentar os cuidados que um gestor precisa ter ao promover uma mudança e como desenvolver um novo produto diante da mudança do mercado.

A atividade iniciou com o filme e a pipoca. Após o filme foi feito grupos para discutirem algumas perguntas relacionadas com o filme e o conteúdo da matéria (Desenvolvimento de produto, inovação e papel do gestor). Essa atividade foi bem discutida e foi possível entender as etapas para realização de uma mudança e o desenvolvimento de um novo produto.

ENSINO HIBRIDO

Em uma aula complementar o do filme foi feita uma experiência de ensino Híbrido.

O ensino híbrido é um metodologia que passa para o aluno a responsabilidade de assumir sua aprendizagem. O professor faz o papel de mediador na sala de aula, que passa a ser um local de discussão onde é possível discutir as informações que foram pesquisadas pelos alunos antes de chegarem à sala de aula (Bacich, 2015).

Eles fizeram uma pesquisa sobre a teoria clássica da Administração e apresentaram para os colegas o que pesquisaram essas na turma do curso de tecnologia de informática na gestão de negócios. Na turma do curso de tecnologia processos de soldagem a pesquisa foi feita sobre desenvolvimento de produto e o uso do *Design Thinking*.

Essa atividade teve alguns pontos negativos. Na turma de Administração Geral alguns alunos não conseguiram explicar o que estudaram. Na turma de Gestão da produção os alunos não fizeram a pesquisa. Foram superficiais e não entenderam o conteúdo. A discussão nas três turmas foi muito interessante e discutimos a dificuldade que eles tiveram de fazer a pesquisa para vir apresentar. Um dos pontos que foi discutido e levantado por eles foi a falta de entendimento porque eles teriam que realizar a pesquisa, se o professor poderia apresentar a matéria sem precisar deles.

Essas foram algumas das atividades desenvolvidas nas turmas em análise sobre metodologias ativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho é apresentar atividades que foram desenvolvidas em turmas diferentes e disciplinas diferentes de cursos de tecnologia. Foi realizada uma pesquisa ao final da disciplina para validar o trabalho que foi desenvolvido ao longo do semestre.

Foi pedido para que fosse avaliado o professor, as atividades, os resultados. 80% dos alunos responderam que as atividades foram boas ou ótimas. 95% disseram ter gostado da didática do professor. Alguns alunos fizeram comentários sobre o semestre e pontuaram que a dinâmica da disciplina foi importante para o seu crescimento e aprendizado. Alguns alunos comentaram que ficavam felizes em irem a aula porque conseguiam aplicar a matéria em seu dia-a-dia. Outra observação é a forma como ele conseguiu refletir sobre sua própria carreira.

A aprendizagem foi considerada significativa, pois as questões que envolviam novas posturas e novas formas de atuar no mercado foram entendidas e discutidas como um ganho na formação dos alunos.

As metodologias ativas são ferramentas interessantes para o crescimento da aprendizagem e são ganhos na melhoria do desenvolvimento de novas habilidades. O uso

dessas metodologias precisa ser aprimorado e trabalhado para que alunos e professores possam ter resultados positivos com o trabalho.

REFERÊNCIAS

BACICH, LILIAM. NETO, ADOLFO T. TREVISANI, FERNANDO DE MELO. Ensino Híbrido: personalização e tecnologia da educação. Ed. Penso: Porto Alegre, 2015.

CARVALHO, ANNA C.B.D. PORTO, ARTHUR J. V. BELHOT, RENATO V., Aprendizagem Significativa no ensino de Engenharia. Revista Produção, v. 11, n.1 Novembro, 2001.

CRUZ, PAULO EMÍLIO DE O. , Metodologias Ativas para a educação corporativa. Prospectar Treinamentos. E-Book. 2018

GARCÊS, BRUNO PEREIRA. Aprendizagem centrada nos estudantes no ensino superior. Edibrás: gráfica e editora. Uberlândia – MG, 2018

GIL, ANTONIO CARLOS. Como elaborar projetos de pesquisa. Atlas, São Paulo, 2002;

MASETTO, MARCOS T., TAVARES, CRISTINA Z., WILD, ANDREA, Metodologias Ativas em Cursos de Graduação em Direito. XVII Encontro Nacional de didática e prática de ensino, Ceará, 2014.

MENDONÇA, JOSÉ RICARDO C., GUIMARÃES, FLAVIO P. Do “Quadro a Quadro”: o uso de filmes como recurso didático no ensino de Administração. I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, 21 a 23 Novembros, Recife, 2007.

MORAN, JOSE, BACICH, LILIAM.. Metodologias Ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Ed. Penso: Porto Alegre, 2018

OLIVEIRA, TACISIO D., ZALUSKI, FELIPE C., Metodologias Ativas: uma reflexão teórica sobre o processo de ensino e aprendizagem. Congresso Internacional de educação e tecnologia, Encontro de Pesquisadores de ensino à distância. 26/06 a 13/07/2018. São Carlos, 2018.

SIQUEIRA, RENATO. Pirâmide de William Glasser ou cone da Aprendizagem. Disponível em<<https://medium.com/@renatho/pir%C3%A2mide-de-william-glasser-ou-cone-da-aprendizagem-49a4670afc9a>>. Pesquisado em 11/04/2019.Publicado em Agosto, 2017.

YIN, ROBERT K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5ª Ed. Bookman, SP, 2014

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL – ABORDAGEM HISTÓRICA

Data de aceite: 19/08/2020

Adelcio Machado dos Santos

Universidade Federal de Santa Catarina
(UFSC).
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe
(Uniarp).

Alisson André Escher

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe
(Uniarp).

RESUMO: O consenso aponta para a necessidade de alguma metodologia de avaliação com o fim de verificar a qualidade do ensino superior no país. Entretanto, o mesmo consenso não é verificado quando se trata de construir uma metodologia adequada, que realmente avalie o complexo contexto da comunidade universitária, onde permeiam diferentes interesses, diversas atividades formativas, várias formas de ensino-aprendizagem, enfim, uma realidade marcadamente complexa. Essa metodologia não deve apenas exercer uma função reguladora, de controle, de modelação e de ajustamento, como tem sido feito pelo Estado até o presente, mas também deve ser formativa e emancipadora, possibilitando que a instituição corrija seus problemas e melhore os instrumentos de aprendizagem e formação, com vistas a formar verdadeiros profissionais, preocupados com as desigualdades sociais que os esperam fora do contexto universitário, bem como as dificuldades de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Educação superior; Universidade, Avaliação.

EVALUATION OF HIGHER EDUCATION IN BRAZIL - HISTORICAL APPROACH

ABSTRACT: The consensus points to the need for some evaluation methodology in order to verify the quality of higher education in the country. However, the same consensus is not verified when it comes to building an adequate methodology, which really assesses the complex context of the university community, where different interests, diverse training activities, various forms of teaching-learning permeate, in short, a markedly complex reality. This methodology must not only exercise a regulatory, control, modeling and adjustment function, as it has been done by the State to date, but it must also be formative and emancipatory, enabling the institution to correct its problems and improve learning instruments. and training, with a view to training real professionals, concerned with the social inequalities that await them outside the university context, as well as work difficulties.

KEYWORDS: Higher education; University; Evaluation

INTRODUÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar, à luz do magistério de Silva (2004), que a avaliação na escola sempre foi uma prática em discussão, a ansiedade a resistência de muitos duplica quando se diz que é preciso mudá-la, transformá-la, para que se alcance uma escola verdadeiramente inclusiva.

A trajetória da avaliação do ensino superior no Brasil é recente, mas já passou por diversas experiências e modificações durante esse curto período de tempo, gerando conflitos que culminaram com a implementação do Exame Nacional de Cursos – o Provão. A necessidade de avaliação do ensino superior resultou de sua expansão quantitativa e da diversificação institucional do ensino superior.

DESENVOLVIMENTO

É no final da década de 50 e durante a década de 60 que, segundo Sguissardi (1997), estão localizadas as origens do processo de avaliação do ensino superior, o qual resultou na constituição do Provão, ainda que desde de suas origens o sistema de avaliação tenha sofrido transformações relevantes em virtude das mudanças nos principais fatores estruturais e conjuntura que o condicionam.

No período que antecedeu ao Golpe Militar, a partir do momento em que percebeu que o modelo vigente de universidade era incapaz de responder às exigências de seu tempo, foi realizada uma avaliação para que se pudesse propor uma reforma do ensino superior. Em relação a isto, Sguissardi (1997, p. 47) acrescenta que “assim como em toda a história da Universidade e das Instituições, os momentos cruciais de suas reformas, frustradas ou não, vêm precedido de processos de avaliação”.

Entretanto, em virtude do Golpe Militar, juntamente com projetos de desenvolvimento econômico, foram deixados de lado os projetos de uma nova universidade com base na realização de avaliações assistemáticas. As demandas e consequências econômicas e sociais da nova fase do desenvolvimento capitalista apontavam para a necessidade de ampliar o acesso ao Ensino Superior, principalmente para a classe média, além de impor a racionalização das atividades universitárias para obter maior eficiência e produtividade (SQUISSARDI, 1997).

Com a deterioração da economia e o fortalecimento de movimentos contra a ditadura, na sociedade civil e no interior da universidade, os quais objetivavam a reorganização sindical, a anistia geral, o governo tratou de responder, primeiro, com ameaças de privatização efetiva do Ensino Superior Público, depois com a transformação de todas as Universidades Autárquicas em Fundações e com propostas de reformas gerenciais que apontavam para a urgente necessidade de avaliação das universidades. A ameaça se completava com a proposta de vinculação da distribuição dos recursos do Tesouro Nacional aos resultados dessa avaliação, claramente pautada em moldes centralizadores, burocráticos, autoritários e eficientistas.

De acordo com Siqueira (2002), o debate mais profundo sobre a avaliação do ensino superior teve início na década de 80, sendo que gerou, desde suas origens, polêmicas profundas e polarizadas, principalmente condizentes à avaliação e sua virtual ameaça à

autonomia universitária.

Em relação a esse entendimento, Sguissardi (1997) acrescenta que em meio ao contexto de conflitos originados durante o Governo Militar que, a partir de 1985, com as Comissões de Alto Nível (Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior – GE – RES – e Comissão Nacional pela Reformulação da Educação Superior), despenca diretamente sobre a universidade a questão da avaliação.

Os relatórios/propostas produzidos por essas duas comissões tinham como questão central o binômio autonomia-avaliação, ambos subordinados a um mesmo tipo de lógica, a lógica da eficiência. O que se pode destacar também em relação a este assunto é a tradição do governo brasileiro de criar comissões de alto nível, ou seja, o hábito de legislar pelo alto, sem nenhum tipo de debate democrático com a comunidade universitária.

A partir da década de 80, o interesse demonstrado pela avaliação, principalmente por parte de governos neoconservadores e neoliberais, começou a ser traduzido pela expressão “Estado avaliador”. Essa expressão significa, de modo geral, que o Estado vem adotando um *ethos* competitivo, *neodarwinista*, passando a admitir a lógica do mercado, por meio da importação para o domínio público de modelos de gestão privada, com enfoque nos resultados ou produtos dos sistemas educativos (AFONSO, 2000).

Uma ideologia da privatização passou a existir em meio ao ensino, enaltecendo-se o capitalismo de livre-mercado, o que conduziu a modificações e mudanças profundas no papel do Estado, tanto ao nível local, quanto ao nível nacional. Nesse sentido, a diminuição das despesas públicas exigiu, além da adoção de uma *cultura gestonária* no setor público, a indução rumo a criação de mecanismos de controle e responsabilização mais sofisticados.

Segundo Afonso (2000), a avaliação surge como um pré-requisito para que seja viável a implementação desses mecanismos de privatização. Aliás, sem objetivos claros e previamente definidos não é viável criar indicadores e medir as performances dos sistemas numa época que se caracteriza pela exigência de acompanhamento dos níveis de educação nacional e pela necessidade de manter e criar padrões de inovação científica e tecnológica para enfrentar a competitividade internacional.

Todavia, em virtude da adoção dessas políticas neoliberais, um novo viés positivista recai sobre a própria teoria da avaliação que já vinha evoluindo com base em epistemologias antipositivistas e pluralistas. Ressalte-se que a necessidade da avaliação, por parte do Estado, sempre se torna mais visível em momentos nos quais prevalecem incertezas ou dúvidas acerca da recepção ou a consecução de determinadas políticas públicas.

Compartilhando do mesmo entendimento, Sguissardi (1997) afirma que tanto com base nos documentos oficiais mais importantes, quanto nos pronunciamentos dos titulares do MEC, na década de 80 e 90, as propostas oficiais de educação ambiental estão constantemente pautadas, apesar da linguagem mais ou menos disfarçada, na ideia de eficiência, de produtividade, correspondentes à concepção neoliberal de modernização ou, simplesmente, à lógica do capital no desenvolvimento da sociedade contemporânea.

Para justificar a adoção de processos avaliativos, segundo Sguissardi (1997, p. 55) recorre-se a argumentos como:

a) o absoluto consenso que haveria na comunidade universitária quanto à sua importância (sem qualquer referência ao tipo de avaliação, a quem solicita, para que finalidade etc.); b) as atividades universitárias 'não podem mais ser desenvolvidas a qualquer custo'; c) sem avaliação não se pode 'conhecer a relevância social dos objetivos propostos, bem como a eficácia, o impacto e a eficiência das ações realizadas'; d) a necessidades de 'romper a entropia interna das universidades'.

No contexto dessas discussões e refletindo o pensamento dominante nas instituições de ensino superior federais acerca do tema, especialmente com a contribuição da Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Educação Superior – ANDIFES, foi elaborado um primeiro modelo de avaliação no país, consubstanciado no Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB. Surgido em 1993, o PAUB orientou o processo de avaliação de instituições de ensino superior – IES, públicas e privadas, que voluntariamente, aderiram ao Programa.

O documento básico do PAIUB, segundo Stein (2003), é formado pela fundamentação teórica, os objetivos, as características, as diretrizes para o desenvolvimento da proposta, as variáveis e os indicadores institucionais de avaliação das faculdades, universidades e demais instituições de educação superior. Além disso, contém o detalhamento da Avaliação do Ensino de Graduação, seus aspectos gerais, metodologia, fluxograma de desenvolvimento do projeto e avaliação da IES, a elaboração do diagnóstico, indicadores relativos ao ensino de graduação, a avaliação interna, a avaliação externa e conclusão.

O PAIUB defende também que a avaliação representa um processo sistemático de prestação de contas à sociedade, visto que a educação é um bem público e seus benefícios atingem toda a sociedade. Por isso, ela deve ser avaliada em termos de eficácia social de suas atividades, assim como, em termos de eficiência de seu funcionamento (STEIN, 2003).

A partir de 1995, o sistema de avaliação foi oficializado e dinamizado pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, tendo como base legal os dispositivos da Lei nº 9.131, de 14 de novembro de 1995, o qual instituiu a realização anual dos exames nacionais dos cursos. Além desta lei, destaca-se também a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que consolida definitivamente o processo permanente de avaliação do ensino superior, passando a incorporar os resultados dos demais processos de avaliação, bem como o Decreto nº 2.206, de 10 de outubro de 1997, que estabeleceu procedimentos de avaliação de cursos e instituições de ensino superior, bem como (SIQUEIRA, 2002).

No entender de Stein (2003), a partir da metade da década de 90, a avaliação institucional ganhou novos rumos devido às políticas públicas para o Ensino Superior no Brasil, implementadas por uma legislação decretada, sem o envolvimento das partes interessadas, ou seja, as próprias instituições de educação superior.

Neste contexto, o Decreto nº 2.206/97 (BRASIL, 1997) determina:

“Art. 1º O processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior compreenderá os seguintes procedimentos:

I - análise dos principais indicadores de desempenho global do sistema nacional de ensino superior, por região e unidade da federação, segundo as áreas do conhecimento e o tipo ou a natureza das instituições de ensino;

II - avaliação do desempenho individual das instituições de ensino superior, compreendendo todas as modalidades de ensino, pesquisa e extensão;

III - avaliação do ensino de graduação, por curso, por meio da análise das condições de oferta pelas diferentes instituições de ensino e pela análise dos resultados do Exame Nacional de Cursos;
IV - avaliação dos programas do mestrado e doutorado, por área do conhecimento.”

CONCEITO DE AVALIAÇÃO

Avaliar, sob o ponto de vista semântico, consiste em atribuir um valor a alguém ou alguma coisa. Todavia, a definição de avaliação é, na verdade, uma questão mais complexa do que realmente se imagina, defende Ristoff (2003). Há várias discordâncias em torno do conceito de avaliação.

Tyler (1950 apud RISTOFF, 2003), definiu a avaliação como o processo utilizado para determinar até que ponto os objetivos educacionais foram realmente alcançados. Nessa abordagem, a avaliação está fortemente centrada em objetivos e, sob essa perspectiva, um currículo ou instituição é bem avaliado ou avaliada se os objetivos expressos foram atendidos, não cabendo ao avaliador qualquer questionamento sobre os mesmos.

Já, Cronbach (1963 apud RISTOFF, 2003), diz que a avaliação consiste em uma coleta de informações destinada a pautar uma tomada de decisão. Nessa definição é estabelecida uma função instrumental importante ao processo, qual seja a de coletar informações importantes que possam prover os administradores para tomada de decisões. Nessa abordagem, não é preciso julgar objetivos, pois o juízo já está implícito no tipo de indicadores que selecionará.

Stake (1969 apud RISTOFF, 2003,) assim conceitua a avaliação:

A avaliação é a descoberta da natureza e do valor de alguma coisa. Os propósitos da avaliação podem ser muitos, mas a avaliação sempre tenta descrever algo e indicar os seus méritos e deméritos... A avaliação não é uma busca de causas e efeitos, um inventário do status presente, ou uma previsão de sucesso futuro. Ela é tudo isto, mas somente na medida que contribuir para a identificação da substância, função e valor.

Em relação a essa definição, Ristoff (2003) ressalta que nela se recoloca a ideia de que avaliar consiste em descobrir o valor e a natureza de um objeto. Avaliar implica em descrever o objeto e ao fazê-lo é preciso identificar méritos e deméritos do objeto. Na realidade, para o autor da definição acima, identificar causas e efeitos e tirar conclusões acerca do estado presente, bem como realizar previsões para o futuro são mera consequência e que só fazem sentido se precedidos da identificação do que denomina de substância do objeto, de sua função e de seu valor. Mas os méritos, deméritos e valores são sempre encontrados nos objetos e não são nunca uma imposição do observador.

Guba e Lincoln (1989 apud RISTOFF, 2003) defendem a abordagem de que não existe uma maneira correta de definir avaliação, uma maneira que, se encontrada, colocaria fim à argumentação sobre como ela deve proceder e sobre quais são os seus propósitos. Para estes autores, os conceitos de avaliação são apenas construtos mentais que significam a imposição de uma compreensão específica da realidade, buscando de certa forma congelar os seus procedimentos e os seus objetivos, que na visão dos autores devem permanecer indefinidos em nome da criatividade e da negociação ou transação que deve ser inerente ao processo.

No Brasil, destaca-se a definição dada ao termo avaliação pelo PAIUB, em 1994, o qual defende que a avaliação é um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico. Além disso, a avaliação é uma ferramenta para o planejamento da gestão universitária e um processo sistemático de prestação de contas à sociedade. Isso significa acompanhar de forma metódica as ações no intento de verificar se as funções e prioridades determinadas coletivamente estão sendo realizadas e atendidas. É este contraponto entre o pretendido e o realizado que assegura o devido sentido da realização da avaliação.

Nesse conceito do PAIUB, destaca-se a preocupação com a natureza formativa da avaliação, a preocupação com o caráter sistemático do processo, a ideia da prestação de contas à sociedade, a noção de avaliação enquanto instrumento útil à administração educacional e a ideia da avaliação centrada nos objetivos.

Comentando o conceito de avaliação dado pelo PAIUB, Ristoff (2003) ressalta que talvez a única novidade do conceito, no plano específico da definição, em comparação com conceitos já anteriormente elaborados, tenha sido a ideia da continuidade. O que

torna a definição do PAIUB mais complexa é sua preocupação em determinar princípios norteadores, objetivos e características que ajudam a melhor definir o programa como um todo.

Desse modo, princípios como a “continuidade, a adesão voluntária, o respeito à identidade institucional, a não-punição e premiação, a legitimidade, globalidade e comparabilidade”, dispostos lado a lado, segundo Ristoff (2003), tornaram-se elementos definidores de uma compreensão de avaliação institucional até então inexistente. Nesse sentido, o PAIUB, ainda que claramente influenciado pela compreensão de avaliação estabelecida na bibliográfica internacional, passa a ser um programa com grau relevante de originalidade na sua concepção.

Dias Sobrinho (1995 apud RISTOFF, 2003) diz que a avaliação institucional compreende um empreendimento sistemático que objetiva obter a compreensão global da universidade, pelo reconhecimento e pela integração de suas diversas dimensões. Três importantes aspectos podem ser destacados nessa definição.

O primeiro desses aspectos, segundo Ristoff (2003), concerne à ideia de que a avaliação, em virtude de sua dimensão, não é somente um estudo sistemático, mas um empreendimento, isto é, algo árduo e difícil de ser realizado, que necessita de decisão e vontade política para ser realizado.

O segundo aspecto está ligado à resistência em relação às avaliações centradas em compreensões parciais, fundadas em alguns poucos indicadores que se tornam representativos do todo para decretar o estado de uma instituição. Nesse sentido, no caso da avaliação do ensino superior, por exemplo, a única forma de fazer justiça em relação a essa instituição de múltiplas funções e complexa depende-se de uma compreensão global (RISTOFF, 2003).

O terceiro aspecto do conceito, por sua vez, diz que não basta somente reconhecer as diferentes dimensões de uma instituição, pois também é preciso perceber até que ponto estas funções estão integradas ou organicamente articuladas entre si. Não é viável conceber uma administração universitária sem analisar suas implicações sobre o ensino, a pesquisa e a extensão, da mesma forma que não se pode ver as atividades-fim da universidade sem as suas articulações com toda a dimensão administrativa e de infraestrutura (RISTOFF, 2003).

De acordo com Silva e Budag (2003), o conceito de avaliação geralmente é vinculado a um processo de cobrança, controle e punição, e não a um referencial para a melhoria da qualidade das ações institucionalmente desenvolvidas. Portanto, vencer essa cultura, transformando a avaliação e uma ferramenta para a melhoria perceptível da qualidade de ensino é um desafio a ser enfrentado no âmbito da educação superior.

Na concepção de Stein (2003, p. 31), a avaliação consiste em um “processo de análise e revisão, contínuo, que embasa as novas tomadas de decisão”. A avaliação integra a rotina da vida das pessoas, pois cada ação que é realizada por uma pessoa geralmente é precedida de uma avaliação, principalmente se essa ação implicar uma tomada de decisão.

Em muitos momentos a autoavaliação de algum ato já realizado se faz necessária, para um repensar de atitudes, de decisões já concretizadas, em especial aquelas que não dão certo. Da mesma, forma, se fazem necessários os processos de avaliação nas instituições constitutivas do Estado e que atuam em diferentes setores: educação, exército, jurídico, saúde, infraestrutura, etc. (STEIN, 2003).

Existem diversos métodos de avaliação, sendo que a concepção pedagógica da instituição, curso ou disciplina condiciona a escolha do método. Assim, quando a concepção de educação é centrada na ideia de transmissão do conhecimento, tanto a avaliação do aluno quanto do professor, enfocam profundamente o “como transmitir”. Isso significa que são ressaltadas as qualidades, habilidades e experiências do professor, cabendo ao aluno um papel passivo de reprodutor do que lhe foi ensinado.

Nesse modelo de ensino, a avaliação discente tem primordialmente um caráter classificatório, pontual e punitivo, valorizando o aspecto cognitivo, cabendo ao professor o papel de fiscalizar e controlar. Já a avaliação dos docentes, quando realizada pelos alunos, privilegia características pessoais dos professores, abandonando os avanços adquiridos em relação ao próprio processo educativo (SIQUEIRA, 2002).

Quando um método de avaliação é aplicado ao modelo ativo de aprendizagem, parte-se da premissa de que ninguém pode aprender pelo outro. O processo de aprendizagem resulta das experiências, habilidades e capacidades desenvolvidas pelo educando, sendo responsabilidade do professor o papel de mediar a relação do aluno com o conhecimento, o que proporciona uma ambiente favorável para o crescimento mútuo.

Assim, no caso da avaliação do ensino num modelo ativo, realiza-se um processo de acompanhamento da evolução do aluno em diversas dimensões, quais sejam: cognitiva (saber conhecer), de habilidades (saber fazer) e de atitudes (saber ser e saber conviver), identificando os progressos e auxiliando nas dificuldades detectadas. Nesse contexto, a avaliação discente, irreleva a memorização, a cobrança de conhecimentos pontuais e de situações excepcionais, relevando o espírito crítico, a capacidade de análise e de relacionar fatos (SIQUEIRA, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se observa, o decreto determina diversos procedimentos de avaliação com o fim de diagnosticar a situação qualitativa do ensino superior no país. Esses processos e procedimentos foram regularmente implementados. Segundo Siqueira (2002), a avaliação das Condições de Oferta soma-se ao Exame Nacional de Cursos, ambos atualmente extintos, e às avaliações continuamente realizadas pelas comissões especialistas de ensino quando da autorização ou do reconhecimento de cursos de graduação, incluindo sempre verificações prévias *in loco* das condições de funcionamento desses.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2000.

BARRIGA, Angel Diaz. A avaliação no marco das políticas para a educação superior: desafios e perspectivas. **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES)**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 9 - 28, jun. 2002.

BRASIL. **Decreto nº 2.206, de 10 de outubro de 1997**. Estabelece procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior. [Brasília], 1997. Disponível em: <<http://www.eduline.com.br/eduline/legislação/Decreto2206.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2012.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis, Vozes, 2000a.

_____. Avaliação da educação superior: regulação e emancipação. In: DIAS SOBRINHO, José, RISTOFF, Dilvo I. (Org.). **Avaliação e compromisso público**: a educação superior em debate. Florianópolis: Insular, 2003.

_____. Avaliação quantitativa, avaliação qualitativa: interações e ênfases. In: SGUISSARDI, Valdemar (Org.). **Avaliação universitária em questão**: reformas do Estado e da educação superior. Campinas: Autores Associados, 1997.

_____. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Universidade e avaliação**: entre a ética e o mercado. Florianópolis: Insular, 2002.

_____. Universidade: processos de socialização e processos pedagógicos. In: BALZAN, Newton César; DIAS SOBRINHO, José (Org.). **Avaliação institucional**: teorias e experiências. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000b. p. 15 -36.

JACOBSEN, Alessandra de Linhares. **Avaliação Institucional em universidades**: desafios e perspectivas. Florianópolis: Papa-livro, 1996.

LEITE, Denise. Avaliação institucional, reformas e redesenho capitalista das universidades. **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES)**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 29 - 80, jun. 2002.

MACIEL, Domicio M. Exame Nacional de Cursos – Provão: uma avaliação para melhorar ou excluir? **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES)**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 39 - 62, mar. 2003.

RISTOFF, Dilvo I. Algumas definições de avaliação. **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES)**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 19 - 30, jun. 2003.

ROTHEN, José Carlos. O vestibular do Provão. **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES)**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 27 - 38, mar. 2003.

SGUISSARDI, Valdemar. Para avaliar propostas de avaliação do ensino superior. In: _____. (Org.). **Avaliação universitária em questão**: reformas do estado e da educação superior. Campinas: Autores Associados, 1997. .

SILVA, Janssen Felipe da. **Avaliação na perspectiva formativa-reguladora**: pressupostos teóricos e práticos. Porto alegre: Mediação, 2004.

SILVA, Mauro Rogério da; BUDAG, Elenir Roders. Avaliação do desempenho docente pelos alunos: algumas considerações sobre a atuação docente e os resultados da avaliação do seu desempenho pelos alunos. **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES)**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 131 - 140, jun. 2003.

SIQUEIRA, Moema Miranda de. Avaliação docente: implicações éticas. In **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES)**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 97 - 105, mar. 2002.

STEIN, Maria das Graças Dias Ferreira. O referencial teórico e histórico da avaliação institucional no Brasil Pós-Constituição de 1988. **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**.

O USO DE SÉRIES COMO APOIO AO ENSINO: ESTUDO DE CASO

Data de aceite: 19/08/2020

Anna Cristina Barbosa Dias de Carvalho

Faculdade de Tecnologia de Itaquera – Prof.
Miguel Reale
Curso de Tecnologia em Automação
Industrial
São Paulo – SP

Elaine Cristina de Sousa Luiz

Escola Técnica Adhemar Batista Heméritas

RESUMO: O objetivo desse trabalho é apresentar uma experiência de metodologias ativas utilizando séries de TV para ensinar a ferramenta estratégica de gestão - análise SWOT. Os alunos participaram da atividade de uma maneira muito mais motivada e muito mais envolvida com a disciplina. Com isso, a análise feita em cenas do filme possibilitaram o entendimento da ferramenta e mais ainda o planejamento de atividades que poderiam ser feitas por cada personagem para atingirem seus objetivos. Trazendo para realidade empreendedora, eles entenderam como desenvolver passos para melhoria de uma empresa, além de desenvolverem o senso de observação, inovação e criatividade.

PALAVRAS-CHAVE: Análise SWOT, Metodologias Ativas, Ensino.

THE USE OF SERIES AS A SUPPORT TO TEACHING: CASE STUDY

ABSTRACT: The objective of this work is to present an experience of active methodologies

using TV series to teach the strategic management tool - SWOT analysis. The students participated in the activity in a much more motivated and much more involved with the discipline. With that, the analysis made in scenes of the film enabled the understanding of the tool and even more the planning of activities that could be done by each character to reach their goals. Bringing them into an entrepreneurial reality, they understood how to develop steps to improve a company, in addition to developing a sense of observation, innovation and creativity.

KEYWORDS: Active methodologies, innovation, college education.

INTRODUÇÃO

A tecnologia (internet das coisas, automação, filmes no celular, robôs) passou a fazer parte do dia-a-dia das empresas e das pessoas. Encontramos tecnologia nas mais diferentes atividades e nas relações existentes entre pessoas e empresas. Isso muda o cenário das necessidades que existem dos novos profissionais que chegam ao mercado, pois as empresas vão precisando que os mesmos tenham novas habilidades para o trabalho.

As escolas, universidades e faculdades também não podem deixar de observar essas mudanças, pois elas também interferem na forma de desenvolver o processo ensino aprendizagem.

A tecnologia pode auxiliar em diversas atividades desenvolvidas em escolas, universidades e faculdades. Elas são importantes para auxiliar os professores a colocar o aluno como o um ser ativo dentro do processo de aprendizagem.

O aluno (universitário ou de ensino médio) tem acesso aos mais diferentes formatos de informações como: pesquisa google tanto informações acadêmicas como questões do dia-a-dia, pode ser conectar com vários lugares e empresas por teleconferência, consegue bate papos com pessoas em qualquer lugar do país e do mundo através de comunicação gratuita. Facilitando o acesso a novos conhecimentos e inovações.

O objetivo desse trabalho é a apresentação um estudo de caso desenvolvido em uma turma do curso de técnico em administração, na disciplina de gestão de Empreendedorismo e Inovação. Para tornar as aulas mais dinâmicas e utilizar as metodologias ativas, a professora resolveu inserir em suas atividades para ensinar análise SWOT um episódio da série *Billions*. Essa iniciativa fez os alunos se envolverem com a atividade e ao final da aula apresentaram um resultado positivo sobre o que tinham aprendido.

A Base Nacional Comum Curricular trouxe para auxiliar as escolas das secretarias de estado e município uma série de orientações para auxiliar na estruturação de uma nova forma de organizar os currículos e auxiliar o processo de aprendizagem. Dentro da BNCC existem as habilidades sócio emocionais. Elas que são importantes dentro do desenvolvimento da aprendizagem. É a partir dessa nova diretiva que estão sendo desenvolvidas nas escolas auxiliando o novo mercado de trabalho. Uma dessas competências é a que diz que é necessário compreender as relações do mundo do trabalho e tomar decisões alinhadas ao projeto de vida pessoal, profissional e social. A atividade desenvolvida neste estudo de caso auxilia os alunos nessa habilidade e do desenvolvimento de autoconhecimento.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida através do método de estudo de caso. Que investiga um fenômeno na realidade dentro de um contexto. Esse fenômeno não é manipulado, mas é possível fazer observações diretas e entrevistas sistemáticas (Yin, 2014).

Como metodologia complementar, foi utilizada a pesquisa em pesquisa-ação e estudo exploratório. Uma definição de pesquisa-ação é que ela é desenvolvida com uma base empírica que é obtida a partir de uma investigação de um problema o pesquisador está inserido na situação a ser estudada (Gil, 2002).

A pesquisa exploratória tem por finalidade desenvolver um conhecimento maior sobre um problema a ser estudado e que pode auxiliar na explicação de hipóteses a serem levantadas no planejamento do estudo. Ela auxilia no aprimoramento de ideias, sendo composta pelas seguintes etapas: o levantamento bibliográfico, desenvolvimento de

entrevistas com os envolvidos e análise dos resultados (Gil, 2002).

As atividades foram desenvolvidas em duas turmas: Uma num curso técnico de administração em 3 turmas. Os alunos são do segundo semestre e estão na metade do curso. As 3 turmas são formadas por 87 alunos possuem e em média entre 17 a 50 anos.

No curso técnico em Administração a disciplina aplicada foi Gestão do Empreendedorismo e Inovação. A dinâmica foi aplicada nas 3 turmas. Foi apresentado um dos episódios do seriado Billions. O objetivo foi identificar as características empreendedoras de um dos personagens chamado Bobby Axelrod, protagonista principal, que se relaciona com os outros dois personagens: Chuck Rhoades e Andrew Ross Sorkin utilizando a análise SWOT (*força, fraquezas, oportunidades e ameaças*). O objetivo era apresentar a ferramenta estratégica de gestão aplicando por meio da análise do episódio ajudando os alunos a utilizarem de uma forma simples. Este é um processo de aprendizagem importante, pois quando o aluno entende a teoria poderá aplicar em qualquer área profissional, tornando a aprendizagem significativa. A série foi escolhida por envolver três adversários do mercado financeiro e a luta que eles travam para realizarem negócios. Cada um deles tem valores e objetivos e precisam desenvolver oportunidades para lucrarem. Um dos itens a ser analisado é o espírito empreendedor de um dos personagens. Essa série foi escolhida por mostrar características empreendedoras destacadas pela GEM – Global Entrepreneurship Monitor. Segundo eles a criatividade e a resiliência são características importantes quando se fala de empreendedorismo.

PIRAMIDE DE WILLIAM GLASSER E A APRENDIZAGEM

Existem diversas teorias sobre como as pessoas aprendem. Uma delas é a pirâmide de William Glasser. Segundo Siqueira (2017), existe uma forma mais eficiente de aprendizado quando é possível juntar o processo de fazer, analisar e discutir com os conceitos novos.

Segundo a pirâmide da aprendizagem se aprende melhor quando se discute, analisa, interpreta e consegue transpor a realidade apresentada. Criando um novo conhecimento para ser utilizado em outra situação. A figura 1, mostra o detalhamento da pirâmide.

PIRÂMIDE DE WILLIAM GLASSER



Figura 1- Pirâmide de William Glasser

Fonte: Siqueira, 2017

Na realidade do século 21 esse processo de desenvolvimento da aprendizagem a partir da atuação do aluno em situações reais, as séries e filmes são uma das formas de aplicação da pirâmide de William.

Deixa de ser uma aula tradicional, onde o professor desenvolve o conteúdo e os alunos copiam sem contextualizar, analisar ou questionar o que está sendo desenvolvido. Esse processo de ensino-aprendizagem não se encaixa com as necessidades das empresas, dos mercados e dos próprios indivíduos. Eles estão tendo acesso a informações de varias maneiras diferentes e com varias tecnologias. Manter a sala de aula da mesma forma da sociedade industrial é um convite a dispersão e a desmotivação.

A era industrial promoveu uma série de mudanças próprias daquela época. Ou seja, não havia concorrência, as empresas não tinham mudanças no mercado, os operários precisavam do emprego e se submetiam a fazer atividades repetitivas.

Dessa forma o ensino também passou a ser um processo repetitivo e sem a exigência de questionamentos ou desenvolvimento de habilidades.

Com a chegada das novas tecnologias, internet, programação e outras, a postura não poderia ser a mesma. O conhecimento foi distribuído e democratizado. Qualquer pessoa tem acesso. A grande mudança é saber como utilizar da forma correta essas informações.

Desta forma, as informações passaram a ser um recursos de produção nas empresas. Não era possível estar em um sistema sem conhecer as informações desse sistema. Para isso foi necessário se observar cenários, questionar posturas, analisar concorrentes. Surgiram novas necessidades e habilidades.

O processo de aprendizagem também precisou mudar, mas nem tudo ocorreu da mesma forma que o processo industrial. Estamos em uma etapa de transição, entre a sociedade industrial e a sociedade do conhecimento. Onde ter a informação como ferramenta de geração de novos conhecimentos trás diferenciais e novos mercados.

A utilização das metodologias ativas e o entendimento da pirâmide de William podem ajudar os professores na melhoria do processo ensino aprendizagem. Essas atividades desenvolvidas com filmes e séries são importantes para auxiliar nessa mudança que precisa ser desenvolvida na sala de aula. O aluno passa a entender os conteúdos, não porque o professor passou esse conteúdo, mas porque faz parte do que ele entendeu como importante na seu projeto de vida.

METODOLOGIAS ATIVAS

As metodologias ativas auxiliam o professor nesse processo de tornar o aluno o protagonista de sua aprendizagem. Elas são estratégias pedagógicas que se contra põem ao ensino tradicional onde o professor é o detentor do conhecimento e a aprendizagem é orientada pelo mesmo através de conteúdos. As metodologias ativas envolvem os alunos em atividades práticas ou em situações de aprendizagem onde eles conseguem estabelecer relações entre os conteúdos e a prática a ser desenvolvida. Com isso a aprendizagem torna-se significativa (Freitas, 2015).

Através das metodologias ativas é possível desenvolver habilidades e competências que se adequam a BNCC. Uma dessas metodologias é o uso de filmes em atividades didáticas.

Segundo Moran (2018), a aprendizagem é significativa desde que os indivíduos nascem porque eles atuam com as situações. Quando eles crescem a aprendizagem continuam ocorrendo da mesma forma. O que mostra a importância das metodologias ativas nas escolas, universidades e faculdades.

O processo de aprendizagem ocorre através situações concretas e isso ocorre desde que inicio da vida. Esse processo vai ser amadurecido ao longo da vida. Esse aprendizado ajuda no crescimento do individuo (Moran, 2018).

As metodologias ativas promovem um ambiente apropriado para que os alunos assumam sua função de aprender a aprender. Ela ajuda a desenvolver as funções mentais

de pensar, racionar, observar, refletir, entender, combinar, com a atuação do aluno em todo o processo de desenvolvimento da aprendizagem. São muitas as formas de apresentação das atividades a serem desenvolvida em sala de aula. Elas podem ser discussão em grupo, jogos, estudo de caso, utilização de filmes, discussão de filmes, uso de ensino híbrido (Garcês, 2018).

A questão do ensino não pode se limitar a habilidades do professor dar aulas. Ele precisa entender como esse aluno aprende. Podem-se utilizar metodologias que sejam muito boas, mas a relação entre o conteúdo que se pretende ensinar e o aprendizado só ocorre quando existe um envolvimento significativo desse conteúdo com o indivíduo que esta em processo de aprendizagem.

A relação entre o aluno e a forma como as atividades são desenvolvidas é fundamental para que os resultados da aprendizagem ocorram. Dessa forma o professor precisa está atendo as necessidades dos alunos, dos interesses dos mesmos, do ambiente em que ele vive, das suas duvidas, medos e inseguranças.

As metodologias ativas auxiliam nessa ligação. O uso de filmes e séries são ferramentas de metodologias ativas poderosas na atuação em sala de aula.

ANÁLISE SWOT

SWOT – significa - (*strenghts* – força, *weaknesses* – fraquezas, *oportunities* – oportunidades e *threats* – ameaças). Essa ferramenta foi desenvolvida por professores da Havard Business e hoje aplicada em diversas áreas. Ela foi criada para desenvolver a competitividade de uma empresa. Porém hoje pode ser utilizado para análise de carreira, produto, empresas, escolas e outras instituições.

A análise SWOT pode ser utilizada em diversas situações: plano de negócio análise de carreira, análise de produtos e outras aplicações. Por essa razão a necessidade de utilização dessa ferramenta na disciplina gestão e negócio (Silva, 2011).

A Ferramenta foi criada com a finalidade de auxiliar as empresas a entenderem como e onde elas poderiam atuar para ganhar competitividade. A análise *Swot* é aplicado no contexto empresarial avaliando seus pontos fortes e fracos dentro da empresa e ameaças e oportunidades quando olham para fora da empresa. Como por exemplo: a concorrência sendo uma ameaça ou a concorrência sendo uma oportunidade. Ela não dá soluções, mas ajuda na análise das ações que precisam ser desenvolvidas. Não é uma ferramenta difícil de ser utilizada e os alunos podem utilizar em suas próprias carreiras. A figura 2 mostra o diagrama utilizado na análise SWOT. Em cada um dos quadrantes é possível colocar os vários fatores que envolvem a empresa que precisa se reprogramar ou planejar como atuar no mercado mais competitivo.

O processo é cruzar as oportunidades e ameaças e seus pontos fortes e fracos. Isso faz com que a empresa consiga perceber os planos que podem ser implantados para

melhorar as a posição no mercado. Conseguir definir objetivos claros e traçar as etapas que necessitam ser seguidas para competir e ganhar mercado. Não importa o tipo de empresa ou tamanho dela, a ferramenta pode ser aplicada e a analisada de uma maneira muito adequada.

Conhecer as características da empresa por dentro e não com a visão do fundador é importante para que ela cresça de forma sustentável e não tenha surpresas em seu mercado. Conhecer novas tecnologias que estão sendo utilizadas, ferramentas de melhoria de seus produtos, utilizar as habilidades de seus funcionários, são algumas dos fatores que devem ser analisados com a ferramenta – análise SWOT.



Figura 2 – Análise SWOT

Fonte: Silva, 2011

DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

A disciplina, onde foram desenvolvidas as atividades, é importante para a formação do técnico em administração. Ela desenvolve habilidades empreendedoras e desperta a necessidade de gerar inovação. A professora, responsável pela disciplina, vem há 9 anos fazendo uso de metodologias ativas para melhoria do processo ensino-aprendizado. Ela tem por finalidade oferecer os alunos oportunidade de desenvolver habilidades gerenciais e empreendedoras. Para isso foi escolhida uma série chamada *Billions*. Essa série é uma série de estórias de funcionários que trabalham no mercado financeiro e a competitividade existente entre eles.

Com a utilização de filmes, e neste caso séries, os alunos conseguem observar de uma forma lúdica as situações e variáveis em que os fatos ocorrem. Com isso podem fazer uma observação e análise muito mais completa.

Os filmes são uma fonte de motivação e uso lúdico de conteúdos. Eles auxiliam os alunos a entenderem situações, desenvolver o pensamento crítica, aprendem a fazer observações e se colocar no lugar dos personagens (Mendonça, 2007).

A dinâmica implantada foi passar a série. Após o final da série foi discutido o qual o contexto que a série se passou, quem eram os personagens e suas características, seus pontos fracos e fortes. Antes da apresentação da série a professora fez uma aula sobre os conceitos que iriam ser desenvolvidos. Ela utilizou a teoria de McClelland, Dornelas, Drucker como base.

A teoria de McClelland defende a “motivação” como requisito indispensável para o crescimento do funcionário e a satisfação da empresa, razão por que bem compreender as características principais dos empreendedores é de vital importância. Esta motivação verifica-se no perfil dos personagens central do episódio Billions.

Para Dornelas (2015, p.7) contribui para o entendimento das características empreendedoras, tendo identificado “as 50 características 20 atribuídas aos empreendedores, descobertas em 25 artigos periódicos internacionais e em livros de referências no período de 1972 a 2005”.

Entende Drucker (2016) que “o espírito empreendedor é, portanto, uma característica distinta, seja de um indivíduo, ou de uma instituição”. Não é um traço de personalidade este autor informa que em trinta anos viu gente de personalidade e temperamento os mais variados possíveis desempenharem-se bem; frente aos desafios empreendedores. Esta afirmação do autor é importante porque possui um viés acadêmico também prático, foi um consultor e trabalhou em grandes empresas. O empreendedorismo pode ser definido primeiramente em sua forma clássica de criação empresas, mas também pode entender-se à possibilidade de visualizar oportunidades de negócios e transformar ideias em mercados promissores. Ou ainda à criação de produtos, processos ou serviços por meio de projetos inovadores que possibilitem a entrada para o mercado visando à sua comercialização. O aspecto inovador, é de grande importância para o desenvolvimento econômico.

Através do episódio os alunos percebem que para ser empreendedor é necessário realizar uma auto avaliação, pois ser empreendedor não é fácil. É importante entender que os desafios são constantes.

Depois de assistir o episódio esta foi a abordagem e aplicação da teoria sobre as características empreendedoras e ferramenta estratégica de gestão Análise Swot contextualizado sobre o indivíduo.

E foram levantadas as seguintes questões:

- Quais são as suas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

O uso do episódio desperta no aluno, os questionamentos de sua atuação como empreendedor e o que pode ser feito para características que não foram desenvolvidas adequadamente. Ao assistir o episódio e se questionar, o aluno consegue se colocar no lugar do personagem e levantar questões do tipo: quais as características que vejo nos personagens que tenho ou não?

Segundo Moran (2003), As informações precisam ser desenvolvidas com o aluno no contexto em que ele vive e conhece caso contrário não ocorre a aprendizagem significativa.

Com essa abordagem é possível entender como funciona o conteúdo e desenvolver novos conhecimentos na vida do aluno e em seu contexto. Somente com a percepção de outro contexto e passando por um processo de empatia é possível entender as necessidades e habilidades necessárias para serem desenvolvidas.

Os episódios assim como os filmes ajudam o aluno a se colocar em situações reais e com isso conseguir perceber como poderia se desenvolver em situações semelhantes ou em outras que exigissem as mesmas características.

Foram feitas perguntas que auxiliaram o aluno a entender um pouco desse processo. Perguntas como: quais são as habilidades encontradas nos personagens principais da série Billions? Estas habilidades são as forças identificadas na ferramenta análise Swot. Quais são as fraquezas percebidas nos personagens? Quais são as ameaças percebidas? Quais são as oportunidades?

Os alunos interagem em grupo. Cada um deles foi inserindo suas análises, com isso a ferramenta – Análise SWOT – foi sendo utilizada e aprendida tanto na área profissional como pessoal.

Após essa dinâmica com os grupos eles apresentaram seus resultados ao grupão.

A professora fez as correções e mostrou quais os pontos que precisam de atenção quando se pensa em espírito empreendedor. Essa visão é importante para quem trabalha com gestão ou vai atuar na área. Os alunos fizeram uma avaliação da experiência vivida com essa dinâmica e mostraram o quanto foi importante se tornar parte da série e perceber como é fácil observar eventos.

A observação é uma das etapas de diversas ferramentas de gestão. Ela auxilia os alunos a entenderem o que é empatia, perceber as diferenças, como é possível modificar ou melhorar uma situação ou produto.

As questões apresentadas pelos alunos levaram a uma aprendizagem significativa, pois eles entenderam como aplicar a ferramenta em outras situações. Além de entenderem que as questões teóricas podem ser aplicadas a situações do dia a dia e das questões encontradas no mundo do trabalho.

Eles utilizaram as metodologias ativas na prática e conseguiram gerar aprendizagem e conhecimento. Esse é um dos ganhos dessa ferramenta na educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho é apresentar atividades que foram desenvolvidas em uma disciplina de gestão de Empreendedorismo e Inovação do curso de técnico em administração. Foi realizada uma pesquisa ao final da disciplina para validar o trabalho que foi desenvolvido ao longo do semestre.

Foi pedido para que fosse avaliado o professor, as atividades, os resultados. 80% dos alunos responderam que as atividades foram boas ou ótimas. 95% disseram ter gostado da didática do professor. Alguns alunos fizeram comentários sobre o semestre e pontuaram que a dinâmica da disciplina foi importante para o seu crescimento e aprendizado. Alguns alunos comentaram que ficavam felizes em irem a aula porque conseguiam aplicar a matéria em seu dia-a-dia. Outra observação é a forma como ele conseguiu refletir sobre sua própria carreira.

Desenvolver o espírito empreendedor em sala de aula, auxilia o aluno a pensar em sonhos e em projetos. Isso torna o aprender mais divertido e motivador. Além de desenvolver uma série de habilidades que o ajudará a atuar de uma forma mais envolvente no mercado de trabalho.

Saber refletir sobre situações, analisar e propor soluções, além de descobrir habilidades que antes não eram entendidas é rico para alunos e professores. Tornando o objetivo principal da aprendizagem real e efetivo.

Essas atividades com filmes e séries tem sido ferramenta importante e simples de serem utilizadas em sala de aula. O professor passa a ter um resultado muito mais positivo e motivador. Bem como o objetivo da escola é atingido.

A aprendizagem foi considerada significativa, pois as questões que envolviam novas posturas e novas formas de atuar no mercado foram entendidas e discutidas como um ganho na formação dos alunos.

As metodologias ativas são ferramentas interessantes para o crescimento da aprendizagem e são ganhos na melhoria do desenvolvimento de novas habilidades. O uso dessas metodologias precisa ser aprimorado e trabalhado para que alunos e professores possam ter resultados positivos com o trabalho.

Esse foi um exemplo desenvolvido em uma disciplina de um curso técnico, mas que pode ser aplicada em qualquer disciplina, em qualquer curso. O que existe de necessidade é a vontade de modificar a forma de como o conhecimento é gerado. Essa experiência foi replicada em outras turmas e o resultado foi o mesmo.

REFERÊNCIAS

BACICH, LILIAM. NETO, ADOLFO T. TREVISANI, FERNANDO DE MELO. Ensino Híbrido: personalização e tecnologia da educação. Ed. Penso: Porto Alegre, 2015.

Bergmann, Jonathan; Sams Aron. Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem. 1. ed. - Rio de Janeiro: LTC, 2018.

CARVALHO, ANNA C.B.D. PORTO, ARTHUR J. V. BELHOT, RENATO V., Aprendizagem Significativa no ensino de Engenharia. Revista Produção, v. 11, n.1 Novembro, 2001.

CRUZ, PAULO EMÍLIO DE O. , Metodologias Ativas para a educação corporativa. Prospectar Treinamentos. E-Book. 2018

DORNELAS, José Carlos de Assis. Empreendedorismo Corporativo – Como ser empreendedor, inovar e se diferenciar na empresa. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

_____. Empreendedorismo – Transformando ideias em negócios. 5. ed. Rio de Janeiro: Empreende LTC, 2015.

DRUCKER, PETER. Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios. Ed. Saraiva, São Paulo, 2016.

GARCÊS, BRUNO PEREIRA. Aprendizagem centrada nos estudantes no ensino superior. Edibrás: gráfica e editora. Uberlândia – MG, 2018

Global Entrepreneurship Monitor. GEM, Empreendedorismo no Brasil – 2005: Relatório Executivo. Disponível em:< [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c6de907fe0574c8ccb36328e24b2412e/\\$File/5904.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c6de907fe0574c8ccb36328e24b2412e/$File/5904.pdf)>. Acesso em 23 maio. 2015a.

FREITAS, ALESSANDRA D. G., LEITE, NILDES R. P. Linguagem fílmica: uma metáfora de comunicação para a análise dos discursos nas organizações. Revista Administração, v.50, n.1, p 89-104, Jan/Fev/Mar. São Paulo, 2015

GIL, ANTONIO CARLOS. Como elaborar projetos de pesquisa. Atlas, São Paulo, 2002;

MASETTO, MARCOS T., TAVARES, CRISTINA Z., WILD, ANDREA, Metodologias Ativas em Cursos de Graduação em Direito. XVII Encontro Nacional de didática e prática de ensino, Ceará, 2014.

MENDONÇA, JOSÉ RICARDO C., GUIMARÃES, FLAVIO P. Do “Quadro a Quadro”: o uso de filmes como recurso didático no ensino de Administração. I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, 21 a 23 Novembros, Recife, 2007.

MORAN, JOSE, BACICH, LILIAM.. Metodologias Ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Ed. Penso: Porto Alegre, 2018

MORAN, EDGAR. A cabeça bem feita, repensar a reforma, reforma do pensamento. 8 ed. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil, 2003.

OLIVEIRA, TACISIO D., ZALUSKI, FELIPE C., Metodologias Ativas: uma reflexão teórica sobre o processo de ensino e aprendizagem. Congresso Internacional de educação e tecnologia, Encontro de Pesquisadores de ensino à distância. 26/06 a 13/07/2018. São Carlos, 2018.

SILVA, ANDRÉIA A., SILVA, NATALIA S., BARBOSA, VALÉRIA DE A., HENRIQUE, MARCELO R. , BAPTISTA, JOSE A. A utilização da Matriz SWOT como ferramenta Estratégica – um estudo de caso em uma escola de idioma de São Paulo.VIII Simposio de gestão e Tecnologia. São Paulo, 2011.

SIQUEIRA, RENATO. Pirâmide de William Glasser ou cone da Aprendizagem. Disponível em<<https://medium.com/@renatho/pir%C3%A2mide-de-william-glasser-ou-cone-da-aprendizagem-49a4670afc9a>>. Pesquisado em 11/04/2019.Publicado em agosto, 2017.

YIN, ROBERT K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5ª Ed. Bookman, SP, 2014

A EXPERIÊNCIA DO NÚCLEO DE ESTUDOS FILOSÓFICOS DO IFPA CAMPUS ÓBIDOS - NEFIL DISCUTINDO A IMPORTÂNCIA DA FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Data de aceite: 19/08/2020

Data de submissão: 06/05/2020

Erika Viana de Sena

Instituto Federal do Amazonas - PROFEPT
Manaus - Amazonas
<http://lattes.cnpq.br/7401529576496108>

RESUMO: Discutir o papel da Filosofia na formação dos estudantes do Ensino Médio Integrado foi um dos objetivos do NEFIL – Núcleo de Estudos Filosóficos do IFPA Campus Óbidos. O NEFIL é um projeto de ensino que tem por objetivo ampliar o alcance da filosofia na educação básica através de atividades de pesquisa e extensão a fim de estimular o protagonismo juvenil. Entre as atividades realizadas, estão a Calourada de Filosofia, pesquisa, leitura e produção de textos, exibição de filmes, palestras, e toda forma de conexão entre filosofia e cotidiano. As atividades do núcleo envolveram 60 estudantes do segundo ano dos cursos de Técnico em Florestas e Técnico em Desenvolvimento de Sistemas integrados ao Ensino Médio no período de seis meses. Os encontros aconteceram no contraturno escolar, nos diversos espaços da instituição. Considera-se como resultados desta experiência a aprovação de dois trabalhos da turma em dois eventos científicos do IFPA, INTEGRA e Seminário de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação do IFPA – SICTI e a produção de textos argumentativos. Ademais, observou-se significativo fortalecimento da capacidade de reflexão crítica. A ambição para

o futuro é ser um espaço aberto à inquietação dos alunos, e dessa forma manter o espírito da filosofia sempre presente.

PALAVRAS-CHAVE: Interdisciplinaridade da Filosofia, Pensamento Crítico Reflexivo, Protagonismo Juvenil, e Educação Profissional e Tecnológica.

THE EXPERIENCE OF A STUDY GROUP IN PHILOSOPHY DISCUSSING THE IMPORTANCE OF PHILOSOPHY TO PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION

ABSTRACT: The main goal of NEFIL - Núcleo de Estudos Filosóficos, a study group in Philosophy is to discuss the important role that Philosophy plays in high school students formation. NEFIL is a learning project developed to rise Philosophy reach in basic education through activities based on research and extension projects. Among the activities that are carried out in NEFIL we can mention research events, reading and text production in Philosophy, film exhibition, and lectures, as a connexion between Philosophy and real life based routine. In this paper are showed the results of 60 students during 6 months in 2018 at IFPA Campus Óbidos. Since then NEFIL is na open space to students inquiries and a way to explore Philosophy possibilities in their lives.

KEYWORDS: Interdisciplinarity of Philosophy, Reflexive Critical Thinking, Youth Protagonism, and Professional and Technological Education.

11 APRESENTAÇÃO DETALHADA DO RELATO DE EXPERIÊNCIA

A carga horária destinada ao componente curricular Filosofia no Ensino Médio Integrado é invariavelmente pequena. Com apenas um encontro semanal de um tempo de aula (50 min) é bastante difícil promover o desenvolvimento do pensamento filosófico. Pautado nisso e no crescente interesse dos alunos do EMI do IFPA Campus Óbidos pela Filosofia, foi proposto o NEFIL, Núcleo de Estudos Filosóficos, como projeto de ensino para fortalecimento da educação básica. Dessa forma, pôde-se realizar atividades complementares no contraturno escolar que ampliaram significativamente o alcance da Filosofia, e, principalmente, o desenvolvimento do pensamento crítico reflexivo, a partir da articulação dos conceitos filosóficos com a realidade circundante, a fim de estimular o protagonismo juvenil.

As atividades realizadas em 2018.1 envolveram inicialmente 60 alunos do segundo ano dos Cursos Técnico em Florestas e Técnico em Desenvolvimento de Sistemas. A primeira atividade do núcleo foi a Calourada de Filosofia, evento organizado, sob supervisão da professora de filosofia e pelos próprios estudantes envolvidos no projeto, os quais acolheram os novos alunos com uma aula de filosofia para discutir a capacidade de articulação dos conteúdos filosóficos com as demais disciplinas do ensino médio integrado, promovendo dessa maneira a noção de interdisciplinaridade.

Outra atividade, realizada por grupos menores de alunos organizados em duplas ou trios, foi a iniciação à pesquisa. A principal temática - A importância da Filosofia na formação dos alunos do ensino médio integrado - surgiu em sala de aula, tentando entender a reforma do ensino médio, e a conseqüente retirada da Filosofia do currículo. Os alunos foram orientados a fazer pesquisa bibliográfica, fichamento de artigos científicos, discussão de conceitos e produção textual em encontros periódicos realizados na biblioteca. Dessa atividade obteve-se como resultado a construção de trabalhos e a aprovação de resumos produzidos pelos alunos em eventos importantes do IFPA.

O NEFIL iniciou a exibição periódica (mensal) de filmes em 2018.2. As sessões são divulgadas com antecedência e são abertas a toda a comunidade acadêmica, com temáticas interdisciplinares e debate participativo com professores de diversas áreas de atuação dentro do campus. Inicialmente a seleção de filmes atende a uma determinação do MEC, com base na lei nº13.006, de 26 de junho de 2014. Essa lei determina a inclusão de 200h de atividades complementares anuais envolvendo filmes de produção nacional, entretanto a seleção de filmes do NEFIL não impede que filmes de outras nacionalidades, que contemplem temas relacionados aos conteúdos de filosofia sejam selecionados para exibição.

Considera-se que os resultados das atividades realizadas pelo NEFIL superaram as expectativas. Na Calourada de Filosofia, além de promover o protagonismo juvenil na organização da acolhida aos novos estudantes, houve a articulação dos

conteúdos filosóficos com os temas trabalhados nas demais disciplinas, promovendo a interdisciplinaridade. Houve também a integração de estudantes veteranos e calouros nessa primeira aproximação, e o interesse desses calouros em promoverem a acolhida dos próximos alunos ingressantes em seus respectivos cursos. Dessa forma, a Calourada de Filosofia passa à fazer parte das atividades de acolhimento de novos estudantes do campus Óbidos nos próximos processos seletivos.

Na introdução à pesquisa científica, os dois trabalhos desenvolvidos, aqui nomeados G1 (dupla) e G2 (trio) obtiveram reconhecimento e visibilidade a partir da aprovação de resumos em eventos científicos importantes do IFPA: A primeira edição do INTEGRA (Seminário de Integração do Ensino, Pesquisa e Extensão do IFPA), que foi realizada no campus Abaetetuba, e a décima edição do SICTI (Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica do IFPA), realizada no Campus Parauapebas. O G1 desenvolveu o trabalho intitulado “*A visão de alunos do ensino técnico Integrado ao médio quanto à importância do estudo da filosofia*”, em que apresentam nas suas considerações finais que o processo de tomada de decisão de mudança do currículo do ensino médio não leva em consideração a opinião destes alunos

[...] existe uma lacuna em relação a representação da voz dos estudantes do ensino médio, pois toda produção científica sobre a filosofia no ensino médio foi escrita por estudantes de graduação ou professores de filosofia, sem realização de entrevistas com estes alunos e nunca desenvolvidas por alunos do próprio ensino médio, que são os reais protagonistas de toda essa história. (G1)

O G2 discutiu enquanto tema “*A filosofia na formação de estudantes do ensino técnico integrado ao médio*” e salientaram a grande contribuição da filosofia para a compreensão do conceito de Política e dos processos políticos existentes em nossa sociedade

[...] Consideramos que sem a disciplina filosofia, nós não teríamos a capacidade desenvolvida de defender nossos interesses diante da elite política econômica dominante e seríamos facilmente manipuláveis por pessoas que tiveram acesso a esse aprendizado. Dessa forma nós entendemos que a filosofia ajuda o jovem a entender o horizonte político, e possui muita importância em sua vida social. (G2)

Os resultados alcançados pelo Cine NEFIL ainda estão em desenvolvimento mas já pode-se perceber o aumento da integração das disciplinas através da discussão proposta pelas temáticas dos filmes selecionados.

Assim, a Filosofia, no campus Óbidos do IFPA, tem seu espaço ampliado e proporcionado aos discentes a reflexão para protagonizar sua própria história.

VAREJO COMO IMPULSIONADOR DO CRESCIMENTO DAS VENDAS: UM MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Data de aceite: 19/08/2020

Data de submissão: 07/07/2020

Cleide Ane Barbosa da Cruz

Instituto Federal de Sergipe – IFS
Tobias Barreto/SE
<http://lattes.cnpq.br/5291617255990861>

Évelin Santos da Palma

Instituto Federal de Sergipe – IFS
Tobias Barreto/SE
<http://lattes.cnpq.br/4817694079400207>

Joselaine Santos Lima

Instituto Federal de Sergipe – IFS
Tobias Barreto/SE
<http://lattes.cnpq.br/4001855717688488>

Lívia de Jesus Santos

Universidade Federal de Sergipe – IFS
Tobias Barreto/SE
<http://lattes.cnpq.br/6465124069175426>

Cleide Mara Barbosa da Cruz

Universidade Federal de Sergipe – IFS
São Cristóvão/SE
<http://lattes.cnpq.br/3266608192198359>

Cleo Clayton Santos Silva

Universidade Federal de Sergipe – IFS
São Cristóvão/SE
<http://lattes.cnpq.br/0833666295346324>

Nadja Rosele Alves Batista

Universidade Federal de Sergipe – IFS
São Cristóvão/SE
<http://lattes.cnpq.br/071217778532687>

Anderson Rosa da Silva

Universidade Federal de Sergipe – IFS
São Cristóvão/SE
<http://lattes.cnpq.br/3536464995502405>

RESUMO: Com o desenvolvimento do mercado, o varejo vem passando por modificações, visando atender às tendências futuras e as necessidades dos clientes. Por isso, esta pesquisa buscou realizar um mapeamento da produção científica e tecnológica relacionada ao varejo. Com relação à metodologia, este estudo se divide em duas etapas, a primeira envolve uma análise bibliométrica que utilizou a base Scopus para levantamento dos dados. Foram utilizadas as palavras-chave “*retail*” no campo “*Article Title, Abstract, Keywords*”, sendo encontradas 4.590 publicações. A segunda etapa foi um levantamento dos depósitos realizados na base do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), utilizando a palavra-chave “varejo” no campo “título e resumo”, foram encontrados 196 depósitos. Os resultados mostram que ao longo dos anos a produção científica sobre varejo aumentou, sendo que os Estados Unidos apresentaram maior número de publicações sobre o tema. No entanto, identificou-se que a área de medicina apareceu com maior ênfase na pesquisa, em 20% das publicações analisadas, diferente da área de Negócios, Gestão e Contabilidade que representou apenas 11% dos artigos encontrados nesta pesquisa. Com relação à produção tecnológica, encontrou-se depósitos entre 1992 a 2018, sendo as empresas os maiores depositantes. No entanto, as Universidades não apareceram como depositantes, mostrando que ainda é necessário buscar expandir as pesquisas relacionadas ao varejo nas Universidades,

para desenvolver as pesquisas científicas e tecnológicas.

PALAVRAS-CHAVE: Comércio varejista; mercado; patentes.

RETAIL AS A DRIVER OF SALES GROWTH: A MAPPING OF SCIENTIFIC AND TECHNOLOGICAL PRODUCTION

ABSTRACT: With the development of the market, retail has been undergoing modifications, in order to meet future trends and customer needs. Therefore, this research sought to map the scientific and technological production related to retail. Regarding the methodology, this study is divided into two stages, the first involves a bibliometric analysis that used the Scopus base to survey the data. The keywords “retail” were used in the field “Article Title, Abstract, Keywords”, and 4,590 publications were found. The second stage was a survey of deposits made at the base of the National Institute of Industrial Property (INPI), using the keyword “retail” in the field “title and summary”, 196 deposits were found. The results show that, over the years, scientific production on retail has increased, with the United States having the highest number of publications on the subject. However, it was identified that the area of medicine appeared with greater emphasis on research, in 20% of the analyzed publications, different from the area of Business, Management and Accounting, which represented only 11% of the articles found in this research. With regard to technological production, deposits were found between 1992 to 2018, with companies being the largest depositors. However, Universities did not appear as depositors, showing that it is still necessary to seek to expand research related to retail at Universities, to develop scientific and technological research.

KEYWORDS: Retail business; market; patents.

1 | INTRODUÇÃO

A competitividade no varejo vem trazendo mudanças constantes no setor, visto que o varejo passou por modificações, tanto na forma de relacionamento com os clientes, quanto na forma de oferecer seus produtos e serviços, se atentando as tendências do futuro (GOUVEIA et al., 2011).

Em complemento, entende-se que o varejo consiste em todas as atividades que envolvem o processo de venda de produtos e serviços para atendimento das necessidades do consumidor final, sendo importante atividade comercial que providencia os produtos e serviços desejados pelos clientes (PARENTE, 2000; GOUVEIA et al., 2011).

Além disso, o varejo tem como condição básica de sua prática a comercialização de produtos ou serviços, os quais são oferecidos aos seus clientes por intermédio de lojas ou outras formas de distribuição (LAS CASAS; GARCIA, 2007).

De acordo com Giuliani (2003), o varejista é um negociante que realiza a venda de produtos e serviços, de uso pessoal ou familiar, aos consumidores. Por sua vez, entende-se que o papel do varejo é o de realizar a intermediação das mercadorias entre consumidor final e fabricante ou atacadista. Este processo consiste no intermediário (varejista) adquirir a mercadoria de um dos dois (fabricante ou atacadista) e ofertar os produtos aos clientes

por meio de lojas ou outros meios de distribuição (LAS CASAS; GARCIA, 2007).

Diante disso, este estudo justifica-se pela necessidade de analisar o desenvolvimento das produções científicas e tecnológicas relacionadas ao varejo, visto que este vem sendo um elemento que permitiu o crescimento do comércio e da competitividade de mercado. Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo realizar um mapeamento da produção científica e tecnológica relacionada a varejo.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Patente

A ciência aberta está tipicamente ligada ao regime de tecnologias proprietárias, em que o conhecimento tem caráter de bem privado e sua disseminação está restrita, por meio de diversos mecanismos, sendo que um destes é a patente. Neste sentido, a patente está associada a dois processos autônomos, porém inter-relacionados, são a ciência e tecnologia (MOURA; CAREGNATO, 2011).

A patente é um dos indicadores mais conhecidos quando o assunto é inovação, sendo uma importante fonte de informação tecnológica, científica e de informação para os meios de comunicação, pois sua instrumentalização está ligada aos interesses da instituição detentora daquele conhecimento (MAZOCCO, 2014).

A patente é um título concedido pelo Estado aos inventores, o qual permite a exploração econômica do objeto patenteado em caráter temporário. As patentes podem ser de dois tipos: Patente de Invenção (PI) e Modelo de Utilidade (MU). A PI está relacionada aos produtos e processos de fabricação novos, já o MU é para produtos e processos preexistentes, onde apresenta a melhoria e aperfeiçoamento funcional para o seu uso. A patente de invenção vigora por vinte anos, enquanto o modelo de utilidade tem a vigência de quinze anos a partir da data de depósito. Após o término desse período, o conteúdo tecnológico torna-se de domínio público, podendo ser explorado por qualquer indivíduo (JANUZZI; SOUZA, 2008).

O documento de um pedido de patente deve abordar o problema, desta forma, tomar por base o fato de que tal problema deve estar relacionado aos equipamentos, processos e novas tecnologias (DIAS; ALMEIDA, 2013).

Além disso, a maioria dos estudos utiliza as classificações das patentes com enfoque na inteligência competitiva, especialmente no que tange ao monitoramento das invenções dos concorrentes em determinado setor ou indústria (MARICATO; NORONHA, 2013).

2.2 Varejo

O varejo vem assumindo uma importância crescente no cenário empresarial brasileiro e mundial (OLIVEIRA; TOLEDO; LOPES, 2013). É um dos setores mais dinâmicos da economia brasileira, em que reflete as mudanças econômicas, sociais e de comportamento pela qual passou a sociedade brasileira ao longo dos anos (VAROTTO, 2018).

Surgiu na Inglaterra e Estados Unidos no século XIX, com o aparecimento das lojas de mercadorias gerais, as quais comercializavam diversos tipos de mercadorias. No Brasil, o varejo surgiu no final do século XIX, com o início da industrialização e surgimento de meios e vias de transporte. Nessa fase, o Visconde de Mauá se tornou um dos primeiros e mais importante varejista brasileiro (GOUVEIA et al., 2011).

O varejo é um setor que, além de ser importante como atividade econômica, possui uma característica diferencial que é o contato direto com o consumidor, o qual permite conhecer diretamente as necessidades e anseios da comunidade onde atua, na medida do possível. Devido a essa característica, a matriz de uma empresa varejista poderá elaborar ações sociais em relação aos concorrentes e adaptar suas ações, características do público consumidor em cada ponto de venda, detendo desta forma uma vantagem competitiva (PARENTE; TEREPIINS, 2009).

Na visão de Gouveia et al. (2011), varejo é o processo de compra em quantidade relativamente grande dos produtores atacadistas e outros fornecedores, para posterior venda em quantidades menores ao consumidor final. Esse por sua vez, possui um ciclo de vida, o qual está dividido nas fases de introdução, crescimento, maturidade e declínio, sendo que a duração de cada uma dessas fases será diferente para cada situação.

Existe o varejo em lojistas e não lojistas, ambos envolvem atividades de venda de bens e serviços prestados aos consumidores finais. Qualquer organização que venda para consumidores finais, seja fabricante, atacadista ou varejista, estão fazendo varejo (ARAÚJO et al., 2017).

Além disso, durante muito tempo, as indústrias, especialmente as detentoras de marcas importantes com atuação multinacional, impuseram as suas condições varejistas em sua maioria. Essas eram, anteriormente, pequenas empresas com atuação regional. Com isso, existem algumas mudanças no varejo que devem ser levadas em consideração, tais como, a globalização das grandes redes de supermercados, constituição de centrais de negócios por parte dos pequenos varejistas, concorrência entre varejistas de configurações distintas, consolidação das redes de supermercados, aparecimento de marcas próprias, surgimento de novos formatos, e o que está impulsionando bastante o varejo é a implantação do varejo online (MOTTA; SILVA; 2006).

Nas últimas décadas, a atividade varejista tem se sobressaído por meio dos avanços experimentados nos níveis de renda, emprego e inserção econômica de novos e potenciais

gestores que ampliaram e sofisticaram, concomitantemente, os diversos segmentos da área varejista (ARAÚJO et al., 2017). Durante toda história da evolução do homem até os dias atuais, houve inúmeros momentos de desenvolvimento tecnológico, os quais foram acompanhados de significativas mudanças, e uma atividade em destaque é o varejo virtual, que se torna acessível desde as pequenas a grandes empresas (ALMEILDA, 2014).

Ademais, a importância da atividade varejista no Brasil, bem como o aumento da competição nessa atividade, fundamentado nas capacidades da empresa, fizeram com que pesquisadores do Centro de Excelência em Varejo da Escola de Administração de Empresas de São Paulo criassem o Congresso Latino-Americano de Varejo (CLAV), o qual solidificou-se no cenário do país (BRITO; VIEIRA; ESPARTEL, 2011).

O dinamismo do varejo permite que pequenos e grandes estejam competindo no mesmo mercado, e o setor varejista, por mais dificuldades que encontre, tem procurado encontrar mecanismos para superar barreiras e solucionar qualquer problema de maneira inovadora (GOUVEIA et al., 2011).

3 | METODOLOGIA

A pesquisa corresponde a um mapeamento da produção científica e tecnológica, por meio de uma análise bibliométrica de artigos publicados relacionados a varejo, utilizando a base de dados Scopus. Ademais, realizou-se uma análise de depósitos de pedidos de patentes, visando identificar os depósitos relacionados a varejo.

A primeira etapa deste estudo foi a análise bibliométrica na base Scopus. Foram utilizadas as palavras-chave “*retail*” no campo “*Article Title, Abstract, Keywords*”, sendo aplicado o filtro apenas para selecionar os artigos entre 2000 a 2019. Foram encontradas 4.590 publicações. É importante ressaltar que foram analisados apenas artigos com acesso livre.

A segunda etapa foi a busca dos depósitos, a qual foi realizada entre os meses de março e abril na base do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), utilizando a palavra-chave “varejo” no campo “título e resumo”, sendo encontrados 196 depósitos entre 1992 e 2018.

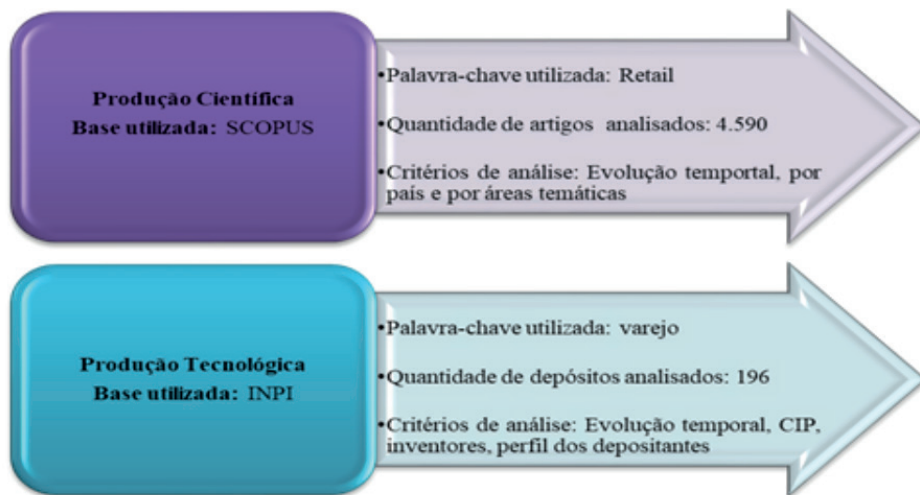


Figura 1 – Processo de análise de artigos e patentes relacionados a varejo

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Os dados foram analisados em planilhas, sendo verificada a distribuição de artigos por ano, por país e por área temática. Os depósitos foram analisados de acordo com a quantidade de depósitos, a evolução temporal, os inventores que mais depositaram, as classificações internacionais e o perfil dos depositantes, conforme evidenciado na Figura 1.

4 | RESULTADOS

4.1 Produção científica

A primeira parte da pesquisa foi uma bibliometria, a qual buscou, por meio de uma análise de artigos na base Scopus, pesquisas envolvendo varejo entre os anos de 2000 a 2019. Foram encontrados quatro mil quinhentos e noventa (4.590) artigos, conforme pode ser visualizado na Figura 2. Percebe-se que houve um crescimento da produção de artigos, porém nota-se que de 2000 a 2012 o crescimento foi mínimo, só evoluindo a partir de 2013.

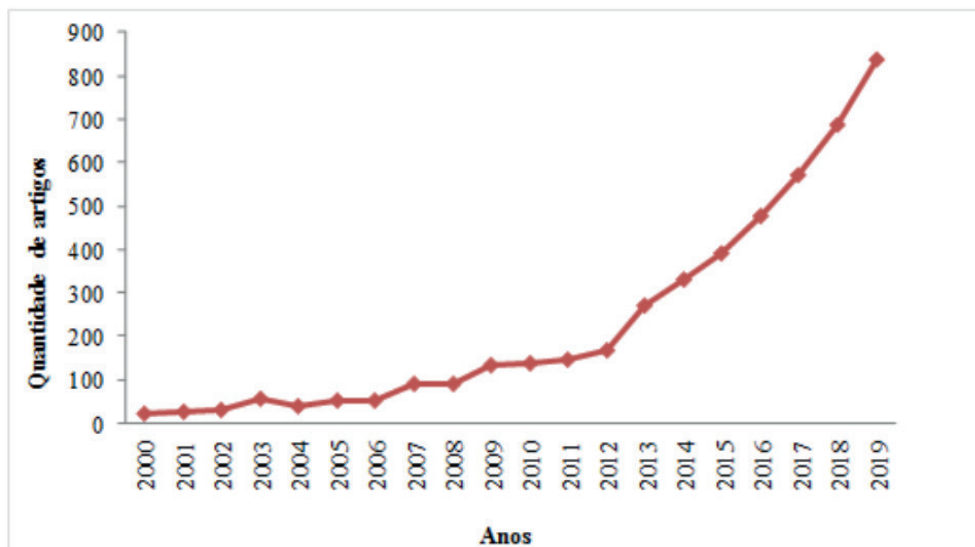


Figura 2 - Distribuição de artigos por ano (2000-2019)

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Ademais, a Figura 2 evidencia que houve um crescimento no número de artigos sobre varejo a partir de 2013, sendo que o ano de 2019 apresentou o maior quantitativo de artigos, oitocentos e trinta e sete (837), representando 16%. De acordo com Alvarenga e Silveira (2020), as vendas do comércio varejista aumentaram 1,8% em 2019, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

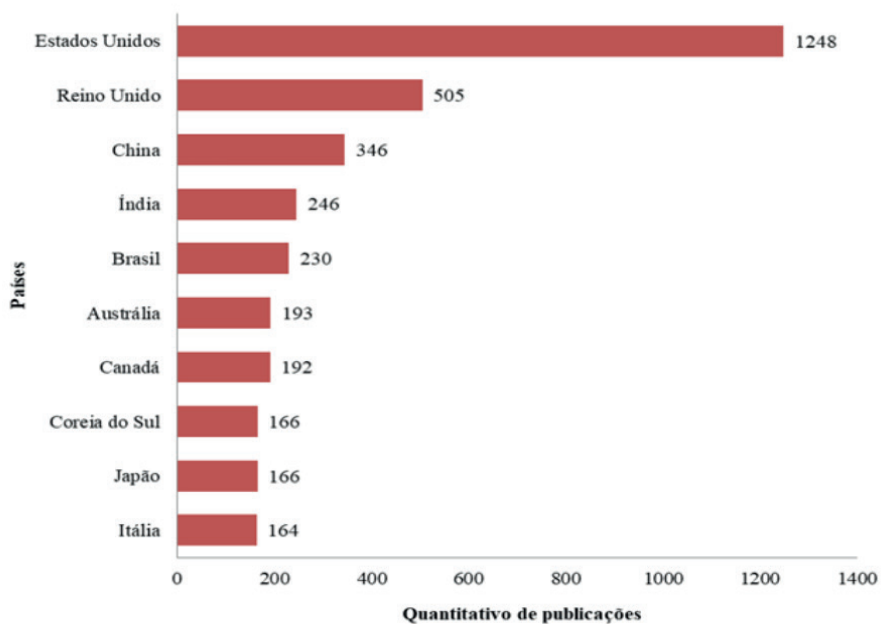


Figura 3 - Distribuição de artigos por país.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

A Figura 3 destaca os dez (10) países que apresentam maior número de publicações relacionadas a varejo. Os Estados Unidos apresentaram maior número de publicações sobre o tema, com um total de mil duzentos e quarenta e oito (1.248), representando 36% dos artigos encontrados sobre o tema. Na sequência vem o Reino Unido com 505 (15%).

O Brasil apareceu na quinta posição entre os dez (10) países que mais publicaram sobre o tema, mostrando que as pesquisas sobre o tema no país vêm aumentando. Além disso, Alvarenga e Silveira (2020), reforça essa informação, destacando que as vendas do comércio varejista brasileiro vêm crescendo nos últimos três anos.

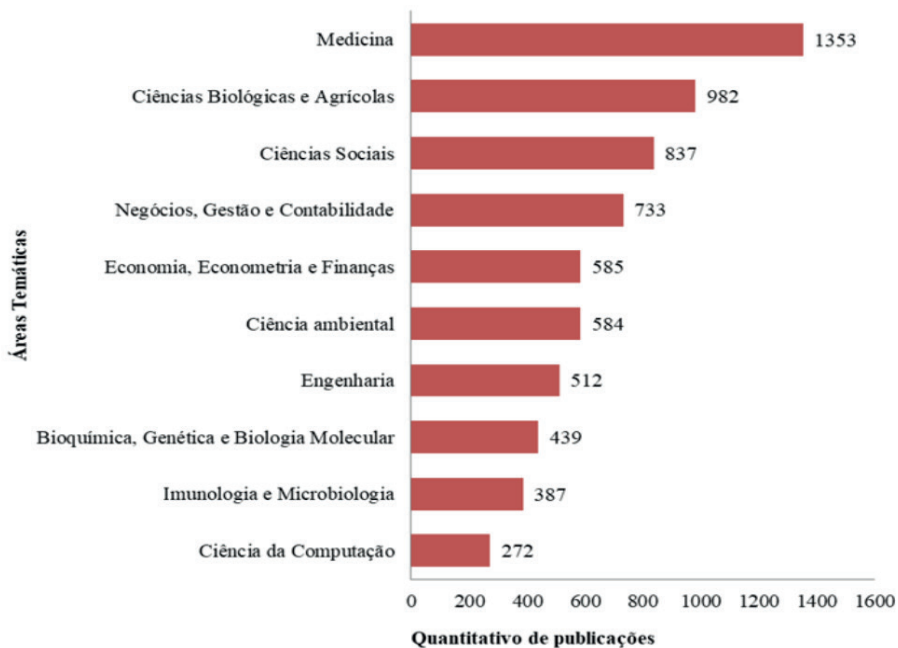


Figura 4 - Distribuição de artigos por área temática.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

A Figura 4 evidencia as dez (10) áreas temáticas relacionadas à maioria dos artigos, sendo que a área de Negócios, Gestão e Contabilidade apareceu na quarta posição, com setecentos e trinta e três (733) artigos, representando 11% dos artigos encontrados nesta pesquisa.

Enquanto que a área de medicina foi a que apresentou maior número de artigos, mil trezentos e cinquenta e três 1.353, representando 20% dos artigos encontrados nesta pesquisa.

É importante ressaltar que o estudo envolvendo artigos sobre varejo, não predominou na área Negócios, Gestão e Contabilidade, no entanto representou também outras áreas temáticas e se intensificou em artigos relacionados à área de medicina ligada ao varejo.

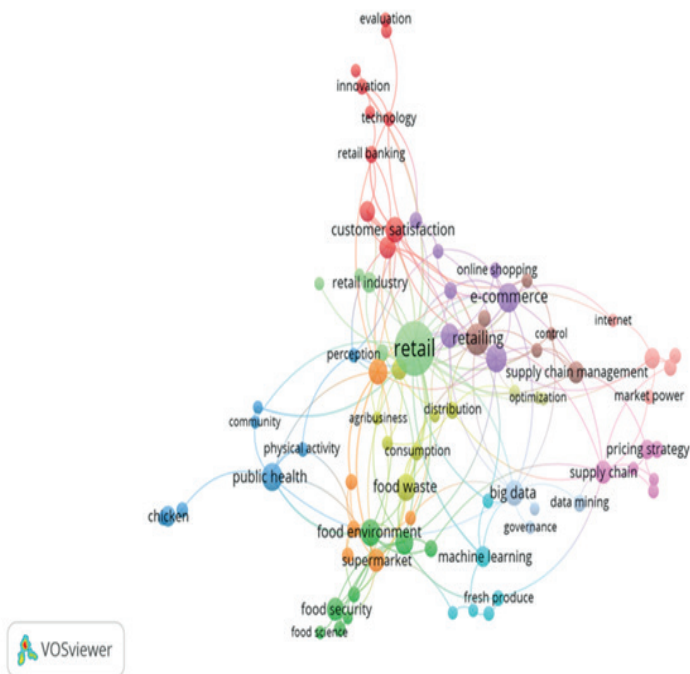


Figura 5 - Ocorrências de palavras-chave

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

A Figura 5 destaca a utilização do VOSViewer, programa que possibilita a criação de mapas bibliométricos. Neste estudo, buscou-se construir uma rede de ocorrências de palavras-chave que foram utilizadas pelos autores dos quatro mil quinhentos e noventa (4.590) artigos analisados.

Diante disso, identificou-se por meio do VOSViewer, a frequência das palavras-chave, sendo encontradas seis mil quinhentos e noventa e dois (6.592), porém, após minimizar a busca em cinco (05) ocorrências de palavras-chave, foram destacadas cento e sessenta e sete (167).

Depois de analisadas as palavras, este programa possibilita que sejam retiradas as palavras que não estão direcionadas ao tema em estudo, sobrando oitenta e uma (81) palavras, que formaram treze (13) clusters. Esses clusters estão representados pelas cores, entre elas as cores, vermelho, roxo, azul, amarelo, laranja, verde, azul claro, lilás, que correspondem à divisão de aglomerados entre as palavras. As palavras encontradas estão relacionadas ao tema desta pesquisa, sendo que as palavras estão descritas em inglês devido ao programa VOSViewer não ser traduzido para o português e mapear dados de artigos internacionais.

4.2 Produção tecnológica

A Figura 6 apresenta a evolução anual de depósitos de pedido de patentes na base do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), onde utilizou-se a palavra chave “varejo”, sendo encontrados depósitos dos anos de 1992 a 2018.

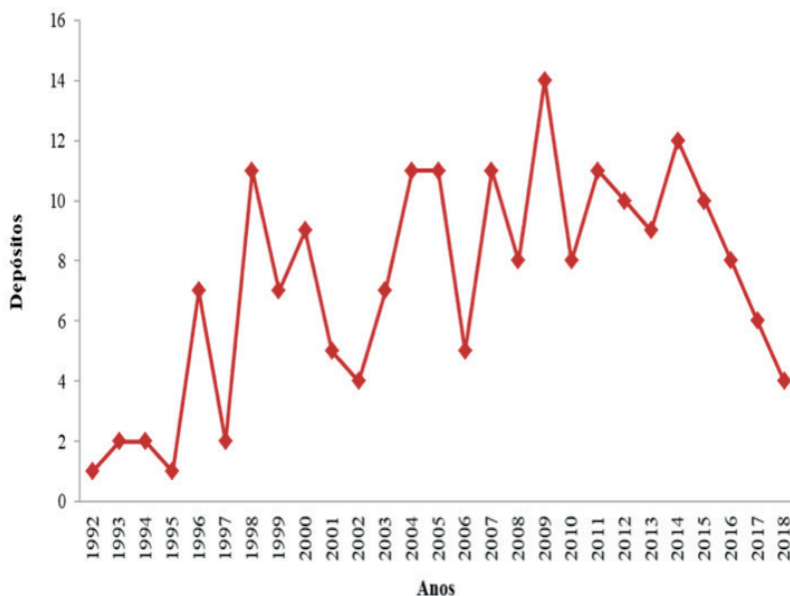


Figura 6 – Evolução anual de depósitos de pedido de patentes na base do INPI (1992-2018)

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Verificou-se que o ano que apresentou maior número de depósitos foi 2009. No entanto, percebe-se que houve um decréscimo após 2009 e este número prevaleceu caindo até 2018. Notou-se que não foram identificados documentos de 2019, isso pode ser explicado devido aos 18 meses do período de sigilo (INPI, 2020), permitindo a guarda para que o possa negociar sua invenção em sigilo.

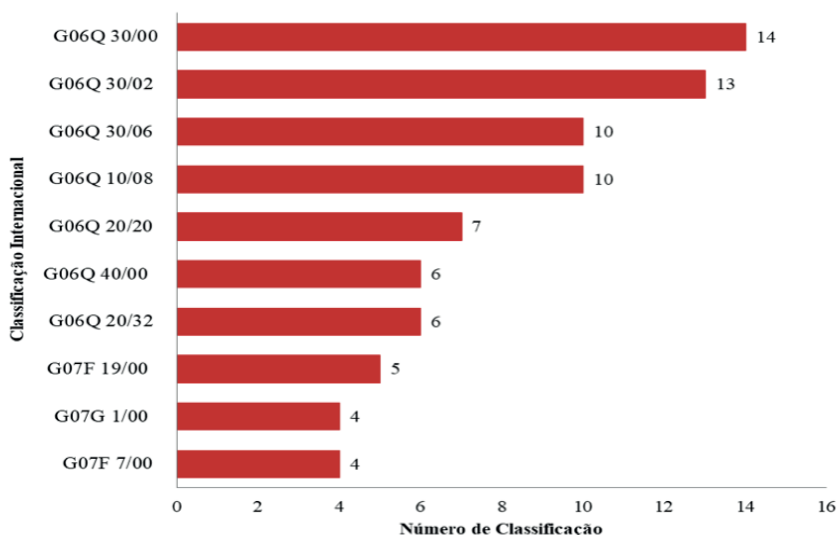


Figura 7 – Classificação Internacional dos Depósitos de Patentes

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

A Figura 7 apresenta o código de classificação internacional no INPI, destacando a classificação G06Q 30/00, pois aparece quatorze (14) vezes na pesquisa. Em seguida vem a classificação G06Q 30/02, que possui quase o mesmo percentual. A primeira classificação está relacionada ao comércio, por exemplo, compras ou comércio eletrônico (e-commerce), já a segunda trata-se de marketing, por exemplo, pesquisa e análise de mercado, pesquisas, promoções, anúncios, levantamento do perfil do comprador, gerenciamento de clientes ou recompensas, estimativa ou determinação do preço.

É importante destacar que todas as classificações encontradas estão na seção G relacionada à Física, cujo significado é variável, e esta classificação das invenções nesta seção pode oferecer mais dificuldades que as demais, pois apresenta uma distinção entre os diversos campos de uso.

Código da CIP	Significado da Classificação Internacional de Patentes - CIP
G06Q 30/00	Comércio, p. ex. compras ou comércio eletrônico ('e-commerce').
G06Q 30/02	Marketing, p. ex. pesquisa e análise de mercado, pesquisas, promoções, anúncios, levantamento do perfil do comprador, gerenciamento de clientes ou recompensas; Estimativa ou determinação de preço.
G06Q 30/06	Transações de compra, venda ou leasing.
G06Q 10/08	Logística, p. ex. estocagem, carregamento, distribuição ou embarque; Gerenciamento de inventário ou estoque, p. ex. preenchimento de pedidos, aprovisionamento ou equilíbrio em função dos pedidos.

G06Q 20/20	Sistemas de rede de ponto de venda.
G06Q 40/00	Finanças; Seguros; Estratégias de impostos; Processamento de impostos corporativos ou de renda.
G06Q 20/32	Usando dispositivos sem fio.
G07F 19/00	Sistemas bancários completos; Disposições com liberação por cartão codificado adaptadas para fornecer ou receber dinheiro ou similares e remeter tais transações para contas existentes, p. ex. máquinas que são caixas-automáticos.
G07G 1/00	Caixas registradoras.
G07F 7/00	Mecanismos acionados por outros objetos que não moedas para liberar ou acionar aparelhos para vender, alugar, distribuir moedas ou papel-moeda, ou para reembolsar.

Tabela 1 – Classificações Internacionais dos Depósitos de Patentes no INPI

Fonte: WIPO (2020)

A Tabela 1 destaca os significados das classificações encontradas na pesquisa, que foram apresentadas anteriormente na Figura 7. Os documentos de patentes são indexados de acordo com essa classificação, sendo que visa uniformizar em uma linguagem comum os diversos campos tecnológicos, em que serve como uma ferramenta de busca para a recuperação de patentes pelos usuários do sistema de proteção patentária (JANNUZZI; SOUZA, 2008).

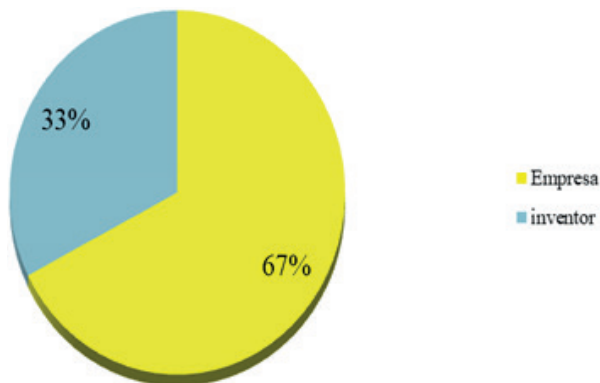


Figura 8 – Perfil dos Depositantes

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

A Figura 8 apresenta o perfil dos depositantes relacionados ao varejo, demonstrando que as empresas apresentam o maior percentual, somando um quantitativo de setenta e sete (67%), seguido dos inventores independentes, que abrangem o menor percentual, sendo trinta e três (33%).

Em complemento, entende-se que as empresas foram as maiores depositantes, evidenciando que estas estão buscando o desenvolvimento de produtos e processos relacionados ao varejo. No entanto, não foram encontrados depósitos realizados por Universidades, o que evidencia a necessidade de a Universidade buscar pesquisas sobre esse assunto.

A empresa que possui mais depósitos relacionados a varejo é a INTERCONTINENTAL GREAT BRANDS LLC, localizada nos Estados Unidos. Fornece produtos alimentícios embalados.

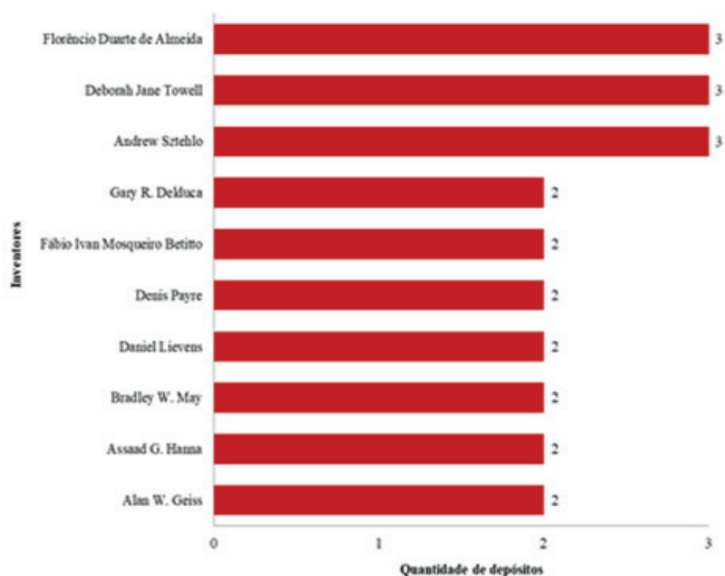


Figura 9 – Quantidade de depósitos de pedidos de patentes por Inventores

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

A Figura 9 enfatiza os inventores que apresentam mais depósitos de patentes sobre varejo no INPI, sendo: Florêncio Duarte de Almeida, Deborah Jane Towell e Andrew Sztelho, os inventores que depositaram mais vezes. Cada um depositou três (03) vezes. Vale ressaltar que uma tecnologia pode ser depositada pelo mesmo inventor mais de uma vez.

5 | CONCLUSÃO

Percebeu-se neste mapeamento que foram encontrados cento e noventa e seis (196) depósitos relacionados a varejo, mostrando a necessidade de ampliar as pesquisas

sobre esse tema. Além disso, verificou-se, entre 2010 a 2018, uma redução no número de depósitos, evidenciando que ainda é preciso investir no desenvolvimento de mais pesquisas envolvendo o varejo.

A pesquisa evidenciou um crescimento na produção científica de artigos relacionados ao varejo, sendo que 2019 foi o ano com maior número de artigos. Além disso, percebeu-se que os Estados Unidos apresentaram maior número de publicações sobre o tema. No entanto, o Brasil mesmo possuindo um crescimento nas vendas no varejo, ficou na quinta posição. Entretanto, ainda é necessário explorar o tema para verificar o desenvolvimento do comércio varejista e a produção de temas sobre este assunto.

É importante ressaltar que foram analisados apenas depósitos realizados no INPI, então este número pode ser mais elevado em outras bases de dados voltadas a patentes. Além disso, a classificação mais presente na análise dos dados foi a G06Q 30/00 relacionada a Comércio, p. ex. compras ou comércio eletrônico ('e-commerce'), mostrando que a pesquisa seguiu a área de comércio, pois buscou mapear patentes relacionadas a varejo.

Verificou-se que não houve a participação das Universidades nos depósitos analisados, mostrando a necessidade de impulsionar o desenvolvimento de pesquisas tanto científicas, quanto tecnológicas sobre varejo, bem como buscar por meio de parcerias com as empresas o desenvolvimento de produtos e processos relacionados ao tema em estudo.

Como sugestões futuras, pode ser realizado o mapeamento em outras bases de dados, como o *Espacenet*, visando identificar não apenas as patentes nacionais, mas também o que vem sendo produzido internacionalmente. Em relação à produção científica, como sugestão pode-se propor a realização de uma pesquisa em outras bases de dados, como *Scielo* e *ScienceDirect*, visando identificar o crescimento da produção científica relacionada ao varejo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. R. O varejo virtual na realidade do consumidor e lojas físicas no Brasil. **Periódico Científico Negócios em Projeção**, v.5, n.2, 2014.

ALVARENGA, Darlan; SILVEIRA, Daniel. **Vendas do comércio crescem pelo 3º ano seguido, mas perdem ritmo em 2019**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/02/12/vendas-do-comercio-crescem-18percent-em-2019-diz-ibge.shtml>>. Acesso em: 05 mar. 2020.

ARAÚJO, I. P.; FERREIRA, L. B.; LISBOA, E. F.; GAGLIARDI, M. A gestão da inovação em empresas varejista: um estudo de múltiplos casos com empresários MPÉs de São Paulo. In: XX SEMEAD – Seminários em Administração, 2017.

BRITO, E. P. Z.; VIEIRA, V. V. A. ; ESPARTEL, L. B. A pesquisa Área Do Varejo: Reflexões E Provocações. **RAE (Impresso)**, v. 51, p. 522-527, 2011.

DIAS, C. G.; ALMEIDA, R. B. Produção científica e produção tecnológica: transformando um trabalho científico em pedidos de patente. **Einstein**, v. 11, n. 1, p.1-10, 2013.

GIULIANI, A. C. **Marketing em um ambiente globalizado**. São Paulo: Cobra, 2003.

GOUVEIA, F. S.; CONCEIÇÃO, F. R.; ANTES, J. M.; BRITO, P. S.; BOAS, G. C. V. O marketing e sua importância para o varejo. **Revista Científica do ITPAC**, v. 4, n. 1, 2011.

INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Guia básico de Patentes**. Disponível em: < <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/patente>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

JANNUZZI, A. H. L.; SOUZA, C. G. Patentes de invenção e artigos científicos: especificidades e similitudes. **RBPG**, v. 5, n. 9, p. 103-125, 2008.

LAS CASAS, A. L.; GARCIA, M. T. **Estratégias de Marketing para Varejo - Inovações e Diferenciações Estratégicas**. São Paulo: NOVATEC Editora, 2000.

MARICATO, J. M.; NORONHA, D. P. Coclasseificação em artigos e patentes em biodiesel: limites e possibilidades para análise das relações e interações entre a ciência e a tecnologia. **Liinc em Revista**, v. 9, n. 1, p. 85-102, 2013.

MAZOCCO, F. J. Política de C&T e Comunicação: patentes como instrumento de divulgação. **Tese** (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

MOTTA, R. G.; SILVA, A. V. Aumento da competição no varejo e seu impacto na indústria. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, v. 5, n. 2, p. 101-108, 2006.

MOURA, A. M. M.; CAREGNATO, S. E. Co-autoria em artigos e patentes: um estudo da interação entre a produção científica e tecnológica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.16, n.2, p.153-167, 2011.

OLIVEIRA, B. A.; TOLEDO, A. C.; LOPES, L. L. Evolução da experiência no varejo de serviços: um exemplo do setor de telecomunicações brasileiro. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 12, n. 1, p. 223-250, 2013.

PARENTE, J. G.; TEREPINS, F. M. Responsabilidade social empresarial do varejo no Brasil **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 10, n. 4, p. 109-132, 2009.

PARENTE, J. **Varejo no Brasil: gestão e estratégia**. São Paulo: Atlas, 2000.

VAROTTO, L. F. Varejo no Brasil: Resgate Histórico E Tendências. **REMark – Revista Brasileira de Marketing**, v. 17, n. 3, 2018.

WIPO - World Intellectual Property Organization. **Publicação IPC**. Disponível em: <encurtador.com.br/ouqY5>. Acesso em: 16 abr. 2020.

A IMPORTÂNCIA DA CONSULTORIA CONTÁBIL COMO FORMA DE REDUÇÃO DA ASSIMETRIA DA INFORMAÇÃO NAS MICROEMPRESAS

Data de aceite: 19/08/2020

Flaviano Ferreira de Araújo

Cristo Faculdade do Piauí - Chrisfapi
Piripiri – Piauí

Francisco José Viana de Souza

Cristo Faculdade do Piauí - Chrisfapi
Piripiri – Piauí

Jean Carlos Santos Araújo

Cristo Faculdade do Piauí - Chrisfapi
Piripiri – Piauí

José Antônio De Carvalho Sobrinho

Cristo Faculdade do Piauí - Chrisfapi
Piripiri – Piauí

Lidiane da Costa Reis Lima

Cristo Faculdade do Piauí - Chrisfapi
Piripiri – Piauí

Tamires Almeida Carvalho

Cristo Faculdade do Piauí - Chrisfapi
Piripiri – Piauí

RESUMO: Uma das grandes problemáticas existentes e que inviabilizam as empresas há terem resultados mais eficazes é a falta da utilização da informação contábil na tomada de decisão, e essa falta de utilização se dá em grande parte pela insuficiência de entendimento o que afasta o interesse dos gestores no tocante as estratégias em suas atividades de gestão para que a empresa possa atingir um desempenho mais vantajoso. Assim, este projeto tem como proposta central a efetivação de uma discussão acerca dos

possíveis resultados advindos da utilização da informação contábil em seu entendimento lógico gerando confiança e resultados mais eficientes. O objetivo desta pesquisa será analisar as relações existentes no tocante as práticas adotadas nas microempresas e a qualidade da informação contábil a nível de redução da assimetria informacional. Este projeto justifica-se pela sua importância no entendimento e utilização da informação contábil no processo de tomada de decisão.

PALAVRAS-CHAVE: Consultoria; Assimetria da informação; Qualidade da informação.

THE IMPORTANCE OF ACCOUNTING CONSULTANCY AS A WAY OF REDUCING INFORMATION ASYMMETRY IN MICRO-ENTERPRISES

ABSTRACT: One of the major problems that make it impossible for companies to have more effective results is the lack of use of accounting information in decision making, and this lack of use is largely due to the lack of understanding, which removes the interest of managers in touching the strategies in its management activities so that the company can achieve more advantageous performance. Thus, this project has as its central proposal the realization of a discussion about the possible results arising from the use of accounting information in its logical understanding generating confidence and more efficient results. The aim of this research will be to analyze the existing relationships regarding the practices adopted in micro companies

and the quality of accounting information in terms of reducing informational asymmetry. This project is justified by its importance in the understanding and use of accounting information in the decision making process.

KEYWORDS: Consulting; Information asymmetry; Quality information.

1 | INTRODUÇÃO

A contabilidade desde seu surgimento é de fato a ciência social que estuda as variações que ocorrem no patrimônio das empresas, fornecendo informações de grande relevância para que os administradores tomem as decisões mais precisas. De acordo com Padoveze (2002), a Contabilidade representa-se em um sistema de informação, que auxilia as pessoas e empresas a avaliar, controlar e demonstrar a composição e as alterações no seu patrimônio. Para Ludícibus e Marion (2002), a Contabilidade auxilia de forma efetiva os administradores na tomada de decisões.

Diante das informações e perspectivas, o tema proposto visa responder a seguinte pergunta: Qual a importância da consultoria contábil como forma de reduzir a assimetria da informação contábil nas microempresas?

Nesse contexto podemos perceber que a compreensão para a boa aplicabilidade dessas informações torna - se fundamental para as empresas, haja vista que os gestores precisam tomar decisões constantemente e que reflete de maneira imediata na situação patrimonial da empresa.

Por tanto esse artigo terá como objetivo central investigar sobre a compreensão e utilização eficiente da informação contábil na microempresa. Dessa forma, os objetivos específicos buscam analisar como está sendo utilização da informação contábil por parte dos gestores e identificar os problemas que inviabilizam a redução da assimetria informacional.

A contabilidade vem se modificando a cada dia em seu formato de prestação de serviços, com o advento da tecnologia que está a cada dia mais presente nas empresas e escritórios contábeis, possibilitando ao contador uma capacidade ampla de emitir informações que precisam ser compreendidas por seus clientes, basta ver um balanço social de uma empresa, ali certamente gera muitas dúvidas nos gestores das empresas. A informação é necessária na gestão, para organizar e planejar cuidadosamente o ambiente (CATELLI, 2001). Daí a justificativa desse artigo, analisar os problemas que causam a assimetria informacional frente às informações contábeis.

E com cenário econômico mundial em crise, as empresas necessitam de auxílio para conseguir se manter no mercado, e com isso a contabilidade é sem dúvidas essencial em qualquer entidade, suprimindo necessidades dos gestores e para que essa informação seja compreendida é necessário um gerenciamento de ações identificadas na contabilidade gerencial e à consultoria contábil por parte do profissional contábil, onde esse tem plenos

conhecimentos que sanaram quaisquer dúvidas dos dados gerados e influenciando assim as opiniões sobre o gerenciamento da organização, direcionando o gestor a cumprir a missão da empresa, gerando relatórios que influenciaram em futuras tomadas de decisões, já que para gestores trabalharem de forma mais produtiva, necessitam de constantes informações sobre seus negócios.

2 | INFORMAÇÃO CONTÁBIL NA MICROEMPRESA

As microempresas representam um papel importante na descentralização da riqueza como também na geração de empregos assim movimentando a economia, e como qualquer outra empresa necessita de um planejamento que atenda suas necessidades presentes e futuras.

Assim surgiu a necessidade da compreensão das informações contábeis como ferramenta principal na gestão e planejamento, com um controle eficiente das informações financeiras e econômicas da empresa.

As grandes mudanças no cenário econômico impuseram as empresas a ter um conhecimento mais aprofundado sobre suas informações financeiras, diante da evolução tecnológica e aumento da competitividade que tornaram o mercado mais dinâmico. Para Vieira (2010) a assimetria da informação causa um aumento nos custos, tirando recursos que poderiam ser para produção, diminuindo o capital e o bem-estar social.

A informação contábil além de auxiliar na gestão da empresa, mostrar como economizar e distribuir os recursos, evitando o desperdício e maior lucratividade, uma vez que a o gestor tem total entendimento de como, onde e quando investir na empresa. Para Moscové (2002) e Paiva, Nascimento (2009) A informação contábil é o caminho que o contador geral, gerencial ou o controller tem para o uso efetivo da contabilidade dentro das organizações, aproveitando o máximo que a informação contábil pode proporcionar em sua plenitude.

A falta de comunicação entre gestor e contador ou informações incompletas, são propícias a facilitar a incidência de fraudes. Para Rodrigues (2014) esse tipo de informação é caracterizado por falta de conhecimento ou que não tem clareza. Nesse caso a informação incompleta não deve ser usada, pois a utilização da mesma pode gerar complicações para empresa, tais como a falta de documentos importantes ou documentos fora do prazo, falta de transparência cumprindo apenas em parte as suas obrigações entre outras.

De fato, a avaliação e utilização de informação é necessária para um bom funcionamento da microempresa, com a obtenção de dados nas empresas o contador consegue gerar informações relevantes para a mesma, sendo de grande importância para o processo de tomada de decisões, obtendo eficácia na execução de uma boa gestão.

3 I CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO

A contabilidade tem como ponto fundamental a compreensão acerca das transformações ocorridos no patrimônio sendo esse o objeto de estudo sobre a ciência contábil. De acordo com Neves e Viceconti (2000, p. 1):

A contabilidade é a ciência que desenvolveu uma metodologia própria com a finalidade de controlar o patrimônio das aziendas, apurar o rédito (resultado) das atividades das aziendas e prestar informações às pessoas que tenham interesse na avaliação da situação patrimonial do desempenho dessas entidades.

Segundo Gonçalves e Baptista (2004) o patrimônio é o objeto de estudo da contabilidade, onde é realizado através de métodos desenvolvidos especialmente para esse fim. De acordo com Sá (2002) a ciência contábil estuda as variações patrimoniais, observando seu comportamento, tanto com sua eficácia financeira como social. E nesse contexto a contabilidade gerencial é vista como uma forma eficaz de atender em grande escala vários clientes, sempre sanando problemas em tempo hábil. Segundo Coronado (2006) a contabilidade gerencial tem a finalidade de organizar e aprimorar o desempenho econômico-financeiro, com objetivo de gerar riqueza para a empresa.

As inovações tecnológicas trazem em seus aspectos intangíveis à possibilidade de disponibilizar as informações de forma mais rápida e precisa. O que possibilita o profissional contábil a fornecer informações aos seus clientes mediante as conclusões feitas e materializadas em relatórios.

A contabilidade gerencial, utiliza-se de ferramentas para planejamento e controle do patrimônio da empresa, entre elas estão o orçamento, fluxo de caixa, técnicas e análises das demonstrações contábeis e planejamento, onde o planejamento pode ser tributário e estratégico. O planejamento tributário é o estudo de meios e medidas para uma redução da carga tributária e planejamento estratégico é um plano a ser seguido pela empresa visando determinado objetivo.

Infelizmente, os gestores das empresas não aplicam as informações contábeis no seu processo gerencial como ferramenta na tomada de decisões, já que a contabilidade como ferramenta de gestão é desconhecida por administradores sendo a mesma utilizada apenas para cumprir obrigações fiscais e legais com a finalidade de evitar possíveis multas e restrições.

4 | ASSIMETRIA INFORMACIONAL

Assimetria da informação também conhecida como assimetria informacional, é a disparidade de informação existente entre as partes, quando uma das partes detém a maior quantidade de informações em relação a outra ou não é repassada de forma compreensível. Para Santos et al. (2007, p. 459) assimetria informacional é “como a diferença existente em uma relação contratual entre o agente e o principal, em função de uma parte possuir mais informação do que a outra, ou seja, há informação oculta.”

A tecnologia vem se tornando mais presente nas empresas, de forma que os administradores necessitam ser inovadores para atender o mercado que está cada vez mais exigente, e para isso a consultoria contábil se torna presente para atender as necessidades dos gestores identificando e analisando problemas para buscar possíveis soluções.

Com a grande concorrência, as empresas necessitam de inovações para obter lucro e diminuir seus custos, para isso a adoção de melhorias é constante, e essa intensa busca por melhorias acarreta na necessidade de um maior controle e de um planejamento efetivo, para isso a comunicação entre gestor e contador, deve ser clara em momento tempestivo e completa, para atingir resultados mais satisfatórios.

E nesse momento que a assimetria da informação acontece, pois muitos gestores não possuem conhecimento para entender de forma completa ou não assimila de forma clara o que o contador quis passar, e nessa hora que a contabilidade como consultoria entra para reduzir a assimetria, pois ele vai adentrar ainda mais no assunto, dando um suporte a mais para o gestor, de forma que o gestor compreenda a importância do entendimento de seus relatórios contábeis e como eles influenciam no cenário econômico, financeiro e social da empresa.

Com isso para que o gestor tenha uma real avaliação da situação da empresa, se faz necessário o apoio de um consultor, em um ambiente que as informações contábeis dentro das microempresas é um fato determinante na tomada de decisões, que pode definir seu sucesso no mundo dos negócios.

No ambiente competitivo a concorrência pode por vezes sair na frente quando se utilizam de informações privilegiadas, onde quem tem informações confiáveis e integras pode tomar decisões que venham a alavancar os negócios da empresa. “A existência de assimetria da informação permite que, em uma determinada transação, a parte que detenha maior grau de informação extraia maiores benefícios que a outra” (KLANN et al. 2009, p. 8).

5 I QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Dados econômicos são coletados e posteriormente mensurados monetariamente, para serem registrados em síntese em formato de relatórios, auxiliando nas tomadas de decisões. Para Ludícibus e Marion (2002), a Contabilidade colabora de forma efetiva na tomada de decisão da administração.

A tomada de decisão deve ser feita de forma precisa por parte dos gestores, tendo havido um completo entendimento acerca das demonstrações contábeis ou demais informações provenientes do sistema de informações. Daí a necessidade de uma abordagem mais gerencial por parte do contador em consonância com a necessidade do cliente. Perez Jr., Oliveira e Costa (2005) fala que a prestação de serviços abrange elementos intangíveis diferente da produção de um determinado produto físico ou tangível.

Além disso, a consultoria contábil possibilita procurar conhecimentos novos e inovadores, sendo assim, um meio de ganhar vantagens competitivas diante de seus concorrentes. O profissional que atua na área de consultoria é chamado de consultor contábil. Hoog (2005) diz que o consultor contábil apresentar em seu relatório de formar clara informações, ideias, opiniões e formas diferentes de interpretar uma situação, baseado em seus conhecimentos e informações coletadas na empresa, orientando na escolha da melhor alternativa para seu empreendimento.

Para que um sistema de informações seja útil e relevante para a empresa, não necessita que o mesmo atenda às necessidades do contador e sim do usuário. Padoveze (2010, p. 51) fala que:

O sistema de informação gerencial exige planejamento para produção dos relatórios, para atender plenamente aos usuários. É necessário saber o conhecimento contábil de todos os usuários, e construir relatórios com enfoques diferentes para diferentes níveis de usuários. Dessa forma será possível efetuar o controle posterior.

É nesse aspecto que a forma gerencial de prestar serviços contábeis deve ser mais amplamente praticada por profissionais contadores. Segundo Coronado (2006, p. 23) a finalidade da contabilidade gerencial é “coordenar a otimização do desempenho econômico visando ao crescimento da riqueza da empresa”.

É evidente que a contabilidade gerencial é uma grande aliada das MPEs que são em maioria agentes na geração de emprego e renda em atividades diversas e inovadoras e apresenta grande importância na economia, não somente no Brasil, mas em todo o mundo, Segundo Baty (1994), empresas de pequeno porte são essenciais para a evolução da sociedade, pois as mesmas auxiliam na evolução dos setores econômico, político e social.

6 | CONSULTORIA CONTÁBIL UMA FERRAMENTA PARA REDUÇÃO DA ASSIMETRIA INFORMACIONAL

O consultor contábil é o profissional que presta serviço de apoio aos gestores com objetivo de facilitar o entendimento, de forma que os oriente na tomada de decisões e diminua a disparidade de informações, ou seja, o objetivo básico é utilizar a consultoria contábil como ferramenta para prover e transformar dados em informações úteis, para que administradores possam conseguir melhorias e avanços nos resultados da empresa. Para Ludícibus (2004) a contabilidade tem como principal objetivo proporcionar informações econômicas, fiscais e sociais importantes para cada tipo de usuário, de forma que o mesmo consiga utilizá-las na tomada de decisões.

Para Rosa e Olinquevitch (2005), o profissional contábil necessita se beneficiar das novas oportunidades e encarar as ameaças que surgiram diante da evolução da contabilidade. Pois com o advento da consultoria contábil, surgiu a possibilidade do uso da criatividade por parte do profissional, para cada empresa será uma assessoria diferenciada de acordo com suas peculiaridades, onde o profissional contábil pode se reinventar e mudar a concepção de que contabilidade é mais do que só a parte fiscal e pessoal da empresa.

Para Raza (2008), o maior problema das pequenas empresas é a falta de informações úteis para seu empreendimento. A consultoria contábil vem para auxiliar na redução da assimetria da informação analisando relatórios contábeis e provendo informações tempestivas para os gestores, formulando uma nova visão para o mesmo, e mostrando a relevância da informação, onde o profissional contábil sai dos bastidores e começa a desempenhar uma nova função, pois amplia sua forma de atuação trazendo oportunidades sustentáveis para as microempresas, auxiliando na resolução de problemas e apresentando alternativas melhores para obtenção de melhores resultados.

A contabilidade gerencial proporcionou ao profissional contábil a explorar novos campos de atuação, mudando a concepção de que contador é apenas para preencher guias de impostos, possibilitando que em dias atuais aproveite as novas oportunidades da profissão, para oferecer serviços mais confiáveis, deixando a empresa mais transparente para o gestor, de forma que o gestor consiga tomar decisões em tempo mais hábil e de forma mais segura. A consultoria contábil não tem idade mínima ou máxima para atuação, mas necessita de domínio na área contábil, e quanto mais experiência o consultor tiver, mais requisitado será.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo abordou o tema a importância da consultoria contábil como forma de redução da assimetria da informação, por tanto, diante dessas informações entendemos que as empresas devem buscar uma melhoria contínua que as auxiliem, pois pior que a falta de informação, são informações que distorcem a realidade da empresa, fazendo com

que o empresário não consiga usufruir de todo o potencial do seu empreendimento e até mesmo causar a falência da empresa.

A Consultoria Contábil serve de apoio aos gestores ou proprietários de empresas, no auxílio nas tomadas de decisões precisas, com a elaboração de um planejamento com informações relevantes e tempestivas, diminuindo a assimetria e possíveis erros.

Ao contrário do que alguns empresários pensam, a contabilidade é uma grande aliada, pois ela não se utiliza apenas para gerar e calcular impostos e obrigações acessórias, com a evolução nos passar dos anos a contabilidade vem atuando e ganhando destaque na parte gerencial e estratégica das empresas, gerando resultados satisfatórios, com relatórios precisos e com informações relevantes, demonstrando a evolução da empresa e como a mesma está em relação aos seus concorrentes.

O profissional contábil que exerce a função de contador gerencial para a micro e pequena empresa deve estimular o empresário a ter essa transparência de informações, para uma melhor gestão e aproveitamento dos recursos, organizando seu orçamento, levando em considerações sua real situação.

REFERÊNCIAS

CATELLI, A. **Controladoria**: uma abordagem da gestão econômica. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CORONADO, O. **Contabilidade Gerencial Básica**. 1 ed. São Paulo: Saraiva. 2006, 178 p.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175p.

GONÇALVES, E. C.; BAPTISTA, A. E. **Contabilidade Geral**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

HOOG, Wilson A. Z. **Tricotomia Contábil e Sociedades Empresárias**. 1 ed. Curitiba: Juruá, 2005.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

KLANN, Roberto Carlos et al. Influência do risco moral e da accountability nas tomadas de decisões. In: CONGRESSO IAAER DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, **Anais...** São Paulo, v. 10, n. 2, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1230/123027923004.pdf> Acesso em: 05 set 2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MOSCOVE, S. A.; SIMKIM, M. G.; BAGRANOFF, N. A. **Sistemas de informações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2002.

NEVES, S; VICECONTI, P. E. V. **Contabilidade básica**. São Paulo: Frase Editora, 2000.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade Gerencial: Um Enfoque em Sistema de Informação Contábil**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RAZA, C. Informações contábeis: o cliente não sabe pedir e o escritório contábil, na sua grande maioria, não está preparado para fornecer. **Boletim CRC SP**, São Paulo, n.166, 2008. Disponível em: <http://fatecosasco.edu.br/fatecosasco/ojs/index.php/remipe/article/view/6/62> Acesso em: 05 set 2019.

RODRIGUES; J. M.,E; CAMPOS W. G; SOARES E. Relevância da Informação Contábil: uma análise dos efeitos da contabilização dos gastos com pesquisa e desenvolvimento com a aplicação da Lei nº 11.638/2007 no mercado brasileiro. XIV Congresso USP. **Controladoria e Contabilidade**. São Paulo, 2014.

ROSA, J. A; OLINQUEVITCH, J. L. **De contador a consultor**. São Paulo: IOB Thomson, 2005.

SÁ, A. L. **Teoria da Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTOS, J. L. et al. **Teoria da contabilidade**: introdutória, intermediária e avançada. São Paulo: Atlas, 2007.

VIEIRA, A. A. O impacto da informação assimétrica na concessão de crédito: uma aplicação de modelos mistos. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, **Anais...** Campo Grande, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/pap/article/view/25687> Acesso em: 05 set 2019.

GOVERNO ULTRALIBERAL: DOMINÂNCIA EXTERNA, DESMONTE DO ESTADO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO - IMPOSIÇÃO DO CONSENSO DE WASHINGTON

Data de aceite: 01/08/2020

Data da submissão: 04/05/2020

André de Souza Gomes

Universidade Federal do Ceará – UFC
Fortaleza – Ceará

Link para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9120735279523696>

Paulo Elson Fernandes Gadelha

Universidade Federal do Ceará – UFC
Fortaleza – Ceará

Link para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9477889030525193>

Thisciane Ferreira Pinto Gomes

Universidade Federal do Ceará – UFC
Fortaleza – Ceará

Link para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8209412344962992>

Samilla Ferreira Dantas

Universidade Federal do Ceará – UFC
Fortaleza – Ceará

Link para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1541051490929851>

RESUMO: O Ultraliberalismo Rentista-Neoextrativista o qual o Governo Atual está nos submetendo, cujo viés de ruptura aos Governos Populistas é na verdade a tessitura de duas macropolíticas públicas: a externa que se articula com a promoção da Submissão Brasileira articulada a nossa nova Metrópole, os Estados Unidos da América (EUA), cujo resultado é dominância ao capital e a política pública interna de desmonte das conquistas sociais do trabalho provenientes

da luta de classes e da promulgação da Constituição de 1988, com a concretização da imposição das regras neoliberais constantes nas premissas do Consenso de Washington onde demonstraremos a precarização do trabalho, principalmente com o aniquilamento dos direitos conquistados pelos movimentos dos trabalhadores e a dominação do capital rentista neoextrativista. Foi realizada uma busca bibliográfica em bases de dados científicos, técnicos e de publicações de mídia para levantamento de informações. Foi observado que as transformações, ao tempo que reafirmam a essência do capitalismo, transformaram o trabalho em mercadoria, e proporcionou outra amplitude a essa relação social.

PALAVRAS-CHAVE: Ultraliberalismo, Consenso de Washington, Precarização do Trabalho, Desenvolvimento Econômico, Globalização.

ULTRALIBERAL GOVERNMENT: EXTERNAL DOMINATION, DISMANTLING THE STATE AND PREPARING WORK - IMPOSITION OF THE WASHINGTON CONSENSUS

ABSTRACT: The Rentista-Neoextractivist Ultraliberalism to which the Current Government is submitting us, whose rupture bias to the Populist Governments is in fact the fabric of two public macropolitics: the external that articulates with the promotion of Brazilian Submission articulated to our new Metropolis, the United States of America (USA), the result of which is dominance of capital and

the internal public policy of dismantling the social achievements of work arising from the class struggle and the promulgation of the 1988 Constitution, with the implementation of the imposition of neoliberal rules contained in the premises the Washington Consensus where we will demonstrate the precariousness of work, mainly with the annihilation of the rights conquered by the workers' movements and the domination of neo-extractive rentist capital. A bibliographic search was carried out in scientific, technical and media publications databases to collect information. It was observed that the transformations, while reaffirming the essence of capitalism, transformed work into merchandise, and provided another breadth to this social relationship.

KEYWORDS: Ultraliberalism, Washington Consensus, Precarious Work, Economic Development, Globalization.

INTRODUÇÃO

O Brasil através do atual Governo que insurge perante ao povo brasileiro com a retórica de propostas puritanas, tendo como viés a oposição direta ao movimento popular da esquerda brasileira, principalmente com a implantação através de ferramentas tecnológicas de divulgação e alienação de massa, mas que tem objetivos próprios de implantação de uma agenda ultraliberal que está sendo aprovada pela sociedade dentro de um quadro de profundo apatia, com políticas externas de alinhamento Global com os Estados Unidos da América – EUA e políticas internas com a implantação radical do Consenso de Washington que deixam de ser premissas e viram categorias de desmonte do Estado, das Instituições, dos Movimentos Populares, das garantias legais, com impacto direto no trabalho.

O objetivo deste trabalho é avaliar, a partir da imposição das premissas do Consenso de Washington que estão sendo amplamente difundidas, nos âmbitos externo e interno, pelo Governo Ultraliberal atual, trazendo para a reflexão os desdobramentos em relação a dominância externa, o papel do Estado e o impacto sobre o trabalho.

Em um cenário externo temos a implantação forçada da política ultraliberal na América Latina cujo Brasil como aliado direto servirá de “marionete” aos interesses dos Estados Unidos. Outro fator que realça a problemática é a proximidade política entre o Brasil e os Estados Unidos sobre a questão da Venezuela onde o Brasil está servindo de base articuladora junto a América Latina sendo de interesse direto dos Estados Unidos frente à articulação do Bloco China, Rússia, Venezuela com participação de Cuba. E, em termos Econômicos, o interesse direto dos Estados Unidos na Abertura do Mercado Brasileiro, na redução da participação do Estado e nos vários mecanismos que estão previstos serem implantados (privatizações, reformas estruturais, ...).

No cenário interno reformas estruturais voltadas ao capital rentista neoextrativista como a reforma da previdência, a reforma administrativa, as reformas fiscais, reformas no sistema educacional, estão em curso de aprovação com impacto direto a precarização do trabalho e perda de garantias.

METODOLOGIA

Para desenvolvermos este trabalho de estabelecimento de uma inter-relação entre dois períodos que pertencem a módulos temporais com distâncias seculares, mas que ao mesmo tempo existe uma correlação de acontecimentos históricos que conectam os períodos, teremos que traçar uma Metodologia que atendam a problemática proposta e que possamos ao término do estudo apresentar a conclusão a que nos propusemos.

Segundo Prodanov (2013), a pesquisa é necessária para se descobrir e criar através do questionamento. A metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade nos diversos âmbitos da sociedade.

Quanto os procedimentos técnicos utilizados, essa etapa é classificada como pesquisa bibliográfica, pois será construída com base em material já elaborado, principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2008). Foram selecionadas fontes disponíveis nas bases de dados científicos, técnicos e de publicações de mídias que atendam ao trabalho de pesquisa e que fundamente a avaliação das políticas interna e externa sob o contexto ultraliberal rentista neoextrativista fazendo a tessitura ao desmonte da categoria trabalho, com a precarização, exclusão de direitos e garantias conquistadas e institucionalizadas através de nossa carta magna.

DESENVOLVIMENTO

O Brasil na ótica da globalização, com liberalização da economia até chegarmos à nova concepção de ultraliberalismo rentista neoextrativista sob o qual o Brasil é recolonizado pelos Estados Unidos da América, dominado territorialmente, em suas relações comerciais, na imposição de sua ideologia de mercado e principalmente na submissão ao capital emergido pela metrópole americana.

Durante a década de 80, apareceu uma nova expressão designando os mais inseridos países periféricos, aquela de “mercado emergente” (MOREIRA; SCHERER, 2002). Essa ideia, na medida em que exprime o grau de integração dessas economias à dinâmica global, é inseparável das noções de “liberalização”, “desregulamentação” e “globalização”. Por um lado, “(...) a liberalização financeira (e comercial) permite (...) a um país em desenvolvimento se impor como mercado emergente, integrando-se à esfera financeira sem fronteiras (...), e de tornar-se mercado para as exportações”. Por outro lado, a globalização implica “(...) numa integração crescente destas economias num processo de produção mundial (...) como extensão concreta de um mercado de consumo e de produção (como demandante de bens de equipamento)” (DUFOUR, 1999, p.9-10).

Paulani (2012) traz em sua publicação “A Dependência redobrada”, o caminho promovido pelo Brasil Globalizado que resultou principalmente na dominância financeira do mercado internacional, na precarização do setor industrial o que já seria uma ponte para

chegarmos até o cenário atual de recolonização e submissão aos interesses do Capital e poder Americano:

Evidentemente, isso não ocorreu sem consequências do ponto de vista de nossa inserção produtiva. Como afirmou acertadamente em entrevista recente o professor Gabriel Palma, da Universidade de Cambridge, ao optar pela dupla juro alto/câmbio apreciado, o governo brasileiro escolheu as finanças, as commodities e os serviços e desdenhou e prejudicou a indústria, que seria beneficiada pela política oposta. O boom experimentado no preço de várias das commodities em função do efeito China já seria por si só suficiente para forçar uma mudança nessa direção, empurrando de volta a economia brasileira para a indesejada posição de país produtor de bens primários e de baixo valor agregado. Ao optar conscientemente pela política econômica que atendia primordialmente aos interesses do capital financeiro, os governos que se sucederam desde os anos 1990 jogaram mais água nesse moinho e promoveram um grande retrocesso no perfil produtivo de nossa economia. O resultado é que a desindustrialização e a reprimarização da pauta de exportações do país constituem hoje uma dura realidade. A começar pelo próprio setor automotivo, cadeias produtivas inteiras foram esvaziadas, fazendo nossa indústria trabalhar atualmente mais ao estilo das maquiladoras mexicanas, que simplesmente montam um sem-número de peças e componentes importados, do que como uma verdadeira indústria, capaz de produzir valor agregado e andar em linha com o desenvolvimento tecnológico mundial. Os setores mais dinâmicos desse último ponto de vista, como os de bens de capital, equipamentos eletrônicos e química e farmacêutica, foram justamente os que mais sofreram. Quanto à reprimarização da pauta de exportações, os dados falam por si. Em meados dos anos 1970, a participação dos produtos industriais e bens de capital nas exportações brasileiras eram de 38%, tendo atingido quase 70% no início dos anos 1990, para alcançar 2010 com 47%. De outro lado, a participação dos produtos básicos, que era de cerca de 60% em meados dos anos 1970, reduziu-se a 25% no início dos anos 1990, para alcançar 2010 com 45%.

Após este percurso pela Globalização e de abertura promovida pelo Neoliberalismo na década de 90, bem como, a apresentação da “inconsequente” abertura econômica que promoveu a financeirização do capital através do processo especulativo onde nos governos do PT (Partido dos Trabalhadores) houve uma possibilidade que foi desmontada de socialização do capital pelo assistencialismo não focado nas reformas estruturais chegamos ao ápice da mercadorização do país e pulverização das garantias sociais com a chegada do ultraliberalismo rentista neoextrativista promovido pelos partidos de “radicais de direita” com a ascensão ao poder do Governo do PSL (Partido Social Liberal) do atual Presidente.

Carlos Nelson Coutinho (1994) em seu livro *Marxismo e Política*, “A dualidade de poderes e outros ensaios”, traz a concepção ampliada de Estado, apresentando uma dupla dimensão. “Por um lado, temos a dimensão gnosiológica, referente ao nível maior ou menor

de abstração conceitual no qual se situa o pesquisador para analisar o seu objeto; por outro, temos uma dimensão histórico-ontológica, que se refere ao grau maior ou menor de complexificação (de concretização) da própria realidade objetiva com a qual pesquisador se depara...”.

Dentro dessa perspectiva e nos deparando ao cenário ultraliberal promovido pela equipe econômica do Governo Atual baseado na escola direitista americana presente nos princípios do “Consenso de Washington”, onde percebemos uma implantação “agressiva”, “intimista”, “ditatorial” das premissas:

Segundo Williamson (1990, p. 8-17), o “consenso de Washington” é constituído de 10 reformas: a) disciplina fiscal visando eliminar o déficit público; b) mudança das prioridades em relação às despesas públicas, eliminando subsídios e aumentando gastos com saúde e educação; c) reforma tributária, aumentando os impostos se isto for inevitável, mas “a base tributária deveria ser ampla e as taxas marginais deveriam ser moderadas”; d) as taxas de juros deveriam ser determinadas pelo mercado e positivas; e) a taxa de câmbio deveria ser também determinada pelo mercado, garantindo-se ao mesmo tempo em que fosse competitiva; f) o comércio deveria ser liberalizado e orientado para o exterior (não se atribui prioridade à liberalização dos fluxos de capitais); g) os investimentos diretos não deveriam sofrer restrições; h) as empresas públicas deveriam ser privatizadas; i) as atividades econômicas deveriam ser desreguladas; j) o direito de propriedade deve ser tornado mais seguro.

O Consenso de Washington tornou-se, dessa forma, uma verdadeira “receita de bolo” para a execução das premissas neoliberais em toda a região latino-americana, que acatou as suas ideias principalmente pela pressão e influência exercidas pelo governo dos Estados Unidos e por instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD).

Outro aspecto importante a ser destacado nos resultados é a pretensa atenção nos atribuído pela superpotência americana cujo aspecto nos chama a atenção ao nível de importância que o Brasil, agora recolonizado pelos Estados Unidos da América tem no contexto da América Latina.

Não obstante a todo este processo de submissão ao capital rentista extrativista em que o Brasil após uma sinalização primária de crescimento do setor industrial nos Governos do PT (Partido dos Trabalhadores), estamos vivenciando um total e desumano “abismo social” onde estamos subservientes ao capitalismo exploratório global, ao rentismo do capital especulativo, a decadência/esmagamento do desenvolvimento industrial interno o que está nos remetendo ao contexto infra temporal do cenário de recolonização onde a Metrópole (Estados Unidos da América) define o que a Colônia (Brasil) deve produzir, com quem se deve comercializar, quais impostos e taxas devem ser pagos, e principalmente a retomada do padrão comercial de exportações de comodites neoextrativistas.

Com olhar de fora para dentro e com a oportunidade de dominância dos Estados Unidos da América, a partir desta ascensão ao Governo Brasileiro, o país Americano trata de estreitar as relações Políticas, Ideológicas e de poder econômico.

O New York Times (2019) ressaltou que, para Trump, receber o presidente brasileiro foi como “olhar no espelho”. Bolsonaro foi citado na publicação como “um eco” de Trump: “um nacionalista ousado cujo apelo populista vem em parte de seu uso do Twitter e de seu histórico de declarações ofensivas contra mulheres, gays e grupos indígenas”.

Momentos depois, observou ainda o Los Angeles Times (2019), Trump disse estar “muito orgulhoso de ouvir o presidente brasileiro usar o termo fake news”. Ele também se queixou do que disse ser um “viés tendencioso anti-conservadorismo visível em algumas plataformas de mídia social”, alegando que existe uma repressão “conivente” das empresas responsáveis pelas redes contra usuários que expressam visões conservadoras.

Como resultado de sua política de aproximação com o governo americano, foi firmado ainda um acordo que pode viabilizar o uso comercial do centro de lançamento espacial de Alcântara, no Maranhão, por parte dos americanos. De sua parte, Trump prometeu apoio para o ingresso do Brasil na Organização de Cooperação e desenvolvimento Econômico (OCDE), organização que reúne países desenvolvidos, além do upgrade na aliança militar.

Em um dos “memes” gerados na rede social a partir do encontro, o Washington Post (2019) mostra que Bolsonaro aparece de joelhos lambendo os sapatos de Trump junto a uma legenda que diz: “Fazer meus sapatos limpos de novo” - uma alusão ao slogan “Fazer a América Grande de novo”, do presidente americano. Em outro, um apoiador diz que “Agora o nosso país pode mostrar ao mundo que somos pessoas extraordinárias e uma grande nação”.

Trata-se, segundo Castel (1998), da precarização do trabalho como elemento central da nova dinâmica do desenvolvimento do capitalismo, criando uma nova condição de vulnerabilidade social: um processo social que modifica as condições do assalariamento (estável) anteriormente hegemônico no período da chamada sociedade salarial ou fordista. A perda do emprego ou a perda da condição de uma inserção estável no emprego cria uma condição de insegurança e de um modo de vida e de trabalho precários, nos planos objetivo e subjetivo, fazendo desenvolver a ruptura dos laços e dos vínculos, tornando-os vulneráveis e sob uma condição social fragilizada, ou de “desfiliação” social (DRUCK, 2011a). Afirmar que a precarização social do trabalho está no centro da dinâmica do capitalismo flexível significa também entendê-la como uma estratégia de dominação. Isto é, força e consentimento são os recursos que o capital se utiliza para viabilizar esse grau de acumulação sem limites materiais e morais. A força se materializa principalmente na imposição de condições de trabalho e de emprego precárias frente à permanente ameaça de desemprego estrutural criado pelo capitalismo. Afinal, ter qualquer emprego é melhor do que não ter nenhum. Aplica-se aqui, de forma generalizada, o que Marx e Engels elaboraram acerca da função política principal do “exército industrial de reserva”, qual seja: a de criar

uma profunda concorrência e divisão entre os próprios trabalhadores e, com isso, garantir uma quase absoluta submissão e subordinação do trabalho ao capital, como única via de sobrevivência para os trabalhadores. O consenso se produz a partir do momento em que os próprios trabalhadores, influenciados por seus dirigentes políticos e sindicais, passam a acreditar que as transformações no trabalho são inexoráveis e, como tal, passam a ser justificadas como resultados de uma nova época ou de um “novo espírito do capitalismo”.

Esse “novo espírito” insiste em desqualificar os valores construídos na era anterior, fazendo desmoronar a crença no progresso, nas possibilidades de emprego e de direitos sociais de longo prazo e num Estado protetor. Em nome da “via única” e do “pensamento único”, impõe um conjunto de mudanças que passam a ser justificadas no plano material e intelectual como uma força da natureza e, portanto, sem possibilidades de uma intervenção humana. Para Boltanski e Chiapello (2009), nesse processo, identifica-se uma “perplexidade ideológica” que atinge todos os segmentos críticos da sociedade (intelectuais, sindicatos, partidos) que, em nome de um “fatalismo dominante”, não dão vazão à sua indignação e acabam por se resignar diante dessa “força avassaladora” do capitalismo flexível.

Internamente, todo o arcabouço de reformas ultraliberais que vem se constituindo através das políticas de Estado, contra o Estado de Direito e contra os trabalhadores apresentam-se sob dois holofotes centrais: maximização do fortalecimento do capital rentista neoextrativista e precarização do trabalho com a perda dos direitos, terceirização da atividade fim e principalmente com a precarização do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através deste trabalho, procuramos trazer para o pleito da avaliação as políticas Ultraliberais resntista neo-extrativista do Governo Atual através do cumprimento da agenda do desmonte que encontram-se em curso, em alto grau de implantação traz a tessitura da política externa com reflexo a dominação capitalista dos Estados Unidos da América (EUA), com as aprovações das políticas internas de destituição do direitos sociais, principalmente concentrados na precarização do trabalho, na dominação do capital rentista neo-extrativista e na implantação totalitária e impositiva do Consenso de Washington.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nova, velha lógica ultraliberal que traz do neoliberalismo e aprofunda-se na questão da implantação do Consenso de Washington traz consigo reflexos externos sobre a política de subserviência ao capitalismo dominante e internamento sobre o desmonte do estado e a precarização do trabalho, principalmente pelo capitalismo flexível, cuja configuração contemporânea –e estrutural –, definida pela mundialização do capital hegemônica pela esfera financeira, tem, na precarização social do trabalho, o centro da sua dinâmica. Nessa medida, considera-se que o aspecto central que explica a estrutura capitalista hoje é o

grau ilimitado da mercantilização do trabalho e da vida, conforme explicitam as dimensões do processo de precarização como indicadores qualitativos aqui apresentados. Se, na conjuntura mais recente, os números indicam a queda do desemprego e a recuperação do emprego, cabe refletir, como afirmou Juan Somavia, diretor geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que: ... além da taxa de desemprego, temos o desafio de melhorar a produtividade e os salários, reduzir a informalidade, melhorar a cobertura da proteção social e enfrentar as desigualdades [...]. Não é só importante gerar mais empregos, mas que estes empregos sejam de qualidade”. Tais transformações, ao tempo que reafirmam a essência do capitalismo, que transformou o trabalho em mercadoria, dão outra amplitude a essa relação social, ao enfraquecerem a capacidade de resistir e de questionar as novas condições impostas pelo capital.

REFERÊNCIAS

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Ed.WMF Martins Fontes, 2009. 701p.

PEREIRA, L. C. BRESSER, Comment. In: Williamson, John (org.). A crise da américa latina, consenso de Washington ou crise fiscal? **CRISE DA AMÉRICA LATINA: CONSENSO DE WASHINGTON OU CRISE FISCAL**, abril 1991, 6p.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1998. 611p.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. Cortez Editora, 1994.

DRUCK, G. **Precarização e informalidade: algumas especificidades do caso brasileiro**, In: VERAS, Roberto (Org.) sem título., 2011a. (No prelo).

DUFOUR, J.-F **Les marches émergents**. Paris: Armand Colin, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Jornal, **Los Angeles Times**: site: <https://www.latimes.com/topic/international/brazil-PLGEO00000132-topic.html>, acesso em 16/10/2019.

Jornal, **The New York Times**, site: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47638546>, acesso em 15/10/2019.

Jornal, **Whashington Post**: site: https://www.washingtonpost.com/world/2019/03/19/shame-bolsonaro-visits-trump-brazilians-tweet-their-embarrassment/?noredirect=on&utm_term=.2b0bb524092f, acesso em 16/10/2019.

MOREIRA, Carlos Américo Leite; SCHERER, Andre Luís Forti. “ **Mercados emergentes**” e novas formas da dependência na Améria Latina. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 30, n. 1, p. 49-73, 2002.

OIT/CEPAL/PNUD. **Perfil do trabalho decente no Brasil**. Brasília. Escritório da OIT Brasil, 2006.

PAULANI, Leda Maria. **A dependência redobrada**. Le Monde Diplomatique, v. 3, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

CAPÍTULO 16

SÍNDROME DE BURNOUT, QUALIDADE DO SONO E DE VIDA DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE INTENSIVISTAS: REVISÃO INTEGRATIVA

Data de aceite: 01/08/2020

Data de submissão: 06/04/2020

José Wennas Alves Bezerra

Centro Universitário Uninovafapi.
Teresina - PI.
<http://lattes.cnpq.br/6625423328284290>

Celina Araújo Veras

Centro Universitário Uninovafapi,
Teresina- PI.
<http://lattes.cnpq.br/1737633943085809>

Maylla Salete Rocha Santos Chaves

Universidade Estadual do Piauí - UESPI.
Universidade Estadual do Maranhão -
UEMA.
Universidade Estadual do Piauí – UESPI.
Teresina- PI.
<http://lattes.cnpq.br/9836447406195525>

Gleison Vitor Ferreira de Castro da Silva

Universidade Estadual do Piauí – UESP.
Teresina- PI.
<http://lattes.cnpq.br/4684094502366751>

Paulo Gabriel Leal Gonçalves

Centro Universitário Uninovafapi.
Teresina - PI
<http://lattes.cnpq.br/2213768103820876>

Gustavo Ribeiro Palmeira

Centro Universitário Uninovafapi.
Teresina – PI.
<http://lattes.cnpq.br/2151032151172845>

André Rodrigues Carvalho

Faculdade UNINASSAU.
Teresina – PI.
<http://lattes.cnpq.br/5933104200014233>

Talyta da Silva Guimarães

Faculdade de Educação São Francisco -
FAESF.
Pedreiras – MA.
<http://lattes.cnpq.br/0831172620597832>

Jederson Valentim Silva

Faculdade de Educação São Francisco -
FAESF.
Pedreiras – MA.
<http://lattes.cnpq.br/1203637323022949>

Antonia Mariane de Sousa Pereira

Centro Universitário Uninovafapi.
Teresina-PI.
<http://lattes.cnpq.br/8448226108421017>

Maria Santa Oliveira Sousa

Centro Universitário UNINASSAU.
Teresina – PI.
<http://lattes.cnpq.br/0198250859851016>

Haynara Hayara Mágulas Penha

Centro Universitário Uninovafapi.
Teresina-PI.
<http://lattes.cnpq.br/6513615505846407>

RESUMO: Introdução: O mercado atual tem exigido profissionais com perfil adaptável a diversas performances. Entretanto, tais exigências podem gerar impactos na saúde do trabalhador, como desequilíbrios físicos e psíquicos. Profissionais das áreas da saúde em geral são exemplos de indivíduos frequentemente expostos à alta carga física e mental durante o trabalho. Uma das principais doenças relacionadas ao desgaste profissional é a Síndrome de Burnout (SB), tipo específico de estresse crônico caracterizado por um

quadro de exaustão física, psíquica e emocional em decorrência de uma exposição frequente e prolongada a estressores no ambiente profissional, provocando impacto do sono e de vida.

Objetivos: Identificar as condições de trabalho de profissionais de saúde intensivistas nas UTI's, que desencadeiam a Síndrome de Burnout correlacionando com as alterações do sono e de vida. **Metodologia:** Utilizou-se as bases de dados, PubMed LILACS e SciELO, com artigos publicados na Língua Portuguesa nos últimos 10 anos. Observa-se a necessidade de mais artigos produzidos na área ampliando novos conhecimentos sobre a Síndrome de Burnout e como essa síndrome pode repercutir na qualidade de vida de profissionais de saúde.

Resultados: Os estudos discutidos trabalham especialmente atuação dos profissionais Médicos, Fisioterapeutas, Enfermeiros e Técnicos de Enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva. A área da saúde é um setor de prestação de serviços que corresponde a atividades essenciais para a vida humana. Os profissionais que atuam nessa área são descritos com os que enfrentam maiores riscos de estresse ocupacional, destacando-se ainda os distúrbios do sono, que podem estar ainda mais frequentes devido ao trabalho em turno e às longas jornadas de trabalho. **Conclusão:** Os profissionais de saúde intensivistas apresentaram alto grau de exaustão emocional e despersonalização e baixo grau de realização profissional, o que é um indicativo de síndrome de Burnout.

PALAVRAS-CHAVE: Síndrome de Burnout; Terapia Intensiva; Sono; Qualidade de vida.

BURNOUT SYNDROME, SLEEP AND LIFE QUALITY OF INTENSIVIST HEALTHCARE PROFESSIONALS: INTEGRATIVE REVIEW

ABSTRACT: Introduction: The current market requires professionals with a profile adaptable to different performances. However, these risks can cause damage to the health of the worker, such as physical and psychological imbalances. Health professionals in general are examples of individuals frequently exposed to high physical and mental load while working. One of the main diseases related to professional exhaustion is Burnout Syndrome (SB), a specific type of chronic stress used by a situation of physical, psychological and emotional exhaustion due to frequent and prolonged exposure to stressors in the professional environment, causing the impact of sleep and life. **Objectives:** To identify how working conditions of intensive care professionals in ICUs, which trigger a Burnout Syndrome correlated with sleep and life changes. **Methodology:** Used as a database, PubMed LILACS and SciELO, with articles published in Portuguese in the last 10 years. Note the need for more articles applied in the area of expanding new knowledge about Burnout Syndrome and how this syndrome can affect the quality of life of health professionals. **Results:** The studies discussed work especially for doctors, physiotherapists, nurses and nursing technicians in an intensive care unit. A health area is a service sector that corresponds to activities essential to human life. Professionals working in this area are subject to those who face the greatest risks of occupational stress, with sleep disorders standing out, which may be even more frequent due to shift work and working hours. **Conclusion:** Intensive care professionals showed a high degree of emotional exhaustion and depersonalization and a low degree of professional achievement, that is, an indicator of Burnout syndrome.

KEYWORDS: Burnout Syndrome; Intensive therapy; Sleep; Quality of life.

INTRODUÇÃO

O mercado atual tem exigido profissionais com perfil adaptável a diversas performances. Entretanto, tais exigências podem gerar impactos na saúde do trabalhador, como desequilíbrios físicos e psíquicos. Estes, por sua vez, promovem a elevação do nível de estresse e o decréscimo no desempenho de tarefas, podendo repercutir na qualidade do trabalho. Profissionais das áreas da saúde em geral são exemplos de indivíduos frequentemente expostos à alta carga física e mental durante o trabalho (SILVA *et al.*, 2018).

Uma das principais doenças relacionadas ao desgaste profissional é a Síndrome de *Burnout* (SB), tipo específico de estresse crônico caracterizado por um quadro de exaustão física, psíquica e emocional em decorrência de uma exposição frequente e prolongada a estressores no ambiente profissional (CHAVES *et al.*, 2018).

Seja uma doença específica ou uma forma de depressão, os efeitos desse mal fazem a pessoa sofrer de ansiedade, podendo levá-la ao isolamento, à perda de amigos, ao afastamento da família, a pedidos de demissão ou, antes, à perda do emprego. A exaustão especificamente relacionada ao ambiente de trabalho se tornou motivo de preocupação no mundo todo e, não por acaso, passou a constar no documento de referência de doenças usado pela OMS (Organização Mundial da Saúde), o CID-10, ainda na década de 1990. Nele, o *Burnout* se enquadra na categoria de “problemas relacionados a dificuldades de gestão da vida”. Sua definição é breve e direta: estado de exaustão vital. Ainda segundo a OMS, problemas associados à saúde mental no trabalho levam a uma queda de produtividade que resulta na perda de US\$ 1 trilhão por ano no mundo (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MEDICINA DO TRABALHO, 2019).

A prevalência da SB ainda é incerta, mas dados sugerem que acomete um número significativo de indivíduos e que aproximadamente 40% dos profissionais atualmente experienciam altos níveis de estresse. Profissionais na área da saúde que tratam pacientes com doenças agudas e crônicas, professores e policiais tem elevada propensão para desenvolver a síndrome, é importante combatermos a ideia de que o problema surge em consequência a uma falha pessoal. A síndrome revela apenas uma incompatibilidade entre o relacionamento do indivíduo com seu trabalho. Parece existir uma falta de conexão nas esferas: volume de trabalho, controle, reconhecimento, equipe, justiça e valores (HOSPITAL ISRAELITA ALBERT EINSTEIN, 2019).

A área da saúde é um setor de prestação de serviços que corresponde a atividades essenciais para a vida humana. Os profissionais que atuam nessa área são descritos com os que enfrentam maiores riscos de estresse ocupacional, destacando-se ainda os distúrbios do sono, que podem estar ainda mais frequentes devido ao trabalho em turno e às longas jornadas de trabalho. Os transtornos do sono trazem consigo diversas repercussões para os seres humanos, ao provocarem perda da qualidade de vida, disfunção autonômica, diminuição do desempenho profissional ou acadêmico, aumento na incidência de

transtornos psiquiátricos e diminuição da vigiância, com prejuízos na segurança pessoal e consequente aumento do número de acidentes (MOREIRA et al., 2016).

Os profissionais que exercem seus trabalhos de forma noturna estão mais expostos aos distúrbios e patologias do sono, bem como aumento da sonolência diurna. A privação do sono durante a noite provoca alterações no ciclo vigília-sono, o que interfere no rendimento físico e mental do indivíduo, repercutindo na maior parte dos casos em prejuízos emocionais, físicos, sociais e profissionais. O ciclo vigília-sono é um dos ritmos circadianos biológicos mais evidentes do ser humano que difere a alternância do dia-noite, claro-escuro. É organizado temporalmente por estruturas internas que se localizam no sistema nervoso, que lhe conferem em condições naturais, um padrão cíclico básico de 24 horas, no ciclo vigília ocorre a produção da melatonina que é produzida na glândula pineal, esta é sintetizada quando a noite chega e o cortisol é produzido na glândula supra-renal, sendo sintetizado quando inicia ao dia (JULIO SIMÕES, LARISSA BIANCHI, 2016).

Desta forma, o presente estudo tem como objetivo investigar as condições de trabalho de profissionais de saúde intensivistas nas UTI's, que desencadeiam a Síndrome de Burnout correlacionando com as alterações do sono e de vida.

METODOLOGIA

A presente pesquisa deriva de estudo elaborado com a coleta de dados de fontes secundárias, por meio de levantamento bibliográfico. Estudos baseados em pesquisa bibliográfica constituem uma das melhores formas de iniciar uma investigação científica, buscando-se semelhanças e diferenças entre os artigos levantados nos documentos de referência. A busca de informações em meios eletrônicos é um grande avanço para os pesquisadores, tornando disponível o acesso e proporcionando atualização frequente. Segundo os autores, (SOUZA, SILVA, CARVALHO, 2010) o objetivo geral de uma revisão de literatura de pesquisa é de reunir conhecimentos sobre um tópico, ajudando nas fundações de um estudo significativo. Esta tarefa é crucial para os pesquisadores. Para o levantamento dos artigos na literatura, realizou-se uma busca nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e National Library of Medicine National Institutes of Health (PubMed). Foi utilizado, para busca dos artigos, o seguinte descritor na língua portuguesa: "SÍNDROME DE BURNOUT; TERAPIA INTENSIVA; SONO; QUALIDADE DE VIDA". Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: artigos publicados em português e inglês na íntegra ou resumo do artigo que retratassem a temática referente à pesquisa e artigos publicados e indexados nos referidos bancos de dados nos últimos dez anos. A análise dos estudos selecionados foi avaliada em relação ao delineamento de pesquisa, sendo que tanto a análise quanto a síntese dos dados extraídos dos artigos foram realizadas de forma descritiva. Isto possibilitou observar, contar, descrever e classificar os dados, com o intuito

de reunir o conhecimento produzido sobre o tema explorado nos respectivos estudos. Após o emprego das etapas referentes à revisão integrativa de literatura os seguintes aspectos foram observados: 11 artigos foram visualizados na base de dados LILACS e 21 na SciELO e 17 na PubMed. Destes apenas seis foram selecionados das três bases de dados de acordo com os critérios de inclusão destacados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram encontrados 49 artigos, dos quais 6 foram incluídos neste estudo por estarem de acordo com os critérios propostos.

Ao se realizar o diagnóstico de *Burnout* em estudos, foi verificado que os profissionais que estavam acometidos com a Síndrome de Burnout tinha mais tempo de formação. Quanto aos fatores estressantes, obteve-se elevado percentual em relação a ruídos excessivos, lidar com sofrimento e morte, falta de recursos materiais e remuneração insuficiente (BARROS, *et al.*, 2016).

Dos fatores estressores mais referidos por mais da metade dos médicos intensivistas, três fatores diziam respeito ao relacionamento com os usuários dos serviços destes profissionais: lidar com a angústia dos familiares, pouco tempo para lidar com as necessidades emocionais dos pacientes e possibilidade de complicações no atendimento aos pacientes (TIRONI *et al.*, 2016).

Em relação a enfermagem na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), o estresse e a insatisfação profissional estão presentes no seu cotidiano, resultante de inúmeros fatores relacionados ao tipo de ambiente, duração da jornada de trabalho, complexidade das relações humanas e de trabalho, autonomia profissional, grau elevado de exigência quanto as competências e habilidades, alta responsabilidade, planejamento adequado de recursos humanos e materiais, entre outros (SCHMIDT *et al.*, 2013).

De acordo com a epidemiologia das doenças do trabalho, tal contexto permeia probabilidades, exposições e situações ou fatores de risco que podem determinar efeitos adversos no processo de trabalho, saúde-doença. Profissionais que exercem atividades laborais associadas à constante pressão emocional e exigência do estado de prontidão, às emergências rotineiras e repetitivas, às escalas desgastantes, aos contatos interpessoais intensos e ao atendimento pré-hospitalar, os profissionais de saúde conseqüentemente estão acometidos por estresse crônico da SB (PESTANA *et al.*, 2014).

Os enfermeiros, bombeiros e outros profissionais de saúde atuantes em Unidade de Pronto Atendimento convivem com situações de impacto, vivenciadas com ansiedade e tensão, tornando-os vulneráveis ao estresse e outras alterações psíquicas e assim, prejudicando o desempenho profissional, sendo o estresse contínuo relacionado ao trabalho constituindo um importante fator na determinação da SB, considerada o estresse laboral mais grave (PRISCILA SANTOS, JOANIR PASSOS, 2010).

O impacto do *Burnout* nos trabalhadores da saúde e na organização afeta diferentes aspectos de sua vida, comprometendo desde sua saúde física, comportamental, emocional e cognitiva. A relação do *Burnout* com a saúde mental é mais complexa, pois o *Burnout* está associado ao neuroticismo, que leva a acreditar que de alguma forma o *Burnout* é uma doença mental em si mesma. Entretanto, a SB pode trazer disfunção mental, acelerando os sintomas como baixa satisfação, baixa autoestima, ansiedade e provocando distúrbios do sono (CLAUDIA COBÊRO, WELLINGTON MOREIRA, LUIS FERNANDES, 2012).

Ao considerar que o processo do trabalho noturno possa acarretar problemas fisiológicos, sociais e de adaptação dos profissionais de saúde e, que isso possa contribuir para situações de imprudência e negligência que afetarão tanto no plantão trabalhado como no pós-plantão, havendo ainda a inquietação como sonolência excessiva diurna e a má qualidade de sono em médicos, fisioterapeutas, enfermeiros e técnicos de enfermagem das UTIs (BARBOZA *et al.*, 2008).

CONCLUSÃO

Os resultados encontrados nessa revisão de literatura evidenciam que os profissionais de saúde que atuam nas unidades de terapia intensiva (UTI's), apresentam exaustão emocional, física e despersonalização, no qual há um impacto negativo na qualidade do sono e de vida um indicativo de Síndrome de Burnout.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MEDICINA DO TRABALHO (ANMAT), **Síndrome de Burnout: do entusiasmo ao esgotamento profissional**. Disponível em: <https://www.anamt.org.br/portal/2017/12/15/sindrome-de-burnout-do-entusiasmo-ao-esgotamento-profissional/>. Acesso : 07 de abril de 2019.

BARBOZA *et al.* **Avaliação do padrão de sono dos profissionais de Enfermagem dos plantões noturnos em Unidades de Terapia Intensiva**. Einstein, v. 6, n. 3, p. 296-301, 2008.

CLAUDIA COBÊRO, WELLINGTON MOREIRA, LUIS FERNANDES. **Impacto da Síndrome de Burnout na qualidade de vida no trabalho dos colaboradores de um Centro Público de Saúde**. IX SEGGet-Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2012.

HOSPITAL ISRAELITA ALBERT EINSTEIN, SOCIEDADE BENFICIENTE ISRAELITA BRAISLEIRA. **Síndrome de Burnout**. Disponível em: <https://www.einstein.br/estrutura/check-up/saude-bem-estar/saude-mental/sindrome-burnout>. Acesso 07 de abril de 2019.

JULIO SIMÕES, LARISSA BIANCH. **Prevalência da Síndrome de Burnout e qualidade do sono em trabalhadores técnicos de enfermagem**. Saúde e Pesquisa, v. 9, n. 3, p. 473-481, 2017.

MAYLLA CHAVES, IARA SHIMIZU. **Síndrome de Burnout e qualidade do sono de policiais militares do Piauí**. Revista Brasileira de Medicina do Trabalho, v. 16, n. 4, p. 436-441, 2018.

MOREIRA *et al.* **Avaliação da qualidade de vida, sono e Síndrome de Burnout dos residentes de**

um programa de residência multiprofissional em saúde. Medicina (Ribeirão Preto. Online) 2016.

SILVA *et al.* **Síndrome de Burnout: realidade dos fisioterapeutas intensivistas?** Fisioterapia e Pesquisa, v. 25, n. 4, p. 388-394, 2018.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, MICHELLY Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

TIRONI *et al.* **Prevalência de síndrome de Burnout em médicos intensivistas de cinco capitais brasileiras.** Revista Brasileira de Terapia Intensiva, 2016.

DOS SANTOS BARROS, Maria Mércia et al. Síndrome de Burnout em médicos intensivistas: estudo em UTIs de Sergipe. **Temas em Psicologia**, v. 24, n. 1, p. 377-389, 2016.

SCHMIDT *et al.* **Qualidade de vida no trabalho e Burnout em trabalhadores de enfermagem de Unidade de Terapia Intensiva.** Revista brasileira de enfermagem, v. 66, n. 1, 2013.

PESTANA *et al.* **Relação entre qualidade de vida, Burnout e condições de saúde entre bombeiros militares.** Revista da Universidade Vale do Rio Verde, v. 12, n. 1, p. 855-865, 2014.

PRISCILA SANTOS, JOANIR PASSOS. **O estresse e a síndrome de Burnout em enfermeiros bombeiros atuantes em unidades de pronto-atendimento (UPAS).** Out/dez (Ed. Spul), 2010.

SOBRE OS ORGANIZADORES

THATIANNY JASMINE CASTRO MARTINS DE CARVALHO: Professora da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutoranda e Mestra em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Atua na área de Educação, com ênfase em Formação de Professores, Infância, História da Educação e Currículo.

CLAYTON ROBSON MOREIRA DA SILVA: Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Doutorando e Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Atua como Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e desenvolve pesquisas nas áreas de Administração Pública e Sustentabilidade.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise SWOT 108, 124, 125, 126, 129, 130, 132

Assimetria da informação 155, 156, 157, 159, 161

Avaliação 11, 12, 13, 14, 18, 19, 25, 32, 49, 64, 71, 75, 79, 82, 96, 104, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 131, 132, 157, 158, 159, 166, 170, 178

C

Capacitação de Recursos Humanos em Saúde 95

Comércio varejista 140, 145, 146, 153

Consenso de Washington 12, 164, 165, 168, 170, 171

Consultoria 12, 92, 155, 156, 159, 160, 161, 162

D

Deficiência intelectual 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94

Desafios 15, 20, 24, 28, 31, 41, 42, 45, 48, 50, 54, 56, 57, 72, 73, 80, 83, 88, 95, 101, 107, 122, 131

Desenvolvimento econômico 115, 131, 164

E

Economia solidária 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26

Educação a distância 1, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85

Educação de Jovens e Adultos 27, 28, 29, 30, 31, 33, 38, 39, 88, 91

Educação Especial 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93

Educação Permanente em Saúde 95, 96, 98, 100, 104

Educação Popular 14, 20, 24

Educação Profissional e Tecnológica 2, 3, 8, 9, 13, 33, 42, 86, 87, 88, 93, 94, 136

Educação Superior 3, 5, 7, 81, 84, 96, 114, 116, 117, 118, 120, 122, 123

Ensino 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 16, 17, 19, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 47, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 106, 107, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 134, 135, 136, 137, 138, 154, 180

Ensino Médio Integrado 27, 36, 38, 39, 136, 137

Ensino Superior 2, 3, 19, 37, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 68, 69, 70, 71, 82, 95, 96, 98, 99, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 134

Especialização 1, 3, 8, 24, 42, 81

F

Formação Docente 1, 3, 4, 5, 6, 8

Formação Profissional 27, 28, 31, 32, 69, 87, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103

G

Globalização 102, 106, 142, 164, 166, 167

I

Incubação 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25

Interdisciplinaridade da Filosofia 136

Internet 18, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 76, 124, 128

L

Legislação 1, 2, 4, 5, 8, 9, 10, 72, 83, 118, 122

M

Mercado 20, 27, 29, 31, 36, 37, 39, 44, 87, 88, 103, 106, 107, 111, 112, 116, 122, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 133, 139, 140, 141, 143, 150, 156, 157, 159, 163, 165, 166, 168, 173, 175

Metodologias ativas 106, 108, 109, 110, 112, 113, 124, 125, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135

P

Patentes 140, 141, 143, 144, 149, 150, 151, 152, 153, 154

Pensamento Crítico Reflexivo 136, 137

Políticas públicas 14, 17, 18, 19, 24, 25, 28, 29, 76, 90, 91, 95, 99, 103, 116, 118

Precarização do Trabalho 12, 164, 165, 169, 170

PROEJA 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 36, 38, 39

Profissionais de saúde 95, 99, 102, 173, 174, 176, 177, 178

Protagonismo juvenil 136, 137

Q

Qualidade da informação 155, 160

Qualidade de vida 27, 29, 100, 101, 174, 175, 176, 178, 179

S

Saúde 44, 70, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 121, 168, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179

Serviços 41, 42, 43, 44, 45, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 79, 92, 95, 97, 98, 104, 131, 140,

142, 154, 156, 160, 161, 167, 174, 175, 177

Síndrome de burnout 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179

Socialização universitária 59, 67, 71

Sociobiografia 59, 61, 67, 68, 69

Sono 173, 174, 175, 176, 178

Sustentabilidade 14, 21, 24, 180

T

Tecnologias 19, 72, 74, 75, 76, 80, 81, 102, 106, 127, 128, 130, 141

Terapia intensiva 174, 176, 177, 178, 179





Trajetória institucional 14

U

Ultraliberalismo 164, 166, 167



Universidade 14, 15, 17, 18, 19, 27, 40, 42, 44, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 85, 86, 92, 95, 114, 115, 116, 120, 122, 139, 152, 154, 164, 167, 173, 179, 180

Atena
Editora
Ano 2020

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

***Educação
Profissional e
Tecnológica:
Empreendedorismo
e Desenvolvimento Científico***

Atena
Editora
Ano 2020

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

***Educação
Profissional e
Tecnológica:
Empreendedorismo
e Desenvolvimento Científico***